

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIV

FLORIANÓPOLIS, 30 DE JUNHO DE 2005

NÚMERO 5.448

15ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE

Herneus de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Djalma Berger
2º VICE-PRESIDENTE

Lício Mauro da Silveira
1º SECRETÁRIO

Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

José Paulo Serafim
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

**PARTIDO DA FRENTE
LIBERAL**
Líder: Antônio Ceron

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Paulo Eccel

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Clésio Salvaro

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO LIBERAL
Líder: Odete de Jesus

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Jorginho Mello – Presidente
Celestino Secco - Vice Presidente
Onofre Santo Agostini
Sérgio Godinho
Romildo Titon
Joares Ponticelli
Vânio dos Santos
Paulo Eccel
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**
Rogério Mendonça – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Wilson Vieira – Dentinho
Narcizo Parisotto
Nelson Goetten
Nilson Gonçalves
Vânio dos Santos
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Francisco de Assis – Presidente
Celestino Secco – Vice Presidente
Antônio Aguiar
Afrânio Boppré
Francisco Küster
Gelson Sorgato
Narcizo Parisotto
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
E POLÍTICA RURAL**

Reno Caramori – Presidente
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente
Gelson Sorgato
Afrânio Boppré
Narcizo Parisotto
Francisco Küster
Gelson Merisio
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Afrânio Boppré – Presidente
Antônio Carlos Vieira - Vice Presidente
Sérgio Godinho
Antônio Aguiar
Paulo Eccel
Francisco Küster
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 10:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Wilson Vieira – Dentinho – Presidente
Gelson Merisio - Vice Presidente
Antônio Ceron
Antônio Carlos Vieira
Dionei Walter da Silva
Rogério Mendonça
Manoel Mota
Francisco Küster
Odete de Jesus
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Dionei Walter da Silva – Presidente
Onofre Santo Agostini - Vice Presidente
Wilson Vieira – Dentinho
Manoel Mota
Nilson Gonçalves
Sérgio Godinho
Antônio Carlos Vieira
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
MINAS E ENERGIA**

Gelson Merisio – Presidente
Paulo Eccel – Vice Presidente
Joares Ponticelli
Genésio Goulart
Vânio dos Santos
Jorginho Mello
Sérgio Godinho
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Sérgio Godinho – Presidente
Ana Paula Lima – Vice Presidente
Jorginho Mello
Nelson Goetten
Afrânio Boppré
Reno Caramori
Simone Schramm
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Antônio Aguiar – Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Clésio Salvaro
Odete de Jesus
Genésio Goulart
Ana Paula Lima
Dionei Walter da Silva
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
DE AMPARO À FAMÍLIA E À
MULHER**

Nilson Gonçalves – Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Cesar Souza
Simone Schramm
Ana Paula Lima
Reno Caramori
Francisco de Assis
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Paulo Eccel
Ana Paula Lima
Antônio Ceron
Celestino Secco
Odete de Jesus
Romildo Titon
Simone Schramm
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Antônio Carlos Vieira – Presidente
Francisco de Assis - Vice Presidente
Gelson Merisio
Romildo Titon
Vânio dos Santos
Nilson Gonçalves
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Clésio Salvaro – Presidente
Francisco de Assis – Vice Presidente
Celestino Secco
Antônio Ceron
Wilson Vieira – Dentinho
Cesar Souza
Joares Ponticelli
Narcizo Parisotto
João Henrique Blasi
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Diretor: Eder de Quadra Salgado

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Diretora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.
Diretor: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1674
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 68 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 047ª Sessão Ordinária da
3ª Sessão Legislativa da 15ª
realizada em 28/06/2005.....2
Ata da 018ª Sessão Solene da 15ª
realizada em 28/06/2005.....23
Ata da 048ª Sessão Ordinária da
3ª Sessão Legislativa da 15ª
realizada em 29/06/2005.....28

Atos da Mesa

Ata da Presidência DP.....37
Atos da Mesa.....37

Publicações Diversas

Emenda Constitucional38
Extrato.....38
Portarias.....38
Ofício39
Projeto de Lei39
Projeto de Lei Complementar39
Redações Finais.....44

PLENÁRIO

ATA DA 047ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2005 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afrânio Boppé - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Francisco Küster - Gelson Merísio - Gelson Sorgato - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Carlos Vieira - José Serafim - Julio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sérgio Godinho - Simone Schramm - Valmir Comin - Vânio dos Santos - Wilson Vieira.

SUMÁRIO**BREVES COMUNICAÇÕES**

DEPUTADO PAULO ECCEL - Informa que estará circulando o jornal da Bancada do PT. Aborda os problemas da administração municipal de Itapema.

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA (aparte) - Ressalta que no Município de Rodeio já aconteceram casos de violência a políticos.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Comenta a instituição do último sábado de junho para a comemoração do Dia da Marcha para Jesus. Aborda a sessão solene de entrega da medalha Carl Hoepcke.

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Aborda a medida provisória nº 117. Reporta-se ao fato do Governador Luiz Henrique não aderir ao Governo Federal.

PARTIDOS POLÍTICOS

DEPUTADO CELESTINO SECCO - Faz referência ao primeiro Programa Regional de Agentes Políticos. Aborda a situação crítica por que passa o professor inativo do Estado. Refere-se à falta de atuação dos secretários regionais.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Coloca que o Governador reconhece a pouca atuação de algumas Secretarias Regionais.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Registra a presença do ex-Deputado Vânio de Oliveira.

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Justifica a sua homenagem ao Sr. Ary Carlos Pradi. Refere-se à situação de muitos Municípios de Santa Catarina, no tocante à falta de emprego. Fala sobre a unificação de ICMS.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Cumprimenta o Deputado Dionei Walter da Silva pelo pronunciamento.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Aborda o brilho da sessão solene realizada. Homenageia o Sr. Sextílio Hans. Reporta-se à regulamentação do art. 170.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Defende um mínimo de 50% para as bolsas de estudo.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Concorde com um entendimento a respeito do art. 170. Registra a presença do ex-Deputado Vânio de Oliveira.

DEPUTADO PAULO ECCEL (pela ordem) - Coloca que serão juntados os vários projetos a respeito do art. 170.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Sugere que se encontre um denominador comum no art. 170. Aborda a situação difícil dos produtores de arroz.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Cumprimenta o Deputado Manoel Mota pelo pronunciamento.

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA (aparte) - Relata ter participado de um seminário sobre rizicultura em Rio do Oeste.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Aborda a situação dos rizicultores, principalmente de Guarimirim.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Defende a atuação das Secretarias Regionais.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Refere-se ao fato de o Governo Estadual não deslanchar.

Ordem do Dia

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Abdica de discutir a mensagem de veto parcial ao PL nº 0076/2005.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (pela ordem) - Solicita que a apreciação da mensagem de veto parcial ao PL nº 0076/2005 seja adiada.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Indaga a respeito dos pedidos de autorização para processar o Governador. Concorda em votar os Projetos de Lei nºs 0228/2005 e 0171/2005.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Concorda em votar os Projetos de Lei nºs 0228/2005 e 0171/2005.

DEPUTADO ODETE DE JESUS (pela ordem) - Solicita subscrever moção do Deputado Antônio Aguiar.

Explicação Pessoal

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Registra a greve do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Indaga ao Deputado Nilson Gonçalves qual será o candidato, do seu Partido, a Governador do Estado. Coloca que Tubarão foi abandonado pelo atual Governo.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Indaga ao Deputado Joares Ponticelli se ele tem participado das reuniões do Conselho de Desenvolvimento Regional.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA (aparte) - Comenta aparte do Deputado Nilson Gonçalves.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Defende a atuação do Governo do Estado em Tubarão.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Registra sua grande admiração por Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan.

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Reporta-se à importância do recesso. Diz haver problemas no crédito fundiário. Aborda evento sobre cartão eletrônico nas lojas.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Aborda projeto no Município de Canoinhas.

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ (pela ordem) - Registra a presença do Secretário de Turismo, do Secretário de Desenvolvimento Econômico e do Diretor Presidente da Empresa Municipal de Habitação, do Município de São Bento do Sul.

DEPUTADO WILSON VIEIRA - Lê matéria sobre as condições das escolas estaduais de Joinville.

DEPUTADA SIMONE SCHRAMM (aparte) - Diz que estão sendo feitas muitas obras nas escolas estaduais de Joinville.

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Comenta o projeto de verticalização da Celesc. Tece comentários sobre a sessão solene realizada na Assembléia Legislativa e sobre o seu homenageado, Márcio Mendes. Refere-se à audiência pública sobre o transporte coletivo.

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Fala de seu homenageado na sessão solene, Ivan Ivanov, e sua empresa. Aborda a audiência pública para tratar do transporte coletivo urbano da Capital.

DEPUTADO NILSON MACHADO - Critica os inúmeros "pardais" instalados em Florianópolis.

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA (aparte) - Coloca que a concentração de verbas na União aconteceu no Governo de Fernando Henrique Cardoso.

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER (pela ordem) - Registra a presença do Prefeito de Otacílio Costa, Altamir José Paes, e do Vereador Ivônio Floriano.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Diz ter participado da posse do empresário Sérgio Alves na Associação Empresarial de Joinville. Saúda os empresários Udo Döhler, Willibaldo Dittrich Filho e Norberto Cubas da Silva. Aborda o afastamento do Prefeito de Barra Velha Valter Marino Zimmermann.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Reporta-se à Lei Complementar que regulou o art. 170.

DEPUTADA SIMONE SCHRAMM - Reporta-se à sessão solene que homenageou vários empresários com a Medalha Carl Hoepcke. Ressalta a posse do empresário Sérgio Alves na Associação Comercial e Industrial de Joinville. Comenta vários convênios e repasse de verbas feitos pelo Governador em Joinville.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA (aparte) - Saúda o ex-Deputado Osni Piske. Cumprimenta o Governador pelo repasse de recursos ao Corpo de Bombeiros Voluntários.

DEPUTADO NILSON MACHADO (pela ordem) - Coloca que foi abordado por alguém do PSDB por ter criticado a instalação dos "pardais".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos Srs. Deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

A Presidência comunica ao Plenário que, de acordo com o art. 18 do Regimento Interno, em decorrência do afastamento do Deputado Djalma Berger para ocupar uma Secretaria da Prefeitura da Capital do Estado, temos uma vaga na segunda vice-Presidência da Mesa e que realizar-se-á eleição para o preenchimento deste cargo no prazo de cinco sessões ordinárias.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Paulo Eccel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, servidores, cidadãos que nos acompanham aqui presentes e telespectadores da TVAL.

Inicialmente, neste momento de Breves Comunicações, quero, mais uma vez, parabenizar a Assembléia Legislativa pela importante sessão solene realizada na noite de ontem, que reuniu aqui 40 personalidades da economia catarinense que certamente muito contribuem para o desenvolvimento do Estado.

Então, creio que a Assembléia, de fato, está de parabéns por mais este ato que, com certeza, significou um enorme reconhecimento do Parlamento catarinense aos trabalhos que os homenageados e as homenageadas do dia de ontem à noite vêm fazendo em Santa Catarina.

Quero também informar a Santa Catarina que durante a sessão do dia de hoje estará circulando na Assembléia Legislativa, e também a partir de amanhã pelo Estado, a edição de junho do jornal da Bancada do PT, que já está na sua quinta edição e traz como matéria de capa a duplicação da BR-101, com um levantamento jornalístico a respeito dos trabalhos que vêm sendo realizados nas obras de duplicação, e também a situação que passa nesse momento o Município de Itapema: a grave crise política e também uma crise na Segurança Pública - posteriormente, durante as Breves Comunicações, irei relatar esse fato.

No corpo do jornal, logicamente, estão as ações de cada um dos nove Deputados Estaduais da nossa Bancada, destacando aquilo que cada Parlamentar entende como tema principal desenvolvido durante o mês de junho.

Durante a tarde, faremos chegar às mãos de cada um dos Srs. Parlamentares da imprensa e do público presente a Edição nº 5 do jornal da nossa Bancada.

Mas, com relação à matéria que traz, hoje, o jornal da nossa Bancada, ou seja, a preocupação acerca de Itapema, devo dizer que hoje os próprios jornais estaduais também trazem uma matéria na página policial porque na madrugada de domingo para segunda-feira, após a exibição de uma reportagem veiculada pelo programa Estúdio SC, da RBS TV, que destacou os problemas envolvendo licitações e contratações irregulares da Administração

Municipal de Itapema - inclusive o titular dessa Administração, em recente decisão da Justiça Eleitoral de Itapema, foi cassado e teve os seus direitos políticos impedidos por três anos, mas ainda não foi afastado da Prefeitura -, e quando as denúncias certamente foram pela primeira vez tratadas pela grande imprensa estadual, coincidentemente foi iniciado um incêndio, que consideramos criminoso, na sede do Partido dos Trabalhadores do Município de Itapema.

Logicamente todos sabemos que, conforme a própria decisão da Justiça, em se efetivando na Segunda Instância e nas Instâncias Superiores o afastamento do atual Prefeito do Município de Itapema, quem assumirá o comando da Prefeitura será o professor Sabino Bussanello, que é o representante do Partido dos Trabalhadores.

E lamentavelmente, após a veiculação do programa, tivemos a sede do nosso Partido, no Município de Itapema, incendiada. E os jornais do dia de hoje, Deputado Dionei Walter da Silva, destacam declarações do próprio Procurador do Município de Itapema, do PFL, dizendo que certamente quem ateou o fogo no próprio Diretório Municipal do PT, no Município de Itapema, foi o próprio PT para fazer de conta que os responsáveis foram os apoiadores ou os filiados ao PFL.

Uma grande quantidade de Parlamentares, de Deputados Estaduais da nossa Bancada, de Vereadores de várias Bancadas dos Municípios da região e um grande conjunto de lideranças estiveram lá na quarta-feira acompanhando a preocupação que vive neste momento o Município de Itapema.

Um outro fato relacionado àquela situação é que há mais de 90 dias foi baleado, na porta de casa, um jornalista do Município de Itapema que fazia a cobertura dos escândalos, dos problemas que envolvem a gestão pública daquela cidade. O jornalista foi baleado há mais de 90 dias e até o momento não existe o esclarecimento acerca dos responsáveis por este crime, até o momento não existem informações por parte da própria Polícia Civil daquele Município.

No dia 25 de junho, o jornal Independente, daquela cidade, também destacou essa questão na matéria de capa: "Noventa dias sem respostas", trazendo, inclusive, uma foto do jornalista ainda acamado, em função da ameaça à sua vida há mais de 30 dias.

Então, além de a situação de Itapema ter se transformado num problema logicamente político, o que está acontecendo naquele Município é também uma crise da Segurança Pública, uma crise das instituições. Aqueles que estão à frente desse movimento pela ética e pela moralidade no Município de Itapema estão sendo perseguidos à luz do dia e à noite, através de tiros, como houve o jornalista baleado, e através de incêndios criminosos, como aconteceu na madrugada da última segunda-feira.

E estamos fazendo um apelo para que a Secretaria da Segurança Pública reforce o policiamento no Município de Itapema. Até o momento não ocorreu nenhuma morte e nenhum problema deste nível, mas o clima que sentimos na última quarta-feira naquele Município dá-nos um indicativo de que esta situação não está descartada, já que os ânimos estão extremamente exaltados, a crise política, a crise da Segurança Pública e a crise administrativa são muito grandes. E não podemos assistir a essa situação sem fazermos um alerta à Secretaria da Segurança Pública de Santa Catarina.

Também quero dizer que acabei de participar da reunião da nossa Bancada, em que assinei um encaminhamento à própria Polícia Federal, no sentido de solicitar proteção aos líderes que hoje fazem o enfrentamento à atual política conduzida no Município de Itapema.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Pois não!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Deputado Paulo Eccel, só para reforçar essa preocupação de V.Exa. devo dizer que, se não me engano, no Município de Rodeio já houve um caso de incêndio à casa de um Vereador do PT, mataram um outro Vereador e também até hoje não se teve uma resposta. Penso que é preciso uma resposta efetiva para este tipo de crime.

Quero pedir a V.Exa. que no ofício que encaminhará à Segurança Pública pedindo que mande policiais, solicite que não sejam mandados aqueles que bateram nos estudantes aqui na ponte porque senão, ao invés de segurança, vamos ter uma piora na situação lá no Município de Itapema.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Muito obrigado, Deputado Dionei Walter da Silva.

Sem dúvida alguma, passamos por uma crise muito grande no que se refere à credibilidade das instituições. E diante disso, há uma possibilidade concreta de que as instituições ligadas à Segurança Pública de Santa Catarina recuperem, certamente, a credibilidade que uma boa parte perdeu, devido a forma como conduziram o processo aqui em Florianópolis, no movimento referente à redução das tarifas de ônibus.

Recentemente tive aqui a oportunidade de destacar uma licitação, cuja dispensa foi tornada inexigível, em que, para um curso de direitos humanos, foi adquirido pela Polícia Militar sprays de pimenta e balas. Então, a Polícia, de fato, precisa recuperar a credibilidade, e agora é a grande oportunidade para isto!

Muito obrigado, Sr. Presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra a próxima oradora inscrita em Breves Comunicações, a Sra. Deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. Presidente, Deputado Pedro Baldissera, nosso brilhante Colega; Sras. Deputadas, Srs. Deputados, amigos que nos assistem através da TVAL e funcionários desta grandiosa Casa Legislativa, assomamos à tribuna, hoje, para falar - e até quero agradecer às colegas Deputadas Ana Paula Lima e Simone Schramm e a todos os Parlamentares pela sua aprovação - sobre o nosso projeto de lei instituindo o último sábado do mês de junho para se comemorar o Dia da Marcha para Jesus.

Realmente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, este acontecimento ocorreu no último sábado, com início às 9h, e surpreendentemente compareceram milhares de jovens cantando e louvando a Deus, em nome da paz que todos queremos para as nossas famílias.

Foram momentos de muita emoção, comprovados, inclusive, por Sua Excelência, o Governador do Estado, Sr. Luiz Henrique da Silveira, que lá se fez presente conosco; pelo brilhante colega Parlamentar Narcizo Parisotto, que também se fez presente; pelo vice-Prefeito da Capital, Sr. Bitá Pereira; pelo Vereador Alceu Nieckarz, Líder do PL na Câmara; e pelo nosso amigo Vereador Miotto. Estiveram também presentes muitos Pastores de diversas denominações religiosas, como membros, diáconos, obreiros e muitas autoridades.

Portanto, muitas autoridades se fizeram presentes e na ocasião vimos no semblante daquela juventude a alegria de poderem estar contemplando, louvando, cantando e adorando a Deus. Muitos jovens, por amor e pela fé, deixam de estar no mundo do vício das drogas ou comendo até mesmo crimes em nosso País, quando estão fazendo a sua higiene mental e buscando uma comunhão mais firme e consistente com Deus. Inclusive, o Colega que preside a sessão hoje, Deputado Pedro Baldissera, é um grande religioso e sabe dessas experiências.

Que bom, senhores, que a mensagem de amor Dele está em todos os corações, inclusive dos nossos filhos e de nossas famílias.

Srs. Deputados, na Marcha para Jesus, que foi transformada em data oficial dos catarinenses por iniciativa desta Deputada - é claro que com o apoio de todos os 39 Parlamentares, e voltamos a agradecer-las mais uma vez -, milhares de jovens e adultos mostraram que existe um caminho de luz, de paz e de alegria para todos nós.

Então, queremos novamente agradecer ao Governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira, e ao vice-Governador, Dr. Eduardo Pinho Moreira, por terem olhado com bons olhos e sancionado esse nosso projeto, que hoje já é lei, para que faça parte do calendário catarinense. Portanto, no último sábado do mês de junho os Municípios do Estado de Santa Catarina irão parar para celebrar uma data importante: louvar o Senhor Jesus que é o nosso advogado aqui na terra.

Srs. Deputados, trata-se de uma data importante, e nada disso aconteceria se não fosse a ajuda de todos os Parlamentares desta Casa.

Eu também quero complementar o que o Deputado Paulo Eccel salientou sobre a sessão solene de ontem, às 19h, quando tivemos a Casa cheia. Foi uma sessão solene de alto gabarito, com muitas autoridades, para os homenageados serem contemplados com a Medalha de Mérito Carl Albert Hoepcke, por realizarem trabalhos relevantes na área empresarial, educacional, ambiental, econômica, social, ou se destacarem no desenvolvimento de Santa Catarina.

Eu quero homenagear o empresário Eduardo Saleme, da Omni Construtora e Grupo Omni, que é engenheiro civil e suas empresas investem muito em Santa Catarina com a mais moderna tecnologia, atendendo pequenas e grandes obras. Entre elas destacam-se as do Supermercado Imperatriz, em Jurerê Internacional, do Complexo Cepon - Hospital Wilson Kleinübing -, da sede da Federação Catarinense de Tênis, com toda a estrutura para sediar a etapa semifinal da Copa Davis, e da nova Catedral da Igreja Universal do Reino de Deus, com uma arquitetura lindíssima, maravilhosa.

Eduardo Saleme é paulista radicado em Florianópolis. Trouxe à Capital catarinense mais qualidade aos serviços, que foi atestada pela certificação PBQP-H Nível A e ISO 9001. Ele é muito conhecido no mundo esportivo, principalmente no tênis. Sua empresa patrocina o campeonato nacional de veteranos, denominado OMNI CUP da Confederação Brasileira de Tênis. Por tudo isso eu pude contemplar Eduardo com a magnífica medalha, uma vez que por ele temos apreço e muito respeito.

Srs. Deputados, ocupamos esta tribuna para trazer assuntos que enriquecem os catarinenses. E ontem a sessão solene, Deputado Genésio Goulart, foi magnífica.

Quero parabenizar o Presidente desta Casa legislativa, na pessoa do brilhante Parlamentar Julio Garcia, e também todos os meus colegas Parlamentares, porque se não fosse esse conjunto de Parlamentares dedicados, responsáveis, a sessão solene não ocorreria. Afinal, uma andorinha não faz verão.

Agradeço a todos os Parlamentares, e quero dizer que graças a Deus a nossa Casa legislativa é formada por homens e mulheres responsáveis, conscientes, trabalhadores e desbravadores. Graças a Deus aqui se trabalha e aqui reina a paz.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Afrânio Bopprré, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente, eu venho à tribuna com o propósito de discutir dois temas. O primeiro deles é decorrente da Medida Provisória nº 117, de 24 de junho.

(Passa a ler)

"Concede aos servidores públicos estaduais, ativos e inativos, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Saúde antecipação do valor do vencimento e estabelece outras providências."

(Cópia fiel)

Eu quero chamar a atenção dos Srs. Deputados porque os trabalhadores da saúde do Estado de Santa Catarina estão há mais de um ano à mesa de negociação para discutir os termos de um projeto de lei referente ao plano de cargos e salários. E no dia de ontem o Governador do Estado manda uma medida provisória fazendo uma antecipação, mas não é exatamente o contexto, a discussão, o conteúdo geral de um plano de cargos e salários. Ela é, de certa forma, vacina contra uma possível greve dos trabalhadores da saúde, que estão há mais de um ano sendo enrolados pelo Executivo Estadual.

O curioso é que as vantagens que estão sendo concedidas por meio desta medida provisória, já foram aplicadas nos vencimentos sem ainda a correspondente apreciação por parte da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

O seu art. 7º tem o seguinte teor:

(Passa a ler)

"Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de junho de 2005."

(Cópia fiel)

Isso quer dizer que se a Assembléia Legislativa não conceder nesses termos a aplicação desta medida, o Governador do Estado de Santa Catarina cai em crime de responsabilidade, vez que já mandou aplicar os reajustes, as antecipações decorrentes dessa medida provisória sem ter sido convertida em lei.

O que é interessante, e peço a atenção de todos os Deputados em função da natureza técnica, do artifício que foi aplicado, é que no art. 51 da Constituição diz:

(Passa a ler)

"Art. 51 - Em caso de relevância e urgência, o Governador do Estado poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato à Assembléia Legislativa, que, estando em recesso, será convocada extraordinariamente no prazo de cinco dias."

(Cópia fiel)

E entraremos em recesso ainda esta semana.

Diz ainda a Constituição no art. 51, § 1º, Deputado Antônio Carlos Vieira:

(Continua lendo)

"§ 1º - As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias....".

(Cópia fiel)

Portanto, estamos diante de uma situação difícil porque se entrarmos em recesso sem aprovar a medida provisória, necessariamente deverá haver convocação extraordinária para apreciá-la. E se a aprovarmos do jeito que está, sem discutir, sem tramitar nas Comissões, sem ter o debate aprofundado, estaremos, na verdade, funcionando aqui apenas como balcão de um cartório que homologa, e está tudo decidido.

Vejam o cálculo frio que foi a emissão desta medida provisória no dia de ontem, pedindo, inclusive, à Assembleia Legislativa efeitos retroativos a 1º de junho. A estratégia é calculista e fria porque o art. 5º diz assim:

(Passa a ler)

"O Chefe do Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado, caso necessário, as adequações legais do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, ficando autorizado a proceder, por decreto, aos ajustes orçamentários necessários ao cumprimento desta Medida Provisória."

(Cópia fiel)

Então, vamos ter que conceder ao Chefe do Poder Executivo autorização para ele mexer mais uma vez no Orçamento sem precisar passar por esta Casa Legislativa para adaptar aos efeitos da medida provisória.

O que a Bancada do Partido dos Trabalhadores está questionando, do ponto de vista judicial, é essa prerrogativa que o Executivo teima em confiscar os poderes do Legislativo para efeito, por exemplo, do chamado Fundo Social. Mais uma vez aqui o Executivo não nos dá margem de discussão. Ou aprovamos nesses termos ou vamos entrar em recesso, e para efeito de aplicação da medida provisória há a necessidade imperiosa, exigência constitucional, de uma convocação extraordinária.

Então, de tal sorte que estamos aqui desafiados a encontrar uma solução para esse impasse, sob pena de estarmos nos rendendo, de estarmos perdendo, inclusive, a delegação popular que nos fez estar aqui para representar o povo. Essa estratégia confisca a representação Parlamentar.

Sr. Presidente, também quero me referir, nos dois minutos que me restam, às declarações do Governador Luiz Henrique da Silveira com relação ao fato do PMDB, nacionalmente, não aderir ao Governo Federal, ao Governo Lula; não aceitar seus ministérios, não aceitar os cargos.

Na verdade, falo do ponto de vista do meu entendimento político, o que desta tribuna, desde o primeiro dia - os Anais desta Casa estão aí para comprovar -, como Deputado Estadual, insisti que o nosso Partido fosse oposição. Insisti da necessidade de o Governo Lula estabelecer uma aliança que lhe desse sustentação, mas que fosse uma governabilidade socialmente sustentada, e não refém dos artifícios da política tradicional, do clientelismo, da relação viciada que historicamente esse País se constituiu.

Por isso, quero dizer que estou absolutamente gratificado, do ponto de vista de que a distância política, esse esforço que o Governador vem fazendo com relação ao PMDB, por razões opostas, por uma visão politicamente distinta, acaba coincidindo com aquilo que sempre apregoei, no ponto de vista das nossas relações políticas entre o PMDB e

o PT. Para nós do Partido dos Trabalhadores é muito bom não estar acompanhado do Governador Luiz Henrique da Silveira; é muito bom que quem esteja com a perspectiva de usufruir dos cargos federais, numa relação clientelista, desça, se ainda não desceu, porque o projeto político não pode se dar com uma relação que seja a busca de uma governabilidade sem projeto político, e como os projetos políticos são diferentes, em muitos casos antagônicos, não há como conviver. É necessário ter discernimento; até onde vai a relação política, não pode ser desta forma.

Sr. Presidente, essa é a minha manifestação com relação às declarações do Governador Luiz Henrique da Silveira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o Sr. Deputado Celestino Secco, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, telespectadores da nossa TVAL, trago três assuntos para utilizar o horário do meu Partido na tarde de hoje. O primeiro é para a notícia de que a Escola do Legislativo, com o apoio do Sr. Presidente desta Casa, Deputado Julio Garcia, estará realizando, na próxima quinta-feira, das 8h às 19h, na cidade de Criciúma, o primeiro Programa Regional de Formação de Agentes Políticos, feito pela Escola do Legislativo, com o apoio do Interlegis do Senado Federal.

Temos hoje mais de 150 inscritos, Deputado Pedro Baldissera, o que demonstra a presença efetiva da Escola do Legislativo nessa atuação e nessa tentativa de, através da escola, fazermos a qualificação das políticas públicas e dos processos legislativos do nosso Estado.

Teremos lá o papel do Vereador, democracia representativa e participativa, o processo legislativo e as competências constitucionais, o PPA Municipal, a LDO e a Lei de Meios, a Lei Orçamentária, assuntos que serão colocados e debatidos ao longo do dia de quinta-feira, na cidade de Criciúma, para toda a ambiência regional do Sul do Estado.

O segundo tópico que quero me reportar, em nome do Partido - tenho certeza de que outros Srs. Deputados também receberam o abaixo-assinado da Associação Catarinense de Professores, num movimento desencadeado por todo o Estado, com mais de três mil assinaturas -, é sobre a situação crítica que vive o professor inativo do nosso Estado, por não ter sido contemplado até aqui pela política governamental de não-revisão salarial, mas de concessão de abono de R\$ 100,00, de R\$ 50,00 e de R\$ 150,00.

Realmente, os nossos professores inativos, os que deram suor, esforço, talento e dom a serviço de Santa Catarina, não mereceram, até aqui, do Governo do Estado a atenção devida no sentido de permitir que na remuneração que recebem possam ter uma melhor condição de sustentabilidade.

Não sou, em absoluto, favorável à política de abono, porque ela é, em última instância, a que deteriora a política de salários existentes nos quadros da estrutura estadual do Poder Executivo. Mas já que se adotou essa política de abono, peço que, tal qual, agora, por essa medida provisória, Deputado Afrânio Boppré, seja estendido para a Saúde, para que os inativos da Saúde recebam essa antecipação de vencimento de um futuro, quem sabe, plano de cargos e salários, e que o Governo conceda também, neste exercício, já e de imediato, esse

abono para os professores inativos do nosso Estado. Se Sua Excelência não quer dar uma revisão anual de vencimentos para todas as carreiras e para todos os professores, que então apenas estabeleça uma pequena remuneração de abono para também os professores inativos do nosso Estado.

Um terceiro assunto ao qual quero me reportar é o puxão de orelha. Dizem que o Governador deu ontem um puxão de orelha nos 30 representantes do Governo espalhados pelo Estado, no sentido de agilidade na atuação das Secretarias Regionais.

É a segunda vez, é o atoleiro. Mas agora vai, Deputado Joares Ponticelli, não se sabe para aonde, mas agora vai, é só uma questão de empurrar. E depois diz que se não fizerem agilmente as coisas que têm que fazer a Oposição não vai gostar. Porque até agora ninguém sabe o que tem que fazer, mas está sendo solicitada agilidade, porque senão a Oposição vai achar ruim.

Vamos achar ruim não é porque não há agilidade, mas é porque não há o que fazer. Lamentavelmente não há o que fazer. Não é o modelo que estamos criticando, o sistema, a concepção, mas é a atuação.

E, aqui, o jornal diz, e até agora não vi desmentido, que ainda há uma discussão sobre competências. Os Secretários Regionais estão reclamando que não funciona porque os Secretários Centrais não liberam as condições para o funcionamento.

Mas agora vai. Agora nós vamos para algum lugar.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado, V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado, que esse negócio não iria funcionar e que iria para o atoleiro nós já sabíamos e estamos dizendo isso há algum tempo. Mas agora o Governador reconheceu. Veja a foto, Deputado Celestino Secco, dele, com o dedo em riste, dizendo: "Pelo amor de Deus, não pode ocorrer demora. Temo-nos perdido na demora em executar algumas ações. Todos os dias eu tenho que empurrar para que as coisas andem rapidamente."

Agora vai para o atoleiro, e o Governador está reconhecendo. E o que é pior, Deputado Celestino Secco: um terço delas o Governo reconhece que podem fechar, porque não vão fazer diferença. O Governo está reconhecendo que dez delas têm resultado insatisfatório. Então, está aí uma solução, Deputado Manoel Mota: quem sabe já fecham um terço delas de pronto, até para tentar desafogar e para atender a sugestão do Deputado Celestino Secco e conceder alguma coisa para os inativos.

Fecham dez delas. O povo não vai perceber. Aliás, já estou dizendo há muito tempo que o povo não vai sentir falta, e agora nem o próprio Governo vai sentir falta, porque o próprio Governador está pedindo: "Pelo amor de Deus, meus quase 50 Secretários, ajudem-me a empurrar esse carro que se encontra no atoleiro".

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - A respeito desse um terço que não funciona, a matéria ainda contempla um outro terço que não está nem bom nem ruim, ou seja, está regular. Mas o que me assustou mais nessa matéria é que os Secretários, Deputado Antônio Carlos Vieira, até agora não tinham o número do fax para se comunicar com o Governador. E o Governador adotou a providência, ontem, de então informar o número do fax, para que o Secretário comunique o que está fazendo.

Realmente, isso é absolutamente preocupante do ponto de vista da qualidade de gestão, da agilidade de gestão, da busca de resultados, que devem ser seqüentes e consequentes. A simples transferência por decreto de competências, Deputado Pedro Baldissera, não resolve o problema da qualificação das políticas públicas e da eficiente prestação do serviço público para a cidadania, lá na ponta, lá na base.

E se apenas ontem os Srs. Secretários Regionais tiveram acesso ao número do telefone que contempla a possibilidade e a oportunidade de fazer uma notificação, Sr. Presidente, ao Governador do Estado das coisas que estão acontecendo na região, é mais do que preocupante, é assustador, porque em não havendo esse contato, no dia 1º de agosto, quando está marcada a próxima reunião do Governador com os Secretários, não vai ter apenas um puxão de orelha, vai ter puxão de orelha e beliscão, porque vai continuar tendo a dificuldade da implementação dessa proposta de gestão pública e de organização administrativa do nosso Estado.

Eu espero que não continuem dizendo que agora vai, porque acho que não vai.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 15 minutos são destinados ao PT.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Quero com muito prazer registrar a presença do ex-Deputado, nosso amigo, Vânio de Oliveira, grande Deputado com o qual tivemos o privilégio de trabalhar nesta Casa. Ele representou dignamente o Sul do Estado e hoje se encontra em nosso meio.

É um prazer, é uma alegria tê-lo em nosso meio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Feito o registro, também confirmamos a nossa satisfação em tê-lo presente, Deputado de grande valor, com trabalho destacado em nosso Estado.

Com a palavra o Sr. Deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores, pessoas que nos acompanham aqui, nesta Casa, inicialmente, até em função digamos assim da liturgia da sessão solene ser tão resumida, acredito que vários Srs. Parlamentares irão fazer, como já estão fazendo, referência aos seus homenageados, dizendo por que foram escolhidos e a que se deve a concessão dessa honraria.

O meu homenageado foi da cidade de Jaraguá do Sul, o Sr. Ary Carlos Pradi. Eu quero justificar e explicar o porquê da escolha desse empresário dentre tantos empreendedores de sucesso que tem a nossa querida Jaraguá do Sul.

A empresa criada pelo Sr. Ary, em 1991, Sol Sports Indústria e Comércio Ltda., é hoje a segunda maior fabricante de equipamentos de vôo livre do mundo e a única do ramo na América Latina. E essa empresa, com a sua filosofia de trabalho, preocupada sempre com a qualidade dos seus produtos, com a diversificação dos produtos, principalmente em fomentar o próprio esporte que utiliza os equipamentos de *paraglider*, de vôo

livre, patrocina, participa e realiza eventos em todo território nacional e no exterior, sempre divulgando o esporte, principalmente divulgando o nosso Estado e a nossa cidade de Jaraguá do Sul, que se tornou referência no vôo livre internacional graças ao empenho e ao trabalho desse empresário e da sua empresa.

Eu acho que nesse sentido o Sr. Ary Carlos Pradi merece a honraria aqui recebida, merece o respeito e as homenagens do povo catarinense, por sua dedicação, pelo seu empenho. E hoje a empresa dele possui uma equipe de 75 funcionários, 12 deles sendo pilotos de teste, de apresentação. Inclusive foram quebrados vários recordes mundiais e brasileiros com esses equipamentos. E são inúmeras as expedições que vêm ao Brasil, que participam de vôos e que vêm conhecer também a cidade e essa empresa.

Nós temos essa empresa presente, exportando produtos para mais de 120 países do mundo. Acho que isso em menos de 14 anos, 15 anos é um feito. E é importante a simplicidade que o Sr. Ary Carlos Pradi e sua equipe têm ainda em nossa cidade, essa continua preocupação em desenvolver o esporte, principalmente em divulgar a nossa cidade, o nosso Estado, por todo o mundo.

Então, neste sentido, queremos, mais uma vez, parabenizar o Sr. Ary Carlos Pradi pelo prêmio. E quero dizer que Santa Catarina se orgulha de catarinenses como ele e como os demais homenageados na noite de ontem.

Gostariamos, Sr. Presidente, de fazer referência à situação de muitos Municípios do Estado de Santa Catarina por onde circulamos. E quero citar um do Meio-Oeste catarinense, que tive a oportunidade de conhecer e visitar na semana passada, Deputado Onofre Santo Agostini, que V.Exa. conhece bem. Talvez V.Exa. já tenha passado pelo Município de Brunópolis, um Município próximo a Curitiba. E até vejo dois Deputados preocupados com o que vou falar, mas vou falar bem.

A minha preocupação com os Municípios refere-se à falta de oportunidades e de empregos. E não é só o Município de Brunópolis, Sr. Deputado Antônio Ceron, são inúmeros Municípios, e na sua região deve ter também, que não possuem nenhuma empresa, apenas uma agricultura, inclusive com alguns grandes produtores.

Na reunião da qual participei, um deles, na apresentação, próximo de 60 anos de idade, quando perguntado sobre o que fazia, disse que acorda cedo, Deputado Onofre Santo Agostini, fica circulando e faz o que aparecer para fazer.

Essa é uma situação que vemos em Santa Catarina, com o desequilíbrio nos investimentos e no crescimento de uma região muitas vezes em detrimento de outra. Portanto, Deputado Onofre Santo Agostini, entendo fundamental o papel do Estado de Santa Catarina e do Estado enquanto ente federativo.

Então existe essa preocupação com o desenvolvimento homogêneo do nosso Estado, porque criam instrumentos, como o Fundo Social, um dos últimos a ser criado, que dizem ter esse objetivo, mas que na verdade não é bem assim. E até posso citar um exemplo de uma cidade que, pelos cálculos, perderia em torno de R\$ 2 milhões, com o Fundo Social Deputado Onofre Santo Agostini e vai receber um investimento de R\$ 10 milhões em um centro de multiuso.

Então, se o Fundo Social fosse para fazer investimentos em Brunópolis, em Bom Jardim da Serra ou em tantos outros Municípios carentes de investimentos, seria

importante, porque precisam ter o desenvolvimento até para que o seu povo tenha dignidade, tenha trabalho e não precise, como V.Exa. bem sabe, vir para o Litoral, para Jaraguá do Sul, para Blumenau, para Joinville ou para tantas outras cidades buscar uma melhor condição de vida.

Acredito que o nosso papel como Parlamentares, inclusive no Orçamento, é destinar, é carimbar recursos, Deputado Onofre Santo Agostini, para as regiões menos desenvolvidas de nosso Estado. Precisamos fazer efetivamente com que o discurso do próprio Governador de diminuir a litoralização aconteça na prática.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não, ouço com muito prazer V.Exa. que conhece melhor do que eu essa região.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Quero agradecer pela oportunidade que V.Exa. me concede e dizer que estou muito feliz, pois é mais um Deputado que vai à nossa região e vê o sofrimento daquele povo, não só de Brunópolis, como também de Timbó Grande, de Cerro Negro, de São José do Cerrito e de tantos outros Municípios que vivem em situação difícil.

O Sr. Deputado, aquela região já fez muito pelo Estado de Santa Catarina, contribuiu muito com suas riquezas, com suas reservas. V.Exa. sabia, Deputado, que Curitiba chegou a ser o sétimo arrecadador de imposto em Santa Catarina? Hoje acho que é o 170º, por aí, porque além de desmembrarem os Municípios, acabou a vaca barrosa, acabou a teta, o ICMS da madeira. Mas os problemas ficaram para lá. Os recursos do ICMS gerados naquela região foram destinados para as regiões hoje desenvolvidas, que é o Vale do Itajaí, a sua região e assim por diante.

Desta forma, Deputado, V.Exa. está prestando um relevante serviço a Santa Catarina, testemunhando para que todos saibam que aquela região precisa de investimento, principalmente do setor público. Quero parabenizar V.Exa. e direi à minha região, tanto eu como o Deputado Romildo Titon, o Deputado Francisco Küster, o Deputado Antônio Ceron, o Deputado Sérgio Godinho, que bom que esses Deputados das regiões desenvolvidas, às vezes, dirijam-se para lá, para o Oeste, para o Extremo Oeste, e veem a dificuldade com que aquele povo vive.

Cumprimento V.Exa. pela colocação muito eficaz, muito eficiente e muito correta que faz hoje.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Agradeço a V.Exa. e incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento. Efetivamente, a minha preocupação é que esse movimento que aconteceu no passado, tão combatido nos discursos, continue acontecendo neste momento, no atual Governo, com as prioridades não sendo direcionadas para o desenvolvimento de todo o Estado de Santa Catarina, mas de algumas regiões, mais uma vez.

Outra questão que o Governo Federal tenta implementar - e há um Conselho de Governadores, de Secretários de Fazenda, que não aceita - é a discussão da unificação do ICMS e, principalmente, do ICMS ser utilizado, ser cobrado, ter fato gerador no destino, Deputado Genésio Goulart, porque isso também facilitará investimentos em todas as regiões do Estado.

Como hoje uma parcela significativa do ICMS termina sendo gerada onde está instalada a fábrica, a guerra fiscal acontece de um Estado contra o outro, de um Município contra o outro, e aí temos apenas um

desenvolvimento onde as indústrias estão instaladas, com muitas regiões ficando no sobrepasso do crescimento, tendo que ver quase toda a sua população migrar para esses Municípios com maior desenvolvimento.

Então, acho que são questões que precisam ser discutidas, precisam ser enfrentadas com serenidade, com maturidade, para que nós não tenhamos mais essa disputa como eu ouvi, Deputado Antônio Carlos Vieira, há poucos dias, na Comissão de Finanças, quando o Governador tentava aprovar o projeto de incentivo fiscal a indústrias de *telemarketing*. Eu entendo que é uma bobagem sem tamanho entrarmos numa guerra fiscal para tirarmos indústrias de outros Estados, a fim de elas se instalem no nosso Estado. E um Deputado inclusive dizia que nós somos Deputados de Santa Catarina. Mas se tivermos a visão e a preocupação de pensarmos no nosso umbigo, sem nos preocuparmos com o conjunto do Estado, com o conjunto da Nação, vamos gerar desenvolvimento em algum lugar e vamos gerar atraso e retrocesso em outras regiões.

Assim, ao invés de discutirmos incentivo fiscal para *telemarketing*, Deputado Paulo Eccel, poderíamos estar discutindo incentivo fiscal para produtos da cesta básica, para baratear, quem sabe, esses produtos na mesa das pessoas menos favorecidas; incentivo fiscal para o transporte coletivo, para que seja mais barato e as pessoas possam utilizá-lo; incentivo fiscal para produtos de uma cesta básica de material de construção, para que as pessoas possam construir casas decentes. E tantas outras áreas poderíamos estar discutindo, menos querer tirar empresas de um Estado para levá-las para outros, até porque se sabe que se transfere apenas virtualmente, inclusive ficando às vezes com instalações no seu Estado de origem.

Penso que são questões que precisamos discutir, e na discussão do Orçamento precisamos pensar com muito carinho. Cada Deputado na sua região, Deputado José Carlos Vieira, mas se preocupando com todo o Estado, porque às vezes há uma preocupação em fortalecer muito os investimentos em Joinville, a fim de trazer mais e mais pessoas, enfraquecendo, muitas vezes, outras regiões, até porque se sabe que os recursos são poucos. Então, não podemos atender todo o Estado. Assim sendo, vamos fazer esse investimento para que o crescimento se dê por toda Santa Catarina, Deputado Manoel Mota.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Feita a manifestação do Sr. Deputado Dionei Walter da Silva, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Deputado Gelson Merísio, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Deputado Herneus de Nadal, que está presidindo esta sessão; Deputada Simone Schramm, que acompanha na mesa; Deputado Pedro Baldissera; Srs. Deputados; senhores telespectadores que nos acompanham pela TVAL, quero, inicialmente, congratular-me com todos os Companheiros desta Casa, em especial com a Mesa Diretora, na pessoa do Presidente Julio Garcia, pela belíssima cerimônia que fomos testemunhas, ontem à noite, quando da homenagem justa, pertinente e, acima de tudo, necessária a uma parcela da nossa sociedade que muitas vezes é tida e vista com maus olhos; que muitas vezes é acusada de apenas visar o lucro; que muitas vezes é acusada de não estar preocupada com o dia-a-dia da sociedade, a não ser com o seu negócio, com a sua empresa, que são os nossos empresários.

Por isso quero parabenizá-lo pela iniciativa. E eu, que também sou oriundo desse setor, que tive a oportunidade de presidir, por quatro anos, a Facisc, e por conhecer o dia-a-dia da empresa, sei quanto isso é difícil para o empresário, pois ele tem todo o final do mês a preocupação com a sua folha de pagamento; tem todo dia a preocupação com os impostos a pagar, e, além disso, tem sempre a preocupação de ter uma espada na sua cabeça, que é a questão do emaranhado tributário que temos no Brasil e que, muitas vezes, o deixa à margem da legalidade, não por iniciativa sua, mas por uma concorrência predatória que tira os honestos, os corretos do mercado, porque o Brasil convive, hoje, com uma carga tributária superior a 40%.

Então, ele vive um emaranhado de leis que torna a concorrência desleal em negócios exatamente iguais de um Estado para o outro, muitas vezes de uma cidade para outra, e muitas vezes de um processo para outro. Por isso a homenagem é extremamente justa e vem reconhecer o trabalho dessas pessoas.

Mas eu quero também fazer um destaque ao meu homenageado da sessão solene de ontem, que está acompanhando o meu pronunciamento, o empresário Sextílio Hans, e a sua esposa Rose. Pedi que ficasse também hoje nesta Casa, para poder fazer uma homenagem justa a ele, pois é uma personalidade empresarial do nosso Oeste, de Chapecó, até porque ontem, com o grande número de oradores e homenageados, era impossível fazer essa homenagem de uma forma pessoal, como pretendia fazer.

O Sextílio, além de ter uma grande empresa em Chapecó, uma indústria que leva o nome da nossa região para o Brasil inteiro e também para o exterior, é um empresário típico de Santa Catarina, é um empresário típico do nosso Oeste. É aquele empresário que começou pequeno, que começou sofrendo, que conseguiu construir um patrimônio, mas nem por isso deixa de ter a amizade, a parceria, a lealdade com aquelas pessoas mais humildes, com aquelas pessoas mais sinceras e com aquelas pessoas do seu dia-dia.

Um exemplo disso é a carta que recebi quando estava vindo para cá, escrita pela D. Ivani, que eu não conheço, mas que é uma pessoa muito querida e que tem muita luz para passar para as pessoas, pelo que ela escreveu aqui. Ela falou nessa carta sobre a existência de uma associação chamada Papa Léguas, mantida pelo Sextílio em Chapecó, associação essa que é composta por cadeirados. A Niju, empresa que faz parte o meu homenageado, tem um trabalho voltado aos deficientes físicos, sem ter *outdoor* para divulgar, sem ter propaganda, mas é reconhecida por aqueles que no dia-a-dia têm o seu braço de apoio e têm, acima de tudo, a certeza - e eu conversava com o Sextílio a esse respeito ainda hoje no meu gabinete -, de que na hora que precisarem terão onde buscar. Nada é mais triste, nada é mais angustiante para uma pessoa humilde, para uma pessoa pobre do que não ter onde buscar socorro, não ter onde buscar recurso. Já é difícil para uma pessoa normal, imaginem V.Exas. para um deficiente físico, muitas vezes pobre, muitas vezes relegado a um segundo plano.

Por isso a homenagem feita ontem, que eu tive o prazer de fazer, ao Sextílio se estende ao Elói Bergamaschi, que também é de Chapecó e que ontem esteve aqui presente, e se estende a todos os 40 homenageados e a tantos outros milhares espalhados pelo nosso Estado, que fazem de Santa Catarina um Estado empreendedor, diferente de qualquer outro do Brasil, onde a pequena empresa inicia no quintal da casa. E hoje temos multinacionais de

Santa Catarina formadas desse jeito, mas elas não perdem aquilo que é mais caro à pessoa, aquilo que é mais caro à nossa sociedade, que é o sentimento humano, o sentimento de poder ajudar ao próximo, o sentimento do dono da empresa ser também aquela pessoa que pega um cadeirado pelo braço e o conduz a uma quadra de esportes para participar do Parajasc, como é o caso de Sextílio e sua esposa Rose.

Por isso meus parabéns, Sextílio, muito sucesso, e espero que juntos possamos continuar a contribuir com o nosso Estado de Santa Catarina.

Feito este registro, quero abrir, inclusive, para o resto do tempo que me falta, um espaço ao nosso Presidente, se quiser usá-lo, uma vez que o tema que vou tratar, Deputado Paulo Eccel, é o tema do art. 170.

Vou fazer um apelo aos Deputados Paulo Eccel e Herneus de Nadal, que apresentaram um projeto, e parece que o Deputado Jorginho Mello também apresentou um substitutivo global, para que nós façamos um entendimento. Vamos fazer um substitutivo assinado pelos quatro Deputados, pois não tenho nenhuma preocupação em ter a paternidade do projeto. Mas é extremamente importante que nós possamos alterar, nesta sessão legislativa que se encerrará na próxima quinta-feira, a regulamentação do art. 170 e possamos voltar a dar expectativa a Chapecó, Deputado Herneus de Nadal, pois lá havia mais de 750 alunos que tinham bolsa e que agora deixaram de ter.

E quero aqui fazer defesa do item que eu coloquei, embora algumas questões jurídicas tenham sido levantadas. O projeto que eu apresentei previa que o percentual mínimo de 50% seria aplicado apenas aos alunos que ingressassem na universidade a partir de janeiro deste ano. E o que se visa com isso? Visa-se preservar aquilo que eu acho extremamente justo, que é uma bolsa mínima de 50%. Mas que seja criada uma transição de modelo de forma que a cada semestre nós tenhamos a possibilidade de aumentar o volume de recursos para o art. 170, aumentando, assim, o percentual, mas sem também diminuir por isso o número de alunos atendidos.

Em Chapecó, de um ano para outro, de um semestre para o outro, 750 alunos deixaram de ser atendidos. É o caso também da Unoesc, em Xanxerê, em que no ano passado atenderam 350 alunos e este ano atenderam apenas 180. E as famílias desses alunos estavam há dois ou três anos com o seu orçamento familiar organizado para gastarem um determinado valor, um orçamento que levava em conta uma bolsa de 30%, que parece pequena, mas para um curso como de medicina veterinária, que está em torno de R\$ 1.300,00 por mês, equivale a quase R\$ 500,00, ou seja, isso equivale a dois salários mínimos que muitas famílias não têm de onde buscar ou estão inadimplentes com a universidade ou tiraram seus filhos da escola, o que é muito triste e que deve ser evitado.

Por isso o apelo que faço, Deputados Paulo Eccel, Herneus de Nadal e Deputado Jorginho Mello, que deve estar acompanhando do gabinete, é no sentido de que nós possamos encontrar um denominador comum e ainda amanhã votarmos este projeto, mesmo que não tenha passado pelas Comissões. Nós podemos, no segundo semestre, quando voltarmos, encontrar um projeto ideal, aquele que de fato seja factível e seja realizável para o próximo ano. Agora, no afogadilho, não vamos, com certeza, fazer um projeto ideal, mas não podemos também colocar a culpa sobre os nossos ombros de termos, no próximo semestre, alunos fora da escola, fora das universidades porque não encontramos um denominador comum entre nós, no sentido de vermos a lei aprovada.

Então, é este o apelo que faço, e se for necessário, eu retiro o meu projeto. Se tivermos que assinar no sentido global, assinaremos também. Mas agora é importante que se faça a sua aprovação até amanhã, para que no segundo semestre possamos ter...

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Muito embora conhecendo sua posição, eu concedo um aparte a V.Exa.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Sr. Deputado, V.Exa. poderá argumentar para me convencer, mas eu ainda sou defensor da tese do mínimo de 50%. Porque, Deputado, hoje um curso superior de odontologia e de medicina custa, nas universidades que se dizem públicas, mas são particulares, no mínimo, R\$ 2.000,00 por mês. Se for fixado em 50%, o aluno terá uma bolsa de R\$ 1.000,00. Isso ajuda! Agora, se for fixada em 20%, o aluno terá uma bolsa de R\$ 400,00, e isso não influi muito. Por isso, embora o argumento de V.Exa. seja bastante procedente, nós temos que debater bem este assunto, para que nós não caiamos em erro, como já aconteceu aqui.

Eu acho que V.Exa. colocou um ponto fundamental: vamos fazer de tudo para aumentar a verba do art. 170. Esse, sim, é o caminho. Todavia, não pense V.Exa. que eu não vou colaborar. É claro que vou! Naquilo que for possível, votarei ao lado de V.Exa. e de meus companheiros Deputados.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Deputado Onofre Santo Agostini, eu também sou absolutamente favorável aos 50% da bolsa. O que nós precisamos buscar é um mecanismo de transição que permita que o aumento do percentual seja acompanhado pelo aumento do volume de recursos para o art. 170, de forma que possamos manter em 50% sem diminuir o número de atendidos, porque senão beneficiará um e prejudicará, de uma forma mortal, mais três acadêmicos. O objetivo é o mesmo. Também sou absolutamente favorável aos 50% de bolsa mínima, mas proporcional à elevação de recursos do art. 170, que é o que prevê o inciso que eu apresentei...

(Discurso interrompido por término do horário regimental)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Feita a manifestação pela relevância do assunto, esta Presidência toma a liberdade de solicitar aos proponentes do projeto e aos Líderes para que juntos possamos avaliar essa situação, a fim de deliberarmos sobre este assunto ainda no dia de hoje, no dia de amanhã, que é o prazo que se exaure para que se possa tratar desta matéria.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, com relação a esta matéria, conforme já antecipamos na reunião de Líderes, a nossa Bancada está disposta a compor, porque o problema está posto. Vamos ter agora, no mês de agosto, a retomada do processo de concessão de bolsa em muitas universidades e se não mudarmos a lei antes do recesso, nós não vamos permitir que esses estudantes possam acessar as bolsas ainda no ano de 2005.

Portanto, a Bancada do Partido Progressista está à disposição para que possamos encaminhar até amanhã o entendimento em torno desta matéria.

Quero, também, Sr. Presidente, aproveitar para registrar a presença, em nosso Plenário, do nosso ex-Deputado Vânio de Oliveira, que nos visita no dia de hoje.

O Sr. Deputado Paulo Eccel - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Paulo Eccel.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. Presidente, até para responder a uma solicitação de V.Exa., informo que daqui a alguns minutos o Deputado Jorginho Mello estará presente no Plenário, para que possamos juntar os Autores dos vários projetos que tramitam na Assembléia acerca do art. 170, no sentido de construirmos um projeto de consenso, para que no dia de amanhã possamos fazer o seu trâmite nas Comissões, a fim de votá-lo no Plenário na sessão da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Esta Presidência registra, com satisfação, as manifestações dos Srs. Líderes que, com certeza, vão ao encontro das necessidades dos estudantes das nossas universidades comunitárias.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, há mais de um mês venho trabalhando neste projeto, para que se encontre um denominador comum no art. 170, a fim de encontrarmos uma solução para aumentar esse universo nas universidades.

A proposta do Deputado Herneus de Nadal era para a redução do percentual, a fim de criarmos um universo maior de alunos. Acredito que esse seja o caminho do consenso, e a nossa Bancada está dando todo o apoio a V.Exa., para que amanhã possamos encontrar uma saída.

Em todas as reuniões, a Bancada tem levantado esta questão, ou seja, a importância de atender um universo cada vez maior, e é evidente que vamos acatar e encontrar uma saída e uma solução para que neste segundo semestre as universidades possam contemplar um número maior de estudantes no Estado de Santa Catarina.

Mas quero registrar, também, a situação em que se encontra a nossa região. Hoje, o Sul de Santa Catarina, a região do Alto Vale e a região de Jaraguá do Sul, de Joinville, principalmente a região da área da agricultura, estão em caravana em Brasília buscando uma solução para a questão do arroz. O nosso produtor está num desespero total, porque o valor de custo da saca para ele está em torno de R\$ 23,00 e o valor da saca para a venda é de apenas R\$ 18,00.

Eu falei há pouco com o Deputado Joares Ponticelli que seria bom que este Parlamento fizesse um grande movimento em Brasília, a fim de amenizarmos um pouco esse sofrimento. Acho que está na hora de o Governo Federal colocar a mão no cofre, aquilo que os outros Governos já fizeram, criar o IGF, para que os agricultores possam pagar suas contas e manter o seu produto na esperança de ganhar alguns recursos.

Então, evidentemente que não adianta só transferirmos a conta para o ano que vem, porque no ano que vem teremos duas contas a pagar: a despesa deste ano e o investimento do ano que vem. É preciso que encontremos um caminho, uma solução! O Governo está deixando que sejam importadas mais de novecentos milhões de toneladas do Uruguai e da Argentina, enquanto os arrozeiros de Santa Catarina... Só a minha região produz 35% do arroz de Santa

Catarina. Então, vejam a importância dos nossos arrozeiros! Evidentemente que matar os arrozeiros seria matar a galinha dos ovos de ouro, seria arrebentar a economia da região do Sul do nosso Estado - e não será só o Vale do Araranguá, e sim também a região carbonífera, a região da Amurel. Toda essa região possui grandes plantadores de arroz que arrebentariam.

Por isso, a importância de que este Parlamento seja representado, amanhã, em Brasília. Propomos que eu e o Deputado Joares Ponticelli, que fazemos parte dessa Comissão, possamos seguir para lá em nome dos sindicatos que estarão esperando e em nome dos plantadores de arroz que, numa caravana de ônibus, irão buscar uma solução para os seus problemas.

Penso que o problema da rizicultura de Santa Catarina é nosso, é do Parlamento! Por isso a importância, Deputado Joares Ponticelli, de podermos nos deslocar amanhã. Sei que será um dia de votações aqui, mas a importância que esse setor representa para a economia de Santa Catarina faz com que tenhamos que nos deslocar para defender a nossa região.

A situação é muito delicada. O Governo Federal precisa comprar, sim, 30% da produção e fazer um estoque regulador. Daí não precisará estar importando, pois temos produto de sobra aqui.

Quando a situação fica ruim nos outros países, o que eles fazem? Criam uma taxa e impedem a importação! Nós aqui estamos omissos, de cabeça baixa e não fazemos nada! Enquanto isso o arroz subsidiado da Argentina e do Uruguai vai tomando conta do mercado e os nossos arrozeiros vão entrando para o fundo do poço.

Por isso, precisamos nos movimentar aqui com muita força e ter garra e determinação para lutar por essa área produtiva que é fundamental para a economia. Se deixarmos que ela seja morta, estaremos sendo também responsáveis. Portanto, penso que é hora de tomarmos uma decisão. Amanhã, em Brasília, será um dia fundamental e decisivo. Lá estarão o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e também outros Estados que plantam arroz - até o Mato Grosso, que é plantador de arroz do seco, também estará lá.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Deputado Joares Ponticelli, V.Exa., que participou em Itajaí e em Araranguá do movimento, sabe que este é o momento fundamental para estarmos lá, levarmos a nossa solidariedade e tentarmos buscar uma negociação para que essa área produtiva continue trabalhando e produzindo a riqueza do País.

Ouçõ V.Exa., Deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Nobre Deputado, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz.

A rizicultura brasileira atravessa, talvez, a maior crise da sua história. Nós, que já participamos de alguns eventos, também temos a convicção, e que tem V.Exa., de que amanhã será um dia decisivo. Várias caravanas se deslocaram de todo o Estado, da região de Araranguá - da região de Tubarão dois ônibus partiram ontem -, do Alto Vale, da região de Guaramirim, enfim, rizicultores de todo o Estado estarão se dirigindo a Brasília. E a expectativa que estão levando na bagagem é de que o Governo Federal, segundo declarações já antecipadas pelo Ministro Roberto Rodrigues, possa finalmente, amanhã, anunciar medidas que venham a minimizar o sofrimento e os prejuízos dos rizicultores.

Ainda não sabemos como vamos administrar a nossa agenda para estarmos lá porque amanhã também será um dia decisivo aqui. Matérias extremamente importantes serão votadas, por ser o último dia de sessão. Mas até o final da tarde vamos ter que decidir qual é o encaminhamento, e espero que amanhã, definitivamente, os agricultores possam voltar de Brasília com a resposta que todos aguardam.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Nobre Deputado, na verdade estamos percorrendo o Estado. Já estivemos na cidade de Pouso Redondo e lá em Rio do Oeste - e havia representantes de toda a região para discutir também esse problema - participamos de um seminário sobre rizicultura.

Também faço parte desta comissão criada por V.Exa. Só que amanhã estarei relatando a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado e não poderei acompanhar V.Exa. a Brasília. Mas gostaria que levasse este pleito e que na volta trouxesse todas as informações e, quem sabe, efetivamente benefícios ao produtor de arroz, Deputado Manoel Mota. Não vamos deixar que algumas indústrias possam se aligeirar para tentar ganhar dinheiro em cima de recursos oriundos do Governo Federal. Vamos fazer com que efetivamente cheguem aos agricultores!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço, Deputado Dionei Walter da Silva, pelo aparte de V.Exa.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Rapidamente, para não atrapalhar o seu discurso, quero dizer que tenho acompanhado esse problema muito de perto na minha região. Tive a oportunidade de conversar com vários rizicultores das regiões de Guaramirim e de Massaranduba, e aquilo que V.Exa. está falando aqui na tribuna espelha realmente o que acontece lá no campo.

Esse pessoal está passando um momento difícil talvez por uma supersafra que tivemos, talvez pela importação do arroz que vem ou do Uruguai ou da Argentina e que jogou no pé o preço da saca. No ano passado era R\$ 38,00 a saca, este ano não passa de R\$ 15,00.

Os nossos rizicultores, principalmente da região de Guaramirim, estão passando por uma situação difícil. Eles não têm condições de ter um silo para a armazenagem do arroz. Portanto, são situações realmente muito difíceis e eles esperam uma resposta no dia de amanhã, em Brasília.

V.Exa. está de parabéns por ter levantado este assunto aqui em Plenário.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço a V.Exa. pelo seu aparte e incorporo-o ao meu pronunciamento.

Gostaria de dizer que este momento causa uma preocupação muito grande não apenas em Santa Catarina, mas no Brasil. Penso que está na hora de o Governo Federal tomar algumas medidas em defesa da área produtiva. Hoje não adianta só incentivar e modernizar. Os agricultores compram os seus equipamentos, modernizam-se e depois acabam não conseguindo buscar um resultado, uma resposta.

Neste pouco tempo que me resta, quero dizer que se falou aqui na descentralização, no desentendimento, mas o fato é que para se mudar uma cultura administrativa com toda uma história é muito

difícil. Mas podem ter certeza de que o Governo vai muito bem! Hoje, a população já sabe que a descentralização é uma realidade, e podem ter certeza de quem trabalhar contra estará no caminho equivocado...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. Presidente, Srs. Deputados e telespectadores da TVAL, eu tenho uma certa dificuldade para assimilar determinadas colocações, determinados posicionamentos na área política. Eu estou no meu quarto mandato e lembro que eu também tinha a mesma dificuldade quando, por dois mandatos, estive na Câmara de Vereadores, em Joinville. É aquela coisa de que quem é Oposição tem que achar uma forma de bater, tem que achar uma forma de desmerecer o adversário, o inimigo, tem que achar uma maneira de desestabilizar quem está no Governo. Eu sempre tive muita dificuldade para entender isso.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Há pouco, aqui, eu acompanhando o Deputado Joares Ponticelli, que já está pedindo a devida vênia para falar. E é justamente sobre V.Exa... Sabe Deputado, não é segredo para ninguém a admiração que nutro por V.Exa. como pessoa, como figura humana, como amigo que é. É o mesmo caso do Deputado Celestino Secco, por quem nutro também uma grande admiração, até pelas suas qualidades profissionais; V.Exa. foi um grande Secretário da Administração, conforme tive a oportunidade de acompanhar. Mas, quando V.Exas. estão aqui no plenário eu vejo exatamente aquela postura que vi na Câmara de Vereadores, lá em Joinville, e que agora vejo no Congresso Nacional: que quem é Oposição tem que bater e não interessa! E até o caso do meu próprio Partido, pois vejo lá o Arthur Virgílio também batendo barbaridade. Eu, particularmente, tenho dificuldade de assimilar isso.

Eu ouvi há pouco o Deputado Joares Ponticelli falar sobre os quase 50 Secretários; depois falou também da questão do atoleiro, dizendo: "Este Governo está entrando no atoleiro". Eu fico pensando nas pessoas que estão assistindo à TVAL e que não têm muito domínio da questão política, que não têm muito domínio do que é política, do que é Oposição e Situação, que uma tem que bater e a outra tem que defender. As pessoas que não têm muito domínio disso devem ficar pensando: "Meu Deus, atoleiro! Este País está ficando uma loucura! Você viu que lá em Rondônia estão cassando, estão arrebatando, estão roubando. Em Brasília, está um inferno, estão roubando, estão fazendo o diabo! E aqui você viu aquele Deputado, o Joares Ponticelli, que disse que o Governo está entrando num atoleiro?! Aqui também!"

Eu fico convivendo, Deputado Joares Ponticelli... O Deputado está se manifestando no sentido de que olhe para a câmera, mas, Deputado, eu quero olhar para V.Exa. Eu fico vendo uma realidade muito diferente, Deputado Joares Ponticelli, daquela que V.Exa. expressou aqui, e vou lhe dizer por quê. Eu tenho participado das reuniões das Secretarias Regionais, especialmente na minha região - a Secretaria de Joinville e também a de Jaraguá do Sul.

Tenho participado das reuniões do Conselho de Desenvolvimento Regional, Conselhos concebidos para nortear as ações do Governo, através das Secretarias Regionais, e vejo lá elementos que foram retirados do seio da comunidade, da população, para formarem os Conselhos (Prefeitos, Presidentes de Câmaras, etc.). Portanto, as pessoas que representam os verdadeiros anseios da comunidade estão ali nos Conselhos de Desenvolvimento Regional. Ali são votados e discutidos os projetos, aquilo que vai se fazer para as regiões, o que nós chamamos de descentralização do Governo.

Eu fico vendo isso e depois vejo V.Exa. se referir ao atoleiro que este Governo está se enfiando e eu fico triste. E digo mais a V.Exa. e para os demais Deputados de Oposição que, eventualmente, escorregam por este caminho também: numa sala de aula - e V.Exa. sabe disso, já que é professor -, quando começa o ano, há 50 alunos. Eu quero lhe fazer uma pergunta: o desempenho de todos esses alunos é igual? Todos eles têm um desempenho excelente? Ou no decorrer do ano alguns se destacam, outros vão bem e muitos vão mal e é preciso que o professor dê um puxão de orelha para que eles se conduzam melhor? Não é assim que acontece, Deputado?

O Sr. Deputado Joares Ponticelli (Intervindo) - Puxão de orelha, não! Puxão de orelha não pode!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Não, só em termos. Não estou falando... Não vamos exagerar. V.Exa. é inteligente e está me entendendo. Eu quero dizer, Deputado Joares Ponticelli, que a mesma coisa está acontecendo com este Governo. Ele instalou as Secretarias Regionais e alguns Secretários e também Gerentes tiveram desempenhos excelentes e estão indo muito bem, outros estão indo dentro da expectativa e outros não estão acompanhando o espaço. É por isso que o Governador, naquela reunião que teve em Curitiba, teve que chamar às falas, teve que chamar para si a responsabilidade daqueles que não estão atendendo de maneira satisfatória. É isso que está acontecendo, Deputado! Não tem nenhum atoleiro!

Há pouco V.Exa. cochichava para mim, dizendo: "Pula fora que agora a coisa está ficando feia!". Não existe nenhum atoleiro. Muito pelo contrário, agora é que está ficando bom, agora é que o barco está tomando o rumo! Por que Deputado? Porque os alunos, aqueles que não estavam indo bem, estão procurando se corrigir, a máquina está começando a engrenar. E V.Exa. vai testemunhar o sucesso deste novo tipo de administração pública, a chamada descentralização.

Eu poderia aqui até estar criticando, sabe por quê? Como Deputado, com esta descentralização, eu fui prejudicado. Na terça-feira, eu tinha o horário pautado para receber os Prefeitos da minha região; na quarta-feira, tinha o horário pautado para receber líderes comunitários e Vereadores da minha região; hoje ninguém aparece mais no meu gabinete, nem Prefeito nem Vereador da minha região. Por quê? Porque estão procurando resolver os seus problemas nas Regionais.

Então, se isso é uma realidade, é porque o Governo está-se descentralizando. É evidente que estão acontecendo problemas, como também existem dentro de uma sala de aula - alguns às vezes vão melhor, outros, pior. É evidente que as coisas vão melhorar também com o andar da carruagem. Mas, Deputado, eu renego a sua palavra atoleiro, pois penso que essa palavra é pesada! Onde, atoleiro, Deputado? Pelo amor de Deus, onde, atoleiro?

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte? V.Exa. vai me deixar falar?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - O meu tempo está terminando, mas concedo-lhe um aparte pelo respeito que tenho por V.Exa.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Obrigado, Deputado Nilson Gonçalves.

Deputado, o povo não tem tanta paciência como V.Exa. O Governo está acabando, o Governador vai renunciar ao seu mandato daqui a oito meses. Vai começar quando?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Mas tem mais quatro anos para ele acertar o resto.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Vai começar quando, Deputado Nilson Gonçalves? Agora vai para onde? Acho que o barco está pegando a correnteza abaixo, porque já se passaram 2/3 do Governo e a coisa não funciona. Um professor do Estado ainda não recebe como um professor de Joinville, Deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Mas vai receber!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Quando, Deputado Nilson Gonçalves?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Tem mais quatro anos ainda!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Está acabando o Governo e, infelizmente, é só balela.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Agora eu entendi o Deputado Joares Ponticelli. É que ele está pensando que o Governo vai acabar agora, mas nós teremos mais quatro anos ainda, Deputado! Vai terminar aqui e teremos mais quatro anos ainda, pode ter certeza!

A Sra. Deputada Simone Schramm - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Infelizmente, Deputada, o meu tempo está-se esgotando!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli (Intervindo) - Mas é o Senador Leonel Pavan ou Luiz Henrique?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal)(Faz soar a campainha) - A palavra está assegurada ao Deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Será Luiz Henrique, Leonel Pavan, vamos todos.

Ouço a Deputada Simone Schramm.

A Sra. Deputada Simone Schramm - Deputado Nilson Gonçalves, é muito breve o que tenho a dizer...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos cinco minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Com a ausência de Deputados do PTB, passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0180/2005.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0203/2005.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto nº 0904/2005, que dispõe sobre veto parcial ao PL nº 0076/2005, de procedência governamental, que revoga dispositivos da Lei nº 11.481, de 17 de julho de 2000, que institui o Programa Catarinense de Recuperação Fiscal - REFIS/SC, e adota outras providências.

Conta com parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela manutenção do veto.

Em discussão.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, antes eu gostaria que o Deputado João Henrique Blasi se pronunciasse.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente, eu quero fazer uma solicitação a V.Exa.

Na semana passada, quando essa matéria entrou em pauta, o Deputado Antônio Carlos Vieira me fez a ponderação de que ela ainda está sendo examinada. Por essa razão eu solicito a V.Exa, havendo evidentemente a aquiescência dos Srs. Líderes, que a matéria possa ficar para ser deliberada amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Se o Deputado Antônio Carlos Vieira abdica de discutir, consulto os Srs. Líderes se a matéria pode ser discutida e votada no dia de amanhã.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sou pela discussão amanhã e, portanto, abdicoo de discuti-la.

(Os Srs. Líderes aquiescem.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Então, a matéria fica retirada da Ordem do Dia de hoje e vai à discussão e votação no dia de amanhã, por entendimento dos Líderes Partidários.

O Projeto de Lei nº 0431/2004, de autoria da Deputada Simone Schramm, por requerimento da Autora, foi retirado da pauta.

Consulto os Srs. Líderes se nós podemos votar dois projetos, o Projeto de Lei nº 0228/2005, de autoria do Deputado Julio Garcia, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Santa Terezinha, do Município de Braço do Norte, e também o Projeto de Lei nº 0171/2005, de autoria do Deputado Jorginho Mello, que denomina de Oscar dos Santos Mello o Ginásio de Esporte da Escola de Educação Básica Professor Eugênio Marchetti, do Bairro Centro, Município de Herval d'Oeste.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - De nossa parte não há nenhuma objeção e também questiono a V.Exa. também sobre a solicitação que fizemos e a determinação de V.Exa. dada na semana passada acerca dos pedidos de autorização do Superior Tribunal de Justiça para processar Sua Excelência, o Governador Luiz Henrique da Silveira.

Gostaria de saber se nós vamos deliberar sobre essa matéria ainda neste semestre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Determinei à Procuradoria para que fizesse o levantamento. Vou cobrar no dia de hoje, e se estiver pronto, evidentemente que faremos a votação.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Concordamos, Sr. Presidente.

Com a concordância dos Líderes, coloco em discussão e votação os dois projetos.

Discussão e votação ao Projeto de Lei nº 0228/2005, de autoria do Deputado Julio Garcia, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Santa Terezinha, do Município de Braço do Norte.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda corretiva.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, sem prejuízo da emenda corretiva.

Discussão e votação do Projeto de Lei nº 0171/2005, de autoria do Deputado Jorginho Mello, que denomina de Oscar dos Santos Mello o Ginásio de Esporte da Escola de Educação Básica Professor Eugênio Marchetti, do Bairro Centro, Município de Herval d'Oeste.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, sem prejuízo da emenda.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações nºs: 0228, 0229, 0230, 0231 e 0232/2005, de autoria do Deputado Wilson Vieira; 0233, 0234, 0242 e 0244/2005, de autoria do Deputado Pedro Baldissera; 0235, 0236, 0237, 0238 e 0239/2005, de autoria do Deputado Antônio Aguiar; 0240, 0241, 0246, 0247, 0248 e 0249/2005, de autoria do Deputado Rogério Mendonça; 0243/2005, de autoria do Deputado Cesar Souza; 0245/2005, de autoria do Deputado Joares Ponticelli, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento de autoria da Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, cumprimentando-o pelo êxito na realização de concurso público com mais de 47.000 inscritos.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal de São João Batista, parabenizando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Cesar Souza que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Valdemiro Francelino Estevão, de Leoberto Leal, cumprimentando-o por ser o Vereador mais idoso do Brasil.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado João Henrique Blasi, que solicita o envio de expediente a Rádio Bandeirantes AM 890, cumprimentando-a pela recente reativação da Rádio na Capital.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de expediente ao Presidente da Malwee Malharias Ltda., cumprimentando-o pela iniciativa de informe comercial em defesa do meio ambiente em diversos jornais do Estado.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Deputada Simone Schramm, que solicita o envio de expediente ao Presidente da Marisol S/A, de Jaraguá do Sul, parabenizando-o pelo recebimento da Medalha de Mérito Industrial.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do Deputado Wilson Vieira, a ser enviada ao Diretor-Geral do DNIT, solicitando que seja verificado no projeto de duplicação da BR-280 se existe a inclusão de ciclovias compartilhadas para o trânsito de pedestres no perímetro urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do Deputado Francisco de Assis a ser enviada ao Presidente da América Latina Logística do Brasil S/A e ao Presidente da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária, seção SC, solicitando a manutenção da estrada de ferro que atravessa a região Norte, principalmente no Município de Mafra.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do Deputado Francisco de Assis, a ser enviada à Superintendente Nacional do ECAD e à Gerente Regional em Santa Catarina, solicitando isenção das taxas às escolas estaduais no Estado que promovem festas juninas/julinas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do Deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao Ministro da Saúde e ao Diretor do Instituto Nacional do Câncer, solicitando agilização no processo de vistoria e autorização para o funcionamento do setor oncológico do Hospital São Braz, de Porto União.

Em discussão.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a Sra. Deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Eu gostaria de me associar ao Deputado Antônio Aguiar nessa moção porque também fiz muitos contatos para que isso acontecesse e porque é na minha terra natal, Porto União.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a aquiescência do Deputado Antônio Aguiar, a Deputada Odete de Jesus também subscreve a moção.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do Deputado Cesar Souza, a ser enviada ao Diretor-Geral do DNIT, solicitando a remoção de uma caixa de concreto existente no acostamento do acesso de entrada para a BR-101, no Município de São José.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do Deputado Genésio Goulart, a ser enviada ao Presidente da Anatel, solicitando a instalação de uma torre de telefonia celular no Município de Rio Fortuna.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação de autoria do Deputado Wilson Vieira, a ser enviado ao Secretário da Saúde, solicitando informações sobre a verba destinada pelo Governo do Estado à Vigilância Epidemiológica, em Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Wilson Vieira, a ser enviado ao Governador do Estado, solicitando informações sobre o motivo que levou o Governo a deixar de repassar o valor de R\$ 500 mil para o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do Deputado Wilson Vieira, a ser enviado ao Governo do Estado, solicitando informações sobre as instituições de bombeiros que receberam Certificado de Capacidade Técnica de Caráter Temporário e Precário no período de 2003/2005 e os que receberam com validade de um ano no mesmo período.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do Deputado Wilson Vieira, a ser enviado ao Secretário da Educação, solicitando informações sobre as obras para correção de irregularidades em escolas interditadas pela Vigilância Sanitária em Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do Deputado Wilson Vieira, a ser enviado ao Governador do Estado, solicitando informações sobre as entidades do Município de Joinville que receberam subvenções sociais (incluindo valores) do Governo do Estado em 2004 e até maio de 2005.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Wilson Vieira, a ser enviado ao Secretário da Saúde, solicitando informações sobre licitação para aquisição de *software e hardware* para o Centro Materno-Infantil Dr. Jeser Amarante Faria, de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado ao Conselho Estadual de Educação, solicitando cópia do Processo de Pregão nº 45/2005/DIAM e cópia do Contrato nº 05/2005/CEE.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado ao Secretário da Fazenda, solicitando informações sobre o valor arrecadado pelo Fundo Social, por fonte, mês a mês, inclusive junho de 2005.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado ao Secretário da Fazenda, solicitando informações sobre o valor da Receita Líquida Disponível do primeiro semestre de 2005.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Srs. Deputados, estou preocupado porque mais um órgão do Governo, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, entra em greve. Mais um! E está trazendo um problema terrível para toda a região porque não fornece licença, não fornece mais nada, não se encaminha matéria para Brasília...

A coisa está ficando russa, Deputados! Alguma coisa vai ter que ser feita antes que a vaca vá para o brejo. Fazemos um apelo e o registro para que todos os Srs. Deputados dêem apoio para os funcionários do Ministério da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Inscrito o Sr. Deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, ainda para concluir o assunto levantado pelo Deputado Celestino Secco, que rendeu um bom debate aqui nesta Casa, quero dizer que o Deputado Nilson Gonçalves há muito tempo não tomava tão fortemente as dores do Governador Luiz Henrique. Folgo em vê-lo, Deputado Nilson Gonçalves, certamente bem atendido pelo Governo, porque V.Exa. estava um pouco triste neste Plenário, um pouco calado e agora o vejo tão defensor, tão aguerrido, aliás, cumprindo com o seu papel, porque esse é o papel de quem é Governador. V.Exa. ficou um pouco confuso na hora em que o questioneei e V.Exa. disse que nesses quatro anos não vai acontecer nada, mas que tem os outros quatro.

Só não entendi se o seu candidato é o atual Governador ou se é o Senador Leonel Pavan, que é do seu Partido e está por este Estado agora se dizendo candidato. Se for, o Governador Luiz Henrique da Silveira, o seu candidato, se ganhar a eleição, porque não existe eleição por antecipação, tem que disputar primeiro, ir para a urna, ir para o voto porque não existe nomeação, e ele não vai poder baixar um decreto e se perpetuar no cargo...

Sei que depois de abril, com a posse do vice-Governador Eduardo Pinho Moreira, certamente o PSDB, o seu Partido, vai estar ainda mais contemplado e aí talvez o Senador Leonel Pavan nem seja candidato, porque penso que aí, de fato, vocês vão ocupar espaços ainda maiores dentro do Governo. Não tenho nenhuma dúvida disso.

Agora, senti que V.Exa. balançou entre Luiz Henrique e Leonel Pavan, senti que balançou, Deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Eu vi que isso deu uma reação, Deputado Francisco Küster, Deputado Clésio Salvaro, mas daqui a pouco, e nós compreendemos, vamos ver se existe sintonia ou não.

Quero dizer também, Deputado Nilson Gonçalves, já que V.Exa. é tão defensor do Governo, para que peça ao seu Governo para olhar por Tubarão, que é governada por um correligionário seu, por um amigo seu, o nosso querido Prefeito Carlos Stüpp.

Está muito abandonada a nossa cidade pelo atual Governo, Deputado Nilson Gonçalves. Até hoje, dois anos e seis meses de Governo, nenhum centavinho, nenhum centavo a fundo perdido foi para lá. E pelo que me consta foi liberado apenas um empréstimo do Badesc, viabilizado no Governo anterior, que o Governo Stüpp está pagando, devolvendo em dia, e até o final do ano vai estar tudo pago.

Empréstimo pode ser sido feito na Caixa Econômica, no Banco do Brasil, no Besc, em qualquer outro banco, Deputado Nilson Gonçalves. Então, peça um dinheirinho a fundo perdido para Tubarão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Irei conceder muito rápido, porque V.Exa. me concedeu apenas alguns segundos, então, vou conceder um minuto.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Provavelmente, Deputado Joares Ponticelli, o Secretário Regional da sua região esteja entre aqueles alunos que não estão tendo um bom aproveitamento. V.Exa. tem participado das reuniões do Conselho de Desenvolvimento Regional, nas quais são debatidas e deliberadas as verbas, os projetos, os investimentos?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Eu iria falar mais alguma coisa, mas não irei falar mais.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, Deputado, mas eu conheço a pauta. Agora, quero dizer que não aceito que V.Exa. critique o Secretário Ademir Matos, porque ele não é aluno atrasadinho, não! Ele é um aluno inteligente, trabalhador, um Secretário dedicado.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. tem frequentado as reuniões de lá?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputado, eu já concedi o aparte a V.Exa.

Acontece, Deputado Nilson Gonçalves, que o problema é que ele pede, pede, pede, e o Governo não atende. Não é ele que é atrasadinho, não! O seu Governador que é surdo para os pedidos dele, Deputado Nilson Gonçalves.

O Secretário Ademir Matos, e eu quero aqui dar um testemunho, Deputado Antônio Carlos Vieira, é um batalhador para a região, mas o Governador não ouve, não atende, não manda nada, Deputado Nilson Gonçalves. Infelizmente, Tubarão está abandonada pelo atual Governo, assim como outros tantos Municípios. Não há resposta. E ele se esforça, empenha-se, Deputado Pedro Baldissera. Portanto, não é falta de pedido.

Quando vão liberar algumas obras, Deputado Antônio Carlos Vieira, só fazem a festa. No trecho Rio Fortuna-Santa Rosa de Lima, por exemplo, Deputado Nilson Machado, já comeram muita carne e já tomaram muita cerveja! Já foram mais de cinco ordens de serviço. Houve, inclusive, uma pré-ordem de serviço, houve uma carta de intenção de ordem de serviço, houve o anúncio da chegada da outra ordem de serviço e por fim houve a ordem de serviço. Mas até hoje nenhum carrinho de mão, Deputado Manoel Mota, está na estrada.

Há um ano que já morreram muitas vacas, que derrubaram um monte de caixas de cervejas, mas nada da obra, Deputado Manoel Mota. Sabe o que a nossa região ganhou até agora, Deputado Antônio Ceron, sabe qual a obra que tem o DNA desse Governo? Existe uma obra que é deles, uma só, porque as outras só foram inauguradas. Nós iniciamos, e

eles terminaram. A única obra que eles fizeram, eu reconheço, foi a reforma de uma garagem, que custou R\$ 32 mil, para implantar a Unidade Coletora de Sangue, e o Deputado Vânio dos Santos conhece. Essa é a grande marca daquele Governo por toda Santa Catarina.

Na minha região não chegou nada ainda. E, repito, o Secretário Ademir Matos não é daquela turma de atrasadinhos que o Deputado Nilson Gonçalves falou, não! Ele é um aluno ligeirinho, espertinho, que pede, pede, pede, mas não ganha.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Eu acho também, Deputado Joares Ponticelli, que o Deputado Nilson Gonçalves foi muito infeliz quando quis comparar Secretário de Estado com aluno de escola. Aluno de escola entra na sala de aula para aprender, e Secretário, ao ser nomeado, é para administrar. Então, ser atrasadinho um administrador, um Secretário? Ele tem de receber um pontapé... (Retirado da ata conforme o art. 65, V, "b", do Regimento Interno.) e ser mandado embora. E não se deve dar uma nota maior para ele passar de ano, não. Há uma grande diferença entre um aluno de escola, seja do primeiro grau, do segundo grau ou do terceiro grau, e um administrador. Secretários Regionais, ou qual seja o tipo de Secretário, são nomeados para administrar e não para receber orientação, treinamento, como se estivessem numa sala de aula. Eles não estão lá para receber nota de um a dez, não. Eles estão lá para executar um plano de Governo. Ou conseguem ou não conseguem executar esse plano. Agora, comparar alhos com bugalhos?! Põe bugalhos nisso!

Obrigado!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Eu acho, Deputado Antônio Carlos Vieira, que os mais atrasadinhos aos quais o Deputado Nilson Gonçalves se referiu podem ser aqueles que foram nomeados disputando na moeda, no palitinho, porque houve disputa no palitinho, na moeda, no soco, em algumas regiões.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Está na ordem o Deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Nobre Parlamentar Deputado Joares Ponticelli, V.Exa. está sempre com o teatro montado! V.Exa. sabe perfeitamente, como Líder, que o seu Governo fez um contrato com o Badesc e não cumpriu! Isso é incompetência total. Quer dizer, teve que vir o meu Governo para levar dinheiro para Tubarão, pois o Governo de V.Exa. não levou, e o seu desespero agora é que aquela rodovia de Camacho, que o Governo de V.Exa. prometeu fazer, não foi feita. Mas o meu Governo Luiz Henrique da Silveira está fazendo com a Prefeitura, que é do Partido de V.Exa. Como também, quanto ao asfalto que vai de Tubarão à Guarda, já saiu a licitação.

Então, V.Exa. pode ficar tranquilo. Não precisa esse desespero todo, porque este Governo é de ação, é um Governo moderno e que veio para ficar. Por isso, pode ter certeza, prepare a Oposição para mais quatro anos deste Governo depois de 2006.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, Deputado Manoel Mota, para sua informação, a empreiteira abandonou Jaguaruna, Camacho. Estão chamando a segunda, a primeira já foi; a primeira foi embora, não sei por quê. Quanto ao asfalto Tubarão-Guarda, Deputado Manoel Mota, sabe há quanto tempo a licitação está pronta? Dois anos e quatro meses. Foram lá, comeram várias vacas também, e nada da obra. Quanto ao aeroporto, Deputado Manoel Mota, o Governo de V.Exa. abandonou por dois anos. Graças ao empresariado tubaronense, graças à força de toda a região e, acima de tudo, fazendo justiça ao Governo Federal, graças aos investimentos que está fazendo, que banca 70% da obra, as obras foram retomadas, porque o seu Governo abandonou tudo.

O prazo para a inauguração da obra do aeroporto é dia 30 de junho, Deputado Manoel Mota.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia)(Faz soar a campanha) - Deputado Manoel Mota, V.Exa. dispõe de dez segundos para concluir o seu aparte, eis que preciso assegurar a palavra ao Deputado Joares Ponticelli, para que S.Exa. possa concluir o seu pensamento nos próximos 30 segundos.

O Sr. Deputado Manoel Mota - O Deputado Joares Ponticelli está com a palavra assegurada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputado Manoel Mota, o que ocorreu lá no Sul é que houve muita festa, muita ordem de serviço, muita promessa, mas infelizmente, Deputado Manoel Mota, não há inauguração. As obras são anunciadas, as obras são festejadas, mas infelizmente isso não chega.

Eu quero, Deputado Nilson Gonçalves, fazer um apelo novamente a V.Exa.: ajude-nos, já que V.Exa. tem defendido tanto. V.Exa. que ficou na dúvida entre Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan como candidato ao Governo, peça para os dois olharem por Tubarão, pela nossa região, porque realmente ela está muito carente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Só para complementar, já que não tive a oportunidade de poder falar ao Deputado Joares Ponticelli, gostaria de dizer que quanto à dúvida que S.Exa. disse que eu fiquei, entre o Governador Luiz Henrique e o Leonel Pavan, é porque eu tenho um grande apreço pelos dois, eis que são grandes políticos, eis que são dois grandes homens públicos, então, realmente balancei. S.Exa. tem razão! São duas figuras públicas pelas quais eu tenho uma grande admiração.

Quanto à outra questão, Sr. Presidente, se me permitir, gostaria de dizer que o Deputado Antônio Carlos Vieira disse que não deveríamos nunca comparar o aluno de sala de aula com os Secretários. S.Exa. disse que se o Secretário errou, mete... (Retirado da ata conforme o art. 65, V, "b", do Regimento Interno.) e joga para fora, mas que ao aluno tem que ensinar, pois o aluno tem que aprender.

Eu quis formar apenas um paralelo, Deputado Antônio Carlos Vieira, apenas um paralelo! V.Exa. é um homem inteligente, capaz

e sabe que eu não quis colocá-los no mesmo patamar. Formei apenas um paralelo. Na verdade, os Secretários precisam de vez em quando ter essa conversa com o Governador. E como disse o Deputado Joares Ponticelli, o nosso Ademir é um homem competente, é um homem que realmente tem pedido, tem pedido, mas ninguém o ouve!

Na verdade, Deputado Joares Ponticelli, V.Exa. precisa dizer para o seu Secretário Regional que não é ele que tem que pedir, mas que é o Conselho de Desenvolvimento Regional que tem que decidir. É o Conselho que tem que decidir.

V.Exa. precisa fazer parte dessas reuniões para tomar conhecimento de como funciona a coisa. Aí vai realmente entender como é que funciona essa nova engrenagem do Governo.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o Sr. Deputado Dionei Walter da Silva, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta semana nós encerramos este primeiro semestre de atividades Parlamentares no Plenário desta Casa e entramos para o recesso.

Sr. Presidente, diferentemente do entendimento de alguns Parlamentares desta Casa e de parte, inclusive, da imprensa e da população, eu não considero, Deputado Valmir Comin, o recesso como férias, muito pelo contrário. No recesso nós aproveitamos para fazer as nossas prestações de contas nos Municípios, nas Câmaras de Vereadores, nas comunidades, aproveitamos para fazer reuniões. E se queremos ser, como dissemos ser, representantes do povo, nós não podemos ficar o ano inteiro atolados aqui, sem ir conversar, sem ir discutir com a nossa base, com a nossa comunidade, até porque, de acordo com a representação que nos foi dada no início de mandato, de quatro anos, sem um retorno, sem uma visita, nós não estaríamos sendo bons representantes, Deputado Pedro Baldissera, nós estaríamos sendo apenas os donos da verdade, em vir aqui discutir, sem estar discutindo com a nossa comunidade.

Então, eu quero e faço todos os anos prestação de contas no meu Município, Jaraguá do Sul, nos Municípios vizinhos e em outras regiões do Estado, onde participamos como Deputado Estadual ativamente. E além de prestar contas discutimos também questões para serem encaminhadas.

Neste primeiro semestre fizemos uma série de atividades, as quais estamos registrando em um informativo a ser distribuído, para que a comunidade possa acompanhar, analisar e também criticar, Deputado Vânio dos Santos, aquilo que estamos fazendo nesta Casa.

Fizemos uma série de audiências públicas, em todas as Comissões que participamos, especialmente na Comissão de Agricultura, através da qual desenvolvemos já desde o primeiro ano de mandato um seminário para discutir as questões da agricultura familiar do Estado de Santa Catarina.

No primeiro ano fizemos dez seminários regionalizados para discutir o crédito e a partir dali inúmeros outros seminários para discutir a agregação de valor, para repassar aos agricultores as políticas públicas existentes na agricultura e ouvir deles os problemas que muitas vezes afligem ou atrapalham o agricultor para acessar essas políticas.

Estamos fazendo um levantamento sobre algumas denúncias que recebemos nos seminários da agricultura familiar. E até podemos falar, Deputado Antônio Aguiar, porque temos isso gravado em diversas manifestações de agricultores. Em uma delas há a suspeita, que nós precisamos investigar, de que nos pedidos de financiamento da terra, ou seja, no crédito fundiário, estaria acontecendo a falta de documentos de pessoas não aliadas aos representantes de algumas Secretarias, ou seja, estariam sumindo documentos, e esses processos estariam sendo devolvidos.

Precisamos investigar isso; vamos apresentar o caso, inclusive, ao Secretário Estadual e ao próprio representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no sentido de que se investigue, porque para os financiamentos dos aliados dizem que nunca falta documento, a coisa anda, mas no caso dos adversários políticos dizem que faltam documentos e devolvem o processo.

Talvez essa coisa de dizer que falta documentos seja a forma utilizada para furar a fila, como se diz, já que a regra atual não permite. Então, como não tem documento, devolvem antes de protocolar, Deputado Vânio dos Santos.

Está acontecendo, está sendo denunciado e temos registrado. Inclusive vamos ter que investigar, através da Comissão de Agricultura e Política Rural.

Ainda surgem denúncias em alguns Municípios da famosa (Deputado Vânio dos Santos, V.Exa. que trabalhou na assessoria da Caixa Econômica Federal, durante dois anos, deve lembrar) venda casada de algumas agências do Banco do Brasil para os financiamentos do Pronaf; agricultores afirmam que, inclusive, é condicionado: ou ele faz um Ourocap ou seguro de alguma coisa, ou ele não consegue o crédito.

Também está registrado, e estamos encaminhando a denúncia, porque o Governo Federal deixou claro que se o agricultor quiser nem conta precisa abrir. É importante que os sindicatos dos trabalhadores rurais, que os Vereadores, que as lideranças deste Estado, os próprios agricultores se acordem para o seu papel de fiscalizar, de acompanhar e de denunciar e que não esperem que o Presidente Lula seja onipresente ou tenha a visão de todas as pontas do seu Governo, para ver se o gerente ou se o operador de crédito está fazendo o que não devia.

Então, é importante denunciar, registrar, para que possamos tomar as providências. Esses são alguns dos inúmeros problemas que encontramos por este Estado afóra nesses seminários que realizamos. E as pendências ou as dificuldades nós estaremos encaminhando.

Realizamos, ainda, uma série de audiências em Brasília, acompanhado algumas vezes de Prefeitos da nossa região, Deputado Antônio Aguiar, tratando, principalmente, daquilo que nos empenhamos desde o primeiro dia de mandato, ou seja, a melhoria das rodovias federais e estaduais da nossa região.

Nós já tivemos uma primeira recuperação da BR-280, de São Francisco a Jaraguá do Sul; retomamos o projeto de duplicação, que deve ficar pronto este ano, e agora em julho estaremos participando de um seminário com o Governo Federal, para discutir diretamente com a comunidade a forma de duplicação do trecho São Francisco a Jaraguá do Sul.

Deputado Antônio Aguiar, nessa primeira etapa V.Exa. com certeza vai reivindicar que seja até Porto União, e é um pleito justo, mas que ficará, evidentemente, para

uma outra oportunidade, em face das grandes prioridades que temos de São Bento e Rio Negrinho, pois em virtude das exportações as melhorias são necessárias e estão acontecendo. E V.Exa. é testemunha disso.

Além disso, na próxima semana deve iniciar também a segunda etapa de melhoria nessa BR-282, com um investimento na ordem de R\$ 4 milhões, no trecho de São Francisco do Sul até Jaraguá do Sul, e de mais aproximadamente quatro a seis para o trecho de Corupá até Porto União. E ali há alguns trechos bastante críticos, onde será feito o recapeamento e a melhoria de alguns pontos críticos urbanos, inclusive em Mafra, em Rio Negrinho e em Canoinhas. Essas obras há muito são reclamadas pela população e agora estão saindo do papel.

Então, trabalhamos em todas as questões e temos programado para o segundo semestre, na Comissão de Agricultura que V.Exa. preside, dez audiências públicas no Estado de Santa Catarina, a fim de discutirmos as questões ligadas à saúde da nossa população.

Isso será muito importante, porque levaremos representantes da Secretaria de Estado, do Ministério da Agricultura, de consórcios de Municípios e ouviremos da comunidade os problemas e as necessidades de cada uma das regiões do nosso Estado.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - É com muita satisfação que cumprimento V.Exa. quando fala da BR-280, porque existe um projeto muito bonito sobre a travessia do Município de Canoinhas, no valor de R\$ 6.000.000,00. Esse projeto está no Orçamento há quatro anos consecutivos, mas esperamos que seja liberado para que haja melhorias na cidade de Canoinhas. Inclusive nós fizemos lá, ontem, uma grande homenagem ao Sr. Rafael Miranda da Silva, empresário que lutou também por esse projeto. A ele os nossos parabéns, juntamente com a imprensa aqui presente, através de Maurício Nascimento.

Então, quero externar os meus agradecimentos a ele pelo seu comparecimento e parabenizá-lo também pela merecida homenagem, que tão bem foi dada ao maior PIB do Estado de Santa Catarina no dia de ontem.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. Presidente, quero aproveitar para dizer que amanhã, às 10h, neste Plenário, estaremos realizando uma proposição do Deputado Clésio Salvaro, aperfeiçoada na Comissão de Finanças, para discutirmos o problema enfrentado e postergado tantas vezes pelo próprio Governo das pessoas que utilizam o cartão eletrônico em suas lojas, pois é obrigatoriedade, desde 1997, a sua utilização com uma ligação com o fiscal.

Portanto, amanhã estaremos debatendo este tema.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do Secretário de Turismo do Município de São Bento do Sul, Sr. Flávio Antônio Pinho da Silveira, acompanhado do Secretário de Desenvolvimento Econômico, Sr. Roberto Correia da Silva, e do Diretor Presidente da Empresa Municipal de Habitação, Sr. Lirio Volpi.

Desejo-lhes boa estada e o nosso acolhimento pela presença e visita à Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Wilson Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nas prestigia, funcionários e telespectadores da TVAL, vou ler uma matéria publicada no jornal A Notícia, do dia de hoje, que fala sobre as condições das escolas estaduais em Joinville.

(Passa a ler)

"Enquanto escolas estaduais interditadas pela Vigilância Sanitária no início do ano passam por obras e outras aguardam seu início, na Escola de Educação Básica Professora Antônia Alpaides dos Santos, no bairro Nova Brasília, o clima é de descontentamento.

As reclamações de pais e alunos englobam desde a estrutura física até a falta de funcionários para serviços gerais. A Diretora Maria Rosa Sellmer tenta acalmar os ânimos, informando que o Governo do Estado prometeu iniciar as melhorias no local até agosto.

Há cerca de dez dias, houve um curto-circuito em uma das salas devido à precariedade das instalações elétricas, que são muito antigas. No segundo semestre do ano passado, uma parede do banheiro masculino desabou. O telhado também está comprometido em alguns locais. Goteiras, vidros quebrados, pouca ventilação, incidência de ratos e falta de manutenção são outros problemas.

Mãe de dois alunos, Elizete Vieira da Silva, reclama ainda que há lâmpadas queimadas, carteiras e banheiros em péssimas condições. Muitas vezes até temos material de reposição, como lâmpadas, mas falta alguém para fazer a manutenção e as trocas. Hoje esse serviço é realizado por um voluntário, diz a professora, mãe de aluno e vice-presidente da Associação de Pais e Professores (APP), Roseni da Silva Leite.

Segundo ela, a escola vende materiais recicláveis desde o início do ano como forma, entre outras coisas, de conseguir dinheiro extra para aplicar na escola. Mas esse valor é muito inferior às necessidades.

De acordo com a Gerência Regional de Educação, Ciência e Tecnologia (Gerei), a escola está entre as prioridades de reforma, depois das cinco que foram interditadas. A gerente Clarice Portella de Lima lembra que até dia 08 de agosto todas as obras devem ser iniciadas. Até hoje, pequenas reformas foram feitas periodicamente, segundo ela, mas a necessidade agora é de obras gerais. A única parte que está completamente demolida é o bloco de salas de aula que ficam próximas à rede de alta-tensão, afirma a gerente."

(Cópia fiel)

Sr. Presidente, essa questão da rede de alta-tensão é um caso sério. A escola foi ampliada para baixo da rede de alta-tensão, colocando em risco a saúde e a vida dos alunos. E agora vai ter que ser demolida essa parte porque além de mal feita, ainda se estendeu a área para baixo da rede.

Joinville tem cerca de 47 escolas estaduais, das quais 24 foram vistoriadas pela vigilância sanitária, e das 24, cinco foram interditadas. E até agora não recebi nenhuma resposta ao meu pedido de informação, o que dá conta de que as obras não iniciaram e o Governo não pretende iniciá-las, conforme o que foi prometido na época das interdições.

Quero lembrar aqui, mais uma vez, Sr. Presidente, que esses dados são da ANCidades, do jornal A Notícia, de Joinville, o que demonstra claramente o descaso que existe com a educação em Joinville. São escolas deterioradas, que colocam em risco a vida dos alunos que lá frequentam, como também da dos professores. Enfim, são escolas inadequadas para o uso escolar e são escolas inapropriadas para o uso humano. Não dá para admitir que essa situação existe.

Com relação ao pedido de informação que trata dessas obras e da execução prevista para 2005, observamos que Itajaí recebeu, para reformar três escolas, o valor de R\$ 1.485.274,94, Jaraguá do Sul recebeu R\$ 1.699.154,57 e Joinville não recebeu absolutamente nada, zero, até a presente data.

Obras concluídas em 2003/2004: Itajaí - R\$ 731.817,24; Jaraguá do Sul - R\$ 188.612,78; Joinville - R\$ 1.292.243,96; Mafra - R\$ 1.234.727,03. Sendo que essas escolas reformadas em 2003/2004 tratam-se de escolas de Itapoá, somente uma é de Joinville, que é a Escola Básica Osvaldo Aranha, onde construíram um ginásio de esportes padrão II com uma área de 1.013,04 m². Somando tudo, chega àquele valor total do investimento em Joinville de R\$ 1.292.243,96.

Só que esses valores, Sr. Presidente, investidos em Joinville são muito pequenos se formos olhar as demandas da nossa cidade. É uma demanda muito grande, pois é uma cidade enorme. Dá para vermos claramente nas fotos do jornal A Notícia o estado lastimável da Escola Professor Antônio de Paredes Cardoso, que fica no bairro que eu moro, aliás, e o Governador não está dando bola para essa situação.

São muitas as escolas do Estado que estão impróprias para o uso, colocando em risco a vida dos alunos, a segurança física dos alunos, porque assim como aconteceu um curto circuito, poderia ter incendiado a escola, poderia ter caído o teto, que é o que está faltando acontecer para o Governo tomar providências, porque até agora não se viu providência alguma.

E as respostas ao pedido de informações que eu fiz foram extremamente negativas, ao menos que o pessoal do Governo esteja escondendo os fatos, mas não acredito que a resposta ao pedido de informações esteja escondendo alguma coisa. Realmente ela sempre expressa aquilo que o Governo está executando.

Mas eu vou ler a respeito de um outro aspecto ainda em relação a essa escola.

(Passa a ler)

"Risco com alta-tensão

A rede de alta tensão que passa ao lado do parque das salas de aula é uma realidade percebida facilmente. Pode ser um perigo silencioso para os alunos e para os professores. De acordo com a Gerei, desde que os fios foram instalados nas proximidades da escola, a Eletrosul prometeu uma indenização ou a remoção das salas e posterior construção, respeitando a distância mínima de segurança.

'Isso há quatro anos', lembra Clarice Lima. Até agora nem uma nem outra coisa saiu do papel. Segundo a assessoria de imprensa da Companhia de energia, a atual gestão, presidida por Milton Mendes, não tinha conhecimento da situação, mesmo com as inspeções mensais que a empresa diz realizar em cada uma dessas centrais de alta tensão. A Eletrosul se defende informando que a estrutura da escola teria sido ampliada, com a construção de novas salas, sem autorização da Eletrosul, ocasionando a irregularidade. Mas garante que tomará providências, tentando um acordo com a Secretaria da Educação.

Joinville conta com 47 escolas mantidas pelo Governo do Estado. Vinte e quatro foram notificadas no início do ano pela Vigilância Sanitária e cinco, interditadas temporariamente. A Escola Professora Antônia Alpaídes dos Santos, com cerca de 1.400 alunos, não chegou a ser fechada, mas está entre as que mais precisam de reforma."

(Cópia fiel)

Então, essa é uma demonstração clara de que realmente temos problemas sérios para resolver lá. Eu me comprometo a articular com o Presidente da Eletrosul, que é do nosso Partido, o Presidente Milton Mendes, para buscar uma solução para as questões de alta tensão. Jamais a escola poderia ter sido ampliada para baixo da rede da forma que foi, conforme a Eletrosul denuncia aqui, até porque coloca em risco a vida dos alunos e a própria saúde.

Todo mundo sabe que embaixo de alta tensão, num raio de alcance do campo magnético de alta tensão, existem riscos de uma série de doenças, como o câncer, entre outras doenças de grande gravidade que atingem o ser humano.

A Sra. Deputada Simone Schramm - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

A Sra. Deputada Simone Schramm - Eu só gostaria de esclarecer aqui, Deputado, com relação a esse processo da escola de educação básica no bairro Nova Brasília a que V.Exa. se referiu, que foi um documento que nós tratamos inclusive com a participação do Deputado Valmir Comin, que esteve muitas vezes lá na Secretaria de Estado da Educação tratando desse projeto junto com a Eletrosul. Mas houve, sim, autorização para a ampliação da escola - isso há mais de 20 anos -, e hoje é um compromisso da Eletrosul, que na época o Orçamento para a escola de educação básica, no bairro Nova Brasília, era de R\$ 400.000,00. Nós apenas aguardávamos a assinatura do contrato de convênio da Eletrosul com a Secretaria da Educação.

Portanto, essa obra já deveria estar concluída.

Então, agradeço a V.Exa. pela sua interferência na Eletrosul, porque se não houver a participação e a discussão em parceria com a Secretaria e a Eletrosul, a escola vai ficar por muitos e muitos anos nessa condição que se encontra. Na escola Antônia Alpaídes dos Santos, na qual também trabalho como administradora escolar, conheço a sua real situação. Agora, divirjo de V.Exa. quando coloca que as obras de investimento foram a conclusão da Escola Jorge Keller, da Giovani Pasqualini Faraco, todas obras de mais de um milhão de reais, onde a licitação foi feita no Governo passado, mas concluídas e pagas neste Governo. Como também, semana passada, inauguramos o ginásio de esporte da Escola Jorge Lacerda, Oswaldo Aranha, esta, por último, iniciada no Governo Kleinübing. Portanto, são inúmeras as obras, Deputado. E eu não entendo qual é a referência que V.Exa. tem? Porque eu vivo dentro da escola há 28 anos...

O SR. DEPUTADO WILSON VEIRA - Então, a Secretaria Estadual da Educação está mandando informação errada. Não dá para admitir esse tipo de coisa.

A Sra. Deputada Simone Schramm - Já lhe disse isso na semana passada, Deputado. Agora, seria interessante pedir à Secretaria de Movimento Regional de Joinville, que tem todos os dados, uma vez que muitas licitações...

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que se o Governo, através dos seus representantes, está mandando resposta, através de pedido de informação, incompleta ou equivocada, está incorrendo num crime ilegal, desrespeitando a Constituição do Estado, de tal forma que vamos ter que tomar providências com relação a isso.

Eu vou verificar realmente se a resposta ao pedido de informação é condizente com os fatos. Se não for, eu vou pedir que o Governo seja impugnado por estar desrespeitando a Constituição Estadual. Na verdade...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Vânio dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, aqueles que nos acompanham através da rádio e da TVAL, eu queria, basicamente, abordar três assuntos.

Aproveitando a presença, neste Plenário, de dois funcionários da Celesc, o Sebastião e o Arno, quero dizer a eles que hoje, na reunião da CCJ, nós recebemos um relatório sobre o tal Projeto de Verticalização da Celesc, que vai discutir a sua gestão, discutir o futuro da empresa e discutir o seu papel perante a sociedade catarinense. E, pelo que eu senti, há interesse dos funcionários da Celesc, assim como dos Deputados, das Deputadas e da sociedade catarinense, de que realizemos uma audiência pública para tratar desse projeto, para que possamos aprofundar sobre o que se espera, o que se deseja dele e para saber qual será o projeto de futuro para uma empresa tão importante de energia elétrica, que trabalha com uma questão essencial para a vida das pessoas.

Em segundo lugar, gostaria de registrar que na noite de ontem, a Assembléia Legislativa prestou homenagem a diversos empresários e empresárias do Estado de Santa Catarina, pessoas que, com a sua atividade econômica, com a sua iniciativa de trabalho profissional, de trabalho social em defesa do meio ambiente, com o seu exemplo de vida, com a sua luta e com a sua história e trajetória prestaram ao Estado de Santa Catarina relevantes e importantes serviços ou que, pelo seu comportamento, pelo seu caráter, pela sua idoneidade, trouxeram aqui o seu testemunho para que outras dezenas, centenas ou milhares de cidadãos e cidadãs catarinenses possam também, ao vê-los ser homenageados, saber que na vida é preciso tentar sempre, é preciso ter persistência, é preciso que cada um de nós possa, na sua atividade, seja ela qual for, dar o exemplo e com isso influenciar positivamente no projeto, nos sonhos, no futuro das pessoas, seja dessa ou de outras gerações.

O homenageado que escolhi, o empresário Márcio Mendes, jovem de Tubarão, filho de outro homenageado na mesma noite, Sr. Genésio Antônio Mendes, que tem o seu cotidiano absolutamente comprometido, por ser um empresário de sucesso, embora muito jovem, dedica uma parte do seu tempo ao trabalho social, na cidade de Tubarão, no Sul do Estado, na região da Amurel. Enfim, como membro da Combemt (Comissão do Bem-Estar do Menor de Tubarão) e de outras entidades, ele tem participado ativamente da vida social, de obras sociais e de atendimento às pessoas mais necessitadas naquela cidade e naquela região.

Por último, eu queria registrar que no dia de ontem, através de um requerimento de nossa autoria, a Assembléia Legislativa realizou uma audiência pública para discutir o tema do transporte coletivo. Essa audiência pública foi realizada em conjunto com a Comissão de Transportes e com a Comissão de Segurança Pública.

Foi uma iniciativa interessante porque as galerias ficaram lotadas de jovens, de estudantes, de líderes de comunidades do movimento sindical, de empresários do transporte coletivo, técnicos do setor, enfim, representantes do Ministério das Cidades, do Governo do Estado de Santa Catarina, do Prefeito de Florianópolis, Vereadores da Grande Florianópolis e de outras regiões do Estado, todos preocupados com a crise do transporte coletivo.

E por que o transporte coletivo está em crise? Porque ao longo do tempo foi feita uma política equivocada que se esgotou. Ao longo de todos esses anos sempre se construiu uma idéia de prioridade ao transporte individual, em detrimento ao transporte coletivo, de desrespeito ao meio ambiente, de não ter preocupação alguma com o aumento do número de acidentes, de mortes, de pessoas que passaram a ser portadores de necessidades especiais em decorrência de acidentes de trânsito.

Vai ser preciso inverter essa lógica, valorizando o transporte coletivo. Vai ser necessário desenvolvermos um processo de redução do custo das tarifas porque os usuários, em todo o País - e a cidade de Florianópolis é um exemplo disso -, já não suportam mais tanta penalização. Pensa-se em infra-estruturas megalomaniacas e esse custo é repassado para a tarifa do transporte, como é o caso de Florianópolis. Aprovam-se projetos de gratuidade nos mais diversos níveis - para idosos, portadores de necessidades especiais, estudantes - e isso é repassado diretamente para o custo da tarifa, que muitas vezes vai ser paga por alguém que ganha um salário muito pequeno ou até mesmo pelo desempregado, principalmente por aquelas pessoas que pertencem a classes sociais economicamente menos favorecidas.

É preciso, de uma vez por todas, que se repense essa política, inclusive discutindo a possibilidade de desoneração de impostos, sim, e que as gratuidades sejam assumidas pelo poder público, sim, mas isso como uma política temporária. É necessário que a matriz energética do transporte seja gradativamente alterada do óleo diesel para o gás natural, mas é preciso, acima de tudo, colocar a mão na cunha do lucro dos empresários, porque isso não querem discutir.

Em muitas cidades e regiões do País, algumas famílias enriqueceram às custas da exploração de uma política pública, cujo direito está previsto na Constituição, em diversos artigos. É responsabilidade do Estado permitir que o cidadão tenha acesso a outras políticas públicas, como saúde e educação, porque para exercer esse direito as pessoas precisam se locomover e se não têm o dinheiro para pagar o ônibus, como é que seus filhos vão até a escola? Como é que elas poderão chegar até um posto de saúde ou a um hospital?

Este é o grande negócio do País, senhoras e senhores; é um negócio que envolve, hoje, 500 mil empregos diretos. São movimentados por ano R\$ 17 bilhões com a arrecadação vinda dos usuários do transporte coletivo. Ele transporta, por dia, 59 milhões de brasileiros e por isso é tão cobiçado. É necessária uma estratégia a longo prazo. Algumas medidas que foram apontadas

precisam ser tomadas, urgentemente, como é o caso, aqui em Florianópolis, da necessidade da municipalização da Cotisa, uma empresa de transporte coletivo, cujo financiamento, somado com a taxa de custeio, empata, hoje, em torno de dez pontos percentuais na tarifa - só esse item da planilha de custo.

É necessário que tenhamos todo um processo de conscientização, que cada Governo Municipal, Estadual e Federal faça a sua parte, e que objetivemos, no futuro, atingir a tarifa zero no transporte coletivo. E isso será possível, desde que todos os recursos que têm algum tipo de referência com a questão do transporte, como por exemplo multas de trânsito, IPVA, arrecadações advindas de estacionamentos públicos nas cidades e pedágios, possam servir para a constituição de um grande fundo para custear a passagem. Além, é claro, da necessidade de estabelecermos fundos constitucionais nas três esferas de Governo, Municipal, Estadual e Federal, porque é necessário revermos toda a estrutura das cidades; é necessário criarmos um debate para que a estrutura de transportes esteja casada com a discussão de plano diretor.

E este é um ano prioritário porque o Estatuto das Cidades prevê a necessidade e a obrigação desse debate sobre planos diretores, e é necessário incluímos este tema do transporte no debate para que possamos evitar que situações como as que estão ocorrendo em Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, espalhem-se pelo resto do Brasil. E esta é uma situação que nós já vimos acontecer em outras cidades.

Apenas lamento que o Prefeito Dário Berger, presente na audiência de ontem, tenha falado e ausentado-se logo a seguir porque foi um debate muito rico, com muitas sugestões, e ele é o Prefeito de uma das cidades que vivem neste momento um verdadeiro caos em termos de transporte coletivo, e a principal responsabilidade é dele, como Prefeito e como gestor desse sistema.

Muito obrigado, Sr. Presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito em Explicação Pessoal, Deputado Francisco Küster, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. Presidente e Srs. Deputados. Saúdo também, respeitosamente, os que nos honram com sua presença nesta Casa e que nos acompanham pela TVAL.

O meu propósito, Sr. Presidente, nesta oportunidade, é discorrer, mesmo que *en passant*, sobre três assuntos. O primeiro deles é em torno do grande evento realizado na noite de ontem, em que os Srs. Deputados prestaram homenagens a empreendedores, a figuras que vêm realizando serviços de magna importância no campo empresarial, na geração de empregos e de riquezas.

Portanto, foi, sem sombra de dúvida, um grande evento, mas eu saí meio frustrado. Gostaria que tivessem falado um pouco sobre a importância do nosso homenageado, como de resto creio que todos os Srs. Deputados gostariam que tal fato ocorresse. A coisa foi telegráfica, mas, enfim, é a praxe. Não estamos aqui para, com esta crítica, propor alguma alteração porque se fôssemos ler currículos bastante extensos ficaria muito complicado.

Mas quero falar um pouco de Ivan Ivanov, que foi adotado por Lages e ele escolheu Lages para residir e lá se estabelecer como empreendedor.

Vou falar um pouco do seu pai, precursor de toda essa história. O Sr. Ivanov Hristo foi um búlgaro remanescente da Guerra Fria. Há toda uma história do Sr. Hristo: foi preso por longos anos, fugiu da prisão na Bulgária uma vez; fugiu a segunda vez, através da Iugoslávia; e depois sofreu muito. Enfrentou uma temperatura de 35° abaixo de zero, praticamente sem roupa e sem calçado, porque eram assim as atrocidades lá nas chamadas cortinas de ferro.

De lá fugiu, veio para o Brasil, estabeleceu-se em São Paulo e depois escolheu Lages para se estabelecer. A história do Sr. Hristo, pai do nosso homenageado, dá uma película cinematográfica, pois é uma história impressionante.

A empresa Sofia, que eles fundaram em Lages, em 1972, tem hoje 152 colaboradores trabalhando num moderno parque industrial equipado com refeitório, sala de treinamento, ambulatório médico e vestiário. É uma área construída de 14 mil metros quadrados, num terreno de 40 mil metros quadrados. Lá está a Sofia produzindo para exportação.

Isto é um pouco da história desta empresa para que os Colegas tomem conhecimento:

(Passa a ler)

"BALANÇO SOCIAL SOFIA 2004

A Sofia, desde sua criação, ao longo dos anos, vem buscando desenvolver formas de melhoria de qualidade de vida de seus colaboradores e dependentes, priorizando a geração e manutenção de empregos.

A empresa oferece a todos os seus colaboradores benefícios referentes à alimentação, assistência médica e odontológica, transporte e treinamento. Além disso, um plano de seguro de vida em grupo.

A empresa, visando a melhoria contínua, também prioriza programas voltados à valorização do ambiente de trabalho, com foco na organização, respeito às normas de segurança, limpeza e racionalização de tarefas, seleção e reciclagem do lixo industrial, investimento na capacitação de seus colaboradores proporcionando cursos diversos em parceria com o Sesi, bem como auxílio no custeamento de cursos de nível superior.

Mantemos também, em franca atividade, a Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), que, além da prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, preocupa-se também com a qualidade de vida de seus colaboradores, promovendo diversas palestras de orientação sobre os mais diversos temas como saúde, segurança, drogas, psicologia sobre tratamento para como instruir as crianças na sua educação, etc. Promovemos todos os anos a Sipat (Semana Interna de Prevenção ao Trabalho), não só por ser uma obrigação legal, mas como um momento onde integramos todos os colaboradores numa grande confraternização, efetuando vários trabalhos e palestras ilustrativas com o objetivo de melhorar qualidade de vida e o relacionamento interno.

Os profissionais, com isso, são reconhecidos e a empresa ganha o aumento da produtividade e qualidade de seus serviços e produtos.

Através da parceria com institutos prisionais do Estado de Santa Catarina, vem desenvolvendo um trabalho de auxílio na recuperação dos apenados, que desenvolvem serviços na montagem de produtos fabricados pela empresa, através do que recebem remuneração para o auxílio de suas famílias e têm a pena reduzida em um dia a cada três dias trabalhados."

(Cópia fiel)

Enfim, Sr. Presidente, se fosse ler tudo aqui, o meu tempo seria pequeno. Como quero tratar ainda de um outro assunto, pediria, com a devida vênia, que V.Exa. determinasse a transcrição nos Anais da Casa do inteiro teor do balanço social da Sofia, bem como do currículo do nosso homenageado, isto para dar mais ênfase àquele grande evento ocorrido na noite de ontem.

(Transcrição da continuação do discurso do Deputado Francisco Küster.)

"A empresa tem participado de programas de Incentivo à Qualidade e Produtividade desenvolvida pela Federação das Indústrias dos Estados, em parceria com a CNI - Confederação Nacional das Indústrias -, tendo sido premiada no ano de 1998, em primeiro lugar, em nível nacional pela CNI, e em 1999 foi a primeira colocada na etapa regional.

A Empresa foi agraciada nos últimos seis anos com o Prêmio Empreendedor José Paschoal Baggio, por estar entre as maiores geradoras de ICMS adicionado, contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconômico da região, através de reinvestimento desse valor na região em que atuamos.

Na área do meio ambiente, tem-se destacado no plantio de pinus, conduzidas para indústria madeireira e moveleira, e tem disponibilizado essas áreas para futuras negociações de sequestro de carbono. Estarão sendo inauguradas no próximo dia 1º de dezembro duas novas estações de tratamento de esgotos dentro das mais modernas tecnologias aplicadas, visando, com isso, a melhora das condições do meio ambiente, evitando a emissão de água contaminada nos emissários pluviais.

Outras parcerias a serem destacadas são as que mantemos com o Sesi, em que mantemos em nosso local de trabalho duas salas de aulas onde são ministradas aulas de 1º e 2º graus aos colaboradores da empresa e aos alunos da comunidade que residem próximos de sua sede.

Mantemos parceria com o Município de Lages, através do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência, do projeto Adoci - Adote um Centro de Educação Infantil -, em que adotamos duas creches com cerca de 150 crianças assistidas de zero a dez anos.

Participamos do Programa Largada 2000, que é uma aliança entre Sesi e Instituto Ayrton Senna, vislumbrando um espaço mínimo necessário para nossa juventude e uma aproximação entre empresa e escola.

Assinamos, mais recentemente, uma parceria com a Empresa Tractebel Energia, na qual negociamos a troca do excesso de vapor por ela produzido pelo nosso resíduo industrial do processo de beneficiamento da madeira. Com isso estamos contribuindo sensivelmente para a redução da emissão de gás carbônico e o consequente aumento de mão-de-obra.

Mantemos parceria com o Sesi no Programa Inclusão Digital, com a instalação de salas de informática em nossa sede, sendo nossa empresa pioneira nesse processo para a implantação do projeto que visa beneficiar, além dos nossos próprios funcionários, os trabalhadores de outras indústrias locais.

A EMPRESA- HISTÓRICO

Fundada em junho de 1972, pelo búlgaro Ivanov Hristo com o objetivo de industrializar, exportar e importar produtos manufaturados de madeira e plásticos, a Sofia Industrial e Exportadora Ltda. é uma empresa familiar. Lages foi escolhida para instalação da indústria por ser uma região rica em madeira, principal matéria-prima da empresa.

A produção começou com prendedores de roupas, em um barracão de chão batido com 250m², localizado no bairro São Cristóvão, com máquinas criadas e desenvolvidas pelo próprio sócio-fundador, Sr. Ivanov Hristo. Desde então, a empresa superou as expectativas, crescendo e destacando-se entre as indústrias de Lages. Foi agraciada com vários prêmios, dentre eles, Empresa Industrial do Ano, em 1980, oferecido pela Acil - Associação Comercial e Industrial de Lages -; Empresário do Ano, em 1981, oferecido pelo Clube 14 de Junho; em 1985, o Troféu Dieter Schmidt, oferecido pela Fiesc, por ter inserido um novo produto na pauta catarinense de exportação - o prendedor de roupas -, e em 1998, o Troféu de primeiro colocado no Prêmio CNI de Incentivo à Qualidade e Produtividade pelo desenvolvimento de um projeto pioneiro para montagem de grampos de roupas.

Atualmente, a empresa conta com 152 colaboradores trabalhando num moderno parque industrial equipado com refeitório, sala de treinamentos, ambulatório médico e vestiário.

Localizada em Lages há mais de 32 anos, a empresa dispõe de uma área de 40 mil metros quadrados, possui 14 mil metros quadrados de área construída, conta com extensas áreas reflorestadas e com outras áreas já sendo preparadas para reflorestamento, que dentro de cinco anos irão proporcionar à empresa auto-suficiência em madeira.

Prendedores de madeira e plástico, madeiras pré-cortadas para móveis e construção civil são produtos oferecidos para o mercado interno, além de painéis de pinus, boards, cercas, decks, balaústres e jams para exportação.

A Sofia vem desenvolvendo seus processos e produtos com a cultura da qualidade total, que por meio do seu Programa TQS 2000 vem, há mais de três anos, criando mudanças comportamentais e de estrutura, adequando a empresa e seus colaboradores à melhoria contínua, em busca da satisfação total.

A HISTÓRIA DO FUNDADOR

(Jornalista Valquíria Guimarães)

'UM SOBREVIVENTE DA CORTINA DE FERRO

Ele tem uma história de vida que poderia servir de enredo para um filme da II Grande Guerra. Por trás da aparência fragilizada pelo passar dos anos, o brilho dos olhos azuis de Hristo Ivanov ainda resiste ao tempo. Olhos de quem foi testemunha, vítima e protagonista. Olhos de quem escreveu, à mão armada, impulsionado por pensamentos idealistas e coragem de jovem, um pedaço da história da humanidade. Numa época triste marcada por tantas transformações, manchada por fatos assustadores, pela divisão do mundo, pela disputa de poder e que até hoje evoca sentimentos que envergonham o presente do homem.

A Cortina de Ferro se levantou e fechou-se para o jovem Hristo Ivanov em 1946. Então com 19 anos, o jovem, que estudou durante 15 anos para ser maquinista e que foi obrigado a pegar nas armas e a defender o seu sonho idealista, foi parar numa prisão de segurança máxima em seu país, a Bulgária. Antes de ser preso político, Hristo nunca se tinha rebelado contra a sua pátria. Ele foi soldado na II Grande Guerra defendendo as cores da sua bandeira ao lado dos países do Eixo - Itália, Alemanha e Japão. Por se considerar fascista, não jurou fidelidade à bandeira búlgara, já então dominada pelo regime comunista. Durante cinco anos da sua juventude viu o tempo passar numa cela de dimensões absurdas, cinco por oito metros, dividida com outros 90 presos políticos. Ali, a

liberdade tão sonhada por Hristo foi podada a ferro pelos comunistas que o condenaram à prisão perpétua. Num novo julgamento, uma esperança: a pena ficou reduzida a 15 anos. Mesmo assim, jamais se conformou. Num diário escrito a carvão, o jovem desabafava o seu drama, revelava o seu inferno, escrevia os seus planos de fuga. Sabia que era uma missão impossível. Mas, em seu íntimo rebelde e aventureiro, não parava de arquitetar a sua volta ao mundo, o seu encontro com a liberdade!

Aos 76 anos, ele lembra de tudo como se os fatos não tivessem se passado há mais de 40 anos. Em sua memória, as cenas estão ainda bem vivas. Tudo está ali, como desde a hora exata em que conseguiu atravessar o país que faz limite com a Bulgária, a Iugoslávia. Porém, até chegar nessa data, foram cinco anos vivendo seus piores momentos. Nos intermináveis 1.825 dias em que ficou preso, Ivanov sentiu na pele todo o tipo de tortura física e mental, viveu situações de horror, de tensão e sobreviveu em condições subumanas. 'Apanhei que nem cachorro' murmura, sem esconder a emoção da lembrança. Recorda de uma data especial, o dia de Natal.

CASTIGO - Conta que o prisioneiro político não tinha licença para tomar sol no pátio da cadeia. 'Ao contrário dos demais presos, ficávamos dia e noite trancados na cela'. Naquele dia eles conseguiram driblar os soldados e misturaram-se aos demais detentos. 'Passamos o dia ao ar livre, tomando sol. Foi uma maravilha'. Quatro dias depois, a indisciplina foi descoberta pela direção da cadeia. Eles foram colocados de castigo numa cela sem janela; os presos foram obrigados a tirar toda a roupa. Nus, com a temperatura de 35 graus negativos lá fora, eles deitaram sobre a laje fria da cela, que mais parecia uma solitária. Estirados, um ao lado do outro, nem assim conseguiam afugentar o frio. Para piorar a situação, os soldados colocavam água na cela. 'Não conseguíamos encostar o pé no chão'. Por sorte, fala ele, um criminoso o salvou. 'Antônio, nunca vou esquecer o nome dele, ficava na cela em cima da nossa. Ele fez um furo no teto e por ali jogou palito de fósforo e papel. Fizemos um foguinho que nos aqueceu um pouco'. Ficamos ali cinco dias e cinco noites. 'Não quero mais passar isso', confessa, sem esconder a emoção.

Até hoje, em seus sonhos estão ainda bem vivas as imagens de seu desespero na prisão e de seu drama na Cortina de Ferro. Mas com uma força interior evidente expressada em cada gesto, Hristo fala que realmente é uma pessoa forte. 'Se eu não fosse, teria desistido de viver há muito tempo', justifica. E foi justamente por essa determinação, por essa força que lutou até o fim.

A INEXPLICÁVEL FUGA DA PRISÃO

Nem ele sabe como conseguiu vencer o medo, enfrentar o horror e fugir da prisão de segurança máxima da Bulgária, sua pátria. 'Só Deus sabe como foi'. Era, 14h15min, do dia 29 de setembro de 1951, horário do trem cruzar os trilhos que passavam perto da cadeia. Naquele momento, Hristo sabia que os soldados sempre desviavam a sua atenção para o apito da máquina. Ele e um companheiro estavam no pátio, num dos poucos intervalos de 15 minutos concedidos aos prisioneiros políticos fora da cela. 'Pedi para o soldado me levar ao banheiro. Fui eu e o outro preso, que na última hora resolveu não escapar'. Num momento de distração do soldado, Hristo fugiu. Pulou o arame farpado e

correu. Correu muito sem olhar para trás, não acreditando que estava escapando da prisão sem ao menos levar uma rajada de metralhadora. 'Fugi debaixo de umas 12 metralhadoras'. Nem ele acreditou em seu destino. Com o coração palpitando, o corpo tremendo, o jovem correu 50 metros sem parar em direção a um matagal. Quando pisou no mato, parou por um instante e começou a chorar. Ele não sabia para onde iria. 'Deu vontade de voltar'. Sentia-se como um animal acuado, que seria perseguido sempre por defender suas idéias, um foragido político.

Até hoje ele não sabe como conseguiu escapar. 'Foi Deus quem quis', desabafa. Uma hora depois de muito correr chegou à estação ferroviária. Tinha que pegar um trem e fugir porque às 18h ele estaria sendo caçado por todo o país. Foi então que tomou outro rumo: o das montanhas. Durante seis dias e seis noites enfrentou frio, fome e cansaço para cruzar a divisa e chegar ao seu destino: a Iugoslávia. Orientava-se pelas estrelas. Alimentava-se com o açúcar roubado na prisão, de algumas frutas e só a água era encontrada à revelia. Sem hesitar, conta que não queria ver seres humanos. 'Se visse alguém era possível que eu matasse para viver'. Foi assim, com os nervos à flor da pele, num clima de muita tensão que Ivanov chegou em seu destino num bonito dia de outono. Precavido, o jovem preferiu observar bem o terreno antes de arriscar qualquer manobra. Foi sua sorte. Ao longe, os olhos azuis de Hristo Ivanov avistaram dois soldados búlgaros, que tomavam conta da divisa. Ainda viu que os homens estavam acompanhados de um cachorro. Como sabia que não tinha escapatória, decidiu enfrentar o seu carma. Como quem não quer nada, foi caminhando em direção à fronteira da Iugoslávia. Descendo o morro tranquilamente, Ivanov sentia o coração disparar. Quase chegando perto de seu destino, ouviu os soldados gritarem 'pare'. 'Eles gritaram três vezes e depois começaram a atirar'. Outra vez escapou da morte. Às 15h12min atravessou a fronteira e, por sorte ou destino, escondeu-se das balas no meio de um rebanho de ovelhas. 'Parece que elas até queriam me ajudar'.

UMA DIFICULDADE ATRÁS DA OUTRA

A aventura de Hristo Ivanov em solo estrangeiro estava apenas começando. Depois de fugir de sua pátria, o rapaz de espírito rebelde, que nasceu em Gabrovo, continuava a perseguir a liberdade. Depois de escapar das metralhadoras, ele preferiu continuar escondido no mato. Sua intuição lhe ordenou que se mantivesse escondido.

Ele conta que não tinha certeza se conseguira atravessar a fronteira. 'Como me guiava pelas estrelas, numa noite de céu nublado quase voltei em direção à Bulgária'. Por isso, só se sentiu seguro quando, ainda no mato, avistou duas crianças. 'Fui falar com elas, que não entenderam nada do que eu disse'. Completamente desfigurado, barbudo, todo sujo, Hristo conta que as crianças se assustaram quando o viram. Continuou seu caminho até encontrar uma aldeia. Foi, então, que viu soldados do Exército iugoslavo e sentiu que estava salvo. 'Antes mesmo de eles me avistarem, eu atravessei a distância que nos separava com as mãos para cima', lembrou. E foi rendido que Hristo pisou de fato em território iugoslavo. Mas seus temores não tinham terminado. Depois de ser interrogado, Hristo passou por outros apertos. Foi levado, à noite, para um campo de concentração, onde estavam outros refugiados de guerra.

Antes de ser trancado num campo de concentração, foram seis dias e seis noites de caminhada por estradas empoeiradas e enlameadas. Seguido de perto por uma metralhadora do soldado iugoslavo. 'Achei que iriam me matar', confessou. A primeira refeição decente nesses dias foi um prato de feijão compartilhado com a tropa. Depois de ser novamente interrogado pelo Exército, Hristo foi considerado espião. 'Eles cismaram que eu era espião porque prontamente eu respondia fatos da minha vida'. Ter uma boa memória foi o seu azar. Nesse período, passou de campo de concentração em campo de concentração. Chegou perto de perder a sua vida. A fixação do Exército pela figura de Hristo só terminou com a chegada de outro personagem nessa história. Ele conta que foi essa pessoa que lhe salvou a vida. 'Esse rapaz disse que eu iria morrer, caso não afirmasse que ele era um espião'. Mais uma vez, Hristo viu a morte passar bem perto. A surpresa maior foi que esse companheiro não foi morto, revelou.

Até que numa dessas transferências, o sangue aventureiro começou a pulsar novamente. Por determinação do Exército, Hristo foi transferido do campo para trabalhar em uma mina em Belgrado, capital da Iugoslávia. Foi dali que ele fugiu pela segunda vez. Porém, não saiu do país. Foi trabalhar numa cooperativa. 'E caí nas graças do chefeão'. Corria o ano de 1952, quando o fugitivo virou chefe de restaurante da cooperativa e engraçou-se pela cozinheira, Jana, que viria a ser sua mulher e mãe de seus sete filhos. Nos seis meses que ficou trabalhando ali, Hristo não se conformava com o regime estabelecido. Seu espírito rebelde nunca aceitou a ditadura da Cortina de Ferro. Por isso, decidiu fugir outra vez e deixar para trás a opressão comunista. Só que desta vez, apaixonado, levaria a mulher Jana. Por quatro vezes eles tentaram escapar. No entanto, Jana, então com 25 anos, não conseguia chegar ao fim da fuga. Nervosa, a moça começava a chorar e pedia para voltar. 'Ela desistia e eu não conseguia ir adiante'. Na terceira vez, o casal chegou a percorrer 600 quilômetros a pé. 'Só que ela não quis ir até o fim'. Foi somente na quarta tentativa que a fuga se concretizou.

UMA PASSAGEM PELA ITÁLIA ANTES DE CHEGAR AO BRASIL

Decidido a encontrar a liberdade, Hristo deixou claro à mulher que desta vez iria fugir nem que fosse sozinho. Depois de seis dias e seis noites dormindo ao relento, passando fome e frio, o casal chega ao destino: a Itália. Lá, num pequeno lugarejo chamado Trieste, Hristo lembra que queria entregar-se, só que não tinha para quem. 'Eu não estava acostumado com a democracia'. Sem saber direito o que fazer, parou a primeira pessoa que encontrou na rua e perguntou onde ficava o posto policial.

De Trieste, o casal foi parar em Gênova. Dali partiam navios carregados de imigrantes das mais diversas partes da Europa com destino ao Novo Mundo. 'O Brasil era um dos mais procurados pelos imigrantes', recorda. Ele e a mulher, foragidos da Cortina de Ferro, não tinham opção. Ele conta que na véspera de Natal de 1951 só estava a delegação brasileira no porto de Gênova. Sem hesitar, ele e a mulher entraram no navio rumo ao Brasil. Atravessaram o Atlântico em dois meses de viagem e aportaram em terras brasileiras no dia 13 de fevereiro de 1952. Foram recebidos, no Rio de Janeiro, pelo Presidente Getúlio Vargas que entregou a cada imigrante Cr\$ 183,00. Um mês e meio depois, nasceu a primeira filha do casal, Maria.

Na *Terra Brasilis*, novas aventuras aguardavam o casal. Mal pisou o solo brasileiro, Hristo conheceu um imigrante búlgaro que tinha uma fazenda no Mato Grosso. E lá foram colher algodão na fazenda do 'patrício'. Só ficou sabendo da enrascada em que se meteu quando, um mês depois, não viu nem sinal do dinheiro. Na realidade, ele servia, a exemplo de tantos outros imigrantes que na época desembarcavam no Brasil, de mão-de-obra escrava. Tarimbado em fugas, Hristo não se fez de rogado e procurou outro caminho. Fugiu para São Paulo.

Quando saltou do trem às 10h da manhã, já em São Paulo, foi em busca de emprego. Às 18h já estava trabalhando numa fábrica. Ele lembra que se entendeu bem com o patrão, um italiano com tendências fascistas. 'Ele me empregou e depois me ajudou a buscar a mulher e a filha'. Em São Paulo, a aventura de Hristo Ivanov parecia ter finalmente terminado. Durante 20 anos que ali ficou, ele fez de tudo um pouco até virar empresário. Não sem antes se revelar um inventor de máquinas. Hristo criou a sua própria máquina de fabricação de prendedores de roupas.

FIXAÇÃO PARA LAGES VEIO APÓS ACIDENTE DE CARRO

'Era um aventureiro'. Por ser assim, engajou-se em vários projetos, nem todos bem sucedidos. Porém nunca desistiu de lutar. 'E se fosse preciso, começava tudo de novo'. Teve um momento que ficou sem nada. Só se definiu quando recomeçou com a fábrica de grampos. 'Dai me endireitei'. E foi por intermédio dessa fábrica que veio parar em Santa Catarina. Há 27 anos, ele chegou em Jaraguá do Sul para fazer uma entrega. De Kombi, cruzou o Planalto Serrano. Quis o destino que o Hristo capotasse a sua Kombi e tivesse que passar a noite em Lages. Enquanto o filho e um amigo passeavam pela cidade, ele ficou na oficina, de olho no conserto do carro. Por acaso, observou uma serraria de grande porte que era de José Araldi. 'Veio na minha cabeça a idéia de montar a fábrica de prendedores de roupas em Lages', confessou. Na volta a São Paulo, a idéia virou obsessão. Foi assim que dois anos depois a família Ivanov desembarcava em Lages e montava a Sofia, empresa de madeira. O nome da empresa é uma homenagem à Capital da Bulgária, Sófia, terra nunca mais visitada por Hristo que, do alto de seus 76 anos, não traz no corpo nenhuma marca de guerra. 'Não tenho um arranhão', conta sem esconder o orgulho.

O corpo, que caminha hoje a passos lentos e apoiado por uma bengala, também não cedeu a mais de nove paradas cardíacas. A saúde de ferro do aventureiro Hristo balança a cada bombeada forte de seu coração. Mesmo assim, ele não abandona o hábito de fumar. Enquanto falava e contava a sua história, fumou um atrás do outro. As recordações da esposa, Jana, e do filho Gilmar também mexem com o coração aventureiro de Hristo. Gilmar, engenheiro, faleceu em 1989, vítima de um acidente de trabalho na empresa. Dois anos depois, Jana deixou o companheiro e os filhos. 'Ela não agüentou a morte do filho', confessou Carlos Ivanov. Os seis filhos, Maria, Ivan, Jorge, Carlos, Lucas e Cristo, tratam o pai com cuidado e carinho total. Bem como os dez netos, que sempre que podem imploram ao vó que conte a sua história na guerra. 'Eles querem que ele escreva um livro', contou Carlos. Reunidos em casa, os Ivanov se sentam ao redor do patriarca da família e de ouvidos atentos viajam em suas aventuras. 'Cada vez que repete sua história, três dias depois ele sonha com tudo', contam os filhos. (Publicação do Diário Catarinense de 6 de julho de 1997, quando do aniversário de 25 anos da empresa)

CURRICULUM VITAE

Dados Pessoais

Nome: Ivan Ivanov
 Filiação: Ivanov Hristo e Jana Ivanov
 Nascimento: 17 de junho de 1953
 Nacionalidade: Brasileira
 Naturalidade: São Paulo/SP
 Estado Civil: Casado
 Profissão: Industrial
 Empresa: Sofia Industrial Exportadora Ltda.
 Cargo: Diretor-Presidente (desde 15/06/1972)
 Formação Escolar
 1º Grau: Grupo Escolar Pandiá Calógeras São Paulo/SP
 Período: 1960 a 1964
 2º Grau: Escola Técnica Antártica São Paulo/SP
 Período: 1965 a 1968
 2º Grau: Colégio Diocesano Lages/SC
 Período: 1981 a 1983
 Graduação: Tecnologia em Automação Industrial
 Centro de Tecnologia em Automação e Informática - CTAI
 Florianópolis/SC
 Período: 2000 a 2003
 Estágio
 Profissional: Sofia Industrial Exportadora Ltda. - Lages/SC
 Trabalho: Automação de Aplicador de Cola
 Período: março a agosto de 2003
 Pós-Graduação: Especialização em Automação e Computação Industrial
 Centro de Tecnologia em Automação e Informática - CTAI
 Florianópolis/SC
 Período: fevereiro de 2004 a abril de 2005
 Atividades Extra-curriculares
 Atividade: Tecnologia Aplicada
 Entidade: Fundação Certi
 Local: Lages/SC
 Duração: 08 horas
 Período: 1996
 Atividade: Tecnologia Aplicada - Gestão de Qualidade Total
 Entidade: Fundação Certi
 Local: Lages/SC
 Duração: 16 horas
 Período: 1996
 Atividade: Qualidade Total para Microempresas
 Entidade: Sebrae
 Local: Lages/SC
 Duração: 13 horas
 Período: 1996
 Atividade: Planejamento Estratégico
 Entidade: Fundação Certi
 Local: Lages/SC
 Duração: 08 horas
 Período: 1998
 Atividade: Gestão de Qualidade Total
 Entidade: Fundação Certi
 Local: Lages/SC
 Duração: 16 horas
 Período: 1998
 Atividade: Sistema de Qualidade ISO 9000
 Entidade: Fundação Certi
 Local: Lages/SC
 Duração: 05 horas
 Período: 1998
 Atividade: Curso de Oratória - Comunicação Estratégica e Relações Humanas
 Entidade: Sesc
 Local: Lages/SC
 Duração: 14 horas
 Período: 2004
 Atividades Profissionais
 Local: Sofia Industrial Exportadora Ltda.
 Atividade: Diretor-Presidente
 Endereço: Av. Dr. João Pedro Arruda, nº 2340 Lages/SC
 Período: Desde julho de 1972

Local: Rotary Clube Lages

Atividade: Presidente, vice-Presidente e outras

Endereço: Rua Emiliano Ramos, nº 544

Lages/SC

Período: Desde 1993

Projetos

- Desenvolvimento e melhoramento de vários equipamentos para a indústria madeireira.
- Primeiro colocado da região Sul no Prêmio CNI de Incentivo à Qualidade e Produtividade em 1998.
- Primeiro colocado nacional no Prêmio CNI de Incentivo à Qualidade e Produtividade em 1998 com o projeto 'Aparelho Automático para Montagem de Prendedores de Roupa de Plástico'.
- Primeiro colocado no Prêmio Serrano de Incentivo à Qualidade e Produtividade em 1999 com o projeto 'Alimentador Automático para Serra Circular Múltipla'.

Ato contínuo, Sr. Presidente, quero, mesmo *en passant* e rapidamente, falar da audiência pública que realizamos ontem, aqui nesta Casa, para tratar do transporte coletivo urbano da Capital. Tivemos uma presença forte, o Prefeito, lamentavelmente, não pôde permanecer, pois tinha outros compromissos. Um Prefeito não pode ficar preso durante todo um expediente, e aqui ficou o seu colaborador, Sr. Norberto Stroisch, para atender aos questionamentos, e naquela oportunidade não houve nenhum questionamento a ele.

Mas o Prefeito está atento, sabe da grave responsabilidade que paira sobre os seus ombros, mas também sabe que está encarando uma grave crise. O transporte de massa, o transporte coletivo urbano, enfrenta, sem exceção, uma crise sem precedente: a violenta carga tributária que paira sobre esse serviço, à ordem de 30% mais ou menos, além do que as gratuidades, as generosidades ocorridas, em alguns casos até excessivamente, outras de inteira justiça. Portanto, o sistema não está mais remunerando.

Além do que, Sr. Presidente, sabemos muito bem que, cedo ou tarde, o Governo Federal terá que adotar uma política de subsídios ao transporte coletivo de massas nas zonas urbanas, principalmente nas regiões conturbadas, de maior concentração populacional. Isto é só uma questão de tempo. As passagens estão ficando muito caras. Os operários, os trabalhadores é que estão remunerando, inclusive, as generosidades praticadas nas Câmaras de Vereadores, e outros procedimentos. Algumas de inteira justiça, outras nem tanto.

Por isso, Sr. Presidente, como o Poder é representativo, cabe a nós outros nos envolvermos neste debate e buscarmos uma solução, mas não é fácil! No discurso, ela é fácil. Na falácia, é só dizer o seguinte: "O Prefeito não está fazendo nada, o Governador não faz nada". O Governador é responsável porque quebraram uma lâmpada numa escola. É assim, é tudo fácil! Agora, o importante é encarar de frente como está encarando o Presidente Lula uma crise que se abateu sobre o seu Governo. E eu continuo fazendo ressalvas à figura do Presidente. Neste mar de lama, eu não o incluo em momento nenhum. Não o fiz até agora e não vou fazê-lo porque estou convencido de que ele não faz parte deste lamaçal. Mas este lamaçal o cerca. Esta é uma triste e trágica realidade neste País, Sr. Presidente.

Portanto, no discurso é fácil apontarmos os defeitos, acusarmos e atribuirmos responsabilidades. Mas, como somos representantes do povo, temos também a grave responsabilidade de buscar soluções.

Eu quero crer que estão tentando buscar uma solução para a crise que ronda o Presidente Lula. E, de igual forma, o Prefeito da Capital faz aqui em Florianópolis; de igual forma faz o Governador Luiz Henrique, que administra um Estado que não recebe o mínimo de atenção do Governo Federal que abocanha a fatia do leão, do bolo tributário, e que não dispensa o mínimo de atenção aos Estados. Nós vamos travar o debate. Eu estou me preparando para um grande debate nos próximos dias, enfocando o aspecto do desprezo do Governo Federal com relação aos Governos Estaduais.

Concluirei, Sr. Presidente, mas voltarei a abordar este assunto na semana que vem e daí vamos debatê-lo. E vale aqui o registro: separo desses procedimentos o Presidente Lula. Com relação à falta de atenção aos Estados, eu já não faço essa... Não estou excepcionalizando porque depende dele. Está aí a arrecadação generosa da Cide e vamos atender aos Estados e aos Municípios! Penso que este é o debate que temos que travar nesta Casa!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Serafim) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Nilson Machado, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON MACHADO - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, público que nos acompanha através da TVAL...

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON MACHADO - Pois não!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Quero só lembrar ao Deputado Francisco Küster que é importante que ele tenha bem presente que a concentração das verbas na União aconteceu no Governo ao qual V.Exa. é partidário, ou seja, de Fernando Henrique Cardoso. Eu lembro que, quando o Deputado Federal Paulo Bauer votou favorável àquela concentração do tal FEF (Fundo de Fiscalização Fiscal), foi, inclusive, colocado um *outdoor* na minha cidade, por um Prefeito correligionário dele, o falecido Geraldo, criticando aquela concentração de verbas que tirou dos Municípios e dos Estados para a União.

Nós estamos começando a descentralizar. V.Exa. sabe que nenhum centavo vinha da Cide e que agora está vindo. Tem obras, inclusive, que estão sendo inauguradas com a Cide.

Portanto, é uma reforma que precisa ser feita. Concordo com V.Exa. que precisamos aprofundar, e cada vez mais. Mas o importante é que começamos a fazer!

O SR. DEPUTADO NILSON MACHADO - Sr. Presidente, eu gostaria de iniciar o meu pronunciamento falando de um assunto que está agredindo a cidade de Florianópolis, que são os famosos "pardais" que estão aqui na nossa cidade destruindo a vida do povo de Florianópolis. O Prefeito Dário Berger se defende também, muitas vezes, dizendo que a grande autora foi a ex-Prefeita Angela Amin, mas creio que o Prefeito pode simplesmente revogá-los. Quem tem a caneta na mão, pode fazer isso. A partir do momento que ele consente, ele está comungando com aquilo que a Prefeita deixou por escrito.

Eu penso que não podemos jogar responsabilidades só para este Prefeito. Acho que ela é culpada, sim, por essa situação de Florianópolis com "pardais", tanto é que não votei nela. Mas eu não esperava, depois de ter votado no Prefeito Dário Berger, que ele colocasse os "pardais".

Até digo ao Deputado Francisco Küster, que me antecedeu na tribuna, que o Governador Luiz Henrique não é atendido pelo Governo Federal, mas temos visto as manifestações, a luta do Governador para trazer recursos de Brasília. É assim mesmo, um Governador que no segundo turno pediu tantos votos para o Presidente Lula, hoje não tem respaldo! Isso faz parte do processo político. Eu, por exemplo, ajudei dois candidatos na última eleição e, como disse o Deputado Antônio Carlos Vieira, levei um pontapé... (Retirado da ata conforme inciso XII do art. 92 do Regimento Interno.) quer dizer, levei meio pontapé, mas é doído de qualquer maneira.

Gostaria de dizer também que não aceito os "pardais". Não que seja a favor da velocidade, penso que ela tem que ser mantida na cidade, porque senão pode-se fazer o que bem quiser frente a um volante, mas também não posso aceitar que se discipline com multas.

Podemos começar a multar o Prefeito Dário Berger por aquilo que ele não cumprir a partir de agora! Podemos entrar com ação na Justiça por aquilo que ele não cumprir! Se possível criar uma lei de retirada de voto! Já pensaram se fôssemos punir o político com a retirada de voto? Meu Deus, o Prefeito não estaria mais com o problema dos ônibus e dos "pardais"!

Dizem que em São José há "pardais", mas eu vi só um. Deve ser uma andorinha. E como diz o ditado, uma andorinha só não faz verão. Bem que podia ser uma pombinha no lugar de andorinha. Na Avenida Josué Di Bernardi com Presidente Kennedy tem um só "pardal" e Florianópolis está dominada! "Tá tudo dominado", como diz a música. É um absurdo, o pessoal não agüenta mais!

Para início de conversa, o Prefeito enche a cidade de "pardais"; fez aquele rolo com as passagens dos ônibus, depois voltou atrás, quando na verdade não precisaria chegar aonde chegou. Deixou fazerem aquele quebra-quebra na cidade e depois simplesmente fez o que poderia ter feito no primeiro dia da manifestação dos estudantes - abatendo o Imposto Sobre Qualquer Natureza. Isso ele poderia ter feito no primeiro dia! Não precisava deixar a cidade ficar na situação que ficou e as pessoas passarem pelo que passaram.

Da mesma maneira pode acontecer com os "pardais", porque parece que o Vereador João Batista está querendo entrar com uma ação na Câmara Municipal para revogar a lei. Aí o Prefeito volta atrás e tira os "pardais". Dá a impressão que é aquela brincadeira de caçador: pega a funda e mata o pardal. Até parece que não há dinheiro público em jogo! É muito engraçada a situação política que se encontra Florianópolis!

Para piorar, um funcionário da Prefeitura Municipal, José Nicodemio Ribeiro, na coluna do Paulo Alceu, no sábado, disse besteira, e ele é um funcionário que nem vai trabalhar! Não sei como o Prefeito Dário Berger mantém um cidadão desse tipo lá. Já deveria ter mandado o cara trabalhar! Ele estava lotado na Secretaria de Turismo, depois foi para o IGEOP, depois para o Mercado Público e agora está indo para a Saúde. E o pessoal da Prefeitura quer saber onde esse desgraçado vai se sentar, onde é que esse infeliz... Quando ele vai trabalhar? Já passou por praticamente quatro Secretarias e o homem não aparece para trabalhar. Só enrola, e ainda manda notinhas para a coluna do Paulo Alceu. Eu não digo mesmo, é uma vergonha uma pessoa que não tem moral mandar nota para jornal falando mal de político. Eu teria vergonha de fazer esse papel, se estivesse na situação em que se encontra esse cidadão.

Na semana passada, aqui, falei sobre um outro, um tal de Carlos César, que também está cheio de rolo e queria malhar o pau em político, e agora aparece mais um, o Sr. Nicodemo.

Assim está escrito:

(Passa a ler)

"Propaganda eleitoral.

Caro e nobre jornalista, se a Senadora Ideli Salvatti não pode colocar cartazes, por que o Deputado Duduco pode colocar seu nome, já em campanha (Deputado Duduco) nas camisas da Escola de Samba Unidos da Coloninha, em exposição em toda a cidade?"

Eu não sei como esse cidadão é funcionário comissionado da Prefeitura Municipal! Aqui está a camisa da Unidos da Coloninha, sem o meu nome. Aqui aparece apenas o nome do enredo e o nome da agremiação.

Eu vou te contar! Como diz o pessoal do Sul da Ilha: "Ah uma camaçada de pau!". É verdade! O cidadão escrever para o jornal... Ele quer aparecer! Volta e meia esse tal de Nico manda notinhas para o jornal. O cara não trabalha! Só está enrolando, porque vai para lá e para cá, e agora parece que está indo para a Saúde.

E hoje aparece uma nota pesada! Eu gostaria que V.Exas. lessem a coluna de Paulo Alceu e a Sem Corte, para ver que o autor é Luiz Roberto de Souza. Ele começa dizendo: "Ele voltou! Parece que o Sr. José Nicodemo Ribeiro, (vulgo Nico)..." Ser conhecido por vulgo é doído! Mas aqui relata tudo o que esse funcionário do Prefeito Dário Berger tem de errado e o que há de falcatruas na Prefeitura Municipal.

As pessoas podem dizer que eu trabalhei para Dário Berger. Sim, trabalhei! Trabalhamos para tantos políticos e, às vezes, eles não dão o respaldo necessário! Eu trabalhei para o Prefeito Dário Berger e espero que ele faça uma boa administração, mas enquanto isso não acontece, faço uso da tribuna para defender o povo de Florianópolis e até da Grande Florianópolis! Não posso comungar com as atitudes que ele tem tomado frente à Prefeitura Municipal!

Aparece no jornal de hoje que sairão as linhas marítimas, e a primeira linha, se não me engano, é para São José e Palhoça. No primeiro barco provavelmente o Prefeito Dário Berger irá junto para São José para testar o transporte. É bom isso.

Gostaria também de dizer, Deputado João Henrique Blasi - e hoje conversando, V.Exa. até me pediu apoio aos projetos da Ordem do Dia de amanhã -, que marcarei presença amanhã, e espero que esteja incluído - não quero ser oportunista, mas também faz parte do jogo - o projeto de minha autoria, que está na Comissão de Constituição e Justiça, em suas mãos, pois V.Exa. é o Relator. O projeto dispõe sobre a concessão de benefícios previdenciários, pensão, ao companheiro ou companheira homossexual funcionário público do Estado. A classe dos homossexuais irá ficar muito feliz de ver amanhã o projeto na Ordem do Dia. V.Exa. já deve ter dado o seu parecer final. Ficarei muito feliz em ver todos os homossexuais amanhã aqui, com os olhos virados, traduzidos para V.Exa., Deputado João Henrique Blasi. É a classe agradece, antecipadamente, com um lindo sorriso de arco-íris.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Francisco Küster - Peça a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Serafim) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Francisco Küster.

O Sr. Deputado Francisco Küster - Sr. Presidente, gostaria de registrar, com muita satisfação, a presença do Prefeito de Otacílio Costa, Altamir José Paes, do Vereador Ivônio Floriano, o popular pipoqueiro de Otacílio Costa.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Serafim) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Sr. Deputado José Carlos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezados catarinenses, este momento da sessão chamado de Explicação Pessoal tem um nome curioso. Na Câmara Federal não tínhamos esse horário tão interessante; tínhamos lá o Grande Expediente, como aqui também temos, o Pequeno Expediente, logo que se inicia a sessão, e depois a Ordem do Dia. Mas esse horário é singular, é interessante. No começo até achei o nome esquisito, Explicação Pessoal, mas vejo que além de interessante é realmente útil, porque venho a esta tribuna para algumas explicações pessoais.

A primeira explicação pessoal é que não estive ontem na memorável sessão que já foi citada aqui tantas vezes no dia de hoje e que condecorou diversos empresários do nosso Estado por serviços prestados à gente catarinense. Não estive presente porque estava prestigiando a posse, na Associação Empresarial de Joinville, do empresário Sérgio Alves, substituindo um grande e renomado empresário catarinense, que passara dois anos à frente da entidade, Jaime Grasso, possuidor de uma grande empresa, mas um homem de grande sensibilidade social. Conduziu aquela Associação Empresarial a bons destinos, seguindo seus antecessores.

Saudando o Presidente da Associação Empresarial de Joinville, Sr. Sérgio Alves, aproveito para saudar todos os grandes e bons empresários catarinenses que contribuem não só para Santa Catarina, mas para a Nação brasileira, e por isso mereceram a condecoração que leva o nome de Carl Hoepcke.

Queria, neste momento, saudar de uma forma especialíssima os empresários Udo Döhler, Willibaldo Dittrich Filho e o empresário joinvilense de muitas anos de luta, Norberto Cubas da Silva, que dirige a grande empresa Wetzel há muitos anos. Ela é uma empresa de sucesso, geradora de empregos e com grande sensibilidade social, com forte atuação nas grandes causas sociais do Município de Joinville.

O empresário Udo Döhler é reconhecido também como um grande líder, já que foi Presidente da Associação Comercial e Industrial de Joinville, como foi Norberto Cubas da Silva, aliado ao Willibaldo Dittrich Filho, empresário do setor gráfico, que se destaca na nossa cidade por tantas participações, inclusive na política.

Então, assim é que faço essa minha primeira explicação pessoal.

Agora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero fazer uma outra explicação pessoal, que não é minha, mas pelo Prefeito de Barra Velha, Valter Marino Zimmermann, pertencente às fileiras do PFL, o nosso Partido, que foi afastado do cargo na semana passada - afastado e reconduzido logo que recorreu ao Tribunal Eleitoral.

Vejam que triste episódio: ele foi acusado por seus opositores, que não se conformam com a derrota, de que teria cometido crime eleitoral. O Prefeito Valter Zimmermann, que é um homem muito sério, competente e já foi Prefeito de Barra Velha, foi reconduzido pelo povo contra uma

coalizão economicamente muito forte. O Prefeito Valter Zimmermann ganhou dessa coalizão, com o apoio maciço da população de Barra Velha. Seu nome foi lançado como criminoso eleitoral, coisa que nós abominamos desta tribuna, porque conhecemos Valter Zimmermann e sabemos que a acusação é superficial - acusaram-no de ter lançado um edital para uma obra pública.

Conheço profundamente o caso; trata-se de uma das obras mais importantes para toda a região de Barra Velha, qual seja, a obra de abertura do canal da barra do Rio Itapocu (fixação da barra do canal do Rio Itapocu). Essa obra mereceu um convênio com o Governo Federal e já havia recursos alocados na conta da Prefeitura, mas necessitava ter a sua licitação feita antes de terminar o ano, uma vez que o convênio findava no dia 27 de dezembro do ano passado.

Pois bem, o Prefeito tomou as providências cabíveis para não perder os recursos, mas foi acusado de cometer crime eleitoral. Felizmente, o Prefeito foi reconduzido e lá está no seu cargo. Só que os opositores, no momento em que receberam do Juiz local o diploma, a ordem para reassumir, o que fizeram? Já noite adentro foram à Prefeitura, arrombaram-na e, parece que sob as vistas de alguns policiais militares que lá estavam, forçaram alguns funcionários que se opuseram àquele ato, e dizia, aquele que assumiu a Prefeitura, que pelo menos meia hora queria se sentar na cadeira do Prefeito.

Felizmente a Justiça repôs Valter Zimmermann no seu cargo, e nós esperamos que esses opositores se conformem, porque a democracia é assim, quem manda é a voz do povo, que nos conduz aos cargos. Eu até afirmo, Sr. Presidente, que nós não temos poder, nós temos, sim, dever. Quando fui Deputado Federal, estava fazendo um estudo para alterar o nome Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário para Serviço do Legislativo, Serviço do Executivo e Serviço do Judiciário, uma vez que, entendo eu, que nós estamos a serviço do povo. Mas indo mais fundo, quero dizer que o poder não emana do povo, o poder fica e está com o povo, lá com o povo deve permanecer e nós devemos estar sempre a serviço, pois servir é a nossa missão.

Então, com a modificação que eu pretendia na Câmara Federal, que vinha estudando, já contando com o apoio de diversos Parlamentares, esperava que não só o nome fosse alterado, mas que a intenção, que o coração fosse mudado para que estivessemos sempre a serviço do povo e não, muitas vezes, investido de um poder que não nos pertence.

Quero ainda, para encerrar, Sr. Presidente, dizer que cabe aqui uma outra explicação pessoal, que também não é minha, mas do Prefeito Marco Tebaldi, de Joinville, que ontem promoveu uma grande reunião, com o apoio de Vereadores e Parlamentares, eu estava presente, para fazer uma economia nas finanças municipais, uma vez que vem caindo o ICMS repassado àquele Município, injustamente, posto que a produção industrial do nosso Município cresce cada vez mais, e é preciso modificar a fórmula como são repassados recursos aos grandes Municípios.

Volto a este assunto numa outra oportunidade, uma vez que meu tempo se esgota, querendo ainda saudar, mais uma vez, os empresários que receberam a comenda Carl Hoepcke e saudar toda a diretoria da Associação Empresarial de Joinville, que tomou posse na noite de ontem.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Serafim) - O próximo orador inscrito é o Sr. Deputado Herneus de Nadal, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, a Lei Complementar nº 0281, do corrente exercício, regulou o art. 170 da nossa Constituição e procedeu as alterações em legislação complementar existente, que trata da concessão de bolsas de estudo e de bolsa de pesquisa.

É bom que de início se frise e se afirme que o valor destinado pelo Governo do Estado às referidas bolsas, que era em torno de R\$ 25 milhões, no decorrer de alguns anos, chegando em 2008, passará para R\$ 50 milhões.

No entanto, nas alterações efetuadas por esta Casa, estabeleceu-se, diversamente do que constava da legislação anterior, que o valor mínimo da bolsa de estudo concedida aos nossos estudantes passasse a vigir, após a sanção daquela lei, em 50% do valor da mensalidade.

Com isso, Sr. Deputados, Sra. Deputada, aqueles alunos que percebiam 35%, 40%, 45%, 20%, 25% do valor da mensalidade deixaram, depois da sanção daquela lei, a partir do primeiro semestre deste ano, de ter acesso e de ser contemplados com as referidas bolsas de estudo. Sendo que para este semestre passou a valer o percentual de 50% do valor da mensalidade.

O Legislador tem a função de legislar, de fazer leis, mas também de fiscalizar e acompanhar os efeitos que elas produzem. Por isso, existe o princípio da flexibilidade da norma jurídica.

O Sr. Deputado Gelson Merísio, o Sr. Deputado Paulo Eccel e este Deputado, todos nós, entramos com propostas para flexibilizar o valor destinado ao percentual da mensalidade da bolsa de estudos. E depois de muitos debates, de muitas conversas, de muito diálogo travado com nossos Líderes, com colegas Deputados, na tarde de hoje nos reunimos, os propositores, os proponentes, com o Relator da matéria, Deputado Jorginho Mello, para encontrar uma saída que viabilizasse, que possibilitasse a elaboração de um substitutivo global, procurando atender as necessidades da comunidade estudantil.

Srs. Deputados, com a diminuição do número de alunos atendidos pelas bolsas de estudo, mesmo com os valores aumentados, acrescidos, de acordo com o cronograma que acabei de me referir, de que quando alcançarmos o exercício de 2008 teremos dobrado de 25 para R\$ 50 milhões os investimentos destinados a bolsas de estudo para formar os nossos filhos, para destinar às universidades comunitárias e também com um percentual de 10% às particulares, precisamos, então, através da negociação, encontrar um denominador comum que atenda às necessidades da comunidade estudantil, que com a diminuição do número de bolsas estava e ainda está deixando de frequentar os cursos superiores oferecidos pelas universidades comunitárias e também particulares.

Então, a nossa iniciativa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, é que através da negociação de alto nível, através do entendimento, que está a caminho, que está gestando, nós possamos atender esses anseios. E estive reunido nesse período com estudantes, com professores, com reitores, através das organizações próprias representativas para tal, como os DCEs e demais estruturas que nos permitem ter um canal para negociação com esse segmento importante, na tentativa de buscar o caminho para uma solução.

Através da negociação, através do diálogo e dos abaixo-assinados, também recebidos pelos Deputados, manifestações expressas, mas também espontâneas, dos nossos estudantes, é que nós estamos caminhando na direção de buscar o entendimento, para que possamos atender às necessidades da comunidade estudantil.

Conversamos há pouco e concedemos ao Deputado Jorginho Mello, todos os propositores, um voto de confiança para que possa elaborar o substitutivo global e quem sabe no dia de amanhã ainda possamos avaliar a nova proposta, que procura acolher sugestões das mais diversas e variadas deste Parlamento, para que aí, sim, possamos ainda neste semestre deliberar sobre esta matéria. E no próximo semestre, já com novas regras vigindo, possamos, na avaliação e na escolha dos estudantes contemplados, adotar os critérios contemplados dentro da legislação que teremos a condição de avaliar e de votar ainda nesses dois últimos dias, antes do início do recesso parlamentar do mês de julho.

Por isso, assomo à tribuna para fazer esse registro que me parece de fundamental importância. E como o Estado de Santa Catarina, Srs. Deputados, acompanha pela TV Assembléia, pela TVAL, os fatos, o desenrolar dos acontecimentos, as negociações, bem como as deliberações, entendi por bem que deveria desta tribuna dar essa informação a todos os interessados que acompanham com atenção, com interesse, esse assunto, para que eles possam se guiar e até, no contato, cada um com o seu Parlamentar, dar as sugestões, as idéias, que entenderem as mais adequadas.

A proposta caminha para que se possa fixar em 35% do valor mínimo da mensalidade o estipulado para a bolsa de estudo e para que a bolsa de pesquisa possa também ficar dentro dos critérios nacionais, para que desta forma tenhamos parâmetros adequados para atender esse segmento tão importante.

Nós, em Santa Catarina, Deputado Nilson Machado, temos um modelo de instituição, que são as nossas universidades comunitárias e que abrigam um grande número de estudantes que não conseguem vagas suficientes nas instituições oficiais públicas, como é o caso da Universidade Federal e Universidade do Estado de Santa Catarina.

Por isso parece-me que vale enaltecer o esforço e o espírito público dos Srs. Deputados na busca de caminhos e de soluções que possam atender os objetivos, pelos quais a lei foi aprovada aqui na Assembléia Legislativa.

Acompanhando os efeitos da lei, a sua eficácia, é que nós temos a condição de fazer as alterações que se tornam necessárias para que se atenda a comunidade estudantil, para que se atenda a comunidade universitária do nosso Estado e, desta forma, os estudantes possam continuar a frequentar os seus cursos, preparando-se para obter uma vaga de trabalho dentro desse tão disputado mercado de trabalho.

Se dermos as condições, os meios e os mecanismos, com certeza os nossos filhos, os jovens de Santa Catarina terão mais oportunidades.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Serafim) - Com a palavra a Sra. Deputada Simone Schramm, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA SIMONE SCHRAMM - Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de fazer também uma saudação ao ex-Deputado Osni Piske, que se encontra

presente nesta Casa. Recordo-me que trabalhei para ele na sua campanha e hoje aqui estou.

Para mim foi uma satisfação muito grande na noite de ontem estarmos aqui consagrando a Medalha Carl Franz Albert Hoepcke, numa noite impar nesta Casa, quando inúmeros empresários, homens e mulheres que trouxeram o desenvolvimento e o crescimento para Santa Catarina, através do seu trabalho, foram homenageados.

Consagramos essa medalha de mérito para essas pessoas que participaram para o crescimento do nosso Estado, uma vez que conhecemos as adversidades, que é esse espaço no dia-a-dia, para manter o seu quadro de funcionários, para ter os seus clientes satisfeitos num mercado muito competitivo, em função dos inúmeros encargos tributários que temos no nosso País.

Eu acho que foi um momento de valorização, e os que aqui estiveram na noite de ontem se sentiram muito valorizados por esta Casa, pelos Deputados, que fizeram a escolha na sua região. Sei que foi uma decisão muito difícil, sendo essa a primeira medalha. Mas tenho a certeza de que as pessoas aqui homenageadas mereciam, e no ano que vem teremos então outros agraciados também com a Medalha Carl Franz Albert Hoepcke.

Na verdade, essa iniciativa, Deputado Nilson Machado, deu-se no ano passado, quando da comemoração dos 175 anos da imigração germânica em Santa Catarina. Nós fizemos um evento no Centro Administrativo do Governo, uma vez que este Plenário estava em reforma, e lá tivemos a participação de 700 pessoas. Fizemos uma exposição de todas as famílias que demonstraram a sua biografia, a sua contribuição com o nosso Estado e ali deparamo-nos com a história fantástica de Carl Hoepcke. Por isso, tivemos a iniciativa de instituir essa medalha. E no próximo dia 22 de julho estaremos também instalando o fórum de resgate da etnia germânica em São Pedro de Alcântara.

Portanto, estaremos lá no início das festividades, fazendo a instalação do fórum na cidade de São Pedro de Alcântara, que foi a primeira comunidade colonizada por germânicos, em nosso Estado.

Gostaria ainda de também ressaltar que na noite de ontem tomou posse na Associação Comercial e Industrial de Joinville o empresário Sérgio Rodrigues Alves, uma vez que o empresário Jaime Grasso também cumpriu com determinação, com comprometimento, a sua atividade durante o período em que esteve à frente da Associação Comercial.

Estiveram reunidos 550 empresários nesse evento. Lá esteve o nosso Governador Luiz Henrique da Silveira, que também fez um repasse à Associação Comercial no valor de R\$ 500 mil, provenientes do Fundo Social, Deputado Sérgio Godinho, aprovado aqui, nesta Casa, para a conclusão da nova sede da entidade joinvilense.

O Governador teve a oportunidade de assinar um convênio com a Prefeitura de Joinville. Pena que o Deputado Wilson Vieira não se fez presente, e o Deputado Joares Ponticelli também, uma vez que essa obra, assinada em convênio com a Prefeitura, trata da construção de uma rotatória no cruzamento entre a avenida Santos Dumont e Tenente Antônio João, no bairro Bom Retiro.

É um investimento para trazer mais segurança ao acesso à universidade, ao aeroporto, ao complexo industrial de Joinville, uma vez que nos horários de pico fica completamente congestionada aquela rodovia.

Essa obra foi uma decisão também do Conselho de Desenvolvimento Regional, e com muita frequência o Deputado Nilson Gonçalves e esta Deputada participam dos debates, das discussões, nas quais os Presidentes das nossas Câmaras de Vereadores dos oito Municípios, os oito Prefeitos e os Conselheiros discutimos todos os pleitos. E esse foi um pleito aprovado também por todo o Conselho.

Outro convênio assinado foi o da construção do megacentro da Expoville, celebrado entre o Governador Luiz Henrique da Silveira e o Prefeito Marco Tebaldi, através do qual o Estado vai repassar R\$ 10 milhões ao Município, e o Município entrará com um investimento de R\$ 5 milhões de contrapartida.

Essa nova estrutura terá 17 mil m² e pretende atender toda a região Norte em grandes feiras, congressos e eventos, alcançando um desenvolvimento econômico regional. Como diz o nosso Secretário de Desenvolvimento, Manoel Mendonça, essa obra irá atender toda a mesorregião, que compreende 27 cidades do lado catarinense. E temos o entendimento de que fará a diferença nas grandes feiras e exposições para o Estado de Santa Catarina, como já vem acontecendo no nosso Centro de Eventos Cau Hansen.

Gostaria também de ressaltar que o Corpo de Bombeiros Voluntários estará recebendo na próxima semana o repasse dos R\$ 250.000,00, que é a subvenção social para a sua manutenção. Esta é a segunda parcela deste ano.

Portanto, o Governador Luiz Henrique cumpriu o seu compromisso de repasse dos R\$ 500.000,00, faltando ainda os R\$ 300.000,00 do ano de 2004. Inclusive, estive em audiência com o Secretário Matos, na semana passada, que me garantiu o compromisso de repasse no segundo semestre desse recurso tão aguardado pelo nosso bombeiro voluntário.

Eu ainda gostaria de ressaltar aqui que foram palavras do Governador, na ocasião da posse do empresário Sérgio Alves, que realmente se faz necessário as reformas que expressem um novo pacto federativo, substituindo o centralismo pelo municipalismo, através de uma gestão eficaz e local, ou seja, aquilo que nós já estamos fazendo no Estado de Santa Catarina através da descentralização.

Eu questiono aqui o Deputado Joares Ponticelli, eis que ninguém pode falar do desconhecido. Ele deve, sim, participar das reuniões. A Secretaria de Desenvolvimento Regional conhece S.Exa., que tem um relacionamento com o Secretário, o qual ele defende, mas ele tem que participar, porque aí ele virá com uma nova visão.

Os nossos Prefeitos, independentemente de Partido, Deputado José Carlos Vieira, pois temos na nossa região Prefeitos de vários Partidos, estão lá debatendo, discutindo, reivindicando e tendo seus pleitos atendidos.

O Sr. Deputado José Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA SIMONE SCHRAMM - Pois não!

O Sr. Deputado José Carlos Vieira - Deputada Simone Schramm, permita-me cumprimentar V.Exa. pelo seu pronunciamento. E quero me incorporar naquela parte da saudação ao ex-Deputado Osni Piske, que além de ter sido um grande Deputado, um representante político da nossa região, é um professor destacado.

Tive a honra de ter sido seu aluno - um professor magistral, fantástico. O quadro negro do professor Piske era brilhante, todos impecáveis, exatamente. O professor Piske sempre soube honrar o nome da sua cidade, assim como tudo o que ele fez por aqui. E ainda faz muito pela nossa cidade. Então, a nossa saudação ao professor Piske.

Quero cumprimentar V.Exa. pela defesa do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville. Eu estive analisando o orçamento do Corpo de Bombeiros. O orçamento anual é de mais de 3 milhões. E o Governo do Estado contribui com cerca de R\$ 500.000,00, o Governo municipal com cerca de R\$ 400.000,00 ou R\$ 500.000,00 e mais R\$ 2 milhões vêm de doações, de contribuições dos cidadãos catarinenses, principalmente da nossa cidade, que entendem o trabalho do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville.

Os meus cumprimentos ao Governador por ter repassado o recurso no dia de ontem lá na ACIJ.

Os meus cumprimentos pelo seu pronunciamento.

A SRA. DEPUTADA SIMONE SCHRAMM - Muito obrigado, realmente o professor Piske é também um grande conselheiro político de todos nós.

Eu quero agradecer pela oportunidade aqui e recomendar mais uma vez ao Deputado Joares Ponticelli que antes de ele discutir descentralização e ser tão crítico ele que participe de uma reunião. E nós voltaremos para conversar.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Nilson Machado - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Serafim) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Nilson Machado.

O SR. DEPUTADO NILSON MACHADO - Sr. Presidente, ainda há pouco fui abordado por alguém do PSDB, que ficou um pouco chateado comigo por causa do meu pronunciamento na tribuna a respeito do comportamento do Prefeito Dário Berger no que se refere aos "pardais", na cidade de Florianópolis.

Eu gostaria de dizer a todo pessoal ligado ao Prefeito Dário Berger que ele está lá com os meus votos, e isso não vai poder ser tapado. O Deputado Duducu pediu voto abertamente nos programas eleitorais para o Prefeito Dário Berger. E não é porque eu tenho indicado um Secretário de Turismo e um Diretor de Marketing e Eventos, na Secretaria de Turismo, que eu sou obrigado a fazer vistas grossas àquilo que vem de encontro à população de Florianópolis, de uma forma desagradável, que é o caso dos "pardais" e o aumento abusivo da passagem do ônibus. Absolutamente!

Este é o meu papel nesta Casa. Como Parlamentar, tenho todo o direito de fazer uso da tribuna e do cargo que ocupo para fazer a defesa do povo de Santa Catarina, especificamente, no caso, do povo da Grande

Florianópolis. E não adianta que ninguém irá me intimidar! Amanhã, poderei assomar à tribuna, e estou até com vontade, para fazer uso da palavra e falar do Governador Luiz Henrique, e ninguém vai me impedir! Eu posso fazer isso, desde que não sejam notícias, que não sejam acusações infundadas. Eu posso fazer isso, sim!

Vou continuar falando, seja do Prefeito Dário Berger, seja do Governador Luiz Henrique, seja até de um Parlamentar desta Casa. Nós temos também a obrigação de ser fiscalizadores. Este também é o nosso papel. E ninguém vai fazer com que o Deputado Duducu seja abordado no corredor da Assembléia para dizer como tem que proceder na tribuna, falando a favor ou contra alguém.

Enquanto eu estiver aqui, nesta Assembléia, como Deputado, eleito pelo povo de Santa Catarina, vou fazer uso da tribuna para falar a verdade. Não importa se o cidadão está lá com o meu voto. Já houve tantas pessoas que foram eleitas com o meu voto e eu trabalhei contra. Eu fui eleito da ex-Prefeita Angela Amin, depois deixei de ser eleito. Por que não? Esse é um trabalho nosso, faz parte do processo político. Eu votei no Dário Berger, mas não é por isso que, agora, sou obrigado a ver as coisas erradas e dizer que não vi, que não estou vendo. Na hora que ele começar a fazer as coisas boas para Florianópolis, com certeza eu vou ter a humildade de dizer, dentro da minha função de Deputado, que ele está fazendo uma coisa para o bem da população desta cidade.

Quando o Governador fizer alguma coisa boa, também irei falar. Recentemente, até, elogiei o Governador Luiz Henrique da Silveira. Parabenizei-o pelo asfalto feito na cidade de Antônio Carlos até Rachadel. Eu conheci aquela área e realmente era uma tristeza para se chegar até lá, era chão batido, era estrada com buracos.

Então, por que, amanhã, eu não posso vir aqui fazer críticas ao Sr. Governador Luiz Henrique da Silveira? Eu posso fazer, sim!

Eu não estou aqui com os votos do Dário Berger nem com os votos do Governador Luiz Henrique. Eu não estou!

Muitos deles estão no Poder com o meu voto, que é o caso do Dário Berger. Agora, eu não estou aqui com o voto do Dário Berger, não! E não sei quanto mais deles vão precisar de mim para o futuro. E, precisamente, na Grande Florianópolis, eu fui eleito Deputado e elegi muitos deles. E por que não tenho hoje o aval para falar em nome da população de Florianópolis? Tenho, sim!

Foram quase 30 mil votos dados ao Deputado Duducu, para vir aqui fazer uso da tribuna, para vir aqui construir projetos, para vir aqui falar em nome do povo de Santa Catarina. Não vai ser alguém abordando este Deputado no corredor da Assembléia que vai tapar a sua boca. Esta posição eu vou assumir sempre aqui como Parlamentar no Estado de Santa Catarina.

Desculpe-me, Governador Luiz Henrique, desculpe-me, Dário Berger, desculpe-me, Presidente Lula, mas se eu precisar fazer uso da tribuna para tecer comentários contra vocês, eu vou fazer. Este é o meu papel!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Serafim) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, em homenagem à Rede Globo e à RBS TV.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 018ª SESSÃO SOLENE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2005 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às dezenove horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Gelson Merisio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - José Carlos Vieira - Julio Garcia - Manoel Mota - Nilson Machado - Pedro Baldissera - Sérgio Godinho - Simone Schramm - Vânio dos Santos.

SUMÁRIO

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pronuncia-se em nome das Bancadas da Situação, traçando a trajetória da Rede Globo nos seus 40 anos no País e a inserção do Grupo RBS dentro da comunidade catarinense, através de campanhas sociais.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Em nome das Bancadas de Oposição homenageia a Rede Globo pelo transcurso dos seus 40 anos de fundação.

SÉRGIO SIROTSKY - Traça a trajetória, a missão e os objetivos da Rede RBS no Sul do Brasil.

MIGUEL MINGUILO - Como Coordenador da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, procede à explanação da campanha Educar é tudo, da Rede RBS.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Homenageia a Rede Globo de Televisão e a RBS TV especialmente pela exibição da minissérie A Casa das Sete Mulheres.

SÉRGIO SIROTSKY - Agradece, em nome da Rede RBS e da Rede Globo de Televisão, as homenagens do Poder Legislativo de Santa Catarina.

MARCELO ASSUMPÇÃO - Em nome da Rede Globo de Televisão, agradece as homenagens recebidas e explica o porquê do sucesso da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido os Srs. Deputados João Henrique Blasi e Herneus de Nadal para conduzirem até o Plenário as excelentíssimas autoridades que irão compor a mesa e que serão nominadas a seguir.

Professor Antônio Diomário de Queiroz, Diretor-Geral da Secretaria da Educação, Ciência e Tecnologia, que neste ato representa o Sr. Governador do Estado, Dr. Luiz Henrique da Silveira;

Dr. Marcelo Assumpção, Diretor da Central Globo de Comercialização;

Dr. Sérgio Sirotsky, Diretor Institucional da RBS em Santa Catarina;

General de Brigada João Tranquillo Beraldo, Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

Sr. Miguel Minguilo, Coordenador da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho para o Estado de Santa Catarina;

O Sr. Deputado Herneus de Nadal, vice-Presidente da Assembléia Legislativa.

Excelentíssimas autoridades civis e militares, senhores convidados, imprensa, senhoras e senhores, Sra. Deputada, Srs. Deputados, a presente sessão foi convocada por solicitação da Mesa Diretora deste Poder e visa homenagear a Rede Globo de Televisão pela passagem dos seus 40 anos, como também homenagear a RBS pelo lançamento da campanha Educar é tudo.

Convido a todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional, interpretado pelo Coral da Assembléia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Registramos a presença dos Deputados João Henrique Blasi, Gelson Sorgato, José Carlos Vieira, Nilson Gonçalves, Sérgio Godinho, Pedro Baldissera, Genésio Goulart e da Deputada Simone Schramm.

Neste momento, convidamos o Sr. Deputado Herneus de Nadal, vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, para fazer uso da palavra, em nome das Bancadas de Situação com assento neste Poder.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Excelentíssimo Sr. Deputado Julio Garcia, Presidente desta augusta Casa;

Excelentíssimo Sr. professor Antônio Diomário de Queiroz, Diretor-Geral da Secretaria da Educação Ciência e Tecnologia, representando Sua Excelência, o Governador do Estado;

Excelentíssimo Sr. Marcelo Assumpção, Diretor da Central Globo de Comercialização;

Excelentíssimo Sr. Sérgio Sirotsky, Diretor Institucional da RBS TV;

Excelentíssimo Sr. General de Brigada, João Tranquillo Beraldo, Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

Excelentíssimo Sr. Miguel Minguilo, Coordenador da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, em Santa Catarina;

Sra. Deputada, Srs. Deputados e autoridades aqui presentes.

(Passa a ler)

"É com imensa satisfação que, neste momento, assomo à tribuna para homenagear instituições tão importantes como a Rede Globo de televisão e a RBS TV."

Sei que a responsabilidade é redobrada, pois o faço pela indicação da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa de Santa Catarina e pela Deputada, pela educadora, pela professora Simone Schramm.

(Continua lendo)

"Sabemos, todos, da vital importância e do papel que representam os meios de comunicação em nosso País. A valiosa contribuição, com a fidelidade da informação, muito tem ajudado na busca e na resolução de fatos e assuntos que são do maior interesse da sociedade brasileira.

Por isso que pelo grandioso e atual papel, pelas reconhecidas ações no campo da informação, da cultura, do entretenimento e da promoção social, que refletem a efetiva e marcante presença no cenário nacional, fazem a Rede Globo merecedora desta justa homenagem, quando alcança os seus 40 anos de atividades e relevantes serviços prestados ao nosso Estado e ao País.

Se além da idade essa instituição é considerada nacionalmente, merece muito mais. E se, afora isso, tem uma projeção internacional, então se transforma em um fenômeno raro e especial. Quando essa instituição ainda consegue firmar sólidas parcerias regionais, mesclando um trabalho de dimensão nacional, que tem projeção

internacional, e atua em conjunto com outro grupo de alta credibilidade, que tem seu foco nos valores regionais, então estamos diante de um conglomerado de raro e imenso valor afetivo para aqueles que justamente o admiram.

Assim é a Rede Globo, que tem 40 anos, é uma instituição nacional e está presente no mundo inteiro, e aqui em Santa Catarina tem uma sólida parceria com outro grupo reconhecido por nossa comunidade, que é a RBS.

Bastaria a história da Rede Globo para justificar esta homenagem da nossa Assembléia Legislativa, mas há, ainda, essa sólida parceria com o Grupo RBS, que com suas emissoras de televisão e com o apoio de outras mídias enraizou-se em todos os cantos de nosso Estado.

As Organizações Globo representadas, nesta sessão, por seu Diretor da Central de Comercialização, Sr. Marcelo Assumpção, tiveram tão importante papel na segunda metade do Século XX para a disseminação da cultura nacional, quanto ainda mantêm tal dimensão nestes primeiros anos do Século XXI.

Da mesma forma, nas últimas décadas não houve parceria culturalmente mais importante para a consolidação da informação catarinense do que a firmada entre aquela instituição e o Grupo RBS.

Em qualquer País, a nação se unifica através da educação, a partir do momento em que suas crianças têm oportunidades igualitárias para se desenvolverem. É a educação que consolida os mitos nacionais, que transmite a história e as estórias do País, e é a escola que consolida os sentimentos comuns, de visões comuns, o imaginário de um povo.

Mas num Brasil que ainda é um País carente, com uma educação historicamente deficitária, foi a mídia, conjuntamente, que ocupou e desempenhou esse importante papel. E entre os órgãos da mídia cabe, nacionalmente, merecido destaque à Rede Globo, associada em Santa Catarina à RBS.

Ao longo de 40 anos, foi a Globo, com seus noticiários, suas novelas, suas reportagens, seus programas de humor e suas entrevistas, que constituiu um espectro de elementos centrais como os brasileiros passaram a ver o Brasil. E esses têm sido também os instrumentos que levam ao mundo a imagem desta grande Nação.

O espetacular conjunto de profissionais, formados por seus jornalistas, artistas, atores e atrizes, escritores e roteiristas, produtores e engenheiros, dos seus mais humildes trabalhadores até seus mais elevados executivos, é que certamente garante à Rede Globo de Televisão a importância conquistada ao longo destas últimas quatro décadas.

Para se ter uma idéia da sua importância, basta dizer que das quase 800 novelas, minisséries e seriados produzidos na TV brasileira a partir de 1963 e até 2005, nada menos que 45% das produções têm a marca da TV Globo, a grande maioria líder de audiência enquanto exibida. Vale ressaltar que,

para o alcance desses objetivos, imprescindível é a participação de centenas de profissionais com reconhecidas habilidades. Destaca-se, também, às Organizações Globo sua inestimável e valiosa contribuição na geração de empregos.

Por esta razão e por tudo que representa é que podemos, seguramente, afirmar hoje que a Rede Globo é um dos mais importantes patrimônios que compõem a brasilidade.

Por isso, esta Assembléia Legislativa presta homenagem a uma instituição que fez o Brasil ligado e conectado à sua realidade, atento aos seus interesses e à resolução e transparência dos seus grandes problemas.

Felizmente, com o advento da televisão e, principalmente, nestes últimos 40 anos, a Nação brasileira pode, orgulhosamente, contar com a eficiência e o profissionalismo de suas campanhas focadas no resgate da cidadania e no fomento da cultura e da educação.

Atuando nessa direção, a televisão passou, também, a ser bem utilizada para enriquecer e melhorar o ambiente educacional nas escolas, comunidades e influir diretamente sobre o sucesso da inclusão e do aproveitamento escolar de nossas crianças.

Aí, quando abordamos a realidade catarinense, não podemos dissociar os papéis da Rede Globo e da RBS, uma empresa multimídia regional que opera no Sul do Brasil e que, como se autodefine, opera num modelo de comunicação de alta interatividade com seu público. A RBS firmou a missão de 'facilitar a comunicação das pessoas com o seu mundo', investiu em novas tecnologias, mas sempre teve foco na participação direta da comunidade.

Assim como o jornalista Roberto Marinho foi expoente da Rede Globo, para a RBS os irmãos Maurício e Jaime Sirotsky, seus grandes idealizadores, souberam operar um grande projeto apoiado em seus colaboradores.

A família Sirotsky, aqui representada pelo dinâmico Diretor Institucional da RBS em Santa Catarina, Sérgio Sirotsky, soube consolidar um grupo de emissoras de rádio e televisão, jornais, e também opera com grande competência na Internet e em serviços de informação, mantendo ainda uma fundação social voltada à construção da cidadania e à execução de programas de atendimento aos direitos sociais básicos.

O respeito à liberdade e à democracia são valores que permeiam a prática profissional do Grupo RBS.

Em Santa Catarina, onde chegou em 1979, e no Rio Grande do Sul, onde iniciou suas atividades, a RBS conta atualmente com seis jornais diários, 25 emissoras de rádio, um portal de Internet, duas emissoras locais de televisão, uma gravadora e uma empresa de logística. Possui 18 emissoras de TV afiliadas à Rede Globo, tendo em nosso Estado unidades em Florianópolis, Joinville, Blumenau, Criciúma, Chapecó e recentemente passou a operar também em Joaçaba.

E por ser tão grandiosa, a RBS nunca perdeu foco nos seus compromissos sociais e comunitários. É por isso que todos os anos a empresa elege um tema e o transforma na sua bandeira institucional. Nesta ocasião, não poderíamos deixar de enaltecer o tema da campanha do ano passado: 'O Amor é a Melhor Herança, Cuide das Crianças'. A campanha valorizou figuras de estórias que fazem parte do imaginário infantil, como o Bicho Papão, a Bruxa Malvada, o Boi da Cara Preta, o Diabo e a Mula sem Cabeça, todas conhecidas como vilãs, mas pelas peças publicitárias transformadas em personagens afáveis, que respeitavam as crianças.

Já para 2005, o tema escolhido é, sem dúvida, o melhor caminho para melhorarmos a nossa sociedade. Uma educação de qualidade é fundamental para o desenvolvimento social e econômico e a RBS entende que priorizar e aperfeiçoar a educação é um caminho importante para o crescimento, não apenas da Nação, mas também dos próprios indivíduos. Entendendo que a educação não é uma tarefa apenas da escola e deve ser compartilhada por toda sociedade, inclusive pela família, lançou uma campanha que enaltece as pequenas atitudes no dia-a-dia das pessoas e que representam gestos concretos de educação. Gestos que envolvem o diálogo, as brincadeiras, as oportunidades de expressão, o incentivo à leitura, o interesse pelos deveres de casa das crianças, que destacam a importância dos elogios, das gentilezas, entre tantas outras iniciativas que não custam nada, mas fazem toda a diferença.

Esses são os alicerces da campanha 'Educar É...', que hoje aqui será apresentado em detalhes, que tem como máxima a frase 'Educar é tudo'. É por campanhas como esta ou a já consagrada Criança Esperança, que a RBS e a Globo despertam, sem dúvida, o carinho da população.

Convencido de que estas são campanhas meritórias, oportunas e louváveis, sobretudo pelos 40 anos de relevantes serviços prestados ao País pela Rede Globo e pela sua fantástica história, é que o Poder Legislativo Catarinense, reconhecido, rende esta merecida e justa homenagem.

Muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta Presidência registra ainda as seguintes presenças:

Srs. Deputados Manoel Mota e Vánio dos Santos;

Sr. Mário Neves, Diretor de Comercialização e Marketing da RBS;

Sra. Milise Valeri, Gerente Regional das Afiliadas da TV Globo;

Sr. Marcos Noll Barbosa, Diretor-Geral do Jornal Diário Catarinense e da RBS Rádios em Santa Catarina;

Tenente Coronel PM Irineu José da Silva, que neste ato representa o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado;

Dra. Regina Maria Facca, que representa neste ato o Dr. Adriano Zanotto, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional de Santa Catarina;

Srs. representantes dos Deputados Federais Adelor Vieira e Edson Bez de Oliveira.

Neste momento, concedemos a palavra ao Sr. Deputado Pedro Baldissera, que falará em nome das Bancadas de Oposição com assento nesta Casa.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Excelentíssimo Sr. Deputado Julio Garcia, Presidente da Assembléia Legislativa;

Sr. Antônio Diomário de Queiroz, Diretor-Geral da Secretária da Educação, Ciência e Tecnologia, representando o Governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira;

Sr. Marcelo Assumpção, Diretor da Central Globo de Comercialização;

Sr. Sérgio Sirotsky, Diretor Institucional da RBS de Santa Catarina;

Excelentíssimo Sr. General de Brigada João Tranquillo Beraldo, Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

Sr. Miguel Minguilo, Coordenador da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho em Santa Catarina;

Sra. Deputada e Srs. Deputados, senhoras e senhores, imprensa que nos acompanha.

(Passa a ler)

"Participamos desta sessão solene em homenagem aos 40 anos de fundação da Rede Globo porque temos a compreensão de que um País de dimensões continentais como o Brasil, um País com uma rica e heterogênea cultura como a nossa, sem dúvida nenhuma, tem alguns fatores essenciais que garantem a sua soberania e a sua identidade.

Neste sentido, destacamos o papel da imprensa e, em especial, o papel estratégico da Rede Globo que, ao completar 40 anos do início de suas atividades, reafirma a sua importância no sentido de preservar nossa cultura.

Ao longo dos 40 anos de sua existência, a Rede Globo participou da divulgação de momentos significativos da vida política do nosso País. É natural, numa trajetória tão longa como essa, que o conteúdo editorial da Rede Globo possa não ter sido compartilhado com outras visões a respeito do processo político do nosso País, situação essa que é própria de um regime democrático.

Nossa visão é de que a Rede Globo, o mais poderoso instrumento de comunicação do nosso País, vem contribuindo significativamente para integrar e firmar a identidade brasileira, valorizando a nossa cultura e a nossa língua.

Em um mundo globalizado como o de hoje, onde a disputa entre os meios de comunicação é acirrada, a Rede Globo se destaca pelo padrão de qualidade que conseguiu implantar.

Devemos dizer que não é fácil uma empresa de um País em desenvolvimento competir de igual para igual com as poderosas empresas dos países hegemônicos, tornar-se conhecida e respeitada em todo o mundo.

Hoje, os programas exibidos pela Rede Globo servem de modelo não somente para outras emissoras de televisão brasileiras, mas também para emissoras de outros países, através do indiscutível 'padrão globo de qualidade'.

Impressionam os números alcançados por essa empresa fundada em 1965 pelo jornalista Roberto Marinho: a Rede Globo cobre 5.441 Municípios do território brasileiro; são 115 emissoras que formam a rede em todo o País; o público é estimado em 159 milhões de telespectadores; a programação alcança 130 países em todos os continentes; emprega cerca de oito mil funcionários, sendo quatro mil profissionais envolvidos diretamente na criação de seus programas; foi ganhadora de vários prêmios internacionais, destacando-se a premiação da campanha Criança Esperança, pelo Unicef.

A TV Globo transmitiu grandes acontecimentos da humanidade para a população brasileira, sendo pioneira em várias iniciativas:

Em 1968, a viagem espacial da Apolo XI marca a primeira transmissão via satélite do Brasil, feita com exclusividade pela TV Globo;

Em 1969, o Jornal Nacional inaugura as transmissões em rede no País;

Em 1970, o Brasil assiste à Copa do Mundo ao vivo;

Em 1972, inaugura o início das transmissões em cores no Brasil, com a cobertura da Festa da Uva, realizada em Caxias do Sul;

Em 1996, a inauguração das transmissões em tempo real via satélite.

Em janeiro de 1999, a Rede Globo inaugura em São Paulo um dos maiores pólos de televisão do País, com três estúdios equipados com tecnologia digital.

Não contamos ainda quantas pessoas se alfabetizaram assistindo aos cursos da Rede Globo, nem quantas crianças e jovens se beneficiaram de projetos sociais de alcance nacional, voltados para a educação e para a qualidade de vida da nossa população, como Criança Esperança, Amigos da Escola, Ação Global, além de outras iniciativas.

Queremos dizer, portanto, que a Rede Globo, faz parte da história do nosso País.

Por isso, em nome das Bancadas de Oposição com assento nesta Casa cumprimentamos todos os presentes e desejamos à Rede Globo sucesso crescente em sua já vitoriosa carreira na área de comunicação.

São essas as nossas breves e singelas palavras".

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência registra o presença do Deputado Joares Ponticelli, eminente Líder do Partido Progressista nesta Casa.

Neste momento, visando a oportunizar a RBS a apresentação da campanha Educar é tudo, passamos a palavra ao Sr. Sérgio Sirotsky que, juntamente com o Sr. Miguel Minguilo, coordenador da Fundação Maurício Sirotsky, vai explanar a campanha aludida.

O SR. SÉRGIO SIROTSKY - Sr. Deputado Julio Garcia, excelentíssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo professor Antônio Diomário de Queiroz, amigo, representando aqui o Governador do Estado;

Excelentíssimo Sr. Deputado Herneus de Nadal;

Sr. Marcelo Assumpção, Miguel, autoridades à mesa, demais Deputados, muito boa-noite!

Antes de tudo, eu queria agradecer, do fundo do coração, por esta oportunidade de estar aqui, nesta noite, representando não apenas a nossa RBS, a RBS de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, da região Sul, e dizer do orgulho muito grande por trazer uma palavra de agradecimento da família Marinho, em nome do Dr. José Roberto Marinho, que ligou esta tarde pedindo desculpas por não poder estar aqui, mas nos mandou um dos seus principais diretores, Dr. Marcelo Assumpção, para, juntos, representarmos essas duas empresas que se irmanam há mais de 40 anos em propósitos éticos muito parecidos, em propósitos comunitários muito parecidos e que hoje recebem aqui o reconhecimento da Casa do Povo de Santa Catarina, no ambiente mais democrático do nosso Estado, pelas suas ações de impacto social.

Como os senhores sabem, estas duas redes se vinculam diretamente com as comunidades por vocação das suas fundações, nas suas origens. Os dois fundadores destas duas redes, destas duas empresas, destes dois conglomerados, como muito bem fez referência o Deputado Herneus de Nadal, deixaram um legado muito claro para todos nós, membros destas organizações.

Se as comunidades hoje nos entregam o que temos de mais valioso, que é a credibilidade e a audiência, nós temos a obrigação, como concessões públicas que somos, de levar de volta a essas comunidades algo de impacto e algo que tenha contundência social.

Em função disso, esta oportunidade que estamos tendo hoje, proporcionada pelos Deputados Herneus de Nadal e pela professora Deputada Simone Schramm, a quem não podemos esquecer de agradecer, é muito rica porque podemos relacionar as ações institucionais e sociais que a Rede Globo muito bem nos auxilia a emprestar em nível nacional, como foram referidos aqui pelo Deputado Pedro Baldissera, como: Criança Esperança, Amigos da Escola e inúmeras outras tantas atividades de contundência social da Rede Globo.

Esta oportunidade também permite-nos explanar com um pouco mais de detalhes a nossa bandeira institucional, eleita pela RBS este ano, que é a educação. E para me ajudar nesta missão, eu pedi ao Miguel Minguilo, diretor da Fundação Maurício Sirotsky, que preparasse uma apresentação já com dados da repercussão do início da campanha.

Então, pediria ao Miguel que fizesse essa apresentação, para que todos os Deputados e autoridades aqui presentes pudessem compartilhar conosco o entusiasmo que estamos tendo de poder trabalhar em questões tão importantes e uma responsabilidade tão compartilhada, que é o que a campanha está querendo dizer, que educação não é apenas uma responsabilidade da escola, mas uma responsabilidade de todos nós.

Por isso queremos, do fundo do coração, agradecer por esta oportunidade e aproveitá-la da melhor maneira possível para compartilhar com os senhores toda a idéia.

O SR. MIGUEL MINGUILO - Excelentíssimo Deputado Julio Garcia, na sua pessoa eu cumprimento as demais autoridades da mesa; Sras. Deputadas e Srs. Deputados, senhoras e senhores que vieram prestigiar esta sessão solene.

Gostaria de registrar também os cumprimentos por parte da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho ao papel social que uma grande emissora tem de alguma forma contribuído para efervescer a democracia neste País. Por outro lado, gostaria de dizer que é uma grata satisfação retornar a esta Casa, inclusive, por coincidência, justamente pela campanha institucional da RBS.

Gostaria aqui de registrar os nossos cumprimentos ao Deputado Nilson Gonçalves, que recém estava presente, tendo em vista que na campanha passada, O amor é a melhor herança, desenvolveu uma parceria conosco, através da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, e com o Ministério Público, através do Centro Operacional da Infância e da Juventude, quando desenvolvemos como atividade de campo audiências públicas pela erradicação dos maus tratos, que era o tema daquela campanha.

Então, é uma grata satisfação agora, na condição, não de parceiro, mas de prestador de contas, até de transparência, da campanha que estamos desenvolvendo nos veículos de comunicação da nossa mantenedora, a RBS.

Portanto, peço a gentileza ao nosso apoio logístico para a apresentação que nós preparamos para ilustrar um pouco quais os objetivos e de que forma nós queremos aproveitar a mídia, seja ela impressa ou televisiva, para de alguma forma contribuir para o desenvolvimento comunitário.

(Procede-se à projeção de slide.)

Apesar de o nosso ilustre Deputado ter feito uma breve exposição do perfil institucional da nossa empresa, gostaria de dizer que a RBS conta com 18 emissoras de televisão, duas emissoras de TV comunitárias, 25 emissoras de rádio, seis jornais, um portal

de Internet, uma operação no segmento rural, uma gravadora e uma editora. Portanto, coerente com essa forte capilaridade no sentido da interlocução com a comunidade catarinense e gaúcha, temos que desenvolver ações com a bandeira institucional que nós vamos apresentar para vocês.

Para ilustrar um pouco o referencial da instituição, o porquê lançar campanhas institucionais e não só ilustrar situações de programas na emissora, mas também editoriais de fundo jornalístico, no sentido da missão de facilitar a comunicação das pessoas com o seu mundo, a RBS, de alguma forma, sempre tenta eleger um tema de relevância social para fazer a interlocução, pautando a mobilização social em prol do desenvolvimento.

Citamos alguns exemplos para ilustrar que não é uma idéia recente. A gênese, no sentido de oportunizar através dos veículos de comunicação uma pauta de relevância social já vem lá, mais ou menos, de meados de 1963. Então, nós tivemos: Faça uma criança sorrir, em 1963; Comece agora, comece por você, você vendendo saúde, em 1990; A duplicação da BR-101, que é muito conhecida por nós, que perdurou, inclusive, por mais de ano; Use a cabeça, dirija pela vida; e, recentemente, O amor é a melhor herança, cuide das crianças.

Bom, contextualizando um pouco o porquê dessas campanhas, um dos valores da RBS é justamente priorizar o compromisso social e comunitário. De alguma forma, são sempre feitas discussões, inclusive não só nos gabinetes, no ambiente da empresa, em conjunto com a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, mas, fundamentalmente, estabelecendo na gênese de qual tema será abordado, ela busca a parceria, busca a indicação, busca a especialidade da sociedade, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, para compartilhar a discussão de qual tema nós vamos construir para ser o mote da campanha institucional.

Para este ano nós tínhamos algumas proposições, como a terceira idade e a juventude. Eu acompanhei algumas discussões e alguns recortes temáticos foram bastante discutidos de qual seria, de fato, o tema que nós iríamos escolher.

Só para ilustrar um pouco como é esse processo (e é muito salutar repartir o reconhecimento do sucesso das campanhas), elas são desenvolvidas com a sociedade civil, com instituições legítimas, como o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, enfim, formamos comitês para discutir como será desenvolvida a campanha, não só em termos de campanha publicitária, mas também de atividades de campo.

Gostaria de saudar aqui o professor Fleury, do Mover, da Universidade Federal de Santa Catarina, que representou a comunidade dos especialistas em educação na composição da campanha Educar é tudo.

Todos os especialistas apontaram para um problema que foi bastante significativo no sentido de criar esse tema, qual seja, o de oportunizarmos uma mobilização em prol da articulação entre família, sociedade e a comunidade escolar. Podemos parafrasear aqui Antônio Carlos Gomes da Costa, um grande educador, um especialista na área, quando ele coloca sempre que educação para o desenvolvimento humano tem que ser promovida por esse tripé, não única e exclusivamente na comunidade escolar, no personagem do educador, sobretudo aliar uma convergência, uma complementaridade entre os membros da família, os profissionais da área da educação e a sociedade como um todo.

Quanto à estrutura das bandeiras institucionais, de alguma forma nós tentamos oportunizar não só em termos da questão publicitária, mas também um fator muito importante que nós primamos por excelência, que é na questão editorial de alguma forma retratar, até pelo tema, que é educar, também no ambiente interno entre os colaboradores da empresa.

Em termos de pilar publicitário, nós tivemos um processo de seleção de uma agência de publicidade. E de praxe, a exemplo das outras campanhas, nós sempre aliamos a condução, desde a sua gênese, já com a participação da agência de publicidade, porque se faz muito necessário que toda a discussão e as informações sejam traduzidas na forma mais adequada para se veicular nos meios de comunicação da empresa, e que traduzam a discussão, os anseios, de fato o mote da campanha. Portanto, a agência tem toda essa incumbência de traduzir as discussões para as peças publicitárias, para algum reforço na questão da condução do editorial.

Em termos ainda do enfoque publicitário, nós primamos para que essa campanha de alguma forma traduzisse uma simplicidade na sua visibilidade. E há uma agenda oculta em função disto, ou seja, nós queremos passar a mensagem de que pautarmos pela educação é algo simples, não é tão complexo assim.

Então, como os senhores já devem ter visto, os traços da campanha são muito simples, são muito singelos. Na realidade, a agenda oculta que queremos passar é isso, que essa postura de valores salutar, valores positivos, não é difícil. Através do enfoque publicitário, de um desenho simples, de um traço simples, nós queremos retratar esse posicionamento, que não é difícil em termos de educação.

Esse é o grande adesivo. Inclusive nós disponibilizamos no Diário Catarinense, na Zero Hora e também nos demais jornais da empresa esse adesivo, no sentido de todos colarem nos seus veículos automotores. Ainda circulando pela cidade vemos muitos adesivos da campanha passada. Realmente colou a campanha passada, e esperamos que cole a campanha atual.

Na discussão com esse comitê, nós elencamos alguns temas de relevância. Só para citar alguns: ser gentil, ter paciência, ouvir, dar exemplo, prestar atenção, ou seja, tentar demonstrar algumas atitudes e comportamentos que são importantes, justamente para fazer a saudação a um comportamento para o desenvolvimento humano.

O que nós queremos passar aqui é que educação não se restringe à formação, não se restringe ao processo de aprendizagem em si, mas, fundamentalmente, numa atitude positiva em relação ao mundo em que vivemos. De certa forma, podemos aludir aqui que nós estamos preocupados com a criança, que é o futuro, e mais do que isso, nós queremos nos preocupar, inclusive, com a criança do hoje, com a criança do presente. Então, essa é uma peça publicitária que nós lançamos para ilustrar um pouco o perfil dos temas a serem trabalhados.

Gostaria até de ilustrar que isso foi tão aceito pela comunidade, tanto escolar como pela sociedade civil, que existem várias atividades pedagógicas e várias atividades desenvolvidas não só nas escolas, mas também nas organizações não governamentais, a partir dessas peças que observamos, inclusive não só todas juntas, mas ao longo dos jornais da empresa, isoladas, no sentido de possibilitar o recorte e de alguma forma suscitar alguma atividade pedagógica.

Aqui vemos uma ilustração no sentido de envolver o tema da campanha no editorial. Geralmente a linha editorial que está aliada ao tema da campanha trata de alguma forma ou uma situação positiva na própria comunidade escolar ou um exemplo de atitude na comunidade familiar ou mesmo em alguma organização da sociedade civil. Então, para fazer o leque, para fazer o chamamento dessas atitudes positivas, são distribuídos ao longo do editorial alguns desses temas. E esses temas também são norteadores de pautar o editorial. Se é Ser Gentil, o nosso editorial vai, de alguma forma, buscar alguns exemplos concretos diluídos na sociedade desse comportamento de gentileza. Vemos sempre nos veículos de comunicação os temas de alguma forma aliados ao editorial.

Aqui quisemos fazer também um diferencial, ou seja, às vezes fica um pouco o mito, o paradigma de que forma eu, cidadão normal, comum, posso interagir com a mídia, quer seja ela impressa ou eletrônica, enfim. Nós estipulamos essa interação no sentido de que o leitor pode, quer seja criança ou não, até um educador, recortar esses selinhos e de alguma forma fazer o seu posicionamento, já repercutindo um questionamento de como é que sou, como é ser uma boa mãe. E o processo interativo disso é muito interessante. Temos relatos de que a iniciativa foi da criança ou da mãe, no sentido de alguma forma estabelecer um diálogo a partir desses selinhos.

Cada um dos 21 temas que mostramos tem essa possibilidade de recorte. Além disso, existe a possibilidade da própria impressão pelo *site* - todas as campanhas da RBS sempre tem um *link* - que todo mundo pode baixar, não só o *slogan*, mas também essas figuras. E os pedidos - temos alguns dados estatísticos - são muito altos, no sentido de viabilizar a impressão para trabalhar ou meramente trocar, numa relação bem familiar, esses temas que são propostos pela campanha.

Bom, quanto a esse, eu tive a oportunidade de ter um relato de uma empresa que nessas perspectivas de campanhas internas está trabalhando no sentido de ou de "apague a luz" ou alguma coisa assim. E já tive relato de que foi feito *download* no *site* justamente de uma mensagem que é colada nos estabelecimentos das empresas, no sentido de provocar um comportamento positivo em relação à ecologia, enfim.

Aqui, mais destacado, temos alguns selos sobre dividir, aceitar as diferenças. E eu tive relato que uma comunidade em Palhoça está desenvolvendo algumas atividades pedagógicas com crianças e jovens de recorte no jornal desses selinhos e uma série de atividades sequenciais durante a semana, traduzindo um pouco o que nós estamos levando através de selos e interagindo na comunidade. Isso, inclusive, a gente está de alguma forma canalizando para os editoriais, para ir lá e fazer a demonstração para a comunidade em geral.

Nós editamos um álbum. E quem de nós na nossa infância não teve troca de figurinha? Eu acho que essa questão da troca de figurinha é uma situação estratégica, inclusive, para promover o diálogo e a interação entre as pessoas e reforçar um pouco a proposição da campanha. Então, nós editamos um álbum no sentido de que as crianças pudessem de alguma forma interagir com essas figurinhas e de alguma forma ter algo concretamente para discutir, para fazer a troca entre elas.

Outro pilar da campanha é sempre a questão editorial. E é importante colocarmos que o conteúdo da campanha publicitária é tentar buscar na comunidade, até mesmo nas estâncias governamentais, exemplos positivos que possam propagar o propósito da campanha e de alguma forma, através desses exemplos que a gente demonstrou no jornal e até mesmo no *site*, fazer a interação do público leitor a respeito da campanha, não só de interação, mas na visão de fomentar que eles também, por atitude, adiram à campanha, mas, sobretudo, para que se tenha um *feedback* de como é que de fato nós estamos desenvolvendo a campanha.

Bom, então a gente tem um comitê de educação, que se reúne sistematicamente para acompanhar a condução, o andamento da campanha. Então, por isso é sempre bom reforçar que a campanha quer ser interativa e precisa desse diálogo, quer seja virtual ou impresso.

Então, já tinha comentado aqui que sempre tentamos manter um foco positivo nas matérias, tentando de alguma forma ilustrar situações de solução, situações de construção, de respostas, em relação a determinadas situações não só no âmbito da comunidade escolar, como também na questão do ambiente familiar e da sociedade como um todo.

Aqui, só para ilustrar, geralmente quando um editorial está pautado num dos temas da campanha, sempre se coloca o *slogan* e o selinho também para identificar alguma ação de campo editorial por parte da campanha.

Bom, em termos de pilar interno, por um desejo dos próprios diretores, da família Sirotsky, nós fizemos um lançamento dentro da própria empresa, ou seja, qual é a mensagem que nós queremos passar. Temos que começar por nós mesmos. Seria muita pretensão nós jogarmos a campanha só para os outros, para terceiros. Então, nós lançamos internamente, de uma forma muito animadora e, sobretudo, pelo próprio advento dos instrumentos de comunicação, acredito que foi o primeiro evento histórico da RBS em que nós conseguimos colocar no circuito todas as emissoras através da videoconferência. Conseguimos, inclusive, interagir com perguntas e sensibilização, para nós, colaboradores da RBS como um todo, já partirmos como exemplo de atitudes positivas.

Temos ali um foto ilustrativa do nosso lançamento interno através da videoconferência. Essa é uma peça que nós editamos exclusivamente para os colaboradores da RBS, para de alguma forma provocar o *link* entre o colaborador e a sua própria família. Então é aquele joguinho de memória, que a gente atribui a todos os colaboradores justamente para provocar esse exercício do colaborador interagindo, à parte da proposta da campanha, com o seu ambiente familiar.

O reforço da campanha, sem dúvida nenhuma, parte de dentro da empresa. Então, as bandeiras têm mostrado uma outra forma de interação interna de todos os colaboradores.

Em termos de resultado há uma significativa resposta na comunidade escolar, porque de fato isso que nós estamos reedificando não é uma discussão nova, pessoal. Os professores, os profissionais da educação sabem da importância de elaborar estratégias não só pedagógicas, mas sociais, no sentido de aproximar a sua formação curricular com a comunidade familiar e com as comunidades em geral. Então, a gente tem observado um profundo respeito, uma profunda interação e um aproveitar desses temas que propusemos para desenvolver as atividades.

Aqui temos alguns dados estatísticos, em termos de visita no *site*. Nós temos 50 mil visitas, mais de 600 mensagens, que foram enviadas para nós; recebemos cerca de 400 *e-mails* através de um *marketing* corporativo que centraliza esse recebimento e cerca de 200 contatos entre 29 e 30 de abril.

Queria relatar apenas um para que os senhores vejam o impacto da campanha. Algumas escolas, lá no Centro-Oeste de Santa Catarina, Chapecó, Palmitos, Xanxerê, estão adotando (e informaram-se através do *site* sobre a fundação), estão baixando o *jingle* da campanha - que teremos a oportunidade de ouvir - e colocando na espera das escolas. Isso para nós é uma satisfação, porque de fato demonstra legitimidade.

Acho que uma empresa que se propõe a ter essa pauta como compromisso comunitário, o fato de ter esses exemplos justifica que de fato nós estamos trabalhando com seriedade, com competência para contribuir, de alguma forma, com o desenvolvimento comunitário.

Aqui está uma carta que foi enviada relatando um pouco da atividade pedagógica que foi desenvolvida numa escola, lá no Município de Osório, no Rio Grande do Sul.

Então, para finalizar, gostaríamos de agradecer pela oportunidade de estarmos aqui, até de estarmos num momento de transparência, respondendo ao Poder Legislativo. De alguma forma estamos, através da mídia, da imprensa televisiva, tentando contribuir para o desenvolvimento, sobretudo, volto a reforçar, para o desenvolvimento humano.

E vamos finalizar com o VT que mostra o *jingle* da campanha.

Mais uma vez obrigado pela atenção e pela oportunidade de estarmos aqui, nesta Casa.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Educar é tudo e, com certeza, essa campanha será um grande sucesso.

Convido, neste momento, a Sra. Deputada e professora Simone Schramm e o Sr. Deputado e professor Joares Ponticelli para fazerem a entrega, em nome do Poder Legislativo, de placa em homenagem à RBS Santa Catarina, pela campanha Educar é tudo, porque se educação não chega a ser um sinônimo de solução é, sem dúvida, o melhor caminho para melhorar a nossa sociedade.

Convido o Sr. Sérgio Sirotsky, Diretor da RBS Santa Catarina, para receber a homenagem.

(Procede-se à homenagem.)

(Palmas)

Convido, neste momento, o Sr. Deputado Sérgio Godinho para fazer uso da palavra e para fazer a entrega de placa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Quero saudar aqui o Presidente desta sessão, Deputado Herneus de Nadal, o Sr. Sérgio Sirotsky, da RBS, o Sr. Marcelo Assumpção, o nosso representante do Exército brasileiro, o Sr. Antônio Diomário de Queiroz, os Deputados aqui presentes e quero agradecer ao Deputado Herneus de Nadal por esta oportunidade que nos proporciona, de saudar os 40 anos da RBS.

Tudo o que foi citado aqui pelos Deputados Herneus de Nadal, Julio Garcia e Pedro Baldissera, sem dúvida nenhuma, enalteceram e mostraram o que é a RBS.

Por ocasião do seriado A Casa das Sete Mulheres, faríamos aqui na Casa uma homenagem, mas por motivos alheios à nossa vontade essa homenagem não ocorreu. Quero, então, parabenizar a Rede Globo pelos seus 40 anos e a RBS por estar literalmente no ar, como comentávamos antes.

Essas empresas maravilhosas, esta RBS do Sul do Brasil nos honra muito por estar associada à Rede Globo, que é uma das maiores empresas do mundo, que gera oito mil empregos e proporciona ação social, através dos seus programas de alta relevância, ao País e a todo o povo brasileiro.

Então, gostaria de entregar uma placa à RBS, na pessoa do Sr. Sérgio Sirotsky, alusiva à minissérie A Casa das Sete Mulheres, que naquele momento mostrou a todo o País as nossas potencialidades, o nosso ecossistema, as nossas belezas naturais e também a nossa cultura.

Depois, então, entrego uma placa ao Sr. Marcelo Assumpção, da Rede Globo, dessa forma agradecendo e demonstrando o carinho que temos e o quanto sentimos importante aquele evento, o seriado A Casa das Sete Mulheres.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Procede-se à entrega das placas.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Convido, neste instante, os Srs. Deputados Válio dos Santos, Manoel Mota e Nilson Machado para fazerem a entrega, em nome do Poder Legislativo, de placa em homenagem à Rede Globo de Televisão, pela passagem de seus 40 anos e por sua relevante atuação informativa, cultural e educacional nos mais remotos rincões deste Brasil.

Convido o Sr. Marcelo Assumpção, Diretor da Central Globo de Comercialização, para receber a homenagem em nome da Rede Globo de Televisão.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Neste momento, o Poder Legislativo, através do Coral desta Casa, presta homenagem à Rede Globo de televisão e à RBS Santa Catarina, com a canção "Aquarela do Brasil", música e letra de Ari Barroso, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação da música Aquarela do Brasil.)

Neste momento, convido o Sr. Sérgio Sirotsky para fazer uso da palavra.

O SR. SÉRGIO SIROTSKY - Deputado Herneus de Nadal, mais uma vez presidindo esta cerimônia, o que muito nos envida, quero apenas fazer um registro de agradecimento especial a todas essas tocantes homenagens que recebemos, a V.Exa. pelas suas palavras belíssimas, bem como às do Deputado Pedro Baldissera.

Nós, da RBS e da Rede Globo, em meu nome, em nome do Marcelo Assumpção e da Milise Valeri, que está aqui presente também representando as Organizações Globo, só temos uma palavra a dizer: muito obrigado. E, do fundo do nosso coração, é esse reconhecimento que nos dá gana, vontade e força para continuar esta missão que compartilhamos com todos vocês do Poder Legislativo de Santa Catarina, que é procurar fazer um impacto e continuar tendo algum impacto positivo em nossa comunidade.

Do fundo do coração, mais uma vez, muito obrigado por esta belíssima homenagem.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Neste momento, fará uso da palavra o Sr. Marcelo Assumpção, Diretor da Central Globo de Comercialização.

O SR. MARCELO ASSUMPÇÃO - Boa noite, nobres Deputados, amigos aqui presentes. Fico muito envaidecido em saber que esta homenagem singela e carinhosa foi a nós atribuída. Em nome da família Marinho, José Roberto, João Roberto e Roberto Irineu, do Diretor-Geral da Rede Globo, Octávio Florisbal, e do Diretor-Geral da Comercialização, Willy Haas Filho, agradeço muito e até me arrisco, depois de palavras tão competentes e carinhosas, a tecer alguns comentários.

Para mim é muito significativo estar presente aqui, hoje. Por quê? Porque, dos 40 anos da Rede Globo, humildemente faço parte de 27 anos dessa empresa, com a qual tento contribuir com profissionalismo, dedicação e lealdade. Por que estou na Rede Globo há 27 anos? Estou na Rede Globo há 27 anos porque comungo dos valores que essa empresa me atribui, como justiça, profissionalismo, lealdade e, mais do que isso, a Rede Globo opera e trabalha em consonância com as entidades que regem a publicidade neste País, com o poder político, com o poder público e com as entidades que movem a economia.

Nós procuramos fazer o nosso dia-a-dia da maneira mais competente e ética possível. Não seria possível, também, nestes 40 anos, sermos reconhecidos com esta homenagem maravilhosa, internacionalmente, se não contássemos com os nossos parceiros, com as nossas afiliadas e, notadamente, com os parceiros da RBS. Ou mais do que isso, nós estamos falando de gente. Então, nós não vamos falar de RBS, nós vamos falar da família Sirotsky, nós vamos falar da família Marinho, que há 40 anos estão juntos com competência, com entendimento, com lealdade.

E é muito importante para nós podermos não só ter uma retrospectiva dos 40 anos, como olharmos para os 40 anos futuros, e para isso se não tivéssemos essa amizade, essa compreensão e esse entendimento para nos dar musculatura para enfrentar as adversidades e para enfrentar a competitividade futura, nós não conseguiríamos ter essas alianças.

Eu também vou tomar a liberdade de me adotar. Meu nome é Marcelo Assumpção, mas vou dizer Marcelo Assumpção Marinho, porque certamente não farei parte dos próximos 40 anos, porque já não tenho idade para isto, mas pelo menos uns dez. Mas gostaria de deixar um legado para os funcionários que estão começando na empresa: fazer a coisa certa, da maneira certa e na hora certa.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Convido a todos para, de pé, ouvirmos o Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

A Presidência agradece ao Coral da Assembléia Legislativa, que deu brilho e corpo a este evento e também aproveita o ensejo para agradecer às autoridades com assento à mesa pela sua presença, aos homenageados e a todos que nos honraram com o seu comparecimento.

Antes de encerrar a presente sessão, convoco outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 048ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2005 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afrânio Boppré - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Cesar Souza - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Francisco de Assis - Francisco Küster - Gelson Merisio - Gelson Sorgato - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Carlos Vieira - José Serafim - Julio Garcia - Manoel Mota - Nelson Goetten - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sérgio Godinho - Simone Schramm - Vânio dos Santos - Wilson Vieira.

SUMÁRIO

PARTIDOS POLÍTICOS

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Pede apoio aos Deputados para o Projeto de Lei nº 0153/2004, que dispõe a fixação nas prateleiras de supermercados e similares de avisos com identificação dos transgênicos. Registra que o empresário Alcântara Corrêa será o novo Presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Registra a presença do Presidente da Associação dos Revendedores de Combustíveis de Santa Catarina.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a presença do Vereador Silmar Luiz Golanovski, de Canoinhas.

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Faz um relato sobre as audiências públicas realizadas em Passos Maia, Ponte Serrada e Abelardo Luz, para a criação das Unidades de Conservação.

DEPUTADO GENÉSIO GOULART (pela ordem) - Registra a presença de amigas da comunidade de São Brás, de Tubarão.

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Aborda a Legalidade do Fundo Social.

DEPUTADO ALTAIR GUIDI (aparte) - Critica a postura política dos seus ex-companheiros do PP.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Defende o Fundo Social.

DEPUTADO NELSON GOETTEN - Aborda a injustiça cometida pelo PP contra o Deputado Altair Guidi. Menciona a verba do Fundo Social que o Governador repassou para Rio do Sul.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Homenageia o ex-Deputado Livadário Nóbrega.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Reporta-se ao Fundo Social e diz que a Oposição está inviabilizando ações importantes em favor do Estado.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Defende o Fundo Social.

DEPUTADO ALTAIR GUIDI (aparte) - Expressa solidariedade quanto à incompetência e falta de capacidade do PP na questão do Fundo Social.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Registra a assinatura de uma emenda constitucional que permite ao Governo do Estado indenizar os agricultores que ocuparam terras indígenas no Estado. Faz um retrospecto das suas ações mais significativas no primeiro semestre deste ano.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Coloca que a oposição tem o direito de ir ao Judiciário dirimir dúvidas.

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER (aparte) - Coloca que as ações da Oposição, neste momento, são prejudiciais à população.

DEPUTADO ANÔNIO CARLOS VIEIRA (aparte) - Critica os que dizem que o PP está desrespeitando a Justiça.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a presença dos Vereadores José Kozoriz e Elcio Zavadniak, de Santa Terezinha.

ORDEM DO DIA

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA (pela ordem) - Ressalta que o PL nº 0074/2005 não foi apreciado pelas Comissões.

DEPUTADO PAULO ECCEL (pela ordem) - Sugere que o PL nº 0074/2005 não seja apreciado sem passar pelas Comissões.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (pela ordem) - Coloca que o PL nº 0074/2005 tem que ser votado por estar com o prazo vencido.

DEPUTADO ANTÔNIO CERON (pela ordem) - Sugere a suspensão da sessão para deliberação entre os líderes a respeito do PL nº 0074/2005.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA (pela ordem) - Posiciona-se favoravelmente ao PL nº 0074/2005.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Manifesta dúvida quanto ao Convênio nº 021/05 que faz parte do PL nº 0012/2005.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos Srs. Deputados.

Sra. Deputada e Srs. Deputados, de acordo com o celebrado, compactado e entendido entre as Lideranças dos Partidos com assento nesta Casa, ficou acordado de que não iremos utilizar o espaço das Breves Comunicações e passaremos diretamente para o horário destinado aos Partidos Políticos.

Assim sendo, comunico a todos que passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PL.

Com a palavra a Sra. Deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, amigos que nos assistem, imprensa falada, escrita e televisada, alguns amigos que estão nos acompanhando, como a minha querida amiga Cida Mussi, que está aqui nos prestigiando com a sua honrosa presença representando o seu esposo, Dr. Anibal Mussi. É um prazer tê-la aqui conosco.

Assomo, hoje, à tribuna para pedir apoio de todos os meus 39 colegas Parlamentares, o apoio dos Srs. Líderes de Bancadas, do Líder da Bancada do PT, Sr. Deputado Paulo Eccel; da Bancada do PP, Sr. Deputado Joares Ponticelli, meu amigo de longa data, grande Líder nesta Casa; da Bancada do PTB, Sr. Deputado Narcizo Parisotto, que hoje se faz representar pelo brilhante Deputado Sérgio Godinho; da

Bancada do PPS, Sr. Deputado Altair Guidi, o qual nos alegra muito tê-lo aqui em uma nova Bancada nesta Casa Legislativa; da Bancada do PMDB, Sr. Deputado Manoel Mota; da Bancada do PFL, Sr. Deputado Antônio Ceron, e da Bancada do PSDB, Sr. Deputado Clésio Salvaro.

Sr. Presidente, acredito não ter esquecido de nenhum nome dos Srs. Líderes, mas peço o apoio também das demais Bancadas e dos demais Srs. Deputados e Sras. Deputadas a esse nosso Projeto de Lei nº 0153/2004, que está na pauta de votação, que dispõe sobre a fixação nas prateleiras de supermercados e similares de avisos com identificação dos transgênicos.

Este nosso projeto recebeu parecer favorável nas demais Comissões e hoje irá para a pauta de votação. Para isso quero pedir o apoio com esta justificativa:

(Passa a ler)

"Nada mais justo que o Estado de Santa Catarina, em conformidade com outros Estados, no intuito de cooperar para a eficaz realização da Política Nacional de Relações de Consumo, que tem como objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, os supermercados e afins ficam obrigados a divulgar com destaque os produtos geneticamente modificados que estão nas prateleiras de seu estabelecimento, bem como produtos incluídos em todas as promoções especiais lançadas por esses estabelecimentos, que sejam transgênicos."

Então, volto a salientar e pedir também o apoio do brilhante Líder do Governo, Dr. João Henrique Blasi, ao nosso projeto, de igual forma ao Sr. Deputado Jorginho Mello, ao Sr. Deputado Antônio Aguiar, ao nosso querido amigo Deputado Onofre Santo Agostini, ao Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira e ao Deputado Nelson Goetten, do PFL.

Portanto, quero pedir o apoio a todos os Colegas, e tenho certeza de que o terei.

Quero também destacar que amanhã o empresário Alcântara Corrêa será aclamado o novo Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - Fiesc - e que estarei presente naquele importante evento.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, nosso ex-Presidente desta Casa.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Quero registrar, com prazer e alegria, a presença do Presidente da Associação dos Revendedores de Combustíveis de Santa Catarina, de São José, o nosso amigo Adriano, que veio a esta Casa acompanhado do advogado daquela Associação.

Tenham certeza de que é um prazer e uma honra tê-los aqui no nosso meio!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - É uma grande satisfação para todos nós, Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar o Vereador Silmar Luiz Golanovski, de Canoinhas, que representa a Adosarec, aquela associação doadora de sangue que tem o maior doador de sangue do mundo, em Canoinhas.

Portanto, desejamos a ele as nossas boas-vindas a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Que ele seja bem-vindo, Sr. Deputado Antônio Aguiar, a este Parlamento, à Casa do Povo.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Trabalhista Brasileiro.

Com a palavra o seu Líder, Deputado Sérgio Godinho, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Minhas saudações ao brilhante Presidente, Deputado Herneus de Nadal; ao Deputado Francisco Küster; à Sra. Deputada Odete de Jesus; e aos Srs. Deputados.

Sra. Deputada Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Quero fazer um relato breve, curto, porque só tenho cinco minutos. Mas ouço V.Exa. rapidamente, Deputada Odete de Jesus.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Deputado, eu esqueci de registrar, e por isso peço escusas, o brilhante Deputado Francisco Küster, nosso grande amigo, e o nosso amigo Lírio Rosso, um grande líder no nosso Governo. Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. Presidente, quero fazer um relato sobre as audiências públicas realizadas em Passos Maia, Ponte Serrada e Abelardo Luz, para a criação das Unidades de Conservação naquelas três cidades.

Acompanhei aquelas audiências - participei de todas elas do início ao fim -, Sr. Presidente, e posso afirmar que foi um verdadeiro terror participar de uma audiência em que pessoas do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama foram para lá com uma má vontade, com uma falta de respeito ao agricultor. A reunião era marcada para as 9h e só começava às 10h30min, Deputado Onofre Santo Agostini. Enfim, foi uma vergonha, foi um desespero! A pessoa que coordenava a reunião agia com tanta calma que se tornava até ridícula. Havia mais de mil agricultores em uma sala, a audiência começava somente às 10h30min, apesar de ter sido marcada para as 9h, terminava às 17h, não se definia nada e as pessoas não tinham a oportunidade de se pronunciar.

Se não bastasse isso, tínhamos lá mais ou menos 20 policiais federais empunhando metralhadoras, fuzis, enfim, era uma vergonha! Nós, como Parlamentares, não tínhamos liberdade para falar. Agora, imaginem o agricultor que estava lá sentindo-se verdadeiramente coagido, pressionado, sem ter nenhuma liberdade.

Mas nas três audiências eu me manifestei com o mesmo teor de indignação com que estou me pronunciando agora. Estava indignado com a postura radical do Governo de ir lá fazer as audiências e não deixar, devido à desorganização, que os agricultores se pronunciassem e dessem as suas opiniões.

Resumindo, depois dessas audiências, o Governo Federal vai querer criar essas Unidades de Conservação. É a saída e propomos - e propusemos lá no momento - a criação da RPPN, que será uma reserva do patrimônio natural que vai permanecer aos cuidados do agricultor. E se permitirem a criação desta reserva ambiental, ela não trará ônus para o Governo, já que não vai precisar comprar terras, coisa que ele faz, mas não paga. Dou como exemplo aqui o Parque Nacional de São Joaquim, sendo que o Governo, há 40 anos, criou o Parque, que é uma Unidade de Conservação, mas até hoje não pagou os agricultores. Já se passaram 40 anos - na época o Presidente era o Jânio Quadros -, e até hoje o Governo Federal não ressarcir aos agricultores da Serra Catarinense, de São Joaquim e Urubici, o valor devido da indenização.

E a lei preconiza que para toda indenização de terra tem de ser feito o pagamento à vista, em dinheiro, pelo preço do local, quer dizer, o preço da área, o preço das benfeitorias em cima da terra e também das florestas que estão lá.

Então, o Governo quer criar uma Unidade de Conservação, mas não tem moral para criá-la e não tem meios de provar que ele vai pagá-la. E o pior é que, além de não pagar, ele não tem como administrar essa reserva e vai fazer como fez em São Joaquim, que está até hoje abandonada. Foi desmatada toda a região, foi tirada quase toda a araucária, criando um terrorismo na população. As pessoas de Passos Maia, Ponte Serrada e de Abelardo Luz estão verdadeiramente aterrorizadas com o que possa acontecer. Conforme depoimentos lá naquele momento, familiares que moram há 60 anos no local estão ameaçados, agora, de serem retirados do local. Esta é a verdade nua e crua: criando a Unidade, esses proprietários terão de sair da terra.

Então, Sr. Presidente, como Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, nós iremos fazer mais audiências públicas da Assembléia Legislativa para tranquilizar a população e achar uma maneira para que ela possa... E só a criação da RPPN é que poderá tranquilizá-la, pois a terra vai permanecer com o agricultor e ele vai continuar administrando-a, coisa que já faz.

O Governo quer criar uma Unidade por quê? Porque o agricultor preservou. Então, ela já é uma Unidade de Preservação. Aquela é uma região que foi preservada pelo agricultor e, portanto, não necessita que o Governo vá fazer essa intervenção, vá fazer esse ato de injustiça com aqueles que moram lá.

Então, vamos propor, Sr. Presidente, audiências públicas, a partir de agosto, para que possamos fazer um encaminhamento para tranquilizar a população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Genésio Goulart - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Genésio Goulart.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Sr. Presidente, gostaria de aproveitar a oportunidade para registrar a presença, aqui nesta Casa, das minhas queridas amigas da comunidade de São Brás, do Bairro do Andrino, do Município de Tubarão, vizinha da nossa querida Cergal, que nos honram com sua visita.

Fico muito feliz em recebê-las aqui nesta tarde. Sejam bem-vindas e muito obrigado pela presença de vocês.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Esta Presidência também registra, com satisfação, a distinta presença já anunciada por V.Exa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Francisco Küster, ex-Presidente deste Parlamento, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, faço uma saudação muito especial aos que nos honram com suas visitas nesta tarde, e saúdo também, respeitosamente, os que nos acompanham pela TVAL.

Sr. Presidente, tenho dois assuntos para tratar nesta oportunidade. O primeiro deles é para fazer uma análise, à luz do pouco entendimento que tenho, de questões ditas legais e outras que as vezes nem são legais.

Nós vamos falar da legalidade do Fundo Social. Foi aprovado por esta Casa, discutido em juízo e decidido soberanamente pela Justiça o que deveria ser o Fundo Social. A Justiça disse: o Fundo Social terá de ser dessa forma. E aí ocorreram os ajustes; o Fundo Social foi ajustado aos ditames da lei, a partir do pronunciamento soberano da Justiça. Agora ousam desafiar a Justiça, Srs. Deputados, contestando, inclusive, aquilo que ela disse que deveria ser o Fundo Social, com ações, Deputado Onofre Santo Agostini, que objetivam constranger empresários que estão aderindo ao Fundo Social.

Mas não fica por aí o constrangimento e não fica por aí a insatisfação ilimitada de quem não se satisfaz com a decisão da Justiça, que não se satisfaz com as decisões deste Plenário. Procedimentos desta natureza não só constroem quem está aderindo ao Fundo Social, ou tentam constranger porque as pessoas sabem que é uma lei absolutamente de redundância - quando ela é positiva, não é pecado, absolutamente legal -, mas tentam constranger a Justiça, que disse o que deveria ser o Fundo Social.

Mas não fica por aí, não. Tentam cercear as ações do Governo, impedindo aquelas que visam atender às demandas das necessidades dos Prefeitos, que vêm-se dando de forma indiscriminada, atendendo a tudo e a todos.

O Sr. Deputado Altair Guidi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Pois não!

O Sr. Deputado Altair Guidi - Deputado Francisco Küster, é lamentável o que está ocorrendo conosco, que fizemos parte do Governo passado!

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - É muito rancor, é muito ódio!

O Sr. Deputado Altair Guidi - Estou constrangido pela vergonha que sinto dos meus ex-companheiros. Perdemos uma eleição ganha. Botaram-nos no meio da estrada sem nada, por vaidades pessoais. Eu, como candidato a Deputado na época, não fui consultado no sentido de como deveria ter sido montada a chapa para o Governo do Estado naquela oportunidade. E hoje, depois dessa derrota que tiveram, não sabem se conduzir como derrotados. A derrota serve, sim, para que se aprenda muita coisa, mas parece-me que essa gente não quer aprender nada. Sempre usando a força no poder, hoje pensam que podem fazer tudo.

Muito obrigado pela oportunidade do aparte, Deputado!

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Agradeço a V.Exa. pelo seu aparte e incorpore-o ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eminente Deputado Francisco Küster, V.Exa. levanta um tema muito importante. Quer dizer, aqueles que não têm competência para fazer, têm que buscar um caminho, aprender uma lição para depois, evidentemente, quando chegarem ao Governo, tentar buscar alternativas. Não tiveram competência quando estavam com no Governo, e agora tentam impedir que Santa Catarina seja atendida, principalmente a classe mais sofrida - o Fundo Social vai atendê-la. E a cada momento entram na Justiça para tentar impedi-lo. Isto chama-se desespero.

Agora, a sociedade está atenta para avaliar e ver quem está com a razão. Eu acho que quem faz um projeto bonito, um projeto sério, um projeto dedicado à sociedade num Governo descentralizado... Quer dizer, ao tentar impedir, estão tentando fazer com que Santa Catarina não saia do lugar. E todos os Parlamentares foram eleitos para ajudar a desenvolver Santa Catarina, gerando emprego e renda. Lamentavelmente alguns Partidos não fazem isso e querem travar o desenvolvimento. Mas nós somos competentes para fazer uma reviravolta, através de pronunciamentos e de outras ações do Governo que vêm fazendo com que Santa Catarina ande cada vez mais a passos largos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Agradeço a V.Exa. pelo seu aparte.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, não há dúvida! Eu já fui Oposição e fiz oposição forte, aguerrida e contundente aqui nesta Casa. Não foram poucas as peleias que emanaram da minha posição de opositorista, mas nunca busquei prejudicar o coletivo, nunca a minha posição de opositorista, até mesmo as obstruções, deu-se para parar o Estado, que tem deveres e obrigações para com a sociedade, que tem a obrigação de responder às demandas da sociedade.

Deputado Herneus de Nadal, nunca agimos desta forma! E sabíamos fazer Oposição! A Oposição aqui é valente, é respeitável, mas está indo às raias de um inconformismo doentio. O que faz agora? Questiona a decisão soberana da Justiça, como se estivesse querendo se colocar acima de uma decisão dela. É uma tentativa de constrangimento! Lamento ter que fazer esta afirmação, pelo respeito que tenho pela Oposição. Repito, é uma Oposição valente, mas começa a se perder nesse desejo de prejudicar o coletivo.

Alguns podem dizer: "Ah, mas o Fundo Social tem problemas". Pois bem, foram à Justiça, esta disse que realmente tinha, que precisava ser corrigido, e inclusive disse o que corrigir. As correções foram feitas. Inconformados, recorrem a outro tipo de expediente que prejudica Prefeitos e tenta intimidar segmentos importantes da sociedade.

Deputado Joares Ponticelli, respeitável Líder da Oposição, é inadmissível o que se tenta fazer neste momento! Prefeitos de todos os Partidos, de uma forma ou de outra, com um volume maior ou menor, estão sendo atendidos com recursos oriundos do Fundo Social. Eu não entendo aonde pretendem chegar os eminentes Líderes da Oposição!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Sr. Deputado Nelson Goetten, por até onze minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quando a Deputada Ana Paula de Lima chegou ao Plenário, este Parlamentar estava preparado para se pronunciar com revistas e outras manchetes. Mas, para fazer-lhe uma homenagem, já que é uma Parlamentar sempre muito elegante no tratamento das pessoas, eu não vou usar deste expediente. Vou fazer coro àquilo que o Companheiro Francisco Küster disse aqui e aproveitar este momento para me dirigir àqueles amigos e ex-Companheiros partidários.

Eu também concordo com ele - e quem sou eu para colocar palavras na boca de alguém - e quero dizer aqui de um sentimento meu que me deixa triste também, como disse o Deputado Altair Guidi. Penso que a primeira grande injustiça do PP foi desrespeitar o Deputado Altair Guidi, um cidadão com a qualidade, com o valor e com a história que tem para a política catarinense, baseado numa decisão dele, já que votou em favor dos catarinenses.

Por que injustiça? Porque testemunhei nesta Casa - e o Deputado Joares Ponticelli também - um momento importante para os catarinenses. Estava nesta Casa para ser votado um projeto de lei, que dava oportunidade a Santa Catarina ter 500 quilômetros de novas rodovias e 800 quilômetros de rodovias recuperadas e na ocasião precisávamos constituir 21 votos e não conseguimos. O PMDB, na oportunidade, Deputado Manoel Mota, fechava questão contra a votação a favor daquele projeto. Mas um cidadão catarinense da sua Bancada, Deputado Romildo Titon, desobedeceu à determinação partidária e emprestou aquele voto.

Obrigado, Deputado Romildo Titon! V.Exa. emprestou o voto para os catarinenses e hoje as obras acontecem, e para isso não precisou mudar de Partido, de cara, nem de valor. Seria injusto se naquela oportunidade tivéssemos visto o PMDB tirá-lo ou expulsá-lo do seu Partido.

Tivemos ainda uma outra prova de fogo em Santa Catarina. Estávamos para perder o Besc; a intervenção era iminente e certa, o que faria com que os funcionários perdessem o emprego, como também perderiam os acionistas o seu patrimônio porque a intervenção seria o fim. Aí de novo passamos por mais uma prova de fogo, porque precisássemos constituir mais um voto para ter os 21 votos necessários para federalizar aquela instituição e mantê-la como catarinense, como está hoje. E o ex-Deputado Ivo Konell, desobedecendo ao seu Partido, emprestou aquele voto para os catarinenses.

Obrigado, Ivo Konell! O senhor não está aqui por injustiça da Justiça, infelizmente. Por tão pouco o senhor não está aqui, mas pela sua qualidade aqui merecia estar. Por isso é justa esta homenagem.

Quem sou eu para criticar um Partido que me ensinou a fazer política, como o PP, mas ele cometeu uma injustiça contra o Deputado Altair Guidi, porque S.Exa. votou a favor dos catarinenses.

Ontem eu me emocionei no Alto Vale do Itajaí, na minha valorosa Rio do Sul, quando chegou lá o Governo dos catarinenses munido do respaldo que vinha do Fundo Social e assinou o maior convênio da história do Alto Vale do Itajaí, o maior de Rio do Sul, no valor de R\$ 28 milhões, sendo R\$ 16 milhões para a pavimentação, que é o sonho daquele povo, da estrada que interliga Agrônoma a Lontras, de Rio do Sul, e para mais 600 casas populares, para um Prefeito, sabe de que Partido, Deputado Manoel Mota? Um Prefeito do PP. E sabe quantas pessoas nós colocamos dentro de uma sala? Mil pessoas. Sabe a que Partidos pertenciam essas pessoas? Oitocentas pessoas, das mil, eram do PP. E o Prefeito, um grande líder do PP, provavelmente neste momento está concedendo entrevista coletiva para a imprensa catarinense, dizendo do repúdio contra o seu Partido, da revolta contra o seu Partido. E por certo, nas notícias de hoje, veremos aquelas 800 pessoas, a maioria empresários e lideranças, manifestando-se tristes com o Partido, porque são pessoas de bem, que ajudaram a fazer uma bela história, mas hoje estão azedos. O fel e a raiva são colocados acima das questões de Santa Catarina, das questões político-partidárias.

Estou triste porque conheço o valor desses companheiros do PP. Eu aprendi a fazer política com o PP, mas neste momento eu me sinto um pouco aliviado por não estar sob o comando desses que não conseguem entender que as mudanças aconteceram e acontecem.

O político tem que ter percepção. Muitas vezes não basta apenas ter razão. Muitas vezes só a racionalidade não manda, às vezes tem que ter a percepção do sentimento da sociedade. E o sentimento que a sociedade tem é de desespero - ela precisa de amparo. O sentimento que nós temos é que no interior não chegam mais recursos para obras, e é lá que moramos e queremos ficar. Não queremos vir para as grandes cidades. A ação já era predatória contra a gente do interior, quando nós, naquela oportunidade, perdíamos 48% do Fundo para atender às grandes cidades.

Portanto, eu quero, neste momento, agradecer ao Governador Luiz Henrique da Silveira por ter a grandeza de ficar com aquilo que é certo. E para isso não precisamos mudar de Partido, não precisamos mudar a cara. Nós precisamos ter a grandeza do reconhecimento, e quando uma obra dessa importância é assinada, é viabilizada, nós todos temos que dizer muito obrigado!

Sr. Presidente Herneus de Nadal, muito obrigado, é o que podemos dizer ao nosso Governador, ao Governador dos catarinenses, porque deu oportunidade para assinarmos esses dois importantes convênios, que não foram assinados para os

peemedebistas, mas sim para a gente do Alto Vale, onde tem gente do PMDB, do PP, do PFL, do PPB. Lá mora gente que trabalha, gente que constrói, gente que tem sonho, gente que tem o melhor; gente que faz o melhor por Santa Catarina e quer apenas oportunidade.

Só queria dizer isso. Não tenho o direito de dizer outra coisa a não ser dizer da tristeza, a não ser me juntar aos sentimentos de revolta, pois hoje se tem uma posição contínua na busca de se viabilizar a administração ou prejudicá-la.

Eu transfiro o resto do tempo destinado ao nosso Partido ao Deputado José Carlos Vieira, que vem engrandecer ao trazer seus conhecimentos a esta Casa Legislativa. S.Exa. um grande Parlamentar, é um grande cidadão da vida pública, e vai fazer uma homenagem a um ex-Parlamentar, Livadário de Nóbrega, de 90 anos de idade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra o Sr. Deputado José Carlos Vieira pelos minutos restantes do tempo destinado ao PFL.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, que honra poder estar na tribuna desta Casa. Como é interessante poder assistir a um pronunciamento como esse que me antecedeu e tantos outros. Como é interessante, Deputado Vânio dos Santos, a diferença entre o Legislativo Federal e este aqui, aquele abrange, nas suas leis, toda a população nacional, mas este aqui é quente, é caloroso, porque os nossos Prefeitos, a comunidade, os Vereadores estão aqui presentes e decidimos questões do dia-a-dia de cada um. Por isso é tão honrada esta tribuna.

Não poderia esquecer de homenagear o Deputado Livadário Nóbrega pelos seus 90 anos de idade, que completa hoje. Ele reside em Joinville. É filho de Carlos Nóbrega e Elvira de Souza Nóbrega, casado com Cirene Nelly Siqueira, e pai exemplar de cinco filhos.

Radicou-se em Joinville, onde iniciou as atividades de representante comercial. Foi escrivão da Delegacia Regional de Polícia de Joinville, Secretário Municipal de Saúde e Assistência de Joinville, chefe de gabinete do Prefeito Municipal, e depois assumiu como Deputado Estadual entre 55 e 58, quando ocupou a Segunda-vice-Presidência desta Casa. Reelegeu-se como Deputado na Legislatura de 63 a 66 e ocupou o cargo de Primeiro-Secretário da Assembléia Legislativa.

Ele teve sempre uma grande preocupação com a defesa social, aos desprotegidos. Em uma ocasião, quando houve um aumento de salário na Assembléia Legislativa, ele resolveu doar aquele aumento de salário, e o fez durante toda a Legislatura para o Lar Abdon Batista, em Joinville, que é uma exemplar instituição de assistência social na nossa cidade.

Eu queria, portanto, Sr. Presidente, que fosse incorporado nos Anais desta Casa este breve pronunciamento, e gostaria de fazer uma homenagem àqueles comerciantes que estiveram aqui pela manhã, representando a Federação dos CDL de todo o Estado de Santa Catarina; ao pequeno

empresário catarinense que aqui esteve para lutar contra a TEF - Transferência Eletrônica de Fundos, que é mais uma exigência a onerar o pequeno estabelecimento de Santa Catarina.

Gostaria, portanto, de homenagear os pequenos comerciantes com a história desse grande Deputado Livadário Nóbrega, porque ele, naquela ocasião, Deputado Nelson Goetten - aproveitou para agradecer pela bondade de V.Exa. para eu homenagear esse tribuno que foi Livadário Nóbrega -, posicionou-se contra decisões impositivas que feriam na época o pequeno empresário que nascia, a pequena indústria que nascia em todo o território nacional, especialmente no Norte do Estado de Santa Catarina. Através de várias propostas sempre defendeu as causas dos pequenos empresários. Deixou exemplos de retidão, de resistência, de integridade, não se curvando nunca aos princípios da sua consciência.

Portanto, a nossa homenagem ao Deputado Livadário Nóbrega pelos seus 90 anos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Herneus de Nadal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a manchete nos jornais de Santa Catarina dá conta que o Fundo Social volta a ser questionado. E na matéria há afirmação de que a iniciativa acionou ontem, mais uma vez, a Justiça contra o Fundo Social.

A meu modesto modo de ver tal procedimento causa três situações, Srs. Deputados. A primeira, a do desrespeito ao Poder Judiciário, que já analisou a lei que cria o Fundo Social e decidiu que a referida lei é constitucional, e determinou que este Poder procedesse às adequações, o que já foi feito aqui por este Parlamento.

Por isso, essa nova iniciativa, a meu modo de ver, desrespeita o Poder Judiciário de Santa Catarina, que, inclusive, nos mutirões realizados em nosso Estado e aqui mesmo pela Vara de Execuções, celebrou inúmeros acordos, centenas de acordos com base nos dispositivos da lei que criou o Fundo Social. Um desses acordos está aqui, em mãos, e posso exibi-lo a todos aqueles que acompanham a TVAL.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, além do desrespeito, a iniciativa, a meu ver, provoca a intimidação, quando na matéria a manifestação assim está expressa:

(Passa a ler)

"(...)Cada nova empresa que aderir ao Fundo Social será alvo de nova ação popular (...)"

A meu ver, a meu sentir, essa afirmação soa como uma ameaça muito séria, contundente ao empresariado de Santa Catarina que aderiu ao Fundo para viabilizar obras de infra-estrutura, para viabilizar geração de emprego e renda; soa como uma intimidação, como uma ameaça

ao empresariado do nosso Estado, que precisa negociar os valores devidos através dos benefícios concedidos para que possa continuar a abrigar os trabalhadores na sua atividade.

Além do desrespeito ao Poder Judiciário, que já se pronunciou sobre a lei do Fundo Social, além da intimidação ao nosso empresariado, que está sendo processado por doar valores que vêm fomentar o desenvolvimento do nosso Estado, há o prejuízo causado aos nossos Municípios, que têm, por decisão do próprio Poder Judiciário, o direito de receber o percentual de 25%, parcela esta constitucional e devida à municipalidade de Santa Catarina.

Muitas obras já contam com a participação desses recursos. E aqui foi referido, há poucos instantes, sobre uma obra sonhada e extremamente importante para o Município de Rio do Sul, como para tantos outros Municípios, assim como será no Município de Chapecó. Ela será anunciada na sexta-feira à noite, independente de cor partidária dos Prefeitos que governam a cidade. Mas o prejuízo, com certeza, vai ser sentido, porque a intimidação, a ameaça aos empresários, vai fazer com que diminua as doações ao Fundo.

Esse prejuízo vai ser suportado pelos Prefeitos de todas as cores partidárias, pelos Prefeitos, pelas populações que vivem nesses Municípios e por toda a gente de Santa Catarina, onde obras importantes, imprescindíveis, necessárias, estão sendo anunciadas, conveniadas e já iniciadas, Deputado Manoel Mota, porque já temos recursos na conta do Fundo Social.

Por isso a minha manifestação é para me referir, Deputado Manoel Mota, ao empresariado de Santa Catarina que o Poder Judiciário já se manifestou sobre a lei do Fundo Social, considerando-a constitucional, um projeto inteligente e que nos permite alavancar recursos para fomentar o desenvolvimento e abrir portas e oportunidades em nosso Estado.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentá-lo, Deputado Herneus de Nadal, e dizer que nós ainda não estamos entendendo essa forma de agir. Isso, para mim, é o desespero a toda prova de um Partido que esteve no Poder e não teve a competência para desenvolver o trabalho. Como perdeu a eleição, não admite e tenta emperrar o Governo que está desenvolvendo um grande trabalho.

O Balneário Gaivota é administrado pelo PP, e o Prefeito, irmão do Deputado Federal Leodegar Tiscoski, estará recebendo recursos, através de convênio com o Governo do Estado, por esses dias. A Prefeitura de Turvo, também do PP, está recebendo recursos do Governo do Estado de Santa Catarina.

Então, o Governo do Estado, com a descentralização, está atendendo Santa Catarina, a sociedade catarinense, através da representação de cada Município, não interessando qual o Partido. Esse é um Governo que descentralizou e quer ver Santa Catarina crescer como um todo.

Infelizmente, algumas pessoas acostumadas com o poder e com certeza beneficiadas por ele, estão desesperadas, mas vão ter que se acalmar porque a sociedade é competente, assim como os empresários, que sabem o que podem e devem fazer.

Por isso estamos tranquilos, serenos, porque Santa Catarina está caminhando a passos largos, e vai continuar, porque o povo sabe o que quer e o Governo ainda mais.

O Sr. Deputado Altair Guidi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Altair Guidi - Sr. Deputado, quero dizer a toda a comunidade da Bacia Carbonífera que se sair o convênio que deverá ser assinado no dia 8 do próximo mês, para ligar o acesso Sul da Praia do Rincão, no Município de Içara, que é administrado pelo PP, eu irei a todas as emissoras dar entrevistas culpando o PP pela não-realização daquela obra, que foi prometida no Governo passado.

Gostaria de me solidarizar com V.Exa. sobre o assunto da incompetência, da incapacidade, da falta de visão sobre o benefício que tem o PP de Santa Catarina. O PP do Município é um, aqui é outro e em Brasília é outro. Infelizmente, essa é a grande verdade.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Nós agradecemos pela manifestação aos Srs. Deputados e, finalizando, queremos ainda fazer a afirmação de que a Oposição tem um papel importante de fiscalizar, de fazer crítica construtiva. E é nessa linha, nessa direção, que temos a expectativa que ela encaminhe os seus trabalhos no nosso Estado, o trabalho legítimo no desenvolvimento da atividade Parlamentar.

Agora, por outro lado, quando toma o caminho que procura inviabilizar ações importantes em favor do nosso Estado, logicamente que a nossa manifestação tem que ser a que estamos fazendo aqui, da tribuna, para dizer da nossa inconformidade com tal iniciativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra a Deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, primeiramente gostaria de registrar que hoje, dia 29 de junho, às 14h, foi assinado no gabinete da Presidência um ato muito importante, uma proposta de emenda constitucional, que permite o Governo do Estado indenizar os agricultores que ocupavam de boa-fé as terras indígenas em todo o Estado de Santa Catarina.

Quero também salientar a presença de entidades religiosas, dos indígenas, do INCRA, do MDA, dos movimentos das pastorais, de alguns Vereadores e também dos Srs. Deputados.

(Passa a ler)

"Sr. Presidente, ao término do primeiro período ordinário de 2005, é importante que se faça um retrospecto das ações mais significativas do mandato do primeiro semestre, até como forma de prestar contas ao eleitorado catarinense através da TV Legislativa.

Dedicamos a nossa força de trabalho em diversas frentes.

De interesse direto da região do Vale do Itajaí, participamos ativamente da mobilização de entidades, deflagrada no início do ano, através de um movimento integrado por representantes da sociedade organizada, visando à duplicação de uma rodovia importante para o Estado de Santa Catarina, que é a BR-470.

As discussões ainda não se esgotaram. No próximo dia sete de julho, uma reunião em Blumenau vai novamente discutir a situação com lideranças regionais, na qual continuaremos dando a nossa contribuição para que num futuro bem próximo a BR-470 receba os recursos necessários para a sua adequação ao grande fluxo de veículos e mercadorias que nela trafegam.

Gostaria ainda de parabenizar a administração estadual do DNIT, que não tem poupado esforços para a recuperação de diversos trechos da BR-470, em respeito aos usuários.

Também, no primeiro semestre, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, realizamos uma sessão solene em homenagem ao dia Estadual da micro e pequena empresa, instituído por nossa iniciativa, em 29 de março. Foi uma oportunidade de homenagearmos esse importante segmento e também de abrimos um canal que culminou com a realização de uma série de debates sobre a lei das micros e pequenas empresas, em parceria com Parlamentares Federais do PT. Aliás, com os micros e pequenos empresários temos o compromisso de apoiar um evento estadual para continuar debatendo a lei geral das micros e pequenas empresas no Congresso Nacional.

O complexo de contenção de cheias do Vale do Itajaí e a desocupação da barragem norte pelos indígenas também foi foco de atividades de nosso mandato no primeiro semestre.

Participamos de uma negociação do Governador Luiz Henrique da Silveira com as lideranças indígenas, na qual o Estado se comprometeu a honrar acordos antigos, visando assim a saída dos índios da área daquele importante equipamento de contenção de cheias no Vale do Itajaí.

A situação ainda não foi totalmente resolvida, mas acreditamos que o empenho do Estado, do Governo Federal, junto ao trabalho do nosso e de outros mandatos desta Casa, possam culminar com uma solução que atenda mais de um milhão de habitantes do Vale do Itajaí, que precisam das barragens para ter seus patrimônios preservados em caso de enchentes.

Outro momento importante do primeiro semestre foi a nossa posse na Presidência do Fórum Parlamentar de Adoção, a qual recebemos com o compromisso de apoiar as entidades envolvidas em projetos de conscientização da sociedade

sobre esse tema. Inclusive, estamos participando da organização do seminário estadual da adoção, com realização agendada para o mês de setembro, em Blumenau, sob a coordenação do Grupo de Estudos e Apoio à Adoção.

Propositadamente deixei por último, nesse relato sobre o primeiro semestre, dois importantes temas.

Tivemos duas decepções nesse período, mas que não nos tiram da luta e da defesa dessas propostas que também são da vontade do povo de Santa Catarina. A mais marcante foi o arquivamento do projeto da redução do recesso parlamentar. Não encontramos eco nesta Casa para uma proposta que foi corajosamente aprovada pelas Câmaras de Vereadores de diversos Municípios de nosso Estado, e cito como exemplo Blumenau, Pomerode, Jaraguá do Sul, entre outros. Inclusive, quero parabenizar aqui a nossa Capital, Florianópolis, que no último dia 20 de junho aprovou em primeiro turno, por unanimidade, a redução de recesso.

Mas também é motivo de decepção o tratamento dado a uma iniciativa nascida no Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, que trouxe para esta Casa centenas de mulheres de todo o Estado, que juntamente com as três representantes femininas da Assembléia Legislativa fizeram uma marcha histórica em defesa do respeito e da obtenção de espaços para as mulheres na sociedade.

Ocorre que paralelo a essa iniciativa, apresentamos aqui uma proposta assinada pela Bancada Feminina - integrada suprapartidariamente por mim e pelas Deputadas Odete de Jesus e Simone Schramm. A nossa intenção era a de criar um programa permanente de pesquisa, assessoria e consultoria sobre a participação das Parlamentares catarinenses na política. A matéria está à disposição daqueles que quiserem consultá-la.

Obtivemos aprovação na Comissão de Constituição e Justiça, mas um pedido de diligência aponta a inconstitucionalidade da matéria. Contamos ainda com uma decisão sensata no encaminhamento desse projeto, que diz respeito não apenas às Deputadas desta Casa, mas de toda Bancada. E também queremos idealizar a defesa dos direitos femininos. Trata-se de uma matéria de interesse de todas as mulheres catarinenses.

Gostaria de dar prosseguimento ao nosso pronunciamento mencionando que, no segundo semestre, concentraremos nosso mandato na realização de um grande encontro de mulheres parlamentares de Santa Catarina, no mês de agosto, através do Fórum da Mulher Parlamentar Catarinense, que conseguimos aprovar por ato do Presidente desta Casa.

Vamos igualmente estar direcionando nossas forças na organização da primeira edição do Parlamento Jovem, projeto de nossa autoria, que aprovamos e que trará para esta Casa, no mês de novembro, 80 estudantes de todo o Estado, com a organização e implementação pela Escola do Legislativo, presidida pelo Deputado Celestino Secco.

É importante citar ainda o engajamento do nosso mandato na campanha pela aprovação do fundo de financiamento do ensino básico, o Fundeb, que está tramitando no Congresso Nacional, e também da nossa luta pela inclusão de crianças de zero a três anos que não foram contempladas nesse projeto.

O Fundeb é o real esforço do Governo Federal para priorizar a educação com mais investimentos, aumentando o número de beneficiados. Apenas em Santa Catarina, a rede de ensino, que hoje atende 880 mil estudantes, passará com o Fundeb a atender 1,5 milhão de alunos.

Sobre os investimentos em Santa Catarina, cabe ainda destacar a aprovação do projeto Piava, financiado pela Petrobras. Com recursos de três milhões de reais, a Petrobras estará patrocinando ações para a recuperação da mata ciliar em 54 Municípios, em uma ação concreta e significativa de proteção ao meio ambiente.

E por fim, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, não poderia deixar de citar as homenagens prestadas por nosso mandato no primeiro semestre: à educadora Ana Maria da Silva, de Blumenau, com a Medalha Cruz e Souza, ao empresário Célio Martins, da Indústria Pacífico Sul, de Blumenau, com a Medalha Carl Hoepcke, e à juíza Sônia Moroso, da Comarca de Balneário Camboriú, pelo seu trabalho na área da adoção, em defesa da criança e do adolescente no Estado de Santa Catarina.

São pessoas como essas que fazem de Santa Catarina um Estado de cidadania e de representatividade.

Também quero salientar, Sr. Presidente, que no último dia 27 esta Casa também homenageou outros empresários. Quero dizer que a sessão foi muito bonita, muito elogiada e que pudemos observar, Sr. Presidente, que foram empresários de diversos segmentos, de diversos setores de produção de nosso Estado.

Fica aqui o meu registro.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 11 minutos pertencem ao PP.

Inscrito para falar o Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu prestava atenção, Deputados Celestino Secco e Antônio Carlos Vieira, em alguns pronunciamentos que me antecederam. E nesse período fiquei fazendo uma reflexão e constatei, Deputado Dionei Walter da Silva, que nós temos instalado em Santa Catarina um Governo extremamente sedutor.

Deputado Afrânio Boppré, quem viu e quem vê algumas posições aqui, neste Plenário, deve estar se questionando nesse momento. O que mudou? O que aconteceu de tão extraordinário, que poder fantástico de sedução tem este Governo? Deputado Francisco Küster, num momento como esse, quando se discute tantas coisas podres no Congresso Nacional, eu me preocupo em ouvir certos pronunciamentos aqui nesta Casa.

Eu começo a me preocupar, Deputado Francisco de Assis, com mudanças de posição tão repentinas, mas não encontro explicação fácil. Deputada Ana Paula Lima, não sei se há explicação fácil, não consigo compreender como é que as pessoas mudam de uma hora para outra posições históricas, como se mudassem de camisa, Deputado Francisco Küster.

Eu fico preocupado, e tenho muita tranquilidade para dizer isso, porque já fui Líder do Governo passado nesta Casa, Governo que V.Exa. integrou. E V.Exa. foi um gigante daquele Governo, Deputado Francisco Küster. Mas aquele Governo não seduziu tanto, não sei se faltou competência ou não sei se faltaram outras coisas.

Aquele Governo teve o apoio de quem votou nele. Ah, mas o Deputado Sandro Tarzan mudou de Partido. Mas votou no primeiro turno e no segundo turno. Pertencia ao Partido da base. Nós chegamos a perder Deputados da base, como o Deputado Jaime Duarte.

Agora, quando vejo adesões, adesões, adesões, pergunto-me como as pessoas mudam de opinião tão fácil? Como mudam de pensamento tão fácil? E o que é pior, Deputados, mudam e não respeitam quem continua com a mesma posição, quem continua leal àquilo que sempre pregou, àquilo que sempre defendeu. Mudam e acham que os demais também têm que mudar, curvar-se, ajoelhar-se e omitir o seu papel.

Nós estamos aqui fazendo Oposição com coerência, Deputado Francisco Küster. V.Exa. não pode questionar o nosso direito de ir ao Judiciário dirimir dúvidas. O seu Governo não está acima da lei, Deputado Francisco Küster. Assusta-me ver uma posição dessa de V.Exa., até pela sua história.

O Sr. Deputado Francisco Küster - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputado Francisco Küster, o seu Governo não está acima da lei, Deputado! Temos o direito de questionar o Judiciário sempre que tivermos dúvidas. E já ganhamos a primeira, Deputado Francisco Küster. Já provamos que o seu Governo estava equivocado. Agora, V.Exa. se exalta, e teve a solidariedade de outros, por quê? Por que não podemos questionar? O que preocupa tanto V.Exas.? Prometeram demais? Geraram muitas expectativas? Venderam ilusões e querem começar a encontrar responsáveis por isso?

Deputado Francisco Küster, quero alongar esse debate nesta Casa. Quero inclusive alongar o debate para saber por que uns passam daqui para lá tão rapidamente. Mudam de opinião, mudam de discurso, mudam de comportamento e não explicam nada.

O Sr. Deputado Francisco Küster - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Ouço rapidamente V.Exa.

O Sr. Deputado Francisco Küster - Deputado Joares Ponticelli, recuso-me a admitir algumas insinuações de seu pronunciamento em relação ao peão velho aqui. Fui leal até a última hora. Estou convencido! Estou convencido, porque quando me convenço travo combate, o bom combate,

em campo aberto! Não pego ninguém de tocaia, Deputado Joares Ponticelli. É no campo aberto, no campo das idéias.

Fui Oposição! Exerci oposição combativa e aguerrida, mas nunca prejudiquei o coletivo! Estou convencido de que as ações de V.Exas. neste momento, neste caso específico, são perniciosas à sociedade, são prejudiciais à população. Estou convencido!

Estou à disposição para debater com V.Exa., porque fui leal até a última hora. E ninguém faz a cabeça de um peão velho. Eu me convenço! Estou convencido do equívoco de V.Exas.!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, Deputado Francisco Küster.

Quero dizer que V.Exa. não está tão convencido assim, pois está questionando o nosso direito de questionar o Judiciário. V.Exa. não está acima da lei, Deputado Francisco Küster. Temos o direito de questionar, de dirimir dúvidas no Judiciário, Deputado Francisco Küster. E é isso que estamos fazendo. Mas V.Exa. se exalta e não quer deixar o Judiciário falar.

E no primeiro questionamento, Deputado Francisco Küster, o Judiciário disse que o seu Governo estava errado. O Judiciário disse que o seu Governo queria tomar indevidamente dinheiro dos Municípios de Santa Catarina. Foi o Judiciário quem disse que o seu Governo, com o seu voto, com o seu apoio, Deputado Francisco Küster, tentou tirar dinheiro dos 293 Municípios de Santa Catarina. E nós estamos aqui em defesa do municipalismo, em defesa dos Municípios.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Deputado Joares Ponticelli, a televisão faz coisas! A imagem que o Deputado quer mandar para os lares dos catarinenses é muito forte.

Nós escutamos atentamente as críticas. Mas eles, que nos criticaram, não aceitam. Ficam bradando. Essa é a democracia de um lado só.

Hoje, eu escutei, aqui, Deputado falando que o PP está desrespeitando a Justiça. Os arautos da democracia, os arautos da responsabilidade, mas descumprem a Constituição do Estado! É impressionante como eles falam que um Partido desrespeita um Poder e, ao mesmo tempo, desrespeitam a Carta Magna!

É impressionante o que a nossa televisão faz em prol do político! É muito bonito! Vamos tirar aquela lama que corre no Congresso Nacional e dizer que aqui em Santa Catarina nós, Deputados, respeitamos Poderes, respeitamos a Constituição. Tantas palavras vãs, tanta enganação, tanta dificuldade para querer convencer o pobre do eleitor, o pobre do catarinense de que aqui se está honrando o mandato, aquele mandato sobre o qual juramos defender a Constituição.

Foi aprovado o Fundo Social. O Tribunal de Justiça, através de liminar, já nos deu direito a alguma coisa. Vai se decidir no mérito. Agora, desrespeitar a Justiça entrando com uma reclamação nesse órgão, eu fico impressionado!

Os que alegam que nós estamos fazendo algum tipo de pressão contra as empresas, hoje aqui estavam pressionando os pequenos empresários sobre a TEP, numa audiência pública. Ou colocam o aparelho ligado, o ICF, ou nós vamos fiscalizar.

Quando o Governador do Estado declarou que o fisco estava perseguindo os seus 70 amigos, ninguém desrespeitou a ninguém. É impressionante o que faz a televisão! O meu rosto, inclusive, deve ser muito simpático, mas não gostaria que fosse simpático pelas palavras que apresento aqui, porque gostaria que este Governo fosse atuante, executando seu plano de governo, o seu Plano nº 13, mas não trazer aqui egressos do nosso Partido para querer justificar o injustificável.

O Plano 13 ou o Plano 15, já errei de propósito, porque havia uma mistura. Aqueles que defenderam o 13 estão, agora, contra o 13, mas é o 15. Aqueles mesmos que não aceitam pagar a dívida pública para a União, num contrato que foi assinado e aprovado nesta Casa, estão tirando dinheiro através do Fundo Social; aqueles que não recolhem o Pasep para a União e tiveram bloqueados R\$ 76 milhões pela União, agora, recentemente, são os que desrespeitam ou que respeitam a Constituição do Estado e as leis.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, Deputado Antônio Carlos Vieira. Eu gostaria de ouvi-la, Deputada Simone Schramm, mas não tenho mais tempo e preciso concluir o meu pronunciamento.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero dizer que este debate certamente vai merecer muito tempo ainda nesta Casa. E eu quero, como todo o respeito que tenho àqueles que trocaram de amigos, que trocaram de lado, que trocaram de posição, que respeitem quem não quis trocar, que respeitem quem está respeitando o resultado das urnas, que somos nós. O povo nos mandou fazer oposição e é com coerência e responsabilidade que nós fizemos sem nos entregar ao Governo.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de registrar a presença dos Vereadores José Kozoriz e Elcio Zavadniak, nesta Casa, da cidade de Santa Terezinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta Presidência registra, com prazer, a presença dessas ilustres autoridades nesta Casa.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público apresentou parecer favorável às seguintes matérias:

Ofício nº 0040/2005, que encaminha o Relatório de Atividades da Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação de Florianópolis, referente ao exercício de 2004;

Ofício nº 0044/2005, que encaminha o Relatório de Atividades do Instituto Pedagógico de Reabilitação Infantil, de Joinville, referente ao exercício de 2004;

Ofício nº 0048/2005, que encaminha o Relatório de Atividades da Fundação de Apoio ao Hemosc/Cepon - Fahece, de Florianópolis, referente ao exercício de 2004;

Ofício nº 0044/2005, que encaminha documentos e o Balanço Geral da Associação das Senhoras de Rotarianos da Casa da Amizade, de Concórdia, referente ao exercício de 2004;

Ofício nº 0050/2005, que encaminha o Relatório de Atividades do Colégio Salesiano Itajaí, referente ao exercício de 2004;

Ofício nº 0060/2005, que encaminha documentação do Sr. Antônio Diomário Queiroz, de acordo com a Lei nº 11.288, de 1999.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória nº 0117/2005, de procedência governamental, que concede aos servidores públicos estaduais, ativos e inativos, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Saúde, antecipação do valor do vencimento e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a admissibilidade da Medida Provisória permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 0228/2005.

Não há emendas à redação final.

(A Presidência defere de plano.)

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 0171/2005, de autoria do Deputado Jorginho Mello, que denomina de Oscar dos Santos Mello o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Professor Eugênio Marchetti, do bairro Centro, Município de Herval d'Oeste.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com a emenda modificativa que já havia sido aprovada na primeira votação.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0055/2005, de procedência governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis (continuidade de atendimento prestado no local pelo posto do Besc).

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0074/2005, de procedência governamental, que autoriza a participação societária da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - Codesc, na Sapiens Parque S.A, e adota outras providências.

Em discussão.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, eu fui o primeiro Deputado a trazer na tribuna o descumprimento do Governo do Estado ao encaminhar a esta Casa o projeto de lei que permitia à Codesc integralizar o capital da Sapiens Parque S.A, que ocorreu em 2003 e em 2004.

Disse isso ao Governador do Estado quando esteve aqui na convocação extraordinária deste ano, disse aqui para vários Parlamentares, para vários Secretários e fiz inclusive denúncias ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado.

Hoje, esse projeto vem dar respaldo em cumprimento à lei, à Constituição Estadual através do art. 13. Eu só sinto mesmo, Deputado Presidente, é que um projeto dessa magnitude, cuja discussão está correndo no Tribunal de Contas, no Ministério Público, venha a passar por este Plenário sem passar também pelas Comissões, sem que as Comissões sobre ele tenham deliberado. Não sou contra a sua aprovação, mas sou a favor, sim, que todo projeto de lei seja debatido, e amplamente debatido, pelas Comissões de Mérito desta Casa.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Paulo Eccel - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Paulo Eccel.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. Presidente, nós estamos, desde a última semana, construindo acordos no sentido de votarmos tudo que for possível na Assembléia Legislativa, fazendo inúmeras reuniões extraordinárias de Comissões. Tivemos uma sessão extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça, pela manhã, e teremos, daqui a pouco, mais outra sessão extraordinária. Agora, no que se refere a este projeto, eu faço um apelo para que nós não o deliberemos, porque não existe parecer das Comissões. Existe parecer não votado nas Comissões, e é impossível, do ponto de vista da preservação dos acordos que realizamos... E não identificamos, nominalmente, cada projeto, mas nós não imaginávamos que esse projeto viria a voto, mesmo porque ele não recebeu parecer.

Então, faço um apelo a V.Exa., no sentido de não deliberarmos este projeto na tarde de hoje. Decisão dessa natureza, Presidente, pode inviabilizar a votação dos demais projetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Nobre Deputado Paulo Eccel, a Presidência esclarece que o acordo entre os Líderes seria para votar todos os projetos com prazo vencido. Aliás, é um cumprimento do Regimento Interno, salvo naqueles que houvesse acordo dos Srs. Líderes.

V.Exa. propõe o entendimento, na forma do acordo celebrado anteriormente, e a Presidência consulta os Srs. Líderes.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente, é importante esclarecer que esta matéria veio para a Assembléia Legislativa em razão de uma precedente manifestação, ou melhor dizendo, de um questionamento do Deputado Antônio Carlos Vieira, tendo em vista o fato de que a transferência do imóvel se operou sem autorização legislativa.

Oportunamente, o Deputado Antônio Carlos Vieira questionou. O Governo examinou a matéria e entendeu que assistia razão ao Deputado Antônio Carlos Vieira e remeteu o projeto a esta Casa.

É um projeto simples, trata-se da transferência de um imóvel. Adentrou a esta Casa há muito mais do que os 45 dias do prazo que é dado para os projetos em regime de urgência.

De sorte que, Sr. Presidente, na esteira do que foi ajustado na reunião de Líderes, é um projeto com prazo vencido que, no nosso entendimento, tem que ser mantido e ser deliberado no dia de hoje. Podemos, se for o caso, deixar para o final desta sessão, mas que tem que ser votado, não há dúvida alguma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência esclarece que o projeto deu entrada nesta Casa no dia 30 de março de 2005 e tem como data limite, de acordo com a tramitação, pelo Regimento Interno, dia 20 de maio de 2005.

Portanto, o prazo está vencido, como já é do conhecimento de todos os Srs. Líderes.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. Presidente, a minha posição seria no sentido do encaminhamento. Talvez tenha, além desse, algum outro que venha a ser polêmico. Mas que ele não seja votado neste momento, faria esse apelo ao Líder do Governo, e que houvesse, depois dessa primeira rodada de votações, uma suspensão da sessão com uma reunião de Líderes, até para discutirmos, se houver, alguma pendência, e entra esse projeto, para se deliberar com os Líderes essa e outras questões que porventura venham a ser polêmicas, Sr. Presidente. Este é o meu encaminhamento.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, quero fazer duas colocações. A primeira é com relação à fala do Deputado João Henrique Blasi, Líder do Governo. O projeto não trata, absolutamente, de transferência de imóvel. A transferência de imóvel é decorrente da capitalização, pela Codesc, na Sapiens Parque.

Então, está sendo criada uma empresa estatal, a Sapiens Parque, a partir de agora ou a partir de ontem, e quando integralizaram o capital em dezembro de 2004, passou a ser 95% da Codesc. Então, nos termos do art. 13, da nossa Constituição, ele precisava ter autorização desta Casa.

Eu fiz a referência não exclusivamente a respeito desse projeto, que eu aprovo. Eu conheço o projeto, eu o analisei, inclusive posso dizer que tem o meu dedo. Eu ajudei, até, a formatar esse projeto. E eu conduzo os meus colegas de Bancada a aprovarem esse projeto.

A minha colocação, Sr. Presidente, é que em outros casos não fique somente restrito à Comissão de Constituição e Justiça segurar o projeto até as últimas consequências, sem que outros Parlamentares desta Casa possam apreciá-lo nas várias Comissões.

Então, o que eu estou colocando não tem nada a ver com esse. Esse aqui serviu de exemplo para as minhas colocações, mas eu quero afirmar, se for colocado hoje em votação, eu votarei a favor, porque eu apresentei o problema e o Governo do Estado foi sensível, depois de uma certa dificuldade, e atendeu e encaminhou o projeto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hemeus de Nadal) - A Presidência consulta os Srs. Líderes se acordam no sentido de alterar o que foi combinado na reunião de hoje.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente, eu concordo no sentido de que se deixe para ser deliberado mais à frente, depois da reunião dos Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hemeus de Nadal) - Todos os Líderes estão de acordo com a proposição do Deputado João Henrique Blasi?

(As demais Lideranças aquiescem.)

Com a concordância das demais Lideranças, esta matéria fica para ser deliberada numa sessão posterior, de acordo com o Deputado Joares Ponticelli.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0092/2005, de procedência governamental, que altera dispositivo da Lei nº 4.394, de 1969, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina (Conselho Estadual de Educação).

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e da Educação, Cultura e Desporto, na forma de dispositivo global, que é o que vai à discussão, neste momento, e posterior votação e discussão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade, na forma de substitutivo global.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0202/2005, de procedência governamental, que altera a Lei nº 9.120, de 1993, que cria o Conselho Estadual de Saúde.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Os próximos projetos tratam de declaração de utilidade pública.

Consulta os Srs. Líderes se podemos ler um a um e, posteriormente, fazermos a discussão e a votação em bloco. (As Lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0070/2005, de autoria do Deputado João Henrique Blasi, que declara de utilidade pública a Associação de Pescadores e Proprietários de Embarcações de Itapirubá, com sede e foro no Município e Comarca de Imbituba.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0098/2005, de autoria do Deputado Celestino Secco, que declara de utilidade pública a Associação Amigos do Hospital Nereu Ramos, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0129/2005, de autoria do Deputado Wilson Vieira, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim das Oliveiras e João F. Dias, de Joinville.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0133/2005, de autoria da Deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Aprablu - Associação Protetora dos Animais de Blumenau.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviços Públicos.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0136/2005, de autoria do Deputado Romildo Titon, que declara de utilidade pública o Grupo Voluntário e Cidadania, do Município de Fraiburgo.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0141/2005, de autoria do Deputado Herneus de Nadal, que declara de utilidade pública a Associação Cultural e Recreativa Valpasa, do Município de Tangará.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0142/2005, de autoria do Deputado Herneus de Nadal, que declara de utilidade pública o Movimento Negro de Chapecó.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0143/2005, de autoria do Deputado Herneus de Nadal, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae, de Iraceminha.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0147/2005, de autoria da Deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Uniblam - União Blumenauense de Associações de Moradores e Outras Entidades Afins, do Município de Blumenau.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0154/2005, de autoria do Deputado Djalma Berger, que declara de utilidade pública a Fraternidade Espírita Allan Kardec, de São José.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0156/2005, de autoria do Deputado Gelson Sorgato, que declara de utilidade pública a Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes de Xaxim.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0162/2005, de autoria do Deputado Wilson Vieira, que declara de utilidade pública a Associação Joinville dos Portadores de Parkinson, de Joinville.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0172/2005, de autoria do Deputado Gelson Sorgato, que declara de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer, Regional de São Bento do Sul, no Município de São Bento do Sul.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0176/2005, de autoria do Deputado Herneus de Nadal, que declara de utilidade pública o Instituto Ambiental Bios, de São José.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0208/2005, de autoria do Deputado Francisco Küster, que declara de utilidade pública a União das Associações de Moradores de Balneário Camboriú.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0214/2005, de autoria do Deputado Djalma Berger, que declara de utilidade pública a Ação Social Paroquial de São José.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão o conjunto de projetos cuja ementa foi lida.

(Pausa)

Não havendo quem os queira discutir, submetemos à votação em bloco, sendo que o PL nº 0162/2005 tem uma emenda modificativa e a aprovação se dá com a emenda modificativa.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 0012/2005, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que homologa os Ajustes Sinief nºs 12/04, 13/04, 14/04, 01/05 e 02/05, o Convênio Arrecadação nº 01/04, o Convênio ECF nº 01/05 e os Convênios ICMS nºs 110/04 a 153/04, 01/05 a 04/05 e 07/05 a 50/05, celebrados pelo Confaz.

Em discussão.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pedimos a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, entre os Convênios nºs 07/05 a 50/05 tem o de nº 021/05 que tenho dúvida sobre a concessão, que é de anistia a uma empresa, feita por Santa Catarina. Já está no Pedido de Informação nº 115/05, que quero conhecer a motivação da Secretaria da Fazenda e as razões que a levaram a propor essa anistia a uma empresa catarinense de tributos estaduais.

Então, concordo com a aprovação do projeto de decreto legislativo, mas que me permitam colocar uma certa dúvida a este específico, o de nº 021/05.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0038/2005, de autoria do Sr. Deputado Paulo Eccel, que altera a Lei nº 12.570, de 2003, que dispõe

sobre os benefícios aos estudantes e menores de 18 anos para o acesso a eventos culturais e desportivos.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0126/2005, de autoria do Sr. Deputado Herneus de Nadal, que denomina unidade escolar de educação básica, estabelecida no Município de São João do Oeste.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação em emenda modificativa.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

OS Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0153/2005, de autoria do Sr. Deputado Rogério Mendonça, que denomina de Evaldo Rosa o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Vereador Paulo França, da localidade de Cerro Negro, no Município de Ituporanga.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0160/2005, de autoria da Sra. Deputada Simone Schramm, que institui a Semana de Defesa e Valorização da Língua Portuguesa no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0179/2004, de autoria do Sr. Deputado Cesar Souza, que concede Título de Cidadão Catarinense ao Sr. Roberto Requião.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com a abstenção dos Srs. Deputados Dionei Walter da Silva, Paulo Eccel, Afrânio Boppré e Francisco de Assis.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0300/2004, de autoria do Deputado Celestino Secco, que altera a Lei nº 12.906, de 2004, que institui a data magna do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar nº 0008/2005, de procedência do Tribunal de Justiça do Estado, que cria seis cargos de Juiz de Direito Substituto de Segundo Grau, cargos

no quadro de pessoal da Secretaria e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Como se trata de projeto de lei complementar, a votação será nominal.

Em votação.

Os Srs. Deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" a rejeitam.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ sim

DEPUTADO ALTAIR GUIDI sim

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA sim

DEPUTADO ANTÔNIO CERON sim

DEPUTADO CELESTINO SECCO sim

DEPUTADO CESAR SOUZA sim

DEPUTADO CLÉSIO SALVARO

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA sim

DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS sim

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER sim

DEPUTADO GELSON MERISIO sim

DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim

DEPUTADO GELSON SORGATO sim

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL sim

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim

DEPUTADO JORGINHO MELLO sim

DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA sim

DEPUTADO JOSÉ SERAFIM

DEPUTADO JULIO GARCIA sim

DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA

DEPUTADO MANOEL MOTA sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NELSON GOETTEN sim

DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim

DEPUTADO NILSON MACHADO

DEPUTADA ODETE DE JESUS sim

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI sim

DEPUTADO PAULO ECCEL sim

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA sim

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SÉRGIO GODINHO

DEPUTADA SIMONE SCHRAMM

DEPUTADO VALMIR COMIN

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS

DEPUTADO WILSON VIEIRA sim

Votaram 28 Srs. Deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 28 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

A Presidência comunica que, fruto de acordo entre as Lideranças, realizará no dia de hoje a eleição para o preenchimento da vaga para a segunda-vice-Presidência, deixada pelo afastamento do Deputado Djalma Berger, e que posteriormente a esta eleição, que se dará numa sessão especial a ser realizada em seguida, haverá uma outra sessão para a votação dos projetos pendentes e para a votação do segundo turno e da redação final das demais matérias, tudo fruto de entendimento entre as Lideranças.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 15h48min.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DP

ATO DA PRESIDÊNCIA N. 021-DP, de 2005

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto nos arts. 42 e 43 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

NOMEIA, para constituir a Comissão Representativa, os seguintes Senhores Deputados:

Deputado Júlio Garcia
Deputada Odete de Jesus
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Vânio dos Santos
Deputado Paulo Eccel
Deputado Gelson Merisio
Deputado Manoel Mota
Deputado Francisco Küster
Deputado Antônio Carlos Vieira

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 30 de junho de 2005

Deputado Júlio Garcia
Presidente
*** X X X ***

RESOLVE: *de acordo com o artigo 40, § 1º, II e § 3º da Constituição Federal, c/c as alterações inseridas pelas EC nºs 20/98 e 41/03, e, em conformidade com o artigo 107 e § 2º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

CONCEDER aposentadoria compulsória, ao servidor **REINALDO JORGE DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1542, no cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-B, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com os proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado José Paulo Serafim - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 1083, de 30/06/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1682/2004,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 40, § 1º, I e § 3º da Constituição Federal, c/c a redação determinada pelas EC nº 20/98 e 41/03 e, em conformidade com os artigos 107 e seguintes, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

CONCEDER aposentadoria por invalidez permanente, ao servidor **JOÃO CÂNDIDO DE ESPINDOLA**, matrícula nº 1519, no cargo de Garçon, código PL/ATM-9-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com os proventos de lei.

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado José Paulo Serafim - Secretário
*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 1082, de 30/06/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0714/2005,

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EMENDA CONSTITUCIONAL

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do art. 49, § 3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina e art. 61, inciso I, do Regimento Interno, promulga a seguinte:

EMENDA CONSTITUCIONAL N. 040, de 30 de junho de 2005

Acrescenta o art. 148-A na Constituição do Estado.

Art. 1º Fica incluído o art. 148-A na Constituição do Estado, com a seguinte redação:

"Art. 148 -A. O Estado poderá promover, na forma da lei e por meio de convênios com outros entes federativos, o reassentamento ou a indenização dos pequenos agricultores que, de boa fé, estejam ocupando terras destinadas por meio de processo demarcatório, aos povos indígenas."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 30 de junho de 2005

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Herneus de Nadal - 1º Vice-Presidente
Deputado Pedro Baldissera - 2º Secretário
Deputado José Paulo Serafim - 4º Secretário

*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 070/2005

REFERENTE: 7º Termo Aditivo ao CONTRATO CL Nº 035/2001-00, celebrado em 13/12/01.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: XEROX COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

3.1. OBJETO: (1) modificar o objeto inicialmente contratado para promover substituição do equipamento DC12 por um equipamento DOCUCOLOR 2045, no valor mensal de R\$ 31.500,00 (trinta e um mil, quinhentos reais), incluindo sua conectividade composta por 01 (um) equipamento EX 50, no valor mensal de R\$ 9.000,00 (nove mil reais); (2) alterar, em consequência do presente aditamento, o valor mensal estimado do Contrato, passando de de R\$ 64.927,10 (sessenta e quatro mil, novecentos e vinte e sete reais, dez centavos), para R\$ 91.798,55 (noventa e um mil, setecentos e noventa e oito reais, cinquenta e cinco centavos); (3) estipular para o equipamento DOCUCOLOR 2045: a FRANQUIA MENSAL de 35.000 (trinta e cinco mil) páginas/impressões; e valor do MILHEIRO EXCEDENTE de R\$ 285,00 (duzentos e oitenta e cinco reais); (4) O item 8.3.1.1. da Cláusula Oitava do Contrato original passa a ter a seguinte redação: a) toner preto - 01 (um) frasco para cada 19000 páginas com cobertura de 15%; b) toner cyan - 01 (um) frasco para cada 29000 páginas com cobertura de 15%; c) toner magenta-01 (um) frasco para cada 29000 páginas com cobertura de 15%; d) toner amarelo- 01 (um) frasco para cada 29000 páginas com cobertura de 15%.

PRAZO DE ENTREGA: até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do presente termo aditivo.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, I "a" e § 6º, da Lei nº 8.666/93, no previsto no item 6.2 da Cláusula Sexta do Contrato e na autorização administrativa.

Florianópolis, 30 de maio de 2005.

Signatários:

Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC

Sérgio José Alves Furtado - Contratada

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 215, de 30/06/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o art. 2º, I, II e III, do Ato nº 1.138/04,

TRANSFERIR do mês de julho para dezembro, as férias fixadas para o ano de 2005, da servidora **ROSELI TERESINHA GOEDERT**, matrícula nº 0989.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 216, de 30/06/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o art. 2º, I, II e III, do Ato nº 1.138/04,

TRANSFERIR férias fixadas para o ano de 2005, do servidor **LAURICI SILVA DO HERVAL**, matrícula nº 2001, do período de 01 a 30/07/05 para 07/11 a 06/12/05.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 217, de 30/06/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o art. 2º, I, II e III, do Ato nº 1.138/04,

TRANSFERIR do mês de julho para dezembro, as férias fixadas para o ano de 2005, do servidor **ANSELMO INÁCIO KLEIN**, matrícula nº 0754.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 218, de 30/06/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o art. 2º, I, II e III, do Ato nº 1.138/04,

TRANSFERIR férias fixadas para o ano de 2005, da servidora **SABRINA ROBERTA SCHMITZ**, matrícula nº 4341, do período de 01 a 30/07/05 para 19/08 a 17/09/05.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 219, de 30/06/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR VÂNEO NIEHUES, matrícula nº 1585, no Gabinete do Deputado Altair Guidi.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 220, de 30/06/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR RODOLFO LUIZ POYER, servidor à disposição na Alesc, no Gabinete do Deputado Genésio Goulart.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 221, de 30/06/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR LUIZ EVERTON RODRIGUES, servidor à disposição na Alesc, no Gabinete da Presidência.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 222, de 30/06/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o art. 2º, I, II e III, do Ato nº 1.138/04,

TRANSFERIR do mês de julho para outubro, as férias fixadas para o ano de 2005, do servidor **ALTEMIR BEZ**, matrícula nº 2083.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 223, de 30/06/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o art. 2º, I, II e III, do Ato nº 1.138/04,

TRANSFERIR do mês de julho para dezembro, as férias fixadas para o ano de 2005, da servidora **RASANA BRASCA CAJUELLA**, matrícula nº 2020.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 224, de 30/06/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: De acordo com o art. 2º, I, II e III, do Ato nº 1.138/04,

TRANSFERIR do mês de julho para dezembro, as férias fixadas para o ano de 2005, do servidor **MAURÍCIO NASCIMENTO**, matrícula nº 2039.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 225, de 30/06/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o art. 2º, I, II e III, do Ato nº 1.138/04,

TRANSFERIR do mês de julho para agosto, as férias fixadas para o ano de 2005, do servidor **TOBIAS WAGNER JÚNIOR**, matrícula nº 0787.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

OFÍCIO

PARTIDO ESTADUAL SOCIALISTA
DIRETÓRIO ESTADUAL DE SANTA CATARINA
Florianópolis/SC, 28 de junho de 2005.

Ao Exmo. Senhor.

DEPUTADO JULIO GARCIA

DD. Presidente da Assembleia Legislativa de SC
Florianópolis/SC

Senhor Presidente,

Honra-nos comunicar a V.Exa., a filiação do Exmo. Sr. **Deputado**

Altair Guidi, a nossa legenda político-partidária, o **Partido Popular Socialista - PPS**.

Comunicamos igualmente que a partir desta data o **Deputado Altair Guidi** passará a ser o **Líder do PPS** nessa egrégia Assembleia Legislativa.

Na certeza que o **Deputado Altair Guidi** continuará merecendo a atenção de costume, subscrevemo-nos renovando protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

DÉRCIO KNOP
Secretário Geral do PPS/SC

*** X X X ***

PROJETO DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 261/05**

Declara de utilidade pública o Grupo de Estudos e Apoio a Adoção de São Bento do Sul - Gerando Amor, município de São Bento Sul.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o **Grupo de Estudos e Apoio a Adoção de São Bento do Sul - Gerando Amor**, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro no Município e Comarca de São Bento do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
GELSON SORGATTO
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 30/06/05

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente e demais membros da Egrégia Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Tomo a iniciativa de apresentar aos Senhores Deputados o projeto de lei que visa tornar de utilidade pública o **Grupo de Estudos e Apoio a Adoção de São Bento do Sul - Gerando Amor**, do Município de São Bento do Sul, atendendo pedido da própria entidade que necessita desse reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de justiça o pleito apresentado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 023/05**

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 939

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas, o projeto de lei complementar que "Dispõe sobre o Quadro de Pessoal, Cargos, Funções e Vencimentos dos Servidores da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas e estabelece outras providências".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparo no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei complementar nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 29 de junho de 2005

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 30/06/05

ESTADO DE SANTA CATARINA

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

PROCURADORIA-GERAL

Exposição de Motivos nº MPTC-GPG 001/2005

Florianópolis, 24 de junho de 2005.

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Cumprimentando-o cordialmente encaminho para apreciação de Vossa Excelência e providências pertinentes a anexa proposição de Projeto de Lei Complementar que "**Dispõe sobre a criação do Quadro de Pessoal, Cargos, Funções e Vencimentos dos Servidores da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas e dá outras Providências**".

1. A criação do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas, tem por objetivo dar cumprimento ao que dispõe o art. 110 da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, (ratificando previsão anteriormente contida no art. 19 da Lei Complementar nº 31 de 27 de setembro de 1990), *in verbis*:

Art. 109. A Procuradoria-Geral junto ao Tribunal de Contas Terá Quadro Próprio de Pessoal, Constituído de Cargos de Provimento Efetivo e em Comissão Organizadas na Forma da Lei.

(destacou-se).

2. A previsão legal e a necessidade de criação do Quadro de Pessoal, decorre diretamente do efetivo exercício dos princípios institucionais da independência funcional e administrativa, assegurada pelo art. 130 da Constituição Federal e pelo art. 102 da Constituição do Estado de Santa Catarina e regulamentada pelo art. 107 da Lei Complementar nº 200, de 15 de dezembro de 2000.

3. Somente é possível o cumprimento da missão atribuída ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, de fiscal da lei e da sua execução, no âmbito das contas públicas, se estar assegurada a independência de atuação, mantendo, a exemplo do Ministério Público Estadual, vinculação especial com o Poder Executivo Estadual, contando, entretanto, com a indispensável autonomia, assegurada constitucionalmente, para manifestação nos processos submetidos a sua consideração.

4. Com fundamento nestas premissas de funcionamento e considerando que as atribuições desenvolvidas no seu âmbito da Procuradoria-Geral guardam estreita similaridade com as do Tribunal de Contas do Estado, a presente proposta foi elaborada tendo por base o quadro de pessoal instituído pela Lei Complementar nº 255, de 12 de janeiro de 2004, que "Dispõe sobre o Quadro de Pessoal, Cargos, Funções e Vencimentos dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e adota outras providências".

5. O padrão utilizado para elaboração da presente proposta de Quadro de Pessoal - Lei Complementar nº 255/2004 -, deve-se, além da relevante correspondência operacional, ao fato de que a Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas, resguardadas as competências institucionais próprias, funciona nas instalações do Tribunal de Contas, robustecendo a identidade entre as atribuições desenvolvidas pelos servidores de ambos os órgãos.

6. Assim, tratando-se de servidores que prestam serviços no mesmo local e desenvolvem as atribuições similares, mostrou-se indicado a adoção de uma estrutura organizacional similar e o estabelecimento de paridade nas questões de desenvolvimento funcional e remuneração. Desta forma, segundo a proposta que ora se apresenta, os valores de vencimento dos cargos efetivos e comissionados, as gratificações de função e as demais vantagens pecuniárias são rigorosamente iguais as concedidas aos servidores do Tribunal de Contas por intermédio da citada Lei Complementar nº 255/2004.

7. A estrutura de cargos comissionados, os critérios de avaliação, para fins de progressão funcional, as regras para concessão de benefícios, mantidas as peculiaridades inerentes a cada um dos órgãos, também, são semelhantes àqueles aplicadas aos servidores do Tribunal de Contas.

8. Fundado nessas premissas, elaborou-se a presente proposta de Projeto de Lei, que apresenta as seguintes características técnicas, conforme esclarecimento prestados a cada artigo:

Art. 1º:

- Cria o Quadro Pessoal da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas, estabelecendo nos anexos A e B, respectivamente, os quantitativos de cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão.

- Os cargos efetivos serão providos por servidores lotados na Procuradoria Geral. As vagas remanescentes serão preenchidas por servidores do Quadro Geral do Poder Executivo.

- Os cargos em comissão serão de livre nomeação e exoneração do Procurador-Geral, mantendo-se o procedimento atual. O quantitativo de cargos será reduzido quando da exoneração dos servidores ocupantes de cargos não relacionados no anexo B.

Art. 2º:

- Apresenta a conceituação dos termos utilizados na proposta de Lei Complementar.

Art. 3º:

- Fixa os quantitativos das funções de confiança a serem atribuídas a servidores efetivos da Procuradoria-Geral.

Art. 4º:

- Define as atribuições, denominações e requisitos dos cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral.

Art. 5º:

- Define a forma de ingresso, depois de procedido o remanejamento que prevê o art. 1º, no Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral junto ao Tribunal de Contas.

Art. 6º a 8º:

- Estabelecem a linha de correlação e critérios para transformação de cargos e enquadramento dos servidores, conforme nova estrutura de cargos criada para atender as demandas do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

Art. 9º a 12º:

- Estabelece a tabela de índices de vencimento para os cargos de provimento efetivo e em comissão e fixa o piso de vencimento incidente sobre a tabela de índices.

- Prevê a implantação do piso de vencimentos em duas etapas: a primeira partir da vigência da lei e a segunda, por ato do Chefe do Poder Executivo, conforme disponibilidade financeira e adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

- Fixa gratificação de representação para os cargos em comissão de Diretor Geral.

- Estabelece a forma de revisão geral dos vencimentos.

Art. 13 e 14:

- Institui o adicional pela conclusão de cursos de pós-graduação e pela conclusão de um segundo curso de graduação em área de interesse da Procuradoria-Geral, mantendo-se, basicamente, a concessão já existente.

- Institui a gratificação pela conclusão de nível superior para servidor ocupante de cargos de nível médio.

Art. 15 e 16:

- Institui a gratificação de desempenho e produtividade, em substituição a atual gratificação, e estabelece critérios para a sua concessão.

Art. 17:

- Assegura a manutenção das vantagens pessoais já incorporadas por servidores ativos e inativos.

Art. 18 a 25:

- Estabelece critérios para a progressão funcional por antiguidade e merecimento. Os critérios para a promoção por antiguidade são semelhantes aos existentes para os servidores do Poder Executivo Estadual e os por merecimento observam a avaliação do desempenho funcional do servidor.

Art. 26:

- Estende os critérios de correlação de cargos para os servidores inativos vinculados à Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas.

Art. 27:

- Assegura a irredutibilidade de vencimentos em razão da instituição do Quadro de Pessoal.

Art. 28:

- Extingue cargos de provimentos em comissão que vierem a vagar após a vigência da Lei Complementar.

Art. 29:

- Estabelece competência para a Procuradoria Geral ser gestora da sua folha de pagamento.

Art. 30:

- Estabelece critérios para movimentação de cargos para o Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas.

Art. 31:

- Reitera o critério de cálculo de agregação, estabelecimentos pela Lei Complementar nº 83/93, para os servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas.

Art. 32:

- Altera o valor do auxílio alimentação instituído pela Lei nº 10.060/95.

Art. 33:

- Prevê aplicação do Estatuto dos Servidores Públicos Estaduais para os casos não previstos na Lei Complementar.

Art. 34/35:

- Estabelece a origem dos recursos para pagamento das despesas decorrentes da aplicação da Lei Complementar e determina a data de vigência

9. A repercussão financeira decorrente da implantação do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Tribunal de Contas é a seguir demonstrada:

Servidor	Situação	Qtidade	Valor Atual	Valor Proposto	Custo Proposta
Procuradores	Ativos/Inativos	16	256.064,14	256.064,14	-
Subtotal		16	256.064,14	256.064,14	-
Comissionado	Ativo	17	71.290,18	86.064,14	14.941,42
	Inativo	2	11.739,98	15.562,00	3.822,02
	Efetivo	6	37.829,34	55.313,84	17.484,50
Subtotal		25	120.859,50	157.107,44	36.247,94
Efetivo	Ativo	21	77.315,25	109.544,14	32.228,89
	Inativo	9	41.394,20	61.380,38	19.986,18
	Disposição	2	2.576,23	2.576,23	-
Subtotal		32	118.709,45	170.924,52	52.215,07
Total			495.633,09	584.096,11	88.463,02
Redução Teto					4.385,01
Redução pela extinção de cargos comissionados					29.582,87
CUSTO DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO					54.495,13

10. Conforme demonstrado o valor da repercussão financeira para implantação do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas é de R\$ 54.495,13 (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e treze centavos).

11. Diante do exposto, reitera-se a Vossa Excelência a solicitação no sentido de que seja encaminhado à apreciação do Poder Legislativo Estadual o anexo Projeto de Lei Complementar, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas, para cumprimento da disposição contida na Lei Complementar nº 202/2000, bem como para possibilitar o perfeito exercício das suas atribuições institucionais.

Atenciosamente,

MÁRCIO DE SOUZA ROSA,
Procurador-Geral.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0023.3/2005

Dispõe sobre o Quadro de Pessoal, Cargos, Funções e Vencimentos dos Servidores da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído o Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas, integrado pelos cargos de provimento efetivo, estruturados em níveis e referências, e os de provimento em comissão.

I - os cargos de provimento efetivo estão relacionados, classificados e quantificados no Anexo I desta Lei Complementar.

II - os cargos de provimento em comissão estão relacionados, classificados e quantificados no Anexo II desta Lei Complementar.

§ 1º Os cargos de que trata o Anexo I desta Lei Complementar serão ocupados pelos servidores efetivos lotados ou em efetivo exercício na Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas.

§ 2º No caso em que o cargo do servidor não apresentar equivalência com as transformações previstas no Anexo III desta Lei Complementar, o enquadramento dar-se-á em cargo isolado, extinto quando vagar, do Quadro de Pessoal previsto no *caput* deste artigo, aplicando-se as demais disposições previstas nesta Lei Complementar.

Art. 2º Para efeito desta Lei Complementar considera-se:

I - Quadro de Pessoal: o conjunto de cargos de provimento efetivo e de cargos de provimento em comissão e respectivos quantitativos;

II - Cargo de Provimento Efetivo: o cargo a ser ocupado no Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas, criado por lei, com denominação, atribuição e remuneração próprias, acessível nos termos da Constituição Federal e Constituição do Estado de Santa Catarina;

III - Cargo de Provimento em Comissão: o cargo criado por lei, declarado de livre nomeação e exoneração, destinado às atividades de direção, chefia e assessoramento, com desempenho de suas atribuições na unidade ao qual estiver vinculado;

IV - Função de Confiança: o conjunto de atribuições classificadas segundo a natureza e o grau de responsabilidade, criadas de acordo com as necessidades operacionais das unidades componentes da sua estrutura organizacional, conferidas, por critério de confiança e capacitação técnica, exclusivamente ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas;

V - Nível: graduação ascendente na Tabela Referencial de Vencimentos, composto de nove referências;

VI - Referência: graduação ascendente existente em cada nível da Tabela Referencial de Vencimentos, determinante das progressões no cargo;

VII - Progressão Funcional: deslocamento funcional de servidor, entre referências e níveis no mesmo cargo, por antiguidade ou merecimento;

VIII - Grau de Instrução: grau de ensino necessário para o ingresso e desempenho das atribuições de cada cargo;

IX - Habilitação: formação acadêmica específica exigida para o ingresso e desempenho nos cargos de nível graduado;

X - Tabela Referencial de Vencimentos: conjunto de índices incidentes sobre o Piso de Vencimento, determinante do vencimento dos respectivos cargos; e

XI - Piso de Vencimento: é o vencimento atribuído ao nível I, referência A, da Tabela Referencial de Vencimentos.

Art. 3º As Funções de Confiança, com os quantitativos previstos no Anexo VII desta Lei Complementar, serão atribuídas exclusivamente a servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas.

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS E DO INGRESSO

Art. 4º Os cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas possuem as seguintes denominações, atribuições e requisitos de escolaridade para provimento:

I - Advogado: desempenho de atividades de caráter técnico na análise e manifestação jurídica de matérias submetidas a sua apreciação, sendo exigível nível de graduação na área de direito, com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil;

II - Analista de Contas Públicas: desempenho de atividades de caráter técnico na instrução de processos submetidos à apreciação da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas, sendo exigido nível de graduação nas áreas de direito, administração, economia, contabilidade ou engenharia;

III - Técnico em Contas Públicas: desempenho de atividades de caráter técnico de auxílio na instrução de processos submetidos à apreciação da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas, sendo exigido nível médio de escolaridade, equivalente ao 2º grau completo;

IV - Técnico em Atividades Administrativas: desempenho de atividades administrativas, sendo exigido nível médio de escolaridade, equivalente ao 2º grau completo;

V - Agente em Atividades Administrativas: desempenho de atividades de caráter administrativo operacional, sendo exigido grau de instrução de nível fundamental; e

VI - Motorista Oficial: desempenho de atividades de caráter operacional de condução de veículos da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas, sendo exigido grau de instrução de 1ª a 4ª Série.

Parágrafo único. Os ocupantes de cargos isolados de nível superior desempenharão as atribuições de Analista de Contas Públicas.

Art. 5º O ingresso nos cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, sempre na classe inicial do respectivo cargo.

DA TRANSFORMAÇÃO DOS CARGOS E DO ENQUADRAMENTO

Art. 6º Os atuais cargos de provimento efetivo com lotação ou efetivo exercício na Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas, na data de publicação desta Lei Complementar, ficam transformados nos cargos previstos no Anexo I desta Lei Complementar, assegurado ao servidor o enquadramento no cargo correspondente, de acordo com a linha de correlação estabelecida no Anexo III desta Lei Complementar.

Art. 7º Os novos enquadramentos, no grupo ocupacional, no cargo, no nível e na referência, serão feitos de acordo com a linha de correlação estabelecida no Anexo III desta Lei Complementar, considerando como critério o tempo de serviço público.

Parágrafo único. O enquadramento por transformação ocorrerá em qualquer nível ou referência e será efetuado do menor para o maior, atribuindo-se uma referência a cada ano de serviço.

Art. 8º O enquadramento dos servidores será efetuado por ato do Procurador Geral no prazo máximo de 30 dias, a contar da data da publicação desta Lei Complementar.

DA REMUNERAÇÃO

Art. 9º O vencimento dos cargos efetivos é fixado em índices, tomando por base o piso de vencimento da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas, estabelecido no art. 11 desta Lei Complementar, de acordo com os níveis e referências fixados na Tabela Referencial de Vencimentos constante do Anexo IV desta Lei Complementar, considerando para o Nível 1, Referência "A", o índice correspondente a 1,0000 e, a partir deste, aplicando-se o fator constante de multiplicação de 1,0160 entre as referências.

Art. 10. O vencimento dos cargos de provimento em comissão é fixado em índices em relação ao piso de vencimento da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas, em conformidade com a tabela constante do Anexo V desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Incidirá sobre o valor de vencimento dos cargos em comissão de Diretor Geral de Contas Públicas e Diretor Geral de Planejamento e Administração a Gratificação de Representação de 20% (vinte por cento), sem prejuízo da opção de vencimentos.

Art. 11. O piso de vencimento correspondente ao Nível I, Referência A, da Tabela de Índices de Vencimentos da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas, é fixado em R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).

Parágrafo único. A implementação do piso de vencimento previsto no *caput* deste artigo será feita em etapas, iniciando com o valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), a partir da vigência desta Lei Complementar, e sendo integralizado mediante ato do Chefe do Poder Executivo, observada a disponibilidade financeira e os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 12. Incidirão sobre os pisos de vencimento de que trata o artigo anterior as revisões gerais anuais concedidas a partir da vigência desta Lei Complementar aos servidores públicos do Estado.

Art. 13. Ao servidor do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas, ocupante do cargo de provimento efetivo de nível graduado, que comprovar a conclusão de curso de Pós-Graduação em área de conhecimento diretamente relacionada com as atividades técnicas e administrativas da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas, será concedido Adicional de Pós-Graduação incidente sobre o valor do vencimento do nível e da referência em que se encontre posicionado na tabela do Anexo IV desta Lei Complementar, nos seguintes percentuais não-cumulativos:

I - 15% (quinze por cento) sobre o valor de vencimento do cargo de provimento efetivo, para os servidores com Pós-Graduação de especialização;

II - 20% (vinte por cento) sobre o valor de vencimento do cargo de provimento efetivo, para os servidores com Pós-Graduação de mestrado;

III - 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor de vencimento do cargo de provimento efetivo, para os servidores com Pós-Graduação de doutorado.

§ 1º Sobre o Adicional de Pós-Graduação previsto neste artigo incide o Adicional de Tempo de Serviço.

§ 2º Ao servidor de nível graduado que comprovar ter concluído outro curso de graduação em uma das habilitações exigidas para o cargo de Analista de Contas Públicas, será concedido Adicional de Curso Superior Complementar, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor de vencimento do cargo de provimento efetivo, não-cumulativo com o Adicional de Pós-Graduação, aplicando-se o disposto no parágrafo anterior.

Art. 14. Ao servidor do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas ocupante de cargo de nível médio que comprovar conclusão de curso de graduação nas áreas de conhecimento diretamente relacionadas com as atividades administrativas e técnicas da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas, é assegurado o Adicional de Conclusão de Graduação correspondente a 35% (trinta e cinco por cento) do vencimento do Nível 12, Referência I, da Tabela Referencial de Vencimentos constante do Anexo IV desta Lei Complementar, sobre o qual incide o Adicional de Tempo de Serviço.

Art. 15. Ao servidor efetivo pertencente ao Quadro de Pessoal e em efetivo exercício na Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas, é assegurada a percepção de Gratificação de Desempenho e Produtividade, calculada sobre o piso de vencimento, conforme índices fixados no Anexo VI desta Lei Complementar.

§ 1º A gratificação prevista no *caput* deste artigo integrará os proventos de aposentadoria dos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas, como vantagem pessoal nominalmente identificável, sobre ela incidindo os reajustes e revisões salariais concedidas aos servidores públicos estaduais.

§ 2º O valor da vantagem nominal, apurado na forma do parágrafo anterior, será transformado em percentual do vencimento do nível e referência em que se deu a aposentadoria.

Art. 16. Para os servidores que optarem pelo Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas as vantagens atualmente percebidas a título de produtividade ficam extintas.

Parágrafo único. Os servidores que permanecerem à disposição da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas, na data de início da vigência da presente Lei Complementar, fica assegurado o pagamento das atuais vantagens percebidas.

Art. 17. São devidas aos servidores ativos e inativos integrantes do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas as vantagens pessoais incorporadas.

DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 18. A progressão funcional far-se-á mediante a movimentação do servidor do nível e referência em que se encontrar para a referência superior da Tabela Referencial de Vencimentos da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas, conforme critérios previstos nos artigos 19 a 25 desta Lei Complementar.

Art. 19. A promoção por antiguidade dar-se-á com a movimentação do servidor de uma referência para outra imediatamente superior no mesmo cargo, independentemente do nível, a cada ano de efetivo exercício em cargo da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas.

Art. 20. A promoção por antiguidade ocorrerá no mês em que o servidor complementar trezentos e sessenta e cinco dias de efetivo exercício no cargo do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas instituído por esta Lei Complementar.

Art. 21. Não será considerado como de efetivo exercício no cargo, para efeito de progressão por antiguidade, o tempo relativo a:

- I - faltas injustificadas;
- II - licença para tratamento de interesses particulares; e
- III - suspensão disciplinar.

Art. 22. A promoção por merecimento dar-se-á a cada três anos, mediante avaliação de desempenho, com a movimentação do servidor da referência em que se encontra para até duas referências imediatamente superiores, no mesmo cargo, independentemente de promoção por antiguidade.

§ 1º A avaliação de desempenho, para fins da promoção por merecimento, regulamentada por ato do Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, observará, dentre outros, os seguintes fatores:

I - cumprimento dos deveres funcionais de assiduidade, pontualidade, fiel cumprimento de atribuições, disciplina e solidariedade no ambiente de trabalho;

II - produtividade e eficiência no desempenho das atividades exercidas pelo servidor da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas; e

III - desenvolvimento e aprimoramento funcional.

§ 2º A promoção por merecimento dar-se-á por critérios de pontuação, ponderados os diversos fatores, na forma estabelecida em ato normativo do Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

Art. 23. O servidor em estágio probatório somente será promovido por antiguidade e por merecimento após obtenção da estabilidade nos termos da Constituição Federal.

Parágrafo único. Obtida a estabilidade, o tempo de serviço correspondente ao estágio probatório será considerado para efeitos de progressão funcional, obtendo o servidor o direito a promoção para a referência correspondente aos interstícios completos para promoção na data da conclusão do estágio.

Art. 24. Não serão avaliados para fins de promoção por merecimento os servidores:

- I - em licença para tratamento de interesses particulares;
- II - à disposição voluntária para outros órgãos ou entidades, independentemente da função que irá exercer, ainda que para o exercício de cargo de provimento em comissão;
- III - em cumprimento de pena de suspensão disciplinar;
- IV - em prisão administrativa ou decorrente de decisão judicial; e
- V - afastado para exercício de mandato eletivo.

Art. 25. A promoção por merecimento ocorrerá no mês de outubro, a cada três anos, devendo a primeira ocorrer em 2006.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26. Fica assegurada a revisão dos proventos dos inativos oriundos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas para manter a integridade dos proventos, de acordo com a linha de correlação de cargos constante do Anexo III e com os critérios de enquadramento fixados nos arts. 6º e 7º desta Lei Complementar.

Art. 27. Ao servidor que em decorrência do enquadramento previsto nesta Lei Complementar, sofrer redução da remuneração mensal, fica assegurada a percepção da diferença como vantagem pessoal, a ser absorvida pela implementação integral do Piso de Vencimento, prevista no art. 11, pelas progressões funcionais previstas nos artigos 18 a 25, todos desta Lei Complementar, e pelas revisões gerais.

Art. 28. Os atuais cargos de provimento em comissão vinculados à Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas e transformados na forma prevista no Anexo II desta Lei Complementar ficam extintos ao vagarem.

Parágrafo único. Até a sua extinção, os cargos de que trata este artigo terão a sua codificação e remuneração adequadas à correspondência estabelecida no Anexo V desta Lei Complementar.

Art. 29. Em decorrência da autonomia funcional e administrativa, assegurada pelo art. 107 da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, a Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas passa a ter a responsabilidade de elaboração e gestão da sua folha de pagamento de pessoal.

Art. 30. A movimentação de cargos para o Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas dependerá de autorização legislativa.

Art. 31. Aos servidores optantes da Vantagem Nominalmente Identificável, prevista no art. 1º da Lei Complementar nº 83, de 18 de março de 1993, fica assegurada a adequação aos valores decorrentes da aplicação do Anexo V desta Lei Complementar.

Art. 32. Aos servidores ativos pertencentes ao Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas fica assegurado igual benefício instituído pela Lei nº 10.060, de 29 de dezembro de 1995, em substituição ao auxílio previsto na Lei nº 11.647, de 28 de dezembro de 2000.

Parágrafo único. O benefício de que trata este artigo será fixado em 1,70 (um inteiro e setenta centésimos) do piso de vencimento previsto no parágrafo único do art. 11 desta Lei Complementar.

Art. 33. Para os casos não previstos nesta Lei Complementar, aplica-se o Estatuto dos Servidores Públicos Estaduais e alterações posteriores.

Art. 34. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta do Orçamento Geral do Estado.

Art. 35. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

**ANEXO I
PROCURADORIA GERAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS**

GRUPO	SIGLA	CARGOS	NÍVEL	REFERÊNCIAS	QUANTIDADE
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR	CNS	ADVOGADO	13 a 15	A a I	2
		ANALISTA DE CONTAS PÚBLICAS			16
CARGOS DE NÍVEL MÉDIO	CNM	TÉCNICO EM CONTAS PÚBLICAS	10 a 12	A a I	6
		TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS			4
CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL	CNF	AGENTE EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	7 a 9	A a I	2
CARGOS DE NÍVEL BÁSICO	CNB	MOTORISTA	4 a 6	A a I	2
TOTAL					32

**ANEXO II
PROCURADORIA GERAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS**

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
CARGO	NÍVEL	QTD	CARGOS	NÍVEL	QTD
DIRETOR GERAL	DGS-1	1	DIRETOR GERAL DE CONTAS PÚBLICAS	DAS-1	1
			GERENTE DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS	DAS-2	1
ASSISTENTE TÉCNICO	DGS-2	1	GERENTE DE CONTROLE DE PROCESSOS	DAS-2	1
DIRETOR DE PLANEJAMENTO	DGS-1	1	DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	DAS-1	1
GERENTE DE INFORMÁTICA	DGS-2	1	GERENTE DE INFORMÁTICA	DAS-2	1
GERENTE ADM. SERVIÇOS CONTÁBEIS	DGS-2	1	GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	DAS-2	1
EXECUTIVO DE GABINETE	DGS-1	1	ASSESSOR ESPECIAL DO PROCURADOR GERAL	DAS-1	2
EXECUTIVO DE GABINETE	DGS-1	1	CHEFE DE GABINETE DO PROCURADOR GERAL	DAS-1	1
ASSISTENTE DE GABINETE OFICIAL GABINETE	DGS-3	6	ASSISTENTE DE PROCURADOR	DAS-3	7
ASSISTENTE PESSOAL PROCURADOR GERAL	DGS-2	1	ASSISTENTE PROCURADOR GERAL	DAS-2	1
ASSISTENTE DE GABINETE	DGS-2	1	ASSISTENTE PROCURADOR GERAL ADJUNTO	DAS-2	1
EXECUTIVO DE GABINETE	DGS-1	1	CHEFE DE GABINETE DO PROCURADOR GERAL ADJUNTO	DAS-1	1
CHEFE SERV. PROCESSAMENTO DADOS	DASI-3	1			
ASSISTENTE	DASI-3	1			
ASSISTENTE	DASI-3	1			
CHEFE SERV. ADM. PROCESSOS	DASI-3	1			
CHEFE SERV. APOIO ADM.	DASI-3	1			
CHEFE SERV. ADM. FINANCEIRO	DASI-3	1			
CHEFE SERV. ADM. PESSOAL	DASI-3	1			
TOTAL					19

**ANEXO III
PROCURADORIA GERAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS**

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA	
CARGO		CARGO	
ADVOGADO		ADVOGADO	
ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO II		ANALISTA DE CONTAS PÚBLICAS	
ADMINISTRADOR			
ECONOMISTA			
TÉCNICO EM ASSUNTOS CULTURAIS			
TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		TÉCNICO EM CONTAS PÚBLICAS	
		TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	
AGENTE EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		AGENTE EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	
MOTORISTA		MOTORISTA	

**ANEXO IV
PROCURADORIA GERAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS
REFERÊNCIAS**

NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I
01	1,00000	1,01600	1,03226	1,04877	1,06555	1,08260	1,09992	1,11752	1,13540
02	1,15357	1,17203	1,19078	1,20983	1,22919	1,24885	1,26884	1,28914	1,30976
03	1,33072	1,35201	1,37364	1,39562	1,41795	1,44064	1,46369	1,48711	1,51090
04	1,53508	1,55964	1,58459	1,60995	1,63570	1,66188	1,68847	1,71548	1,74293
05	1,77082	1,79915	1,82794	1,85718	1,88690	1,91709	1,94776	1,97893	2,01059
06	2,04276	2,07544	2,10865	2,14239	2,17667	2,21149	2,24688	2,28283	2,31935
07	2,35646	2,39416	2,43247	2,47139	2,51093	2,55111	2,59193	2,63340	2,67553
08	2,71834	2,76183	2,80602	2,85092	2,89653	2,94288	2,98996	3,03780	3,08641
09	3,13579	3,18596	3,23694	3,28873	3,34135	3,39481	3,44913	3,50431	3,56038
10	3,61735	3,67523	3,73403	3,79377	3,85447	3,91615	3,97880	4,04247	4,10714
11	4,17286	4,23962	4,30746	4,37638	4,44640	4,51754	4,58982	4,66326	4,73787
12	4,81368	4,89070	4,96895	5,04845	5,12923	5,21129	5,29468	5,37939	5,46546

13	5,55291	5,64175	5,73202	5,82373	5,91691	6,01159	6,10777	6,20549	6,30478
14	6,40566	6,50815	6,61228	6,71808	6,82557	6,93477	7,04573	7,15846	7,27300
15	7,38937	7,50760	7,62772	7,74976	7,87376	7,99974	8,12773	8,25778	8,38990

ANEXO V

PROCURADORIA GERAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

SITUAÇÃO ATUAL NÍVEL	SITUAÇÃO PROPOSTA NÍVEL	ÍNDICE
DGS-1	DAS - 01	15,50
DGS-2	DAS - 02	11,70
DGS-3	DAS - 03	9,20
DASI-3	DASI - 03	6,60

ANEXO VI

PROCURADORIA GERAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

CARGOS EFETIVOS	ÍNDICE
ATIVIDADES DE NÍVEL FUNDAMENTAL E BÁSICO	0,90
ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO	1,10
ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	2,00

ANEXO VII

PROCURADORIA GERAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

NÍVEL	ÍNDICE	QUANTIDADE
FC - 1	4,00000	4
FC - 2	1,60000	4

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0468/04

Estabelece a inclusão da carne suína na merenda escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica estabelecida a inclusão da carne suína na merenda escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Conselho Estadual de Alimentação Escolar adotará as medidas necessárias para o atendimento ao disposto nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

EMENDA MODIFICATIVA AO PL/0470.5/2004

A ementa e o art. 1º do Projeto de Lei nº 0470.5/2004 passam a vigorar com a seguinte redação:

Reconhece o Município de Brusque como a 'Capital Catarinense dos Tecidos e da Pronta Entrega'.

Art. 1º Fica reconhecido o Município de Brusque como a "Capital Catarinense dos Tecidos e da Pronta Entrega".

...

Sala das Comissões, em 21 de junho de 2005

DEPUTADO PAULO ECCEL

Aprovado em 1º turno

Em Sessão de 29/06/05

Aprovado em 2º turno

Em Sessão de 20/06/05

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0470/04

Reconhece o Município de Brusque como Capital Catarinense dos Tecidos e da Pronta Entrega.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica reconhecido o Município de Brusque como a Capital Catarinense dos Tecidos e da Pronta Entrega.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0300/04

Altera a Lei n. 12.906, de 22 de janeiro de 2004, que institui a data magna do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Adite-se ao art. 1º da Lei n. 12.906, de 22 de janeiro de 2004, parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 1º....."

Parágrafo único. Sempre que o dia 11 de agosto e o dia 25 de novembro coincidirem com dias úteis da semana, os feriados e os eventos alusivos às datas serão transferidos para o domingo subsequente."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.

012/05

Encaminha os Ajustes SINIEF ns.12/04, 13/04, 14/04, 01/05 e 02/05, o Convênio Arrecadação n. 01/04, o Convênio ECF n. 01/05 e os Convênios ICMS ns. 110/04 a 153/04, 01/05 a 04/05 e 07/05 a 50/05, celebrados pelo CONFAZ.

Art. 1º Ficam homologados os Ajustes SINIEF ns.12/04, 13/04, 14/04, 01/05 e 02/05, o Convênio Arrecadação n. 01/04 o Convênio ECF n. 01/05 e os Convênios ICMS ns. 110/04 a 153/04, 01/05 a 04/05 e 07/05 a 50/05, celebrados em 10 de dezembro de 2004, na 116ª Reunião Ordinária, em Foz do Iguaçu/PR; em 11 de janeiro de 2005, na 81ª Reunião Extraordinária, em Brasília/DF; em 25 de janeiro de 2005, na 82ª Reunião Extraordinária, em Brasília/DF; em 22 de fevereiro de 2005, na 83ª Reunião Extraordinária, em Brasília/DF; em 1º de abril de 2005, na 117ª Reunião Ordinária, em Maceió/AL, todos do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005.

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0038/05

Altera a Lei n. 12.570, de 2003, que dispõe sobre os benefícios aos estudantes e menores de dezoito anos para o acesso a eventos culturais e desportivos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam acrescidos os art.1ºA e art.1ºB à Lei n. 12.570, de 04 de abril de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º....."

Art. 1º -A Os estabelecimentos de que trata o art. 1º desta Lei afixarão em suas dependências internas, em local visível em suas bilheterias, o conteúdo integral desta Lei, em tamanho não inferior ao de uma folha ofício (21X29,7 cm)

Art. 1º -B A inobservância do disposto nesta Lei sujeitará a multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais)."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0055/05

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, pelo prazo de cinco anos, ao Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - BESEC, o uso gratuito de parte do imóvel onde se encontra instalada a Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural, matriculado sob o n. 10.311 no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis e cadastrado sob o n. 02909 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo permitir a continuidade dos trabalhos de atendimento prestados no local pelo posto do BESC.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à concessionária, face à gratuidade da concessão.

Art. 5º Os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso, serão de responsabilidade da concessionária.

Art. 6º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o terreno ou suas benfeitorias como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e da concessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato de concessão de uso pelo Secretário de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0070/05

Declara de utilidade pública a Associação de Pescadores e Proprietários de Embarcações de Itapirubá, com sede e foro no Município e Comarca de Imbituba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pescadores e Proprietários de Embarcações de Itapirubá, com sede e foro no Município e Comarca de Imbituba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0074/05

Autoriza a participação societária da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC na SAPIENS PARQUE S.A., e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC autorizada a participar societariamente na SAPIENS PARQUE S.A, sociedade de propósito específico que objetiva executar o projeto de desenvolvimento regional denominado "SAPIENS PARQUE", conforme disposto no art. 13, § 2º da Constituição do Estado, cuja subscrição foi realizada em 30 de maio de 2003.

Art. 2º A participação de que trata esta Lei, no valor de R\$ 138.593.327,00 (cento e trinta e oito milhões, quinhentos e noventa e três mil, trezentos e vinte e sete reais), através da aquisição de 138.593.327 (cento e trinta e oito milhões, quinhentos e noventa e três mil, trezentos e vinte e sete) ações preferenciais, com direito a voto, nominativas, sem valor nominal e com prioridade no reembolso do capital no caso de sua extinção, será integralizada da seguinte forma:

I - R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), a ser integralizado em espécie, em quatro parcelas de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

II - R\$ 2.493.630,00 (dois milhões e quatrocentos e noventa e três mil e seiscentos e trinta reais), integralizado, na forma de conferência ao capital social da SAPIENS PARQUE S.A., o resultado dos investimentos realizados pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC - a título de planejamento e desenvolvimento do Projeto Sapiens Parque; e

III - R\$ 134.099.697,00 (cento e trinta e quatro milhões, noventa e nove mil e seiscentos e noventa e sete reais), integralizado na forma de conferência ao capital social da SAPIENS PARQUE S.A., um bem imóvel constituído por um terreno com a área de 3.403.509,92 m² (três milhões, quatrocentos e três mil, quinhentos e nove metros e noventa e dois decímetros quadrados), com benfeitorias, situado em Canasvieiras, nesta Capital, na Estrada Geral de Cachoeira do Bom Jesus, tendo suas confrontações descritas em Escritura Pública, devidamente registrado no Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital sob a matrícula n. 36.644.

Parágrafo único. Fica a SAPIENS PARQUE S.A. obrigada a utilizar o imóvel descrito no inciso III para fazer cumprir o propósito específico da companhia, comercializando, desmembrando e, em casos especiais, doando, assegurado sempre o interesse público.

Art. 3º A SAPIENS PARQUE S.A., sociedade de propósito específico, é pessoa jurídica de direito privado, constituída pela Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras - CERTI e Instituto Sapiencia entidades responsáveis pela idealização, planejamento e desenvolvimento do projeto de desenvolvimento socioeconômico, ambiental e tecnológico, denominado "SAPIENS PARQUE", um Parque de Inovação vocacionado, especialmente concebido para ser implantado no imóvel tratado no inciso III do art. 2º desta Lei.

Art. 4º Para preservar o interesse do patrimônio público e buscar o fim a que se propõe a SAPIENS PARQUE S.A., o Poder Executivo deverá, por meio da entidade partícipe, realizar todas as medidas inerentes ao pleno exercício da condição de acionista, podendo assinar acordo de acionistas, exercer direitos de preferência, permitir a participação de outros sócios, públicos ou privados, votar e eleger administradores.

Art. 5º Fica assegurada a natureza jurídica da SAPIENS PARQUE S.A., nos moldes de sua constituição, conforme consta da inscrição na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o n. 42300026671, de 23 de dezembro de 2002, mantido o seu propósito específico de desenvolver e executar o projeto de desenvolvimento regional denominado SAPIENS PARQUE.

Art. 6º Fica a SAPIENS PARQUE S.A. autorizada a criar ou participar de sociedades empresariais, nacionais ou estrangeiras, majoritariamente ou minoritariamente, bem como se associar nas formas não defesas em lei, desde que atendendo os fins a que foi instituída.

Art. 7º O projeto SAPIENS PARQUE, objetivo central da SAPIENS PARQUE S.A., é de caráter relevante e de reconhecido interesse público, nos termos das normas constitucionais.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos homologatórios para atos praticados antes da sua vigência.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0078.1/2005

Art. 1º - O inciso I, do art. 3º, do Projeto de Lei nº 0078.1/2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art 3º - Para enquadrar-se no Programa, a empresa interessada deverá:

I - apresentar projeto prévio de investimento em serviços de telemarketing, no Estado;

(...)"

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 12 de abril de 2005.

GELSON MERÍSIO

Deputado Estadual

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 29/06/05

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0078/05

Cria o Programa de Fomento às Empresas Prestadoras de Serviço de *Telemarketing* e altera dispositivos da Lei n. 10.297, de 1996, que dispõe sobre ICMS.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Fomento às Empresas Prestadoras de Serviço de *Telemarketing*, destinado à atração de investimentos em serviços que diversifiquem a economia das regiões industriais do Estado.

Parágrafo único. O Programa destina-se a empresas prestadoras de serviço de *telemarketing*, também denominadas *call centers*, de capital genuinamente nacional.

Art. 2º O Estado poderá dispensar tratamento tributário especial para as empresas enquadradas no Programa, com vistas a fixar-lhes carga tributária de 7% (sete por cento) relativamente ao ICMS incidente no serviço de comunicação.

Art. 3º Para enquadrar-se no Programa a empresa interessada deverá:

I - apresentar projeto prévio de investimento em serviços de *telemarketing* no Estado;

II - comprovar que irá contratar mão-de-obra local em número suficiente à média nacional do setor;

III - investir em tecnologia, treinamento e produção de conhecimento em território catarinense; e

IV - promover ações de responsabilidade com vistas à inclusão social.

Art. 4º O enquadramento no Programa a que se refere esta Lei será reconhecido por ato do Secretário de Estado da Fazenda, desde que a empresa comprove o atendimento das condições estabelecidas no art. 3º.

Art. 5º O art. 19 da Lei n. 10.297, de 26 de dezembro de 1996, fica acrescido do inciso IV com a seguinte redação:

"Art. 19.

IV - 7% (sete por cento) nas prestações de serviços de comunicação destinadas a empreendimentos enquadrados no Programa de Fomento às Empresas Prestadoras de Serviço de *Telemarketing*."

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA MODIFICATIVA AO PL/0089.4/2005

Art. 1º Dê-se à ementa do PL/0089.4/2005 a seguinte redação:

"Institui a Fundação Cultural BADESC."

Art. 2º O § 1º, do art. 1º, do PL/0089.4/2005, passa a ter a seguinte redação:

"§ 1º A Fundação Cultural BADESC será regida por esta Lei, por demais legislações que lhe forem aplicáveis e pelo seu estatuto, adquirindo personalidade jurídica a partir da inscrição do seu ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, a ser providenciado pela Agência Catarinense de Fomento de Santa Catarina S.A. - BADESC, no prazo de cento e vinte dias contados da publicação da presente Lei."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda modificativa é parte integrante do Relatório e Voto oferecido ao PL/0089.4/2005, nele achando-se justificada.

Sala da Comissão, em

Deputado Celestino Secco

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 29/06/05

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0089/05

Institui a Fundação Cultural BADESC.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituída a Fundação Cultural BADESC, Fundação pública de direito público, vinculada à Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte, com sede em Florianópolis e foro na Comarca da Capital, tendo por finalidade estimular, apoiar e promover o desenvolvimento artístico, cultural, esportivo e educacional, bem como fomentar a pesquisa e o processo tecnológico e científico aplicados à cultura no âmbito do Estado de Santa Catarina.

§ 1º A Fundação Cultural BADESC será regida por esta Lei, por demais legislações que lhe forem aplicáveis e pelo seu estatuto, adquirindo personalidade jurídica a partir da inscrição do seu ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, a ser providenciado pela Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A - BADESC, no prazo de cento e vinte dias contados da publicação da presente Lei.

§ 2º A Fundação Cultural BADESC, para a consecução de seus objetivos, compete:

I - celebrar convênios, contratos, acordos, termos de parceria e outros instrumentos jurídicos, com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

II - criar, manter ou administrar unidades de apoio e produção de recursos técnico-científicos;

III - realizar programas educacionais comunitários, manter locais de exposição cultural e artística e museus;

IV - conceder bolsas de estudo e ajuda de custo para o aperfeiçoamento de artistas e especialistas devotados à geração e à difusão de conhecimentos úteis ao processo de desenvolvimento artístico, esportivo, educacional e cultural, bem como em pesquisa e tecnologia voltadas à cultura catarinense;

V - conceder prêmios de estímulo a expoentes que tenham contribuído de modo notório para o desenvolvimento da cultura, da arte e da defesa do patrimônio histórico catarinense e do Brasil;

VI - custear produções culturais e artísticas, fiscalizar a aplicação dos recursos, bem como promover a divulgação dos resultados;

VII - administrar o Espaço Cultural Fernando Antônio Medeiros Beck, situado à rua Almirante Alvim, 491, Centro, Florianópolis; e

VIII - administrar os apoios e patrocínios concedidos pela Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A - BADESC às atividades abrangidas pelas finalidades da Fundação e fiscalizar a aplicação dos recursos.

§ 3º Na gestão dos recursos oriundos de acordos firmados com o poder público, os dirigentes da Fundação Cultural BADESC observarão os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

Art. 2º É vedado à Fundação Cultural BADESC:

I - assumir encargos externos permanentes de qualquer natureza;

II - auxiliar atividades administrativas de instituições culturais; e

III - despender mais de 40% (quarenta por cento) de seu orçamento anual em atividades administrativas, incluindo salários, honorários e despesas com instalações físicas.

Art. 3º Constituem patrimônio da Fundação Cultural BADESC:

I - os bens móveis e imóveis, instalações, máquinas e equipamentos transferidos pela Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A - BADESC;

II - os bens móveis e imóveis e direitos que vierem a ser adquiridos;

III - as doações, heranças ou legados de pessoas naturais ou jurídicas, nacionais, estrangeiras ou internacionais; e

IV - os direitos e bens obtidos por aquisição regular.

Art. 4º Constituem receitas da Fundação Cultural BADESC:

I - as provenientes de seus bens patrimoniais, de fideicomissos, de usufruto e de outras instituídas em seu favor;

II - a dotação inicial feita pelos instituidores;

III - as doações, auxílios e subvenções que lhe venham a ser acrescidos;

IV - os recursos nacionais ou internacionais, oriundos de instituições congêneres, para viabilizar a concretização das finalidades propostas;

V - as dotações orçamentárias oriundas de orçamentos públicos, decorrentes de co-participação em programas, projetos ou atividades com objetivos afins;

VI - as rendas auferidas com a realização de cursos, eventos e publicações ou co-participação com instituições congêneres;

VII - as verbas advindas em virtude da elaboração e execução de convênios;

VIII - as contribuições feitas por pessoas naturais ou jurídicas;

IX - os auxílios e subvenções do poder público; e

X - as oriundas do lucro líquido semestral do BADESC, na razão de até 6% (seis por cento) do lucro líquido apurado mensal, trimestral e anualmente, sem prejuízo a título de incentivos e benefícios fiscais.

§ 1º As dotações e recursos destinados à Fundação Cultural BADESC serão geridos privativamente por ela mesma.

§ 2º As receitas da Fundação Cultural BADESC só poderão ser aplicadas na realização de seus fins.

Art. 5º A Administração da Fundação Cultural BADESC será exercida pelos seguintes órgãos:

I - Conselho Curador;

II - Diretoria Executiva;

III - Conselho Consultivo; e

IV - Conselho Fiscal.

Art. 6º A investidura em cargos dos Conselhos Curador, Consultivo ou Fiscal e Diretoria Executiva da Fundação Cultural BADESC e o exercício das funções a eles inerentes não serão remunerados.

§ 1º É vedada a investidura pela mesma pessoa em mais de um cargo de administração.

§ 2º É vedada, a qualquer título, a distribuição de lucros, superávit ou resultados positivos de exercício social aos membros dos Conselhos e Diretoria da Fundação Cultural BADESC.

Art. 7º Fica vedada aos membros da Fundação Cultural BADESC, na gestão administrativa, a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, bem como em relação a seus cônjuges, companheiros e parentes colaterais ou afins até o terceiro grau, ou pelas pessoas jurídicas das quais os mencionados anteriormente sejam controladores ou detenham mais de 10% (dez por cento) das participações societárias.

Art. 8º O Conselho Curador, órgão máximo de deliberação da Fundação Cultural BADESC, é composto por quatro membros, ocupantes efetivos das diretorias da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A - BADESC, com mandato de dois anos, permitida a recondução.

Parágrafo único. O Conselho Curador será presidido pelo Presidente da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A - BADESC.

Art. 9º Compete ao Conselho Curador:

I - escolher, nomear e dar posse aos membros do próprio Conselho, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Consultivo, bem como destituir qualquer um deles, por decisão motivada, aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

II - julgar o processo de contratação do Diretor de Artes e Eventos com base nos termos e procedimentos dispostos na Lei federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993;

III - aprovar o Regimento Interno da Fundação Cultural BADESC e suas alterações;

IV - fixar, até o dia 15 de outubro de cada ano, as diretrizes de atuação, o plano de atividades, bem como o orçamento anual correspondente para o exercício seguinte;

V - examinar e aprovar, até o dia 30 de abril de cada ano, a prestação de contas anual apresentada pela Diretoria Executiva e apreciada pelo Conselho Fiscal;

VI - aprovar o plano de cargos e salários da Fundação Cultural BADESC;

VII - deliberar sobre a aquisição, a alienação e a operação dos bens da Fundação Cultural BADESC, bem como sobre a aceitação de doações, subsídios e legados;

VIII - em conjunto com os membros da Diretoria Executiva:

a) alterar o estatuto da Fundação Cultural BADESC;

b) implementar outras unidades ou estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, destinadas a expandir e melhor exercer suas atividades; e

c) deliberar sobre a extinção da Fundação Cultural BADESC;

IX - convocar a Diretoria Executiva, ou qualquer dos diretores, quando entender necessário; e

X - resolver os casos omissos do estatuto.

Art. 10. O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente, nos 1º e 3º trimestres de cada ano, ou extraordinariamente, sendo que suas deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos.

§ 1º As reuniões ordinárias serão realizadas em dia e hora designados pelo Presidente do Conselho, mediante convocação expressa, com no mínimo cinco dias de antecedência, sendo facultada a discussão de assuntos gerais não especificados na pauta.

§ 2º As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas por qualquer um de seus membros, por intermédio do Presidente, efetivada de forma expressa, com no mínimo dois dias de antecedência, sendo obrigatória a indicação da pauta de matérias para discussão, vedado o tratamento de assuntos não especificados na pauta.

Art. 11. A Diretoria Executiva, órgão de execução da Fundação Cultural BADESC, é composta por três diretores, com a seguinte configuração:

I - Diretor-Geral, nomeado pelo Conselho Consultivo, escolhido exclusivamente dentre os integrantes do quadro de funcionários da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A - BADESC;

II - Diretor Administrativo-Financeiro, nomeado pelo Conselho Consultivo, escolhido exclusivamente dentre os integrantes do quadro de funcionários da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A - BADESC; e

III - Diretor de Artes e Eventos, nomeado pelo Conselho Consultivo, será contratado nos termos e procedimentos previstos na Lei federal n. 8.666, de 1993.

§ 1º A Diretoria Executiva poderá ser integrada, ainda, por outros dois Diretores, escolhidos e nomeados pelo Conselho Curador, com investidura temporária e atribuições específicas.

§ 2º Os Diretores da Diretoria Executiva serão escolhidos e nomeados pelo Conselho Curador, para cumprirem mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 3º As atribuições de cada diretor serão fixadas no regimento interno.

§ 4º Na hipótese de vacância de algum dos cargos de diretor no curso do mandato, caberá ao Conselho Curador proceder à escolha e nomeação de outro membro para preenchimento da vaga, pelo tempo restante do mandato.

Art. 12. Compete à Diretoria Executiva:

I - elaborar e propor alterações do regimento interno da Fundação Cultural BADESC, submetendo-as à aprovação do Conselho Curador;

II - gerir as atividades da Fundação Cultural BADESC;

III - elaborar o plano anual de atividades, bem como o planejamento e a proposta de orçamento correspondente, submetendo-os a aprovação do Conselho Curador;

IV - elaborar e apresentar a prestação de contas anual, submetendo-a à apreciação do Conselho Fiscal e, posteriormente, ao exame e aprovação do Conselho Curador;

V - elaborar o plano de cargos e salários da Fundação Cultural BADESC;

VI - admitir e dispensar pessoal administrativo;

VII - organizar os serviços administrativos;

VIII - em conjunto com os membros do Conselho Curador:

a) alterar o estatuto da Fundação Cultural BADESC; e

b) deliberar sobre a extinção da Fundação Cultural BADESC;

IX - remeter, até o dia 30 de junho, ao órgão do Ministério Público encarregado de zelar pelas fundações, o Relatório de Atividades e Prestação de Contas do ano anterior, na forma exigida em lei.

Parágrafo único. A Diretoria Executiva poderá criar órgãos, singulares ou coletivos, para auxiliá-la na gestão e nas tarefas de ensino, pesquisa e editorial.

Art. 13. A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinária ou extraordinariamente, sendo suas decisões tomadas por maioria absoluta, exigida a presença da maior parte de seus membros.

Parágrafo único. As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Diretor-Geral ou pela maioria dos seus membros, mediante aviso prévio, com no mínimo dois dias de antecedência, sendo obrigatória a indicação da pauta de matérias para discussão, vedado o tratamento de assuntos nela não especificados.

Art. 14. Compete ao Diretor-Geral representar a Fundação Cultural BADESC, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, sendo que em suas ausências e impedimentos será substituído pelo Diretor Administrativo-Financeiro e, sucessivamente, pelo Diretor de Artes e Eventos.

Parágrafo único. A movimentação bancária da Fundação Cultural BADESC será efetuada, em conjunto, pelo Diretor-Geral e pelo Diretor Administrativo-Financeiro, devendo constar as duas assinaturas para validar qualquer documento financeiro.

Art. 15. O Conselho Consultivo, órgão de assessoramento técnico e científico, de caráter honorífico, será composto por nove membros, nomeados pelo Conselho Curador e indicados pela Diretoria Executiva, oriundos da comunidade científica e das áreas de atuação da Fundação Cultural BADESC.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo será presidido pelo Diretor-Geral da Diretoria Executiva, dele fazendo parte também o Diretor de Artes e Eventos.

Art. 16. Compete ao Conselho Consultivo:

I - assessorar o Conselho Curador e a Diretoria Executiva na formulação de projetos e programas vinculados à área de atuação da Fundação; e

II - opinar, quando considerar conveniente ou se solicitado pelo Conselho Curador ou pela Diretoria Executiva, a respeito de matéria relevante de interesse da Fundação.

Art. 17. O Conselho Fiscal, órgão fiscalizador da administração contábil-financeira da Fundação Cultural BADESC, será integrado por três membros efetivos e dois suplentes, escolhidos e nomeados pelo Conselho Curador, para um mandato de dois anos, permitida a recondução.

Parágrafo único. Os integrantes do Conselho Fiscal escolherão, entre seus pares, um presidente e um secretário do Conselho.

Art. 18. Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar os atos dos diretores da Fundação Cultural BADESC e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

II - analisar a prestação de contas anual, elaborando o competente parecer, do qual deverão constar informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação do Conselho Curador;

III - opinar sobre o orçamento anual da Fundação Cultural BADESC, sobre programas ou projetos relativos às atividades da Fundação, sob o aspecto de sua viabilidade econômico-financeira;

IV - informar ao Conselho Curador eventuais irregularidades cometidas por membros da administração no desempenho de suas atribuições;

V - examinar e emitir pareceres sobre demonstrações financeiras da Fundação Cultural BADESC e demais dados concernentes à prestação de contas perante o Ministério Público; e

VI - manifestar-se sobre a alienação de bens imóveis e aceitação de doações com encargos.

Art. 19. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinária e extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente, pelo Conselho Curador ou por iniciativa de seus próprios integrantes.

Art. 20. Os repasses das dotações de que trata o inciso X do art. 4º desta Lei para a Fundação Cultural BADESC tem início em 2005, sendo que os percentuais nele referidos serão revistos após o primeiro quinquênio de funcionamento da Fundação.

Art. 21. Para o cargo de Diretor de Artes e Eventos será exigido nível superior completo, sendo que para o cargo de Secretário e Assistente Administrativo será exigido nível médio completo.

Art. 22. Fica autorizada a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A - BADESC, a destacar do seu patrimônio a favor e como patrimônio instituidor da Fundação Cultural BADESC, a importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e os seguintes bens móveis de sua propriedade: 3 (três) mesas com 3 (três) gavetas, 3 (três) conexões e 3 (três) mesas para microcomputador com teclado, 3 (três) cadeiras giratórias com braço, 2 (duas) poltronas fixas com braço, 1 (uma) mesa para reunião com 4 (quatro) cadeiras, 2 (dois) arquivos de 4 (quatro) gavetas, 1 (um) armário de 2 (duas) portas, 3 (três) microcomputadores Pentium III 500, 1 (uma) impressora HP Office Jet G 55, 3 (três) cestas de lixo, 3 (três) caixas de papel para reciclagem e 3 (três) aparelhos telefônicos.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0092/05

Altera dispositivo da Lei n. 3.030, de 1962, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Educação, e da Lei n. 4.394, de 1969, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei n. 3.030, de 15 de maio de 1962, alterado pela Lei n. 5.808, de 19 de novembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O Conselho Estadual de Educação será constituído de vinte e um membros, nomeados pelo Senhor Governador do Estado, dentre pessoas de notório saber e de reconhecida capacidade e experiência em assuntos educacionais, assegurada a participação de pelo menos:

I - um representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação - UNDIME;

II - um representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação - SINTE; e

III - um representante da União Catarinense de Estudantes - UCE.

§ 1º O mandato dos referidos Conselheiros será de 6 (seis) anos, permitida, por uma só vez, a recondução de qualquer deles.

§ 2º Em caso de vacância será nomeado o suplente para completar o prazo do mandato do sucedido.

§ 3º Na constituição do Conselho será observada adequada representação do magistério oficial e particular, e, dos diferentes graus de ensino.

§ 4º Os representantes especificados nos incisos I, II e III serão indicados pela respectiva entidade."

Art. 2º O § 1º do art. 111 da Lei n. 4.394, de 20 de novembro de 1969, alterado pela Lei n. 5.808, de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 111.

§ 1º O Conselho disporá de Conselheiros Suplentes, nomeados na mesma forma dos Conselheiros Titulares, em número de sete, cuja convocação será disciplinada no Regimento do Conselho Estadual de Educação."

Art. 3º Os representantes das entidades especificadas de acordo com o art. 1º desta Lei serão nomeados na ordem elencada, a medida que forem vagando os mandatos dos atuais Conselheiros.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0098/05

Declara de utilidade pública a Associação Amigos do Hospital Nereu Ramos, de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Amigos do Hospital Nereu Ramos, de Florianópolis, com sede no Município de Florianópolis e foro na Comarca da Capital.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA Nº 04 A MPV 00117/2005

Dá nova redação ao art. 5º, da Medida Provisória nº 00117/2005

Dê-se ao artigo 5º, da Medida Provisória nº 00117/2005, a seguinte redação:

"Art. 5º O Chefe do Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado, caso necessário, as adequações legais do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual."

JUSTIFICATIVA

A alteração visa a estabelecer como método para o encaminhamento das alterações necessárias à adequação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, o envio do Projeto de Lei, respectivo alterando, desta forma a determinação original que permitia a alteração por decreto, ampliando com isso a transparência e assegurando sempre a participação desta Casa.

Florianópolis, 29 de junho de 2005.

JOÃO HENRIQUE BLASI

Líder do Governo

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 29/06/05

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI
DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 117/2005

Concede aos servidores públicos estaduais, ativos e inativos, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Saúde antecipação do valor do vencimento e estabelece outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica concedida, a partir de 1º de junho de 2005, aos servidores públicos estaduais, ativos e inativos, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Saúde, antecipação do valor do vencimento, que deve ser calculada da seguinte forma:

I - para servidores que pertençam ao Grupo Ocupações de Nível Auxiliar - ONA e para servidores que pertençam ao Grupo Ocupações de Nível Administrativo e Operacional I - ONO I, do nível 4-A ao nível 4-J, o valor da antecipação corresponde à diferença entre o valor de R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais) e o valor da remuneração fixa;

II - para servidores que pertençam ao Grupo Ocupações de Nível Administrativo e Operacional I - ONO I, do nível 5-A ao nível 7-J, o valor da antecipação corresponde à diferença entre o valor de R\$ 820,00 (oitocentos e vinte reais) e o valor da remuneração fixa;

III - para servidores que pertençam ao Grupo Ocupações de Nível Administrativo e Operacional II - ONO II, e para servidores que pertençam ao Grupo Ocupações de Nível Superior - ONS, do nível 12-A ao nível 12-J, o valor da antecipação corresponde à diferença entre o valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) e o valor da remuneração fixa; e

IV - para servidores que pertençam ao Grupo Ocupações de Nível Superior - ONS, do nível 13-A ao nível 15-J, inclusive ocupantes do cargo de Médico, o valor da antecipação corresponde à diferença entre o valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) e o valor da remuneração fixa.

§ 1º Considera-se remuneração fixa, para efeitos deste artigo, o valor do vencimento do cargo efetivo, acrescido da gratificação complementar de vencimento; da antecipação de que trata o art. 6º da Lei Complementar n. 118, de 30 de maio de 1994, com alterações posteriores; do complemento do piso do Estado pago na rubrica 1092; do abono de que trata a Lei n. 12.667, de 29 de setembro de 2003; dos itens remuneratórios vinculados ao salário-mínimo por força de decisão judicial; da gratificação pelo desempenho de atividade especial, prevista no inciso VIII da Lei n. 6.745, de 28 de dezembro de 1985; da vantagem pessoal da Lei Complementar n. 83, de 18 de março de 1993, ou incorporações decorrentes de decisão judicial pelo exercício de cargo comissionado.

§ 2º Nenhum servidor poderá sofrer decréscimo remuneratório em virtude do disposto nesta Lei.

Art. 2º Sobre o valor da antecipação de que trata o art. 1º desta Lei não incidirá nenhum adicional, gratificação ou vantagem.

Art. 3º O valor da antecipação prevista no art. 1º desta Lei é concedida ao servidor sujeito ao regime de quarenta horas semanais e ao inativo com proventos integrais, sendo aplicada à proporcionalidade da carga horária e dos proventos da aposentadoria.

Parágrafo único. As disposições deste artigo não se aplicam aos servidores inativos atingidos pelas disposições do art. 40, § 3º, da Constituição da República, com a alteração dada pela Emenda Constitucional federal n. 41, de 19 de dezembro de 2003.

Art. 4º O valor da antecipação prevista no art. 1º desta Lei será extinto e absorvido pelo valor do vencimento quando da implementação do Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 5º O Chefe do Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado, caso necessário, as adequações legais do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Estado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de junho de 2005.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0121/05

Altera dispositivos da Lei n. 3.938, de 1966, que trata de normas gerais de direito tributário, e estabelece outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A Lei n. 3.938, de 26 de dezembro de 1966, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 20 -A. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária.

§ 1º O ato ou negócio jurídico somente poderá ser desconsiderado pela autoridade fazendária se houver procedimento fiscalizatório em curso, mediante representação ao Diretor de Administração Tributária, na qual conste:

- I - relatório circunstanciado do ato ou negócio jurídico praticado;
- II - caracterização da simulação constatada; e
- III - elementos de prova.

§ 2º O sujeito passivo deverá ser intimado para, no prazo de trinta dias, apresentar os esclarecimentos e provas que julgar necessários.

§ 3º A desconsideração do ato ou negócio jurídico será declarada, se for o caso, em despacho fundamentado do Diretor de Administração Tributária que deverá acompanhar a Notificação Fiscal.

Art. 54.

V - a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial; e

VI - o parcelamento.

Art. 58 -A. O parcelamento será concedido na forma e condição estabelecida em lei específica.

§ 1º Salvo disposição da lei em contrário, o parcelamento do crédito tributário não exclui a incidência de juros e multas.

§ 2º Aplicam-se, subsidiariamente, ao parcelamento as disposições desta Lei, relativas à moratória.

Art. 59.

XI - a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.

Art. 81 -A. É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

Art. 113. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. (NR)

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no art. 114, os seguintes:

I - requisição de autoridade judiciária, no interesse da justiça; e

II - solicitação de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.

§ 2º O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

§ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

- I - representações fiscais para fins penais;
- II - inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública; e
- III - parcelamento ou moratória.

Art. 184.

§ 2º A falta de comparecimento de qualquer Conselheiro a três sessões consecutivas ou a oito alternadas, no decurso de seu mandato, importará, salvo concessão de licença na forma prevista no Regimento Interno, em renúncia ao mandato, devendo o Presidente comunicar imediatamente o fato ao Secretário de Estado da Fazenda que tomará as providências pertinentes à nomeação de substituto que completará o mandato.

§ 3º Aos Conselheiros referidos no inciso I, fica assegurado o pagamento de jeton por sessão de que participarem, correspondente a sessenta por cento sobre o valor do vencimento do grupo ONS, nível 12, referência J, da escala padrão do quadro de pessoal civil da Administração Direta, estabelecido pela Lei Complementar n. 81, de 10 de março de 1993. (NR)

§ 4º O mandato dos Conselheiros da Primeira Câmara de Julgamento iniciará sempre no dia 1º de julho dos anos pares e os da Segunda Câmara de Julgamento, no mesmo dia dos anos ímpares.

Art. 189.

Parágrafo único. O Procurador do Estado será intimado pessoalmente de todas as decisões, de primeiro ou segundo grau, passando a fluir desta data o prazo para eventual recurso ou outra providência que lhe couber. (NR)

Art. 193.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no inciso II do art. 196, não caberá recurso contra a decisão a que se refere este artigo. (NR)

§ 2º Na hipótese de impedimento do Gerente Regional, o Presidente do Conselho designará outro Gerente Regional para o julgamento.

Art. 201.

Parágrafo único. A Câmara Especial será formada pelo Presidente do Conselho, pelo Presidente da Segunda Câmara de Julgamento e por Conselheiro escolhido pelos seus pares. (NR)

SEÇÃO VII

DO PEDIDO DE CANCELAMENTO DE NOTIFICAÇÃO FISCAL

Art. 202-A. O Diretor de Administração Tributária ou o procurador representante da Fazenda, ouvida a autoridade lançadora, poderá interpor junto ao Conselho Estadual de Contribuintes pedido de cancelamento de notificação fiscal quando:

- I - a exigência fiscal for manifestamente indevida; e
- II - for exigido tributo em valor superior ao devido.

§ 1º Considera-se a notificação manifestamente indevida quando:

- I - for emitida por servidor incompetente ou com preterimento de formalidade essencial;
- II - o respectivo fato gerador não tenha ocorrido; e
- III - o tributo exigido já tenha sido pago.

§ 2º O pedido de cancelamento de notificação fiscal será julgado em instância única pelas Câmaras Reunidas.

Art. 202-B. O pedido de cancelamento de notificação fiscal deverá ser instruído com parecer que contenha, no mínimo, o seguinte:

- I - resumo circunstanciado do ato fiscal; e
- II - razões do cancelamento proposto.

Art. 202-C. Não caberá pedido de cancelamento de notificação fiscal se o sujeito passivo tiver, tempestivamente, contra ela interposto reclamação.

Parágrafo único. No caso de intempestividade da reclamação ou do recurso, o pedido poderá ser interposto de ofício pela câmara que apreciar o recurso."

Art. 2º A Lei n. 5.983, de 27 de novembro de 1981, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 67 -A. No caso de decretação de falência, não serão exigidas multas relativas a fatos geradores ocorridos até a data da declaração judicial."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados os arts. 168 a 171 da Lei n. 3.938, de 26 de dezembro de 1966.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0123/05

Disciplina o Programa de Acordo de Resultados através da avaliação de desempenho institucional, da autonomia gerencial, orçamentária e financeira, da aplicação de recursos orçamentários provenientes de economias com despesas correntes e ampliação de arrecadação e receitas no âmbito do Poder Executivo e estabelece outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo, o Programa de Acordo de Resultados, da avaliação de desempenho institucional, de autonomia gerencial, orçamentária e financeira e da aplicação de recursos orçamentários provenientes de economias com despesas correntes e ampliação de arrecadação e receitas, coordenado pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 2º O Acordo de Resultados será formalizado através de instrumento cujas cláusulas deverão estabelecer:

I - metas, indicadores de desempenho qualitativos e quantitativos, prazos e meios na obtenção dos resultados;

II - estimativa dos recursos orçamentários e cronograma de desembolso dos recursos financeiros necessários à execução das ações pactuadas durante a vigência do Acordo de Resultados;

III - direitos, obrigações e responsabilidades do Acordante e do Acordado em relação às metas estabelecidas;

IV - compromissos dos intervenientes, quando for o caso;

V - sistemática de acompanhamento, controle e avaliação, com critérios, parâmetros e indicadores a serem considerados na avaliação do acordo e para pagamento do prêmio por produtividade;

VI - penalidades aplicáveis aos signatários em caso de descumprimento injustificado de metas e obrigações pactuadas, bem como do cometimento de eventuais faltas;

VII - vedação, ao Acordado, da utilização dos recursos pactuados no Acordo de Resultados como garantia na contratação de operações de crédito;

VIII - critérios para o cálculo de prêmios por produtividade provenientes da economia com despesas correntes e/ou incremento de arrecadação, ou receita, observado o disposto nos arts. 26 e 27 desta Lei;

IX - condições para revisão, renovação, prorrogação e rescisão do acordo;

X - prazo de vigência; e

XI - o cumprimento do contrato de gestão, das entidades acordantes, instituído pela Lei Complementar n. 284, de 28 de fevereiro de 2005.

Parágrafo único. As minutas e ajustes de Acordo de Resultados devem ser previamente examinadas e aprovadas pela assessoria jurídica do Acordante.

DO ACORDO DE RESULTADOS

Art. 3º O Acordo de Resultados terá como objetivos fundamentais:

I - melhorar a eficiência, eficácia, efetividade e relevância dos serviços públicos prestados à sociedade;

II - estimular, valorizar e destacar servidores, dirigentes e órgãos ou entidades que cumpram o seu papel individual, institucional ou social;

III - aperfeiçoar o acompanhamento e o controle de resultados da gestão pública, mediante instrumento caracterizado pela objetividade, responsabilidade e transparência;

IV - fixar metas de desempenho específicas para órgãos e entidades, compatibilizando a atividade a ser desenvolvida com as políticas públicas, com os programas governamentais e com novo modelo de gestão por projetos baseados em resultados;

V - dar transparência às ações dos órgãos públicos e facilitar o controle social sobre a atividade administrativa, mediante a divulgação, pelos meios disponíveis e em especial o eletrônico, dos termos de cada acordo e de seus resultados; e

VI - aperfeiçoar as relações de cooperação, supervisão e fiscalização entre o Acordante e o Acordado.

Art. 4º É condição para a celebração do Acordo de Resultados a aprovação do Conselho de Política Financeira, que analisará o pleno atendimento das exigências desta Lei e a compatibilidade das metas e dos indicadores de desempenho pactuados com as finalidades da entidade ou do órgão acordado.

Art. 5º São signatários do Acordo de Resultados os dirigentes máximos do Acordante, do Acordado, do Conselho de Política Financeira, e das demais partes intervenientes, quando houver.

Parágrafo único. O extrato do Acordo de Resultados e seus aditamentos serão publicados no órgão oficial dos Poderes do Estado, pelo Acordante, e divulgados na página da Internet do Acordante, do Acordado e da Secretaria de Estado da Fazenda, no prazo máximo de vinte dias contados de sua assinatura.

Art. 6º Na formulação de indicadores de desempenho, para efeito da avaliação das metas propostas, será considerada a eficiência e a eficácia dos meios de execução do Acordado.

Art. 7º Cada Acordo de Resultados será acompanhado e avaliado pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação, coordenada pelo Conselho de Política Financeira, instituída em ato do Chefe do Poder Executivo e integrada, obrigatoriamente, pelos seguintes membros:

- I - um representante da Secretaria de Estado da Fazenda, indicado pelo titular da Pasta;
- II - um representante da Secretaria de Estado da Administração, indicado pelo titular da Pasta;
- III - um representante da Secretaria de Estado do Planejamento, indicado pelo titular da Pasta;
- IV - um representante do Acordante;
- V - um representante dos servidores do órgão ou entidade acordado; e
- VI - um Procurador do Estado, indicado pelo Procurador Geral do Estado.

§ 1º A Comissão de Acompanhamento e Avaliação responsável pelos acordos celebrados pela Secretaria de Estado da Fazenda, ou pela Secretaria de Estado da Administração, ou pela Secretaria de Estado do Planejamento, terá seu componente representante destas Secretarias, substituído por um representante da Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação, indicado pelo titular da Pasta.

§ 2º A Comissão de Acompanhamento e Avaliação reunir-se-á ordinariamente uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 3º Os Acordos de Resultados serão ratificados pelo Conselho de Política Financeira.

Art. 8º À Comissão de Acompanhamento e Avaliação compete:

I - emitir parecer sobre os resultados alcançados pelo Acordado, sempre que se proceder à distribuição de prêmio por produtividade, e para análise e avaliação final dos resultados obtidos, considerando sempre as metas e indicadores de desempenho previstos no Acordo de Resultados;

II - recomendar, com a devida justificativa, alterações no Acordo de Resultados, principalmente quando se tratar de necessidade de alinhamento de indicadores, metas e resultados, recursos orçamentários e financeiros; e

III - recomendar, com a devida justificativa, a revisão, a renovação ou a rescisão do Acordo de Resultados.

§ 1º A Comissão de Acompanhamento e Avaliação encaminhará à autoridade Acordante relatório conclusivo sobre a avaliação realizada, no prazo de trinta dias contados da data do recebimento dos relatórios gerenciais.

§ 2º As recomendações, para as alterações no Acordo de Resultados propostas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação, não transgidas pelas partes, autoriza, ao Acordante, a rescisão unilateral do acordo.

Art. 9º A Comissão de Acompanhamento e Avaliação deverá recomendar a alteração parcial ou total do Acordo de Resultados, devidamente fundamentada, quando verificar a necessidade de:

I - modificação de objetivos, obrigações, indicadores e metas; e

II - adequação à lei orçamentária anual.

§ 1º A recomendação da alteração parcial ou total do Acordo de Resultados deverá ser ratificada pelo Acordante.

§ 2º A alteração parcial ou total do Acordo de Resultados será formalizada por termo aditivo, celebrado, na hipótese prevista no inciso I, entre Acordante e Acordado após aprovação pelo Conselho de Política Financeira.

Art. 10. A Comissão de Acompanhamento e Avaliação de que trata o art. 7º desta Lei poderá contar com o suporte técnico de especialistas externos nas áreas de conhecimento das ações previstas no Acordo de Resultados e com o auxílio de especialistas em auditoria de desempenho, desde que demonstrada a indisponibilidade de servidor qualificado.

Art. 11. Cada órgão ou entidade representado na Comissão de Acompanhamento e Avaliação arcará com seus respectivos custos, cabendo ao Acordante o apoio logístico ao funcionamento da Comissão, bem como o custeio de eventuais despesas com os especialistas a que se refere o art. 10 desta Lei.

Art. 12. Por ocasião do término do Acordo de Resultados, o Acordante realizará avaliação conclusiva sobre os resultados alcançados.

Art. 13. Os créditos orçamentários necessários ao cumprimento do Acordo de Resultados serão liberados em conformidade com o cronograma de desembolso, não ficando sujeitos a contingenciamento ou a outra forma de limitação administrativa.

Art. 14. O Acordo de Resultados terá vigência mínima de um ano e máxima de três anos, podendo ser renovado, por acordo das partes, após avaliação favorável dos resultados por parte da Comissão de Acompanhamento e Avaliação, ratificada pelo Acordante.

Parágrafo único. O acordo poderá estabelecer prazos inferiores a um ano.

Art. 15. O Acordo de Resultados poderá ser suspenso pelo Acordante, pelo prazo máximo de noventa dias, para adequação de seu objeto, se ocorrerem fatos que possam comprometer-lhe a execução.

Art. 16. O Acordo de Resultados poderá ser rescindido em caso de descumprimento grave e injustificado, por ato unilateral ou por acordo entre as partes, independentemente das demais medidas legais cabíveis.

DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DOS DIRIGENTES

Art. 17. Os dirigentes promoverão as ações necessárias ao cumprimento do Acordo de Resultados, sob pena de responsabilidade solidária por eventual irregularidade, ilegalidade ou desperdício na utilização de recursos ou bens.

Parágrafo único. Será censurado, nos termos de regulamento, o dirigente que tiver desempenho insatisfatório em:

I - duas avaliações sucessivas do Acordo de Resultados;

II - três avaliações intercaladas em uma série de cinco avaliações consecutivas do Acordo de Resultados; e

III - quatro avaliações intercaladas em uma série de dez avaliações consecutivas do Acordo de Resultados.

Art. 18. Sem prejuízo da medida a que se refere o art. 17 desta Lei, se houver indícios fundados de malversação de bens ou de recursos, ou quando assim o exigir a gravidade dos fatos e o interesse público, os responsáveis pela fiscalização representarão aos órgãos competentes para a adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis, visando à proteção do patrimônio público e à punição dos infratores, sob pena de se tornarem solidariamente responsáveis.

DA AMPLIAÇÃO DA AUTONOMIA GERENCIAL, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Art. 19. A autonomia gerencial, orçamentária e financeira das entidades da Administração direta e indireta do Poder Executivo poderá ser ampliada mediante a celebração do Contrato de Gestão, instituído pela Lei Complementar n. 284, de 2005, e do Acordo de Resultados, observadas as exigências estabelecidas nesta Lei.

Art. 20. Os órgãos de controle interno estabelecerão mecanismos de acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial que levem em consideração os prazos e os indicadores de desempenho previstos no Acordo de Resultados.

Art. 21. Os servidores públicos lotados ou em exercício nos órgãos e entidades signatárias de Acordo de Resultados ficam submetidos às suas normas.

DA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E PRÊMIO DE PRODUTIVIDADE

Art. 22. Os recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada entidade da Administração Pública Estadual, excluídos os gastos com pessoal, poderão ser nela aplicados, na forma prevista nesta Lei, para pagamento de prêmio por produtividade e no desenvolvimento institucional, que compreende programas de:

I - qualidade e produtividade;

II - capacitação e desenvolvimento de pessoal; e

III - modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere este artigo serão aplicados em consonância com as políticas, diretrizes e objetivos de modernização e reforma administrativa, previstos pela Lei Complementar n. 284, de 2005.

Art. 23. Os recursos economizados serão apurados a cada exercício, contabilizados em valores contidos no relatório de gestão fiscal, com base no valor médio gasto nos dois exercícios anteriores, corrigidos por índice a ser estabelecido em regulamento.

§ 1º O desempenho da entidade administrativa será aferido em função das metas, da cobertura e da qualidade dos serviços prestados e das atividades realizadas no exercício, com a utilização dos indicadores definidos no Acordo de Resultados.

§ 2º A economia com despesas correntes não poderá ser gerada pela precarização e depreciação do serviço público prestado.

§ 3º Não serão computadas como recursos economizados na forma deste artigo as economias provenientes de ações de órgãos centrais de planejamento, gestão, finanças, contabilidade e auditoria do Estado, salvo quando decorrentes de ação conjunta prevista no Acordo de Resultados.

Art. 24. A estimativa de recursos de que trata o art. 22 desta Lei constará na proposta orçamentária anual, com previsão detalhada para as aplicações ali previstas, em dotação específica no orçamento do Acordante.

§ 1º Os valores consignados na dotação específica serão computados para fins de fixação de tetos ou limites de despesa e não poderão ser objeto de contingenciamento durante a execução orçamentária e financeira.

§ 2º Os recursos previstos no art. 22 desta Lei poderão ser descentralizados para execução nas entidades, após a apuração dos respectivos desempenhos.

Art. 25. Durante a vigência do Acordo de Resultados, os recursos de que trata o art. 22 desta Lei poderão ser destinados ao pagamento de prêmio por produtividade até o limite equivalente a um terço do montante apurado.

§ 1º Os recursos destinados pela entidade administrativa ao pagamento de prêmio por produtividade serão distribuídos da seguinte forma:

I - 50% (cinquenta por cento), distribuído em valores iguais, para os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, os detentores de função pública e os ocupantes de cargo de provimento em comissão; e

II - 50% (cinquenta por cento), com base na pontuação obtida em avaliação individual de desempenho, pagos proporcionalmente ao valor da remuneração, excluídas as vantagens de caráter pessoal, para os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, os detentores de função pública e os ocupantes de cargo de provimento em comissão.

§ 2º O prêmio por produtividade não se incorpora à remuneração nem aos proventos de aposentadoria ou pensão do servidor e não servirá de base de cálculo para outro benefício ou vantagem nem para a contribuição à seguridade social.

§ 3º O valor total do prêmio por produtividade não poderá ser superior ao total da remuneração pessoal mensal do servidor, excluídas as vantagens pessoais e verbas indenizatórias.

Art. 26. Os recursos orçamentários provenientes da ampliação real da arrecadação ou receitas da Administração Pública Estadual, poderão ser aplicados no pagamento de prêmio por produtividade após pagamento dos compromissos anteriores.

§ 1º Considera-se ampliação real da arrecadação ou receitas a receita efetivamente arrecadada no exercício menos:

I - a receita efetivamente arrecadada no exercício anterior, corrigida pelo índice estabelecido para o art. 23 desta Lei; e

II - a receita mínima prevista nas metas estabelecidas no Acordo de Resultados.

§ 2º Para o cálculo de que trata o § 1º, será considerada, dentre as receitas a que se referem os incisos I e II, aquela de maior valor verificado no período.

§ 3º A ampliação real da arrecadação, ou receitas, de que trata este artigo compreende receitas provenientes de impostos e taxas, bem como as receitas diretamente arrecadadas de cada entidade administrativa, cuja aplicação no pagamento de prêmio por produtividade observará os seguintes limites:

I - até 10% (dez por cento) dos recursos provenientes de receitas diretamente arrecadadas de cada entidade administrativa, excluídos os impostos e as taxas de que trata o inciso II; e

II - até 8% (oito por cento) dos recursos provenientes de impostos e taxas.

§ 4º As fontes de recursos a serem consideradas para o cálculo da ampliação da arrecadação, ou receitas, bem como os itens de receita a serem considerados para cálculo do montante de receitas diretamente arrecadadas de que trata o § 3º serão definidos em regulamento e nos respectivos Acordos de Resultados.

§ 5º Os recursos destinados ao pagamento de prêmio por produtividade de que trata este artigo serão distribuídos da seguinte forma:

I - 40% (quarenta por cento) aos servidores da Secretaria de Estado da Fazenda proporcionalmente às verbas remuneratórias, excluídas as vantagens pessoais e verbas indenizatórias; e

II - 60% (sessenta por cento) aos demais servidores na forma do § 7º deste artigo, proporcionalmente às verbas remuneratórias, excluídas as vantagens pessoais e verbas indenizatórias de cada servidor apto ao recebimento de prêmio segundo os critérios estabelecidos nesta Lei.

§ 6º Para os fins do disposto nesta Lei, exclui-se a receita proveniente de multa.

§ 7º Os recursos de que trata este artigo serão distribuídos de maneira uniforme para pagamento de prêmio por produtividade a cada um dos Acordos de Resultados vigentes que estejam atingindo seus objetivos segundo avaliação da Comissão referida no art. 7º desta Lei.

Art. 27. O pagamento de prêmio por produtividade só poderá ocorrer em entidade sob Acordo de Resultados em vigor e com instrumento de avaliação permanente do desempenho dos seus servidores.

§ 1º Os resultados da avaliação de desempenho do servidor, computados periodicamente, serão convertidos em pontuação, conforme previsto em regulamento, para fins de aferição dos valores individuais do prêmio por produtividade.

§ 2º O prêmio por produtividade só poderá ser percebido por aquele que obtiver o nível mínimo de desempenho previsto em regulamento.

§ 3º O Poder Executivo, no prazo de sessenta dias, expedirá decreto para normatizar a avaliação de desempenho individual dos servidores públicos, sendo vedado celebrar qualquer Acordo de Resultados antes da publicação do referido decreto.

Art. 28. O disposto nesta Lei será regulamentado pelo Poder Executivo.

Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0124/05

Altera o art. 1º da Lei n. 12.291, de 2002, que autoriza ao Poder Executivo, a utilizar-se do instituto da Permissão para delegar serviços públicos na área de trânsito no Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei n. 12.291, de 21 de junho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Estado de Santa Catarina autorizado a delegar, no regime da Permissão, nos termos do art. 137, §2º, da Constituição Estadual, a execução dos serviços de:

I - credenciamento de médicos e psicólogos para efetuarem exames de aptidão física, mental e psicológica para o trânsito;

II - Controladoria Regional de Trânsito;

III - formação de condutores de veículos automotores;

IV - fabricação e lacração de placas de veículos automotores; e

V - vistoria de veículos para fins de registro e licenciamento. (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº

PL/0126.3/2005

A emenda e o art. 1º do Projeto de Lei nº 0126.3/2005 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Altera denominação da Escola de Educação Básica Pe. Teodoro Treis, do Município de São João do Oeste.

Art. 1º Fica alterada a atual denominação da Escola de Educação Básica Pe. Teodoro Treis, do Bairro Cristo Rei, Município de São João do Oeste, para Escola de Educação Básica Cristo Rei."

Sala da Comissão, em

Deputado Jorginho Mello

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 29/06/05

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 29/06/05

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0126/05

Altera denominação da Escola de Educação Básica Pe. Teodoro Treis, do Município de São João do Oeste.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica alterada a atual denominação da Escola de Educação Básica Pe. Teodoro Treis, do Bairro Cristo Rei, Município de São João do Oeste, para Escola de Educação Básica Cristo Rei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0129/05

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim das Oliveiras e João F. Dias, de Joinville.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim das Oliveiras e João F. Dias, com sede e foro no Município e Comarca de Joinville.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0133/05

Declara de utilidade pública a Associação Protetora dos Animais de Blumenau - APRABLU.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Protetora dos Animais de Blumenau - APRABLU.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0136/05

Declara de utilidade pública o Grupo Voluntário Vida e Cidadania, do Município de Fraiburgo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grupo Voluntário Vida e Cidadania, com sede e foro no Município e Comarca de Fraiburgo.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0141/05

Declara de utilidade pública a Associação Cultural e Recreativa Valpasa, do Município de Tangará.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural e Recreativa Valpasa, com sede e foro no Município e Comarca de Tangará.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos, vantagens e obrigações da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0142/05

Declara de utilidade pública o Movimento Negro de Chapecó.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Movimento Negro de Chapecó, com sede e foro no Município e Comarca de Chapecó.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos, vantagens e obrigações da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0143/05

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Iraceminha.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE -, de Iraceminha, com sede no Município de Iraceminha e foro na Comarca de Maravilha.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos, vantagens e obrigações da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0145/05

Autoriza criação de Banco de Sangue de Cordões Umbilicais do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Banco de Sangue de Cordões Umbilicais do Estado de Santa Catarina, junto à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º As maternidades e estabelecimentos hospitalares congêneres do Estado de Santa Catarina, habilitados ao atendimento de gestantes e realização de partos, ficam autorizados a coletar, armazenar e conservar o sangue do cordão umbilical de todos os recém-nascidos, abastecendo o Banco de Sangue de Cordões Umbilicais do Estado de Santa Catarina.

§ 1º A coleta do sangue do cordão umbilical será realizada somente com o consentimento dos responsáveis legais pelo recém-nascido.

§ 2º A doação será voluntária, confidencial e nenhuma informação será cedida tanto ao doador quanto ao receptor da unidade de sangue do cordão umbilical.

Art. 3º O material coletado nas unidades de saúde não poderá ser objeto de qualquer transação comercial por parte de qualquer instituição, pública ou privada.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado da Saúde, suplementadas, se necessário, devendo as previsões futuras destinarem recursos específicos para o seu fiel cumprimento.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0147/05

Declara de utilidade pública a UNIBLAM - União Blumenauense de Associações de Moradores e Outras Entidades Afins, do Município de Blumenau.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a União Blumenauense de Associações de Moradores e Outras Entidades Afins, do Município de Blumenau.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0153/05

Denomina de Evaldo Rosa o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Vereador Paulo França, da localidade de Cerro Negro, Município de Ituporanga.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado de Evaldo Rosa o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Vereador Paulo França, da localidade de Cerro Negro, Município de Ituporanga.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0154/05

Declara de utilidade pública a Fraternidade Espírita Allan Kardec, de São José.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fraternidade Espírita Allan Kardec com sede e foro no Município e Comarca de São José.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

PLANO PLURIANUAL 2004-2007
PROGRAMAÇÃO FÍSICO - FINANCEIRA
EM R\$ 1,00

PROGRAMA/AÇÃO		UNIDADE	QUANTIDADE	FF	VALOR
930 -	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS				
0480 -	Aquisição de Imóvel para Instalação de Unidades Jurisdicionais e Academia Judicial	M²	6.826,0	OGE	5.820.000
0481 -	Reforma do Imóvel Adquirido para Instalação de Unidades Jurisdicionais e Academia Judicial	Unidade	1,0	OGE	3.000.000

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 6.820.000,00 (seis milhões, oitocentos e vinte mil reais), em favor do Tribunal de Justiça do Estado, visando ao atendimento da programação a seguir especificada:

0300	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO				
0301	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO				
Projeto	Aquisição de Imóvel para Instalação de Unidades Jurisdicionais e Academia Judicial				
Código	0301.020619301.0480				
Produto	Imóvel adquirido				
4.	DESPESAS DE CAPITAL				
4.4.	INVESTIMENTOS				
4.4.90.	Aplicações Diretas				
4.4.90.61.00 (0383)	Aquisição de Imóveis				R\$5.820.000,00
Projeto	Reforma do Imóvel Adquirido para Instalação de Unidades Jurisdicionais e Academia Judicial				
Código	0301.020619301.0481				
Produto	Imóvel reformado				
3.	DESPESAS CORRENTES				
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
3.3.90.	Aplicações Diretas				
3.3.90.39.00 (0383)	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				R\$630.000,00
3.	DESPESAS CORRENTES				
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
3.3.90.	Aplicações Diretas				
3.3.90.39.00 (0183)	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				R\$370.000,00

Art. 3º O crédito especial a que se refere o artigo anterior será atendido no valor de R\$ 6.450.000,00, por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do Tribunal de Justiça, verificado no Sistema Financeiro da Conta Única, no exercício de 2004 e R\$ 370.000,00 por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias consignadas à programação especificada a seguir:

0300	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO				
0301	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO				
Projeto	Construção da Casa da Cidadania de Dionísio Cerqueira				
Código	0301.020619301.5239				
4.	DESPESAS DE CAPITAL				
4.4.	INVESTIMENTOS				
4.4.90.	Aplicações Diretas				
4.4.90.51.00 (0183)	Obras e Instalações				R\$49.440,00
Projeto	Construção da Casa da Cidadania de Canelinha				
Código	0301.020619301.5272				
4.	DESPESAS DE CAPITAL				
4.4.	INVESTIMENTOS				
4.4.90.	Aplicações Diretas				
4.4.90.51.00 (0183)	Obras e Instalações				R\$250.000,00
Projeto	Construção da Casa da Cidadania de Campo Alegre				
Código	0301.020619301.5270				
4.	DESPESAS DE CAPITAL				
4.4.	INVESTIMENTOS				
4.4.90.	Aplicações Diretas				
4.4.90.51.00 (0183)	Obras e Instalações				R\$70.560,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0156/05

Declara de utilidade pública a Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes de Xaxim.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes de Xaxim, com sede e foro na cidade e Comarca de Xaxim.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0155/05

Aprova a alteração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2004-2007 e autoriza a abertura de crédito especial em favor do Tribunal de Justiça do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica alterada a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2004-2007, do Tribunal de Justiça do Estado, constante do Anexo Único da Lei n. 12.871, de 16 de janeiro de 2004, conforme a programação a seguir especificada:

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0160/05

Institui a Semana de Defesa e Valorização da Língua Portuguesa no Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituída a Semana de Defesa e Valorização da Língua Portuguesa no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A semana de que trata esta Lei será comemorada anualmente, no mês de outubro, iniciando dia 15, Dia do Professor.

Art. 2º O Poder Executivo poderá desenvolver e/ou incentivar os eventos voltados à defesa e valorização da língua portuguesa, dentre os quais:

I - concurso de redação entre os alunos da Rede Estadual de Ensino;

II - realização de eventos culturais;

III - realização e apoio às manifestações de defesa da língua portuguesa;

IV - premiação e valorização dos escritores catarinenses e nacionais; e

V - incentivos à leitura.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias contados a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0161/05

Concede Título de Cidadão Catarinense a Roberto Rogério do Amaral.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Catarinense a Roberto Rogério do Amaral.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL

162.7/2005

Na Ementa e no art. 1º do Projeto de lei nº PL/0162.7/2005 onde se lê "Joinville", leia-se "Joinvillense".

Sala da Comissão, em

Deputado Jorginho Mello

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 29/06/05

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0162/05

Declara de utilidade pública a Associação Joinvillense dos Portadores de Parkinson, de Joinville.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Joinvillense dos Portadores de Parkinson, com sede e foro na cidade e Comarca de Joinville.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0163/05

Declara de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Pouso Redondo - ABC.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Pouso Redondo - ABC, com sede na cidade de Pouso Redondo.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA

(PL Nº 171.8/2005)

Art. 1º - O caput do Art. 1º do PL nº 171.8/2005, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica denominado "OSCAR DOS SANTOS MELLO" o Centro de Eventos situado na Rua Rui Barbosa com fundos para a Rua José Bonifácio, bairro Vila Rica, município de Herval d'Oeste/SC."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, em

JORGINHO MELLO

Deputado Estadual - PSDB

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 28/06/05

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 29/06/05

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0171/05

Denomina de Oscar dos Santos Mello o Centro de Eventos situado na Rua Rui Barbosa com fundos para a Rua José Bonifácio, bairro Vila Rica, Município de Herval d'Oeste.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado Oscar dos Santos Mello o Centro de Eventos situado na Rua Rui Barbosa com fundos para a Rua José Bonifácio, bairro Vila Rica, Município de Herval d'Oeste.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0172/05

Declara de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer Regional de São Bento do Sul, Município de São Bento do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer Regional de São Bento do Sul, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro no Município e Comarca de São Bento do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0176/05

Declara de utilidade pública o Instituto Ambiental Bios, de São José.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Ambiental Bios, com sede e foro no Município e Comarca de São José.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0179/04

Concede Título de Cidadão Catarinense ao Senhor Roberto Requião.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Catarinense ao Senhor Roberto Requião.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0180/05

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Abdon Batista.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Abdon Batista, por prazo indeterminado, a área de cento e cinquenta metros quadrados e dez decímetros, parte da área total de dez mil metros quadrados, contendo edificação com um mil trezentos e oitenta e sete metros e dez decímetros quadrados, onde se encontra instalada a EEB. José Zanchett, matriculada sob o n. 11.107 no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Anita Garibaldi e cadastrada sob o n. 00945 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 3º A presente cessão de uso tem por objetivo fornecer espaço físico para a instalação e organização do Museu e Arquivo Histórico do Município de Abdon Batista.

Art. 4º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 5º Ocorrendo reversão antecipada ou o término da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, face à gratuidade da cessão.

Art. 6º Os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à consecução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso, serão de responsabilidade do cessionário.

Art. 7º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 8º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 9º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei para definir as demais obrigações e direitos do Estado e do Município.

Art. 10. O Estado será representado no ato de cessão de uso pelo Secretário de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0199/05

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de São Lourenço do Oeste.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de São Lourenço do Oeste, um terreno rural com dois mil, quatrocentos e oito metros e quarenta e sete decímetros quadrados, contendo benfeitorias, matriculado sob o n. 11.129 no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste.

Art. 2º A aquisição de que trata esta Lei destina-se à construção de um ginásio de esportes, para uso dos estudantes e da comunidade em geral do Distrito de São Roque.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0202/05

Altera a Lei n. 9.120, de 1993, que cria o Conselho Estadual de Saúde.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A Lei n. 9.120, de 18 de junho de 1993, alterada pela Lei n. 10.982, de 15 de dezembro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º.....

§ 9º O Conselho Estadual de Saúde será presidido pelo Secretário de Estado da Saúde ou pelo Diretor Geral da Secretaria de Estado da Saúde, devendo ser eleito entre os Conselheiros um Vice-Presidente, com mandato de dois anos.

.....

Art. 6º.....

§ 1º As Sessões Plenárias do Conselho Estadual de Saúde serão instaladas com a presença da maioria absoluta de seus membros, os quais deliberarão por maioria simples.

.....”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

PLANO PLURIANUAL 2004-2007
PROGRAMAÇÃO FÍSICO - FINANCEIRA
EM R\$

PROGRAMA/AÇÃO		UNIDADE	QUANTIDADE	FF	VALOR
930 -	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS				
0272 -	Construção da Casa da Cidadania de Timbó Grande	M²	494,0	OGE	450.000
0273 -	Cabeamento Estruturado do Fórum de Chapecó	Unidade	1,0	OGE	300.000
0416 -	Conclusão do Fórum de Xaxim	M²	994,0	OF	250.000
0513 -	Conclusão do Fórum de Joinville	M²	9.423,0	OF	70.000
0420 -	Conclusão do Fórum de Descanso	M²	994,0	OF	50.000
0512 -	Reforma do Fórum de Sombrio	Unidade	1,0	OF	70.000
0511 -	Reforma do Fórum de Santa Cecília	Unidade	1,0	OF	70.000
0514 -	Conclusão do Fórum de Criciúma	M²	7.480,0	OF	200.000
0515 -	Conclusão do Fórum de Correia Pinto	M²	994,0	OF	100.000
5135 -	Construção do Fórum de Porto Belo	M²	1.521,0	OF	1.600.000
5239 -	Construção da Casa da Cidadania de Dionísio Cerqueira	M²	0,0	OGE	00
5245 -	Construção do Fórum de Lauro Muller	M²	822,0	OF	350.000
5254 -	Reforma do Fórum de Joaçaba	Unidade	1,0	OF	350.000
5263 -	Cabeamento Estruturado do Tribunal de Justiça	Unidade	0,0	OGE	00
5266 -	Construção da Casa da Cidadania de Iraceminha	M²	494,0	OGE	450.000
5267 -	Construção da Casa da Cidadania de Florianópolis - Norte da Ilha	M²	0,0	OGE	00
5268 -	Construção da Casa da Cidadania de Piratuba	M²	494,0	OGE	450.000
5269 -	Construção da Casa da Cidadania de Botuverá	M²	494,0	OGE	450.000
5270 -	Construção da Casa da Cidadania de Campo Alegre	M²	494,0	OGE	450.000
5271 -	Construção da Casa da Cidadania de Camboriú	M²	0,0	OGE	00
5272 -	Construção da Casa da Cidadania de Canelinha	M²	494,0	OGE	450.000

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0203/05

Altera a Lei n. 13.250, de 2005, que modifica o Prêmio Mérito Universitário Catarinense, instituído pela Lei n. 9.480, de 1994, e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A Lei n. 13.250, de 04 de janeiro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º.....

§ 2º Em caso de insuficiência de desempenho do bolsista junto ao grupo de pesquisa ou de interrupção, por qualquer motivo, dos seus estudos de graduação durante a vigência da bolsa, caberá ao professor-orientador a responsabilidade de informar à Fundação de Apoio a Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina - FAPESC e solicitar a suspensão imediata da bolsa.

Art. 5º O número máximo de vagas para cada instituição será definido anualmente pela FAPESC e observará proporcionalmente as matrículas de cada IES em relação ao total do Estado, devendo o processo seletivo ser precedido de ampla divulgação interna em cada IES.

§ 1º.....

§ 2º.....

Art. 6º A FAPESC elaborará o calendário e a regulamentação anual para os fins previstos nesta Lei, até 30 de setembro de cada ano, correspondente ao exercício seguinte.

Parágrafo único.....

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta dos recursos com fonte específica da FAPESC.

Parágrafo único. O montante dos recursos destinados a esta finalidade não deverá ser inferior a 1,5% (um vírgula cinco por cento) dos recursos orçamentários previstos para a FAPESC.

Art. 8º O julgamento final, a cargo do Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação - CONCITI -, ocorrerá até 30 de dezembro de cada ano e deverá ser homologado por ato do Governador do Estado.

Art. 9º O Poder Executivo, através da FAPESC, deverá encarregar-se dos atos necessários à execução da presente Lei.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº PL/0204.0/2005

Aprova a alteração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2004-2007 e autoriza a abertura de crédito especial em favor do Tribunal de Justiça do Estado e do Fundo de Reaparelhamento da Justiça.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica alterada a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2004-2007, do Tribunal de Justiça do Estado e do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, constante do Anexo Único da Lei nº 12.871, de 16 de janeiro de 2004, conforme a programação a seguir especificada.

5273 -	Construção da Casa da Cidadania de Jaborá	M²	494,0	OGE	450.000
5274 -	Construção da Casa da Cidadania de Descanso	M²	0,0	OGE	00
5301 -	Construção do Fórum de Balneário Camboriú	M²	5.694,0	OF	900.000
9503 -	Conclusão do Fórum de Itajaí	M²	7.480,0	OF	200.000

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 815.000,00 (oitocentos e quinze mil reais) em favor do Tribunal de Justiça do Estado e R\$ 730.000,00 (setecentos e trinta mil reais) em favor do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, visando ao atendimento da programação a seguir especificada:

0300	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO				
0301	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO				
Projeto	Construção da Casa da Cidadania de Botuverá				
Código	0301.020619301.5269				
Produto	Casa da Cidadania construída				
4.	DESPESAS DE CAPITAL				
4.4.	INVESTIMENTOS				
4.4.90.	Aplicações Diretas				
4.4.90.51.00 (0183)	Obras e instalaçõesR\$315.000,00				
Projeto	Construção da Casa da Cidadania de Timbó Grande				
Código	0301.020619301.0272				
Produto	Casa da Cidadania construída				
4.	DESPESAS DE CAPITAL				
4.4.	INVESTIMENTOS				
4.4.90.	Aplicações Diretas				
4.4.90.51.00 (0183)	Obras e instalaçõesR\$200.000,00				
Projeto	Cabeamento Estruturado do Fórum de Chapecó				
Código	0301.020619301.0273				
Produto	Fórum cabeado				
3.	DESPESAS CORRENTES				
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
3.3.90.	Aplicações Diretas				
3.3.90.39.00 (0183)	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídicaR\$300.000,00				
0391	FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA				
Projeto	Reforma do Fórum de Chapecó				
Código	0391.020619301.5116				
Produto	Fórum reformado				
3.	DESPESAS CORRENTES				
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
3.3.90.	Aplicações Diretas				
3.3.90.39.00 (0110)	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídicaR\$80.000,00				
Projeto	Conclusão do Fórum de Descanso				
Código	0391.020619301.0420				
Produto	Fórum concluído				
4.	DESPESAS DE CAPITAL				
4.4.	INVESTIMENTOS				
4.4.90.	Aplicações Diretas				
4.4.90.51.00 (0110)	Obras e instalaçõesR\$50.000,00				
Projeto	Conclusão do Fórum de Xaxim				
Código	0391.020619301.0416				
Produto	Fórum concluído				
4.	DESPESAS DE CAPITAL				
4.4.	INVESTIMENTOS				
4.4.90.	Aplicações Diretas				
4.4.90.51.00 (0110)	Obras e instalaçõesR\$250.000,00				
Projeto	Reforma do Fórum de Joaçaba				
Código	0391.020619301.5254				
Produto	Fórum reformado				
3.	DESPESAS CORRENTES				
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
3.3.90.	Aplicações Diretas				
3.3.90.39.00 (0110)	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídicaR\$350.000,00				

Art. 3º Para atender o crédito a que se refere o artigo anterior, ficam anuladas parcialmente as dotações orçamentárias consignadas à programação especificada a seguir:

0300	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO				
0301	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO				
Projeto	Construção da Casa da Cidadania de Florianópolis				
Código	0301.020619301.5267				
4.	DESPESAS DE CAPITAL				
4.4.	INVESTIMENTOS				
4.4.90.	Aplicações Diretas				
4.4.90.51.00 (0183)	Obras e instalaçõesR\$226.200,00				
Projeto	Construção do Juizado Especial de Ituporanga				
Código	0301.020619301.5250				
4.	DESPESAS DE CAPITAL				
4.4.	INVESTIMENTOS				
4.4.90.	Aplicações Diretas				
4.4.90.51.00 (0183)	Obras e instalaçõesR\$195.000,00				
Projeto	Cabeamento Estruturado do Tribunal de Justiça				
Código	0301.020619301.5263				
3.	DESPESAS CORRENTES				
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
3.3.90.	Aplicações Diretas				

3.3.90.39.00 (0183)	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídicaR\$300.000,00				
Projeto	Construção da Casa da Cidadania de Descanso				
Código	0301.020619301.5274				
4.	DESPESAS DE CAPITAL				
4.4.	INVESTIMENTOS				
4.4.90.	Aplicações Diretas				
4.4.90.51.00 (0183)	Obras e instalaçõesR\$49.440,00				
Projeto	Construção da Casa da Cidadania de Camboriú				
Código	0301.020619301.5271				
4.	DESPESAS DE CAPITAL				
4.4.	INVESTIMENTOS				
4.4.90.	Aplicações Diretas				
4.4.90.51.00 (0183)	Obras e instalaçõesR\$44.360,00				
0391	FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA				
Projeto	Reforma do Fórum de Blumenau				
Código	0391.020619301.5114				
3.	DESPESAS CORRENTES				
3.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
3.3.90.	Aplicações Diretas				
3.3.90.39.00 (0110)	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídicaR\$100.000,00				
Projeto	Ampliação do Fórum de Araranguá				
Código	0391.020619301.5185				
4.	DESPESAS DE CAPITAL				
4.4.	INVESTIMENTOS				
4.4.90.	Aplicações Diretas				
4.4.90.51.00 (0110)	Obras e instalaçõesR\$220.000,00				
Projeto	Conclusão do Fórum de Concórdia				
Código	0391.020619301.5127				
4.	DESPESAS DE CAPITAL				
4.4.	INVESTIMENTOS				
4.4.90.	Aplicações Diretas				
4.4.90.51.00 (0110)	Obras e instalaçõesR\$410.000,00				

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005.

Deputado Jorginho Mello
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0208/05

Declara de utilidade pública a União das Associações de Moradores de Balneário Camboriú.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a União das Associações de Moradores de Balneário Camboriú, com sede e foro no Município e Comarca de Balneário Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0214/05

Declara de utilidade pública a Ação Social Paroquial de São José.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Ação Social Paroquial de São José, com sede e foro no Município e Comarca de São José.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 219/05

Aprova a alteração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2004-2007 e autoriza a abertura de crédito especial em favor da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Dionísio Cerqueira.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2004-2007, constante do Anexo Único da Lei nº 12.871, de 16 de janeiro de 2004, através da alteração da programação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - São Miguel d'Oeste e a inclusão da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Dionísio Cerqueira, conforme a programação a seguir especificada.

PLANO PLURIANUAL 2004-2007
PROGRAMAÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

	PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	FF	VALOR EM R\$ 1,00
110 -	APOIO ADMINISTRATIVO				
0405 -	Administração de recursos humanos - SDR - Dionísio Cerqueira	Servidor	60,0	OGE	1.000.000
0411 -	Auxílio alimentação - SDR - Dionísio Cerqueira	servidor	60,0	OGE	75.666
0413 -	Contribuição financeira a entidades - SDR - Dionísio Cerqueira	instituição	20,0	OGE	50.000
0415 -	Manutenção, serviços e equipamentos de informática - SDR - Dionísio Cerqueira	estação de trabalho	10,0	OGE	50.000
0423 -	Manutenção e serviços administrativos gerais - SDR - Dionísio Cerqueira	un. gestora	1,0	OGE	50.000
0424 -	Aquisição de mobiliário e equipamento para a sede - SDR - Dionísio Cerqueira	un. gestora	1,0	OGE	80.000
4180 -	Administração de recursos humanos - SDR - São Miguel d'Oeste	servidor	60,0	OGE	2.000.000
4181 -	Auxílio alimentação - SDR - São Miguel d'Oeste	servidor	60,0	OGE	151.334
4182 -	Contribuição financeira a entidades - SDR - São Miguel d'Oeste	instituição	40,0	OGE	100.000
4183 -	Manutenção, serviços e equipamentos de informática - SDR - São Miguel d'Oeste	estação de trabalho	20,0	OGE	100.000
4184 -	Manutenção e serviços administrativos gerais - SDR - São Miguel d'Oeste	un. gestora	1,0	OGE	1.450.000
5385 -	Construção e/ou aquisição de edifício sede - SDR - São Miguel d'Oeste	m²	625,0	OGE	920.000
120 -	PRIMEIRA CHANCE				
0425 -	Encargos com estagiários - SDR - Dionísio Cerqueira	estagiário	10,0	OGE	88.000
2068 -	Encargos com estagiários - SDR - São Miguel d'Oeste	estagiário	50,0	OGE	176.000
130 -	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS				
0426 -	Capacitação servidores públicos - SDR - Dionísio Cerqueira	servidor	6,0	OGE	70.000
2097 -	Capacitação servidores públicos - SDR - São Miguel d'Oeste	servidor	8,0	OGE	140.000
200 -	QUALIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO DO AGRONEGÓCIO CATARINENSE				
0427 -	Apoio à comercialização de produtos orgânicos - SDR - Dionísio Cerqueira	projeto	3,0	OGE	13.333
0482 -	Apoio à comercialização de produtos orgânicos - SDR - São Miguel d'Oeste	projeto	3,0	OGE	26.667
265 -	ABASTECIMENTO URBANO				
0428 -	Implantação e melhoria de parques de comercialização de produtos agrícolas	projeto	3,0	OGE	126.666
9695 -	Implantação e melhoria de parques de comercialização de produtos agrícolas	projeto	3,0	OGE	253.334
410 -	INCLUSÃO DIGITAL				
0429 -	Aquisição e manutenção de equipamentos tecnológicos - SDR - Dionísio Cerqueira	unidade	2,0	OGE	384.000
4814 -	Aquisição e manutenção de equipamentos tecnológicos - SDR - São Miguel d'Oeste	número unidade	3,0 145,0	OGE	768.000
420 -	RECURSOS MATERIAIS E EQUIPAMENTO PARA EDUCAÇÃO				
0430 -	Aquisição de equipamentos, mobiliários, material de consumo e pedagógico - Gerei - SDR - Dionísio Cerqueira	aluno	20.484,0	OGE	232.000
4781 -	Aquisição de equipamentos, mobiliários, material de consumo e pedagógico - Gerei - SDR - São Miguel d'Oeste	aluno	52.020,0	OGE	464.000
430 -	ESTRUTURA FÍSICA DA EDUCAÇÃO				
0431 -	Obras emergenciais - fundamental - SDR - Dionísio Cerqueira	número	53,0	OGE	237.500
0432 -	Obras emergenciais - Médio - SDR - Dionísio Cerqueira	número	32,0	OGE	27.000
0433 -	Construção, ampliação e reforma do ensino fundamental - SDR - Dionísio Cerqueira	M²	188,0	OGE	3.885.000
0434 -	Construção, ampliação e reforma do ensino médio - SDR - Dionísio Cerqueira	M²	5.400,0	OGE	1.020.000
0435 -	Construção, ampliação e reforma dos Ejas - SDR - Dionísio Cerqueira	número	600,0	OGE	50.000
0436 -	Aquisição de terreno Ejas - SDR - Dionísio Cerqueira	número	1,0	OGE	100.000
0437 -	Aquisição de terreno/imóvel - Ensino fundamental - SDR - Dionísio Cerqueira	M²	1,0	OGE	200.000
0438 -	Obras emergenciais Ejas - SDR - Dionísio Cerqueira	número	1,0	OGE	2.000
0440 -	Aquisição de imóvel do ensino médio - SDR - Dionísio Cerqueira	M²	400,0	OGE	50.000
0582 -	Obras emergenciais fundamental - SDR - São Miguel d'Oeste	número	97,0	OGE	475.000
0671 -	Obras emergenciais Médio - SDR - São Miguel d'Oeste	número	58,0	OGE	54.000
4644 -	Construção, ampliação e reforma do ensino fundamental - SDR - São Miguel d'Oeste	M²	343,0	OGE	7.770.000
4548 -	Construção, ampliação e reforma do ensino médio - SDR - São Miguel d'Oeste	M² unidade	9.900,0 58,0	OGE	2.040.000
0799 -	Construção, ampliação e reforma dos Ejas - SDR - São Miguel d'Oeste	M² número	1.200,0 2,0	OGE	100.000
0786 -	Aquisição de terreno Ejas - SDR - São Miguel d'Oeste	número	2,0	OGE	200.000
4715 -	Aquisição de terreno/imóvel - Ensino fundamental - SDR - São Miguel d'Oeste	M²	2,0	OGE	400.000
0618 -	Obras emergenciais Ejas - SDR - São Miguel d'Oeste	número	2,0	OGE	4.000
4759 -	Aquisição de imóvel do ensino médio - SDR - São Miguel d'Oeste	M²	800,0	OGE	100.000
440 -	CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO CATARINENSE				
0439 -	Capacitação nas áreas do conhecimento - Ensino Fundamental - SDR - Dionísio Cerqueira	professor	628,0	OGE	361.000
0441 -	Capacitação descentralizada de profissionais do ensino médio - SDR - Dionísio Cerqueira	professor	244,0	OGE	176.000
4532 -	Capacitação nas áreas do conhecimento - Ensino Fundamental - SDR - São Miguel d'Oeste	professor	164,0	OGE	722.000
4540 -	Capacitação descentralizada de profissionais do ensino médio - SDR - São Miguel d'Oeste	professor	292,0	OGE	352.000
470 -	GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA, PEDAGÓGICA E DE PESSOAL DA EDUCAÇÃO				
0442 -	Apoio financeiro aos municípios do ensino fundamental - SDR - Dionísio Cerqueira	região	1,0	OGE	450.000
0443 -	Serviços administrativos do ensino fundamental - SDR - Dionísio Cerqueira	contrato	60,0	OGE	448.000
0444 -	Serviços administrativos do ensino médio - SDR - Dionísio Cerqueira	contrato	20,0	OGE	36.000
0445 -	Apoio financ. pref. atend. educação infantil - SDR - Dionísio Cerqueira	município	6,0	OGE	184.000
0446 -	Atendimento ao transporte escolar ensino fundamental - SDR - Dionísio Cerqueira	aluno	20.484,0	OGE	18.000.000
0447 -	Apoio financeiro ensino médio - SDR - Dionísio Cerqueira	região	1,0	OGE	80.000
0448 -	Manutenção da Gerei - SDR - Dionísio Cerqueira	número	1,0	OGE	150.000
4941 -	Apoio financeiro aos municípios do ensino fundamental - SDR - São Miguel d'Oeste	região	1,0	OGE	900.000
6031 -	Serviços administrativos do ensino fundamental - SDR - São Miguel d'Oeste	contrato	108,0	OGE	896.000

6101 -	Serviços administrativos do ensino médio - SDR - São Miguel d'Oeste	contrato	34,0	OGE	72.000
9215 -	Apoio financ. pref. atend. educação infantil - SDR - São Miguel d'Oeste	município	12,0	OGE	370.511
4899 -	Atendimento ao transporte escolar ensino fundamental - SDR - São Miguel d'Oeste	aluno	315.516,0	OGE	36.000.000
4970 -	Apoio financeiro ensino médio - SDR - São Miguel d'Oeste	região	1,0	OGE	160.000
6018 -	Manutenção da Gerei - SDR - São Miguel d'Oeste	número	1,0	OGE	300.000
480 -	DESCENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA E FÍSICA DA EDUCAÇÃO				
0461 -	Descentralização financeira de UES da GEREI - ensino fundamental - SDR - Dionísio Cerqueira	Unidade Escolar	36,0	OGE	180.000
0462 -	Descentralização financeira de UES da GEREI - ensino Médio - SDR - Dionísio Cerqueira	Unidade Escolar	16,0	OGE	70.000
6601 -	Descentralização financeira de UES da GEREI - ensino fundamental - SDR - São Miguel d'Oeste	Unidade Escolar	14,0	OGE	1.485.000
8728 -	Descentralização financeira de UES da GEREI - ensino Médio - SDR - São Miguel d'Oeste	Unidade Escolar	14,0	OGE	602.000
530 -	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA				
0449 -	Incentivo à instalação de cooperativas de crédito - SDR - Dionísio Cerqueira	unidade	1,0	OGE	5.000
9161 -	Incentivo à instalação de cooperativas de crédito - SDR - São Miguel d'Oeste	evento particip.	0,0	OGE	15.000
			1,0		
580 -	PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA CATARINENSE				
0450 -	Apoio às agências de desenvolvimento regional - SDR - Dionísio Cerqueira	agência regional	1,0	OGE	60.000
7106 -	Apoio às agências de desenvolvimento regional - SDR - São Miguel d'Oeste	agência regional	1,0	OGE	120.000
610 -	CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA				
0451 -	Humanização de rodovias - SDR - Dionísio Cerqueira	unidade km	10,0	OGE	2.558.000
			86,0		
5709 -	Humanização de rodovias - SDR - São Miguel d'Oeste	km	214,0	OGE	1.942.000
619 -	DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA				
0452 -	Consultoria de apoio institucional à gerência de infra-estrutura da SDR - Dionísio Cerqueira	unidade	1,0	OGE	240.000
4288 -	Consultoria de apoio institucional à gerência de infra-estrutura da SDR - São Miguel d'Oeste	unidade	5,0	OGE	480.000
630 -	APOIO AOS SISTEMAS VIÁRIOS MUNICIPAIS				
0453 -	Apoio ao sistema viário municipal - SDR - Dionísio Cerqueira	município	6,0	OGE	1.248.000
7128 -	Apoio ao sistema viário municipal - SDR - São Miguel d'Oeste	município	12,0	OGE	2.496.000
720 -	MARKETING TURÍSTICO CATARINENSE				
0454 -	Divulgação do turismo da região - SDR - Dionísio Cerqueira	regional	1,0	OGE	2.500
7770 -	Divulgação do turismo da região - SDR - São Miguel d'Oeste	regional	1,0	OGE	47.500
730 -	FOMENTO AO DESPORTO CATARINENSE				
0455 -	Capacitação técnica para profissionais na área do esporte - Região de Dionísio Cerqueira	pessoa	2.000,0	OGE	12.500
0456 -	Realização e participação em eventos esportivos nacionais e internacionais - SDR - Dionísio Cerqueira	pessoa	2.000,0	OGE	100.000
0404 -	Capacitação técnica para profissionais na área do esporte - SDR - São Miguel d'Oeste	pessoa	4.000,0	OGE	25.000
7096 -	Realização e participação em eventos esportivos nacionais e internacionais - SDR - São Miguel d'Oeste	pessoa	4.000,0	OGE	200.000
759 -	DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ESPECIAIS DO LAZER				
0457 -	Apoio a atividades de lazer - SDR - Dionísio Cerqueira	regional	1,0	OGE	4.500
7797 -	Apoio a atividades de lazer - SDR - São Miguel d'Oeste	regional	1,0	OGE	45.500
780 -	FOMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM SANTA CATARINA				
0458 -	Cursos de capacitação para empreendedores e servidores da área do turismo	treinamento	10,0	OGE	187.500
2264 -	Cursos de capacitação para empreendedores e servidores da área do turismo	contrib. evento treinam.	9,0	OGE	375.000
			15,0		
			20,0		
785 -	FOMENTO À CULTURA				
0459 -	Difusão cultural - SDR - Dionísio Cerqueira	auxílio subvenção	1,0	OGE	40.000
			1,0		
3793 -	Difusão cultural - SDR - São Miguel d'Oeste	auxílio subvenção	5,0	OGE	80.000
			8,0		
970 -	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MUNICIPAL				
0460 -	Realização e participação em ações de desenvolvimento regional - SDR - Dionísio Cerqueira	município	6,0	OGE	262.930
7925 -	Realização e participação em ações de desenvolvimento regional - SDR - São Miguel d'Oeste	município	17,0	OGE	940.427

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 3.488.500,00 (três milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil e quinhentos reais) em favor da Secretaria de Estado do

Desenvolvimento Regional - Dionísio Cerqueira, visando ao atendimento da programação a seguir especificada:

9900	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - DIONÍSIO CERQUEIRA				
9901	GABINETE DO SECRETÁRIO				
Atividade	Administração de Recursos Humanos - SDR - Dionísio Cerqueira				
Código	9901.041221102.0405				
Produto	Pagamento de proventos e abono família aos servidores ativos e inativos				
3.	DESPESAS CORRENTES				
3.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				
3.1.90.	Aplicações Diretas				
3.1.90.09.00	0100 Salário-Família	R\$		200,00	
3.1.90.11.00	0100 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$		437.000,00	
3.1.90.13.00	0100 Obrigações Patronais	R\$		30.000,00	
3.1.90.16.00	0100 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$		100,00	
3.1.90.96.00	0100 Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	R\$		1.000,00	
Atividade	Auxílio Alimentação - SDR - Dionísio Cerqueira				
Código	9901.041221102.0411				
Produto	Pagamento de auxílio alimentação devido aos servidores				

3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.46.00	0100	Auxílio - Alimentação	R\$	7.500,00
Atividade		Manutenção, serviços e equipamentos de informática - SDR - Dionísio Cerqueira		
Código		9901.041221102.0415		
Produto		Aquisição e manutenção de equipamentos, softwares e serviços de informática		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.30.00	0100	Material de Consumo	R\$	2.000,00
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	5.000,00
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.90.		Aplicações Diretas		
4.4.90.52.00	0100	Equipamentos e Material Permanente	R\$	60.400,00
Atividade		Manutenção e Serviços Administrativos Gerais - SDR - Dionísio Cerqueira		
Código		9901.041221102.0423		
Produto		Pagamento de despesas gerais e de custeio		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.14.00	0100	Diárias - Civil	R\$	5.000,00
3.3.90.30.00	0100	Material de Consumo	R\$	10.000,00
3.3.90.33.00	0100	Passagens e Despesas com Locomoção	R\$	4.000,00
3.3.90.36.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$	1.000,00
3.3.90.37.00	0100	Locação de Mão de Obra	R\$	38.000,00
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	100.000,00
3.3.90.47.00	0100	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$	5.500,00
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.90.		Aplicações Diretas		
4.4.90.51.00	0100	Obras e Instalações	R\$	1.000,00
4.4.90.52.00	0100	Equipamentos e Material Permanente	R\$	105.000,00
Atividade		Encargos com Estagiários - SDR - Dionísio Cerqueira		
Código		9901.041221202.0425		
Produto		Contratar estagiários e efetuar pagamento		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.36.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$	2.100,00
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	100,00
Atividade		Capacitação de Servidores Públicos - SDR - Dionísio Cerqueira		
Código		9901.041281302.0426		
Produto		Cursos de capacitação para aprimoramento das atividades e funções dos servidores públicos da Secretaria Regional		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.14.00	0100	Diárias - Civil	R\$	200,00
3.3.90.33.00	0100	Passagens e Despesas com Locomoção	R\$	200,00
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	R\$	200,00
Atividade		Implantação e Melhoria de Parques de Comercialização de Produtos Agrícolas		
Código		9901.206052652.0428		
Produto		Criar no âmbito dos municípios um espaço onde os agricultores familiares desenvolvam a comercialização de seus produtos, diretamente ao público consumidor		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$	7.000,00
Atividade		Aquisição e manutenção de equipamentos tecnológicos - SDR - Dionísio Cerqueira		
Código		9901.123614102.0429		
Produto		Através de manutenção e aquisição de computadores, impressoras, vídeos, TVs, up-grades e outros		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.39.00	0120	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa física	R\$	1.000,00
3.3.90.39.00	0130	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$	10.000,00
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.90.		Aplicações Diretas		
4.4.90.52.00	0120	Equipamentos e Material Permanente	R\$	1.000,00
4.4.90.52.00	0130	Equipamentos e Material Permanente	R\$	100.000,00
Atividade		Aquisição de equipamentos, mobiliários, material de consumo e pedagógico-Gerei-SDR-Dionísio Cerqueira		
Código		9901.123614202.0430		
Produto		Através da aquisição de equipamentos, mobiliários, material de consumo e pedagógicos		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.30.00	0120	Material de Consumo	R\$	50.000,00
3.3.90.30.00	0130	Material de Consumo	R\$	8.000,00
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		

4.4.90.		Aplicações Diretas		
4.4.90.52.00	0120	Equipamentos e Material Permanente	R\$	78.000,00
4.4.90.52.00	0130	Equipamentos e Material Permanente	R\$	86.000,00
Atividade		Obras Emergenciais Fundamental - SDR - Dionísio Cerqueira		
Código		9901.123614302.0431		
Produto		Execução de pequenos reparos		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.30.00	0130	Material de Consumo	R\$	1.000,00
3.3.90.39.00	0130	Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	1.000,00
Atividade		Obras Emergenciais Médio-SDR-Dionísio Cerqueira		
Código		9901.123624302.0432		
Produto		Execução de pequenos reparos		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.30.00	0130	Material de Consumo	R\$	2.000,00
3.3.90.39.00	0130	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	2.000,00
Atividade		Construção, Ampliação e Reforma do Ensino Fundamental - SDR -Dionísio Cerqueira		
Código		9901.123614302.0433		
Produto		Através da construção, ampliação e reforma das UES		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.39.00	0120	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	1.000,00
3.3.90.39.00	0130	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	1.000,00
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.90.		Aplicações Diretas		
4.4.90.51.00	0120	Obras e Instalações	R\$	1.000,00
4.4.90.51.00	0130	Obras e Instalações	R\$	1.000,00
Atividade		Construção, Ampliação e Reforma do Ensino Médio - SDR - Dionísio Cerqueira		
Código		9901.123624302.0434		
Produto		Através de construção e reforma		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.30.00	0100	Material de Consumo	R\$	20.000,00
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	50.000,00
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.90.		Aplicações Diretas		
4.4.90.51.00	0100	Obras e Instalações	R\$	100.000,00
Atividade		Aquisição de Terreno/Imóvel - Ensino Fundamental - SDR - Dionísio Cerqueira		
Código		9901.123614302.0437		
Produto		Através da compra de terreno/imóvel		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.90.		Aplicações Diretas		
4.4.90.61.00	0120	Aquisição de Imóveis	R\$	18.000,00
Atividade		Obras Emergenciais EJAS - SDR - Dionísio Cerqueira		
Código		9901.123664302.0438		
Produto		Execução de pequenos reparos		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.30.00	0120	Material de Consumo	R\$	10.000,00
3.3.90.39.00	0120	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	10.000,00
Atividade		Aquisição de Imóvel do Ensino Médio - SDR - Dionísio Cerqueira		
Código		9901.123624302.0440		
Produto		Através da compra de terreno		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.90.		Aplicações Diretas		
4.4.90.61.00	0100	Aquisição de Imóveis	R\$	500,00
Atividade		Capacitação nas Áreas do Conhecimento - Ensino Fundamental - SDR -Dionísio Cerqueira		
Código		9901.123614402.0439		
Produto		Treinamento através de pagamento de diária, consultoria e transporte		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.14.00	0130	Diárias - Civil	R\$	40.000,00
3.3.90.30.00	0130	Material de Consumo	R\$	10.000,00
3.3.90.33.00	0130	Passagens e Despesas com Locomoção	R\$	10.000,00
3.3.90.35.00	0130	Serviços de Consultoria	R\$	5.000,00
3.3.90.39.00	0130	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	10.000,00
3.3.90.47.00	0130	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$	2.000,00
Atividade		Capacitação Descentralizada de Profissionais do Ensino Médio - SDR -Dionísio Cerqueira		
Código		9901.123624402.0441		
Produto		Através de treinamentos, cursos, diárias, transporte, consultorias e serviços		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		

3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.14.00	0100	Diárias - Civil	R\$	20.000,00
3.3.90.14.00	0130	Diárias - Civil	R\$	1.000,00
3.3.90.30.00	0100	Material de Consumo	R\$	5.000,00
3.3.90.30.00	0130	Material de Consumo	R\$	1.000,00
3.3.90.35.00	0100	Serviços de Consultoria	R\$	1.000,00
3.3.90.35.00	0130	Serviços de Consultoria	R\$	1.000,00
3.3.90.37.00	0130	Locação de Mão-de-obra	R\$	1.000,00
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	3.000,00
3.3.90.39.00	0130	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	1.000,00
Atividade		Apoio Financeiro aos Municípios do Ensino Fundamental - SDR - Dionísio Cerqueira		
Código		9901.123614702.0442		
Produto		Através de convênios		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.40.		Transferências a Municípios		
3.3.40.41.00	0100	Contribuições	R\$	20.000,00
3.3.40.41.00	0120	Contribuições	R\$	20.000,00
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	20.000,00
4.4.40.42.00	0120	Auxílios	R\$	18.000,00
Atividade		Serviços Administrativos do Ensino Fundamental - SDR - Dionísio Cerqueira		
Código		9901.123614702.0443		
Produto		Através do pagamento de água, luz e telefone		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.30.00	0130	Material de Consumo	R\$	10.000,00
3.3.90.36.00	0120	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$	1.000,00
3.3.90.36.00	0130	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$	5.000,00
3.3.90.39.00	0120	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	1.000,00
3.3.90.39.00	0130	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	73.000,00
3.3.90.49.00	0130	Auxílio-Transporte	R\$	10.000,00
Atividade		Serviços Administrativos do Ensino Médio - SDR - Dionísio Cerqueira		
Código		9901.123624702.0444		
Produto		Através do pagamento de água, luz e telefone		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.30.00	0100	Material de Consumo	R\$	20.000,00
3.3.90.36.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$	5.000,00
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	50.000,00
3.3.90.49.00	0100	Auxílio Transporte	R\$	2.000,00
Atividade		Apoio Financeiro às Prefeituras para Atendimento Educação Infantil - SDR - Dionísio Cerqueira		
Código		9901.123654702.0445		
Produto		Apoio financeiro		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.40.		Transferências a Municípios		
3.3.40.41.00	0100	Contribuições	R\$	90.000,00
Atividade		Atendimento ao Transporte Escolar Ensino Fundamental - SDR - Dionísio Cerqueira		
Código		9901.123614702.0446		
Produto		Através de convênio com os municípios		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.39.00	0130	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	300.000,00
Atividade		Manutenção da GEREI - SDR - Dionísio Cerqueira		
Código		9901.121224702.0448		
Produto		Manutenção através de pagamento de diária, material de consumo, material permanente e serviços		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.14.00	0100	Diária - Civil	R\$	15.000,00
3.3.90.30.00	0100	Material de Consumo	R\$	10.000,00
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	5.000,00
3.3.90.49.00	0100	Auxílio Transporte	R\$	5.000,00
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.90.		Aplicações Diretas		
4.4.90.52.00	0100	Equipamentos e Material Permanente	R\$	5.000,00
Atividade		Apoio às Agências de Desenvolvimento Regional SDR - Dionísio Cerqueira		
Código		9901.226615802.0450		
Produto		Prestar apoio técnico e financiar as agências de desenvolvimento		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.50.		Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
3.3.50.41.00	0100	Contribuições	R\$	20.000,00
Atividade		Consultoria de Apoio Institucional à Agências de Infra-Estrutura da SDR - Dionísio Cerqueira		
Código		9901.041226192.0452		

Produto		Propiciar apoio institucional à gerência de infra-estrutura para levantamento, acompanhamento, planejamento, estudos e projetos diversos		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.90.		Aplicações Diretas		
4.4.90.51.00	0100	Obras e Instalações	R\$	10.000,00
Atividade		Apoio ao Sistema Viário Municipal SDR-Dionísio Cerqueira		
Código		9901.267826302.0453		
Produto		Terraplanagem, pavimentação, obras de artes especiais, supervisão		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.40.		Transferências a Municípios		
3.3.40.36.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$	5.000,00
3.3.40.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	5.000,00
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.41.00	0100	Contribuições	R\$	5.000,00
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	10.000,00
4.4.40.51.00	0100	Obras e Instalações	R\$	100.000,00
Atividade		Divulgação do Turismo da Região - SDR - Dionísio Cerqueira		
Código		9901.236957202.0454		
Produto		Promover a divulgação do turismo na região		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	25.000,00
Atividade		Capacitação Técnica para Profissionais na Área do Esporte - Região de Dionísio Cerqueira		
Código		9901.278127302.0455		
Produto		Profissionais capacitados		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.36.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$	5.000,00
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	5.000,00
Atividade		Realização e Participação em Eventos Esportivos Nacionais e Internacionais-SDR-Dionísio Cerqueira		
Código		9901.278127302.0456		
Produto		Participação e promoção de eventos esportivos		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.30.00	0100	Material de Consumo	R\$	15.000,00
3.3.90.36.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$	5.000,00
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	2.500,00
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.90.		Aplicações Diretas		
4.4.90.52.00	0100	Equipamentos e Material Permanente	R\$	2.500,00
Atividade		Apoio a Atividades de Lazer - SDR - Dionísio Cerqueira		
Código		9901.278137592.0457		
Produto		Participação e promoção de eventos esportivos		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.50.		Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
3.3.50.43.00	0100	Subvenções Sociais	R\$	25.000,00
Atividade		Cursos de Capacitação para Empreendedores e Servidores da Área do Turismo		
Código		9901.236957802.0458		
Produto		Oferecer cursos com profissionais qualificados para incentivar o investimento no turismo regional sistema de parceria com os municípios		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.50.		Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
3.3.50.41.00	0100	Contribuições	R\$	2.500,00
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	5.000,00
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Dionísio Cerqueira.		
Código		9901.041219702.0460		
Produto		Realizar e participar em ações de desenvolvimento regional, atendendo prioritariamente as elencadas pelos conselhos de desenvolvimento regional e pelas audiências públicas.		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.36.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$	20.000,00
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	410.000,00
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	365.000,00
Projeto		Difusão Cultural - SDR - Dionísio Cerqueira.		
Código		9901.133927851.0459		
Produto		Subvenção e Auxílio		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		

3.3.50.		Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
3.3.50.43.00	0100	Subvenções Sociais	R\$	15.000,00
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	10.000,00
Atividade		Descentralização Financeira da UES da GEREI de Dionísio Cerqueira - Ensino Fundamental .		
Código		9901.123614802.0461		
Produto		Manutenção através de material de consumo, serviços e equipamentos.		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.30.00	0130	Material de Consumo	R\$	100.000,00
3.3.90.39.00	0130	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	30.000,00
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.90.		Aplicações Diretas		
4.4.90.52.00	0130	Equipamentos e Material Permanente	R\$	50.000,00
Atividade		Descentralização financeira da UES da GEREI de Dionísio Cerqueira - Ensino Médio		
Código		9901.123624802.0462		
Produto		Manutenção através de material de consumo, serviços e equipamentos.		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.30.00	0100	Material de Consumo	R\$	40.000,00
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	20.000,00
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.90.		Aplicações Diretas		
4.4.90.52.00	0100	Equipamentos e Material Permanente	R\$	10.000,00
Art. 3º Para atender o crédito a que se refere o artigo anterior, ficam anuladas parcialmente as dotações orçamentárias consignadas à programação especificada a seguir:				
4500		SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA		
4501		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Serviços Administrativos do Ensino Fundamental - Central		
Código		4501.123614702.4867		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.39.00	0120	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	210.000,00
Atividade		Construção, Ampliação e Reforma do Ensino Médio - Central		
Código		4501.123624302.4628		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.90.		Aplicações Diretas		
4.4.90.51.00	0100	Obras e Instalações	R\$	159.000,00
Atividade		Aquisição de Equipamentos, Mobiliários e Material de Consumo para o Ensino Médio		
Código		4501.123624202.4777		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.90.		Aplicações Diretas		
4.4.90.52.00	0100	Equipamentos e Material Permanente	R\$	267.000,00
Atividade		Aquisição de Equipamentos, Mobiliário e Material de Consumo do Ensino Fundamental		
Código		4501.123614202.4774		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.90.		Aplicações Diretas		
4.4.90.52.00	0130	Equipamentos e Material Permanente	R\$	672.000,00
Atividade		Desenvolvimento de Atividades Físicas nas UES - Fundamental		
Código		4501.123614202.4776		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.30.00	0130	Material de Consumo	R\$	100.000,00
Atividade		Elaboração e Impressão de Material Técnico Pedagógico		
Código		4501.123614702.4870		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.39.00	0130	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	100.000,00
7000		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SÃO MIGUEL D'OESTE		
7001		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Manutenção, Serviços e Equipamentos de Informática - SDR - São Miguel d'Oeste		
Código		7001.041221102.4183		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.30.00	0100	Material de Consumo	R\$	50,00
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	2.000,00
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.90.		Aplicações Diretas		
4.4.90.52.00	0100	Equipamentos e Material Permanente	R\$	5.000,00
Atividade		Manutenção e Serviços Administrativos Gerais - SDR - São Miguel d'Oeste		
Código		7001.041221102.4184		

Produto		Pagamento de despesas gerais e de custeio		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.14.00	0100	Diárias - Civil	R\$	3.000,00
3.3.90.30.00	0100	Material de Consumo	R\$	2.000,00
3.3.90.33.00	0100	Passagens e Despesas com Locomoção	R\$	4.000,00
3.3.90.36.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$	50,00
3.3.90.37.00	0100	Locação de Mão-de-obra	R\$	50,00
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	16.000,00
3.3.90.47.00	0100	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$	50,00
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.90.		Aplicações Diretas		
4.4.90.51.00	0100	Obras e Instalações	R\$	50,00
4.4.90.52.00	0100	Equipamentos e Material Permanente	R\$	50,00
Atividade		Encargos com Estagiários - SDR- São Miguel d'Oeste		
Código		7001.041221202.2068		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.36.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$	2.100,00
Atividade		Implantação e Melhoria de Parques de Comercialização de Produtos Agrícolas		
Código		7001.206052652.9695		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$	7.000,00
Atividade		Apoio às Agências de Desenvolvimento Regional SDR - São Miguel d'Oeste		
Código		7001.226615802.7106		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.50.		Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
3.3.50.41.00	0100	Contribuições	R\$	20.000,00
Atividade		Apoio ao Sistema Viário Municipal SDR- São Miguel d'Oeste		
Código		7001.267826302.7128		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.40.		Transferências a Municípios		
3.3.40.36.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$	3.200,00
3.3.40.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	3.200,00
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.41.00	0100	Contribuições	R\$	3.200,00
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	6.400,00
4.4.40.51.00	0100	Obras e Instalações	R\$	64.000,00
Atividade		Divulgação do Turismo da Região - SDR - São Miguel d'Oeste		
Código		7001.236957202.7770		
Produto		Promover a divulgação do turismo na região		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	15.000,00
Atividade		Capacitação Técnica para Profissionais na Área do Esporte - Região de Dionísio Cerqueira		
Código		7001.278127302.0404		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.36.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$	3.200,00
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	3.200,00
Atividade		Realização e Participação em Eventos Esportivos Nacionais e Internacionais-SDR- São Miguel d'Oeste		
Código		7001.278117302.7096		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.30.00	0100	Material de Consumo	R\$	9.000,00
3.3.90.36.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$	3.200,00
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	1.600,00
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.90.		Aplicações Diretas		
4.4.90.52.00	0100	Equipamentos e Material Permanente	R\$	1.600,00
Atividade		Apoio a Atividades de Lazer-SDR- São Miguel d'Oeste		
Código		7001.278137592.7797		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.50.		Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
3.3.50.43.00	0100	Subvenções Sociais	R\$	15.000,00
Atividade		Cursos de Capacitação para Empreendedores e Servidores da Área do Turismo		
Código		7001.236957802.2264		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		

3.3.50.		Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
3.3.50.41.00	0100	Contribuições	R\$	1.600,00
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	3.200,00
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR- São Miguel d'Oeste		
Código		7001.041219702.7925		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.36.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$	100,00
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	100.000,00
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	127.000,00
Projeto		Difusão Cultural - SDR- São Miguel d'Oeste		
Código		7001.133927851.3793		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.50.		Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
3.3.50.43.00	0100	Subvenções Sociais	R\$	10.000,00
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	7.000,00
Projeto		Projetos e Convênios Comunitários para o Desenvolvimento do Desporto e Inclusão Social		
Código		7001.278127402.7702		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.50.		Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
3.3.50.41.00	0100	Contribuições	R\$	6.400,00
7100		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MARAVILHA		
7101		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Maravilha		
Código		7101.041219702.7926		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.50.		Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
4.4.50.52.00	0100	Equipamentos e Material Permanente	R\$	49.000,00
7200		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SÃO LOURENÇO DO OESTE		
7201		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - São Lourenço do Oeste		
Código		7201.041219702.7927		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	53.000,00
7300		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CHAPECÓ		
7301		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Chapecó		
Código		7301.041219702.7928		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	65.000,00
7400		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - XANXERÉ		
7401		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Xanxerê		
Código		7401.041219702.7929		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	51.000,00
7500		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONCÓRDIA		
7501		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Concórdia		
Código		7501.041219702.7930		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	53.000,00
7600		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - JOAÇABA		
7601		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Joaçaba		
Código		7601.041219702.7931		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	48.000,00
7700		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CAMPOS NOVOS		
7701		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Campos Novos		
Código		7701.041219702.7932		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		

4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	47.000,00
7800		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - VIDEIRA		
7801		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Videira		
Código		7801.041219702.7933		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	46.000,00
7900		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CAÇADOR		
7901		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Caçador		
Código		7901.041219702.7934		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	52.000,00
8000		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CURITIBANOS		
8001		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Curitiba		
Código		8001.041219702.7935		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	47.000,00
8100		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - RIO DO SUL		
8101		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Rio do Sul		
Código		8101.041219702.7936		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	48.000,00
8200		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - ITUPORANGA		
8201		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Ituporanga		
Código		8201.041219702.7937		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	45.000,00
8300		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - IBIRAMA		
8301		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Ibirama		
Código		8301.041219702.7938		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	40.000,00
8400		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - BLUMENAU		
8401		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Blumenau		
Código		8401.041219702.7939		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	80.000,00
8500		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - BRUSQUE		
8501		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Brusque		
Código		8501.041219702.7940		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	52.000,00
8600		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - ITAJAÍ		
8601		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Itajaí		
Código		8601.041219702.7941		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	85.000,00
8700		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - GRANDE FLORIANÓPOLIS		
8701		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Grande Florianópolis		
Código		8701.041219702.7942		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	80.000,00
8800		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - LAGUNA		
8801		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Laguna		

Código		8801.041219702.7943		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	40.000,00
8900		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - TUBARÃO		
8901		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Tubarão		
Código		8901.041219702.7944		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	52.000,00
9000		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CRICIÚMA		
9001		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Criciúma		
Código		9001.041219702.7945		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	67.000,00
9100		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - ARARANGUÁ		
9101		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Araranguá		
Código		9101.041219702.7946		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	51.000,00
9200		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - JOINVILLE		
9201		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Joinville		
Código		9201.041219702.7947		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	83.000,00
9300		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - JARAGUÁ DO SUL		
9301		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Jaraguá do Sul		
Código		9301.041219702.7950		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	49.000,00
9400		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MAFRA		
9401		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Mafra		
Código		9401.041219702.7951		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	58.000,00
9500		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CANOINHAS		
9501		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Canoinhas		
Código		9501.041219702.7952		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	43.000,00
9600		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - LAGES		
9601		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Lages		
Código		9601.041219702.7953		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	62.000,00
9700		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SÃO JOAQUIM		
9701		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - São Joaquim		
Código		9701.041219702.7954		
3.		DESPESAS CORRENTES		
3.3.		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.		Aplicações Diretas		
3.3.90.39.00	0100	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$	44.000,00
9800		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - PALMITOS		
9801		GABINETE DO SECRETÁRIO		
Atividade		Realização e Participação em Ações de Desenvolvimento Regional - SDR - Palmitos		
Código		9801.041219702.7955		
4.		DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.		INVESTIMENTOS		
4.4.40.		Transferências a Municípios		
4.4.40.42.00	0100	Auxílios	R\$	42.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de junho de 2005
Deputado Jorginho Mello

*** X X X ***